

Rafael Bianchi Silva  
Maíra Bonafé Sei  
(Organizadores)

**Psicologia e contemporaneidade:**

*pesquisas, experiências  
e reflexões*



Rafael Bianchi Silva  
Maíra Bonafé Sei  
(Organizadores)

# **Psicologia e contemporaneidade: pesquisas, experiências e reflexões**

---

Universidade Estadual de Londrina  
Londrina  
2022

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina  
Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

P974 Psicologia e contemporaneidade : [livro eletrônico] pesquisas, experiências e reflexões / Rafael Bianchi Silva, Máira Bonafé Sei (Organizadores).-- Londrina : UEL, 2021.  
1 livro digital.

ISBN 978-65-89814-55-9

Disponível em: <https://pos.uel.br/psicologia/livros/>

1. Psicologia. 2. Psicologia contemporânea. 3. Psicologia – Pesquisas. 4. Psicologia – Experiências. 5. Psicologia – Reflexões. I. Silva, Rafael Bianchi. II. Sei, Máira Bonafé. III. Título.

Elaborada pela Bibliotecária Eliane M. S. Jovanovich – CRB 9/1250

O conteúdo dos capítulos é de responsabilidade de seus autores.

<b>Editora</b>	Universidade Estadual de Londrina
<b>Revisão e organização</b>	Rafael Bianchi Silva Máira Bonafé Sei
<b>Capa</b>	Alethéia Skowronski Vedovati
<b>ISBN</b>	978-65-89814-55-9

## **Comitê Editorial**

Os capítulos desta obra foram avaliados pelos seguintes membros do Comitê Editorial:

**Adriana Regina de Jesus** - Universidade Estadual de Londrina

**Clovis Eduardo Zanetti** – Centro Universitário Filadélfia

**Guilherme Elias da Silva** – Universidade Estadual de Maringá

**Ligia Cristina Bitencourt** – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

**Maria Cecília Braz Ribeiro de Souza** – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**Mariana Prioli Cordeiro** – Universidade de São Paulo

**Patricia Vaz de Lessa** – Centro Universitário Filadélfia

**Tatiany Honório Porto Aoki** – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

## Sumário

<b>Apresentação</b> _____	<b>7</b>
<b>Apresentação</b> _____	<b>8</b>
Rafael Bianchi Silva, Máira Bonafé Sei	
<b>Psicologia e pandemia da COVID-19</b> _____	<b>9</b>
<b>Avaliação psicológica e o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação: possibilidades a partir das regulamentações do Conselho Federal de Psicologia</b> _____	<b>10</b>
Samanta Soares do Santos Cóser, Fabiano Koich Miguel	
<b>Considerações sobre a medicalização de adolescentes a partir da clínica psicanalítica</b> _____	<b>26</b>
Tayná Idalgo de Lima, Nathany Ferreira Lourenço da Silva, Máira Bonafé Sei	
<b>COVID-19 e desigualdade: impactos da pandemia nos grupos em vulnerabilidade social</b> _____	<b>46</b>
Eneida Santiago, Polyana Almeida Pompilho	
<b>Atuação em CRAS e CREAS: experiências no contexto da pandemia da COVID-19</b> _____	<b>64</b>
Anyelle Karine de Andrade, Jacqueline Montilha Leonardi, Livia Salvioni Capalbo, Rafael Bianchi Silva	
<b>Política pública de saúde mental e pandemia: considerações assistenciais para o resgate de um compromisso ético-estético-político</b> _____	<b>83</b>
Thaíse Rosseli Moreira Dantas	
<b>O estado, a burguesia dependente e a negação do povo brasileiro em tempos de pandemia</b> _____	<b>107</b>
Yohann Eiji Mori Saracho, Alexandre Bonetti Lima	
<b>Temas contemporâneos de pesquisa em Psicologia</b> _____	<b>131</b>
<b>A Atuação em Psicologia Organizacional e do Trabalho nas Instituições de Ensino Superior: O Caso da UTFPR Apucarana</b>	<b>132</b>
Sandra Regina Galvão, Rafael Bianchi Silva	
<b>Masculinidade e dança: uma breve reflexão crítica sobre o homem brasileiro e a dança clássica na contemporaneidade</b> _____	<b>153</b>
Raphael Edson Dutra, Máira Bonafé Sei	

**Contribuições da teoria da autodeterminação para a motivação no contexto educacional** \_\_\_\_\_ **178**

Fabiana Nunes do Amarante Grigio, Katya Luciane de Oliveira, José Aloyseo Bzuneck

**Dinâmica familiar e transmissão psíquica em homens ofensores sexuais** \_\_\_\_\_ **195**

Maria Gabriela Montresol Sanches, Maria Lúcia Mantovanelli Ortolan, Sandra Aparecida Serra Zanetti, Máira Bonafé Sei

**Autonomia, participação social e fatalismo na Política Nacional de Assistência Social: reflexões a partir de Paulo Freire e Martín-Baró** \_\_\_\_\_ **220**

Dandara Peraro de Sousa, Anyelle Karine de Andrade, Rafael Bianchi Silva

**Sobre os autores** \_\_\_\_\_ **245**

## **Apresentação**

## **Apresentação**

---

**Rafael Bianchi Silva**  
**Máira Bonafé Sei**

Este livro é fruto de uma ação coletiva do grupo que compôs a disciplina de Escrita e Produção Científica ofertada como tópico especial pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Contou com a participação de estudantes regulares e especiais no segundo semestre de 2021 e foi realizada de forma remota devido à pandemia de COVID-19.

O objetivo da disciplina foi oportunizar aos estudantes uma introdução ao universo da escrita científica, apresentando as modalidades de publicação científica, qual lugar e sua importância para a pós-graduação, além da elaboração de texto científico visando uma futura publicação. A partir dos debates realizados pelo grupo, ficou definida a iniciativa de organizar um livro que teria por base os materiais elaborados pelos/as estudantes, além de outros materiais de egressos frutos de dissertações defendidas e cooperação com estudantes da graduação.

Os textos que compõem esse volume indicam momentos diferentes no que diz respeito à formação e maturidade de seus autores. Assim, entendemos que se trata de uma proposta que mais do que servir como via de disseminação de conhecimento, possui um papel pedagógico. Para além da produção textual, os participantes puderam compreender as etapas e a complexidade da construção de um livro.

Os materiais produzidos indicaram dois núcleos de sentido que se transformaram em dois eixos que compõem o livro. O primeiro eixo traz reflexões que têm como um de seus operadores a pandemia da COVID-19 e segundo, mais amplo, que aponta para temas contemporâneos de pesquisa em Psicologia. Juntos formam um mosaico plural que indica diferentes focos e interesses de investigação da ciência psicológica.

Desejamos uma ótima leitura!



## **Psicologia e pandemia da COVID-19**

# Avaliação psicológica e o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação: possibilidades a partir das regulamentações do Conselho Federal de Psicologia

---

Samanta Soares do Santos Cósier  
Fabiano Koich Miguel

Ao se pensar em contemporaneidade, torna-se importante a reflexão acerca das novas tecnologias, internet e a velocidade do processamento destas informações. No sentido de se compreender novos rumos a serem construídos da prática profissional, tem se mostrado um desafio aliar todos estes avanços ao trabalho da Psicologia. Dentre as novas tecnologias em desenvolvimento, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) vêm ganhando força nas últimas décadas e seus caminhos se cruzam com o da Psicologia, com as inovações recebendo cada vez mais espaço e levando esta ciência a práticas que antes eram improváveis de serem alcançadas. As TDICs se referem a um conjunto de recursos tecnológicos (equipamentos, programas e mídias), presentes em diversos contextos que possibilitam a associação de diversos ambientes e pessoas numa rede, facilitando a troca de informações e de comunicação, ultrapassando as possibilidades das tecnologias análogas (Scorsolini-Comin, 2014). Essas atividades podem ser realizadas de maneira *on-line* (com conexão à internet) ou *off-line* (sem utilização da internet) e de maneira síncrona (ao mesmo tempo, como em uma chamada de vídeo) ou assíncrona (sem simultaneidade, como por meio da troca de áudios) (Miguel, 2020).

Lévy (1999), ao traçar o percurso dos avanços tecnológicos desde 1945, informa que foi na década de 1980 que a informática deixou de ser apenas uma técnica dos setores industriais e, com a digitalização, passou a se fundir com as telecomunicações e a invadir a casa das pessoas, trazendo novas formas de mensagens interativas. Ainda segundo o autor, entre o final dessa mesma década e início da seguinte, os computadores começaram a se formar em redes, enquanto o número de pessoas e computadores conectados à inter-rede começou a crescer de forma exponencial. Ou seja, “as tecnologias digitais

surgiram como a infraestrutura do ciberespaço, entendido como sendo um novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transações, mas também novo mercado da informação e do conhecimento” (Lévy, 1999, p. 32).

O avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação trouxe aplicações em diversas áreas. As contribuições para a Psicologia são inúmeras, podendo-se citar os atendimentos *on-line* que ganharam força com a pandemia de COVID-19, mas já eram pensados, discutidos e praticados antes deste período. A Resolução Nº 11/2018 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018a) instituiu oficialmente como prática do psicólogo o atendimento *on-line*, desde que seguindo algumas recomendações éticas e legais normatizadas pelo CFP. Lévy (1999) apresenta o conceito de que é virtual toda a entidade “desterritorializada”, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo particular. Pensar neste campo virtual como uma possibilidade de atuação da Psicologia, através das TDCIs, ganhou força a partir da virtualização dos espaços.

Outra contribuição importante das TDCIs para a Psicologia vem sendo a informatização dos instrumentos para as avaliações psicológicas. A avaliação psicológica, uma das práticas exclusivas do profissional de Psicologia, consiste no conhecimento dos aspectos psicológicos relacionados à demanda apresentada pela pessoa, grupo ou instituição. Para a realização da avaliação, são utilizados diversos métodos, como entrevistas, observações, técnicas qualitativas e testes padronizados (CRP-PR, 2016). Nesse contexto, “a informação digitalizada pode ser processada automaticamente, com um grau de precisão quase absoluto, muito rapidamente e em grande escala quantitativa” (Lévy, 1999, p. 52) e esta seria uma importante contribuição da contemporaneidade para os processos de avaliação.

Com a COVID-19, ficou evidente a necessidades de avançarmos enquanto categoria com as avaliações psicológicas *on-line/remota*, em decorrência das medidas sanitárias impostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o distanciamento e isolamento social, sendo estratégias de controle da disseminação da contaminação na população que atravessou nossas práticas até aqui conhecidas, nos fazendo repensar e construir novas possibilidades de atuação, aliando as TDCIs aos processos de avaliação, sem perder de

vista o atendimento do sujeito de maneira ética, fidedigna e válida (Cunha, Januário & Botelho, 2020).

A seguir apresenta-se uma revisão das regulamentações que dizem respeito à utilização de TDICs para a prática da avaliação. Para tal, foi realizado o levantamento e análise dos documentos emitidos pelo Conselho Federal de Psicologia do período de 2016 a 2021, contendo informações a respeito das normativas relacionadas ao uso das TDICs na prática profissional da Psicologia e suas implicações para o cenário pandêmico da COVID-19.

### **Regulamentações sobre uso de TDICs na Psicologia**

Na tentativa de regulamentar as possibilidades de atuação das TDICs nas práticas da Psicologia de forma ética e que sigam o rigor científico, em 2016, o CFP publicou a Nota Técnica 02/2016 que teve como objetivo “orientar psicólogos, editores e laboratórios responsáveis pela utilização e comercialização de serviços, recursos e produtos psicológicos em ambiente virtual, em plataformas informatizadas” (CFP, 2016). O documento apontava que, com o avanço e o desenvolvimento da ciência, as novas tecnologias poderiam contribuir com a prestação de serviços psicológicos e que necessitavam de regulamentação.

Naquele primeiro momento tratou-se da utilização dos resultados dos testes psicológicos coletados em plataformas informatizadas, apresentando-se os critérios a serem utilizados para manter o sigilo e a integralidade com relação aos direitos do usuário, principalmente no que diz respeito ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em que o usuário aceita participar da testagem e autoriza a utilização dos resultados para levantamento de dados e apuração em processos de avaliação psicológica e para fins de pesquisa. Na mesma resolução, o CFP apresentou em anexo o modelo do Termo de Compromisso – Plataformas Informatizadas de Testes Psicológicos, recomendando a sua guarda para eventuais situações de fiscalização. No entanto, ainda naquele momento, o que se exigia era que o termo fosse impresso e assinado de forma não virtual e armazenado de forma a garantir o sigilo do participante.

Adiante, a Nota Técnica Nº 01/2017 alterou a Nota Técnica Nº 02/2016. Nesta nova versão, o CFP trouxe orientações para a submissão ao Sistema de Avaliação de Testes Informatizados (SATEPSI) de versões informatizadas de testes psicológicos já aprovados em versões lápis e papel (CFP, 2017). Naquela mesma nota, o CFP reiterou a necessidade de que os testes informatizados seguissem os mesmos critérios aplicados para as versões impressas, independentemente de já possuírem uma versão impressa aprovada ou serem versões completamente novas e informatizadas.

Frente às novas demandas impostas pelas TDICs e discussões sobre o papel da avaliação psicológica e seus métodos, o CFP apresentou a Resolução Nº 9/2018 que revisou os requisitos mínimos necessários para um teste psicológico ser aprovado para utilização profissional, além de incorporar definições e alcances para a realização de avaliação psicológica no exercício profissional da Psicologia, para além dos testes psicológicos. Esta resolução é considerada um grande marco para a avaliação psicológica, pois coloca a avaliação em lugar de destaque como uma importante ferramenta, traz orientações que norteiam o trabalho do profissional em diferentes contextos de atuação, contribui para o aprimoramento da qualidade técnico-científica dos métodos e procedimentos psicológicos e garante o compromisso ético dos profissionais na utilização de testes psicológicos no âmbito profissional, quanto estes forem necessários (CFP, 2018a).

Um dos principais pontos apresentados pela resolução é a definição do que é a avaliação psicológica, sendo definida no Art. 1º como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas (CFP, 2018a). Outros pontos importantes são: reafirmar o uso exclusivo dos testes psicológicos como sendo de uso privativo do psicólogo; a responsabilidade da decisão de quais testes o profissional utilizará de acordo com os fundamentos na literatura científica; a necessidade dos testes psicológicos serem submetidos para análise do SATEPSI e sua utilização só estar disponível aos profissionais se obtiver o parecer favorável.

Ainda em 2018, o CFP também apresentou a Resolução Nº 11/2018 que regulamentou a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de TDICs, desde que sua utilização não fira as disposições do Código de Ética Profissional da Psicologia, como por exemplo, o Art. 2º parágrafo h, do Código de Ética que diz ser vedado ao psicólogo interferir na validade e fidedignidade de instrumentos e técnicas psicológicas, adulterar seus resultados ou fazer declarações falsas (CFP, 2005). Esta resolução permite a realização de consultas e atendimentos psicológicos de maneira remota síncrona e assíncrona e autorizou a “utilização de instrumentos psicológicos devidamente regulamentados por resolução pertinente, sendo que os testes psicológicos devem ter parecer favorável do Sistema de Avaliação de Instrumentos Psicológicos (SATEPSI), com padronização e normatização específica para tal finalidade” (CFP, 2018b).

Dada a expansão da avaliação psicológica como prática legítima da Psicologia e a crescente relação com as novas tecnologias, estudos de construção e a validação de novos instrumentos que contemplassem a utilização destas tecnologias apresentaram um franco crescimento a partir da década de 2010 (Miguel, 2019). Frente a esse cenário, para além das resoluções anteriormente apresentadas, em 2019, o CFP lançou a Nota Técnica Nº 05/2019 que, de fato, orienta os psicólogos sobre a utilização de testes psicológicos em serviços realizados por meio de TDICs e que devem estar em consonância com a Resolução CFP Nº 09/2018. A Nota destaca alguns pontos essenciais para a regulamentação da prática do psicólogo na utilização das TDICs, como: 1) são autorizadas a prestação dos serviços de Psicologia por meios tecnológicos da informação e comunicação, desde que não firam as disposições do Código de Ética Profissional da Psicologia e nem a Resolução CFP Nº 11/2018; 2) enfatiza que os testes psicológicos devem ter parecer favorável do SATEPSI, com padronização e normatização específica para tal finalidade e; 3) destaca que, apesar da possibilidade de aplicação informatizada, a presença do profissional da Psicologia no local da aplicação dos testes psicológicos durante o processo de avaliação é imprescindível (CFP, 2019a).

No mesmo ano de 2019, o Conselho Federal de Psicologia, por meio da Nota Técnica Nº 07/2019, substituiu a Nota Técnica Nº 05/2019, ao destacar que existem testes que podem ser administrados no formato lápis e papel e testes que podem ser administrados na

forma informatizada (mediado por computador), mas que a aplicação informatizada não equivale à aplicação *on-line* (acesso remoto ou à distância). Neste sentido, é responsabilidade do profissional da Psicologia conhecer o manual do teste psicológico que irá aplicar, desde que esteja aprovado pelo SATEPSI e saber identificar corretamente a forma de aplicação recomendada, seja ela informatizada (mediada por computador) ou de forma remota (*on-line*) (CFP, 2019b). Portanto, a partir do que é descrito no documento, entende-se que a avaliação psicológica *on-line* pode ser conduzida em diferentes contextos desde que atenda às premissas e restrições regulamentadas pelas resoluções vigentes.

Até 2019, já se podia observar uma movimentação significativa do Conselho Federal de Psicologia, na tentativa de normatização da prática psicológica por meio das TDICs, uma vez que o mundo já voltava seus olhos para os benefícios dos avanços tecnológicos e de que forma estes poderiam contribuir para o desenvolvimento da ciência psicológica. No entanto, esta discussão ganhou ainda mais força em 2020, devido ao advento da pandemia de COVID-19. As restrições impostas pelo distanciamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus exigiram adaptações dos psicólogos a uma nova realidade de trabalho que privilegia atividades remotas. Em decorrência das medidas de distanciamento social impostas pela pandemia, a Resolução CFP nº 04/2020 também buscou facilitar o cadastramento de psicólogos para a prestação de serviços *on-line* (CFP, 2020d).

No que tange a avaliação psicológica e a situação de pandemia, o Conselho Federal de Psicologia se posiciona em novembro de 2020 por meio de duas Notas Orientativas: a primeira dizia respeito ao uso de testes psicológicos informatizados/computadorizados e/ou de aplicação remota/*on-line*, e a segunda sobre o ensino da avaliação psicológica em modalidade remota no contexto da pandemia, passando a uma descrição melhor de ambas.

Na primeira Nota Orientativa, as informações e as orientações foram para que o profissional fizesse a escolha dos testes psicológicos levando em consideração os estudos específicos de validade que assegurassem suas propriedades psicométricas para o grupo normativo considerando o público alvo, o contexto e o formato de aplicação dos testes que fossem ofertados para a aplicação na forma

informatizada/computadorizada e/ou na aplicação remota/*on-line* (CFP, 2020c). Tais orientações reforçaram o que já preconizava a Nota Técnica 07/2019 e o Código de Ética, mostrando o passo a passo de como consultar o SATEPSI e identificar a correta forma de aplicação de cada teste para que o profissional pudesse fazer a escolha mais adequada para avaliação psicológica de acordo com suas necessidades.

Já a segunda Nota Orientativa deliberava sobre os cuidados éticos necessários para os profissionais que atuam com o ensino de avaliação psicológica em Instituições de Ensino Superior, com relação ao ensino remoto que se fez necessário durante a pandemia, especialmente no que tange ao ensino de avaliação psicológica e de testes privativos dos psicólogos. A Nota traz uma série de sugestões de temas e conteúdos que poderiam ser abordados durante as aulas e que não feririam os preceitos éticos. Sugeriu-se que, quando possível, as aulas acontecessem de forma síncrona, aproximando-se o máximo possível de uma aula presencial. No entanto, recomendou-se que o profissional não expusesse informações sobre aplicação, correção e interpretação de testes psicológicos, bem como tabelas normativas ou parte de manuais, de modo a preservar o sigilo dos testes, como preconiza o Código de Ética Profissional. Considerou-se que estes cuidados se faziam necessários, uma vez que não se pode garantir o sigilo das informações (CFP, 2020b).

Ainda de acordo com as medidas adotadas pelo Conselho na pandemia, a Resolução N° 09/2020 trouxe alterações administrativas temporárias nas Resoluções 13/2007 e 09/2018, em razão das medidas sanitárias impostas pela pandemia de COVID-19, prorrogando prazos para registro como especialista em avaliação e prorrogando prazos relacionado aos estudos de validade, precisão e normas de testes psicológicos que venceriam no período compreendido entre março de 2020 e dezembro de 2021 (CFP, 2020e).

Em julho de 2020, o CFP também lançou a Cartilha de Boas Práticas para a Avaliação Psicológica em Contextos de Pandemias. A cartilha convidava os psicólogos a reverem suas práticas e adequarem seus processos, sem que houvesse prejuízos éticos e de qualidade do serviço ofertado, trazendo orientações para auxiliar o profissional da Psicologia na adequação da prática por meio das TDICs, no momento específico da pandemia (CFP, 2020a).



O resgate apresentado das Resoluções e Notas Técnicas publicadas pelo CFP permite pensar que o Conselho já vem se movimentando há algum tempo, embora discreto ainda, a respeito das TDICs e suas várias possibilidades de inserção no campo de atuação da Psicologia. O destaque maior deste capítulo é para a avaliação psicológica e mais especificamente os testes psicológicos, pois um número crescente de estudos e pesquisas vem ganhando força na adaptação de instrumentos já existentes no formato impresso e também é notório um engajamento de pesquisadores na construção de novos testes que sejam inéditos e exclusivos no formato informatizado (Miguel, 2017).

### **Vantagens e limites da avaliação por meio de TDICs**

Até o final de 2021, a grande maioria dos testes psicológicos disponíveis para a utilização profissional e que tinham o parecer favorável pelo SATEPSI ainda se apresentava na versão impressa e apenas alguns ofereciam a opção de correção informatizada. No entanto, é possível perceber um aumento de quatro testes de aplicação informatizada em maio de 2020 para 14 ao final de 2021. Além desses, quase 70 são listados no SATEPSI como instrumentos que permitem a correção informatizada, ou seja, por intermédio do computador.

Com a pandemia de COVID-19, os psicólogos que trabalhavam com a avaliação psicológica e que se utilizam de testes como instrumentos para a coleta de dados se viram limitados devido à falta de materiais que poderiam ser aplicados no formato *on-line*. Neste cenário, algumas adaptações começaram a ser feitas dos testes já aprovados no formato impresso para o formato digital, no entanto alguns apontamentos são pertinentes no intuito de alertar para as boas práticas. Marasca et al. (2020) afirmam que é imprescindível que os testes que forem aplicados de forma *on-line* apresentem estudos que demonstrem evidências de validade e confiabilidade para esta modalidade, como já visto na Resolução 11/2018 (CFP, 2018b). Ou seja, praticar a avaliação *on-line* não equivale a adaptar testes na versão impressa para que os mesmos possam ser utilizados em outros formatos, sem que estes passem por um rigoroso estudo de validação. Entende-se que, somente desta forma, será garantido que o profissional não fira gravemente o Código de Ética que, no Art. 2º,

afirma ser vedado ao psicólogo interferir na validade e fidedignidade de instrumentos e técnicas psicológicas (CFP, 2005).

Marasca et al. (2020) apontam ainda para a importância de que os profissionais da Psicologia que se dispuserem a utilizar das TDICs para a realização das avaliações psicológicas, por meio de testes informatizados, devam ter domínio das ferramentas que farão uso. Com isso, garante-se que o processo ocorra de forma segura, minimizando os riscos de que os resultados possam sofrer alguma interferência, devido à má condução durante a aplicação dos testes *on-line*.

Levando em consideração todos os pontos discutidos até aqui, ainda cabe ponderar sobre quais são as vantagens da testagem informatizada. Neste sentido, cabe trazer para o diálogo o que os pesquisadores da área já constataram até o presente momento. O primeiro ponto que merece destaque é com relação à variedade de estímulos que os testes informatizados permitem, evitando assim que a pessoa avaliada seja exposta sempre aos mesmos estímulos e seguindo a mesma ordem de apresentação, como acontece nos testes impressos. Miguel (2019) destaca que, quando o assunto for retestagem, instrumentos na versão impressa podem sofrer limitação pois, nesta situação, o avaliado seria exposto novamente aos mesmos itens que já havia sido exposto anteriormente, podendo causar interferência nos resultados.

Neste sentido, o formato informatizado teria uma vantagem que é a possibilidade de se ter um banco de dados grande com vários estímulos com valores de dificuldade semelhantes e que seriam apresentados de forma aleatória, sem comprometer a validade e a confiabilidade dos testes. O avanço da tecnologia permite a criação de testes que sejam adaptáveis conforme a dificuldade do indivíduo, pois a utilização de um banco de itens permite a otimização do teste, por meio da seleção de estímulos mais adequados à avaliação, contribuindo para uma aplicação mais curta e mais precisa (Nunes & Primi, 2009).

Ainda segundo Miguel (2020), outro destaque que é dado para a testagem informatizada é com relação à forma de apresentação dos estímulos. Neste formato, eles podem ganhar alguns recursos interessantes como animações, músicas e vídeos, não precisando ser

exclusivamente estáticos como no formato impresso. A utilização de diferentes estímulos multimídia enriquecem a interação do indivíduo com os instrumentos e contribui para a coleta de novas informações que antes não eram possíveis na testagem tradicional (Primi, 2010). Estes recursos poderiam contribuir para que os testes fiquem mais atrativos tornando o processo avaliativo mais dinâmico, o que pode beneficiar alguns grupos de testagem, como crianças, adolescentes ou até mesmo os idosos.

Outro ponto relevante com relação à testagem informatizada se dá no processo de correção dos testes. Embora a utilização das tecnologias no processo de avaliação ainda esteja muito no início, com os recursos tecnológicos disponíveis, não se faz mais necessário realizar tarefas como aplicação, correção e conversão de escores de maneira manual (Primi, 2010). No formato impresso, além do tempo gasto com a aplicação, o profissional gasta considerável tempo na correção dos testes, pois alguns podem exigir cálculos e consultas a tabelas normativas, o que pode ser bastante trabalhoso e exigir do profissional, além do domínio do manual do teste escolhido para a aplicação, uma atenção especial para que erros não sejam cometidos. Já no formato informatizado, as respostas são calculadas e pontuadas pelo próprio programa de acordo com o que o teste se propõe a avaliar, tornando esta etapa da correção um processo mais rápido e preciso, uma vez que elimina também a possibilidade de erros na hora de se calcular os escores ou os percentis, assegurando maior precisão e padronização (Miguel, 2019).

Com relação às possibilidades de aplicação, no formato informatizado a aplicação pode acontecer de forma *on-line* ou remota, e, nas duas situações, o alcance pode ser extenso, uma vez que, com o avanço das TDICs, o acesso a estas ferramentas está se tornando cada vez mais possível, seja por meio da utilização em espaços privados (como por exemplo a casa) ou em espaços coletivos, disponibilizados pelos órgãos públicos ou não (como por exemplo as escolas e os espaços de convivência). Garantindo o direito ao acesso da população a computadores e a internet, o alcance da avaliação psicológica pode chegar próximo a populações que antes eram improváveis de serem atingidas. Neste sentido, a avaliação psicológica passa a ser uma realidade possível para uma faixa mais ampla da população, o que trará

benefícios para a população em questão e também com o crescimento e expansão da ciência psicológica.

No entanto, não basta garantir o acesso a estas tecnologias se os usuários não souberem utilizar da mesma de forma adequada. Neste sentido, já se esbarra em um primeiro desafio que é garantir o uso correto das TDICs. Embora a inclusão esteja em expansão, ainda existem pessoas que apresentam pouca familiaridade com estas tecnologias (Bolzan & Löbler, 2016).

Para minimizar os efeitos desta questão, uma das possibilidades de realização da avaliação psicológica no formato informatizado seria estar na presença da avaliadora, que poderia ser responsável pela passagem de todas as orientações necessárias para a correta utilização dos instrumentos, a fim de minimizar a interferência direta nos resultados da avaliação devido ao uso incorreto das TDICs. Quando não for possível a presença física da avaliadora, uma alternativa é a aplicação de forma *on-line* e síncrona, para que as orientações sejam passadas e as dúvidas sanadas antes do início da testagem, como por exemplo através da câmera ligada, para que se possa ter acesso em tempo real do que está acontecendo para que tudo seja esclarecido antes da aplicação de fato do instrumento (Miguel, 2020).

## **Considerações finais**

Ao apresentar estas vantagens da avaliação psicológica *on-line* por meio dos testes informatizados, pode-se notar que os desafios são tão significativos quanto a relevância das vantagens desta modalidade. Aliado a isso e aos esforços do Conselho Federal em dar legitimidade às práticas da avaliação psicológica por meio das TDICs, pode-se afirmar que existe um campo muito promissor para a atuação do profissional da Psicologia.

Nota-se que ainda se tem muito a caminhar, quando se trata das resoluções do CFP, principalmente ao que se refere às orientações de boas práticas em avaliação psicológica no formato informatizado. Nesse sentido, publicações como a Cartilha de Boas Práticas pelo CFP (2020a) ajudam a manter os profissionais de Psicologia informados, o que é especialmente importante em um período de rápidas

transformações nas relações digitais como o advento da pandemia de COVID-19.

Para além disso, ainda deve-se atentar para a regulamentação dos testes psicológicos *on-line*, visto que as pesquisas ainda são muito recentes e, como apresentado, há tanto benefícios quanto limitações na sua utilização. Como acontece com todos os novos métodos que são desenvolvidos, são necessários estudos não apenas da sua eficácia, mas do impacto da sua utilização em um fazer de Psicologia que está se adequando ao desenvolvimento tecnológico.

A despeito dos desafios descritos para a realização de avaliação psicológica *on-line/remota*, a prática da avaliação psicológica com a utilização das TDICs já era uma tendência do mundo contemporâneo que ganhou força com o cenário pandêmico, reforçando a necessidade de se desenvolver mais testes psicológicos com parâmetros psicométricos específicos para o uso neste contexto.

Fica aqui o convite para que mais pesquisadores se interessem pela temática e que possam contribuir com o desenvolvimento de novos testes e instrumentos psicológicos que se utilizem destas ferramentas tecnológicas e que contemplem todos os estudos de validade e confiabilidade exigidos pelo SATEPSI, com o intuito de expandir as práticas em avaliação psicológica, trazendo benefícios a toda a população atendida.

## Referências

- Bolzan, L. M., & Löbler, M. L. (2016). Socialização e afetividade no processo de inclusão digital: um estudo etnográfico. *Organizações e Sociedade*, 23(76), 130-149. <https://doi.org/10.1590/1984-9230767>
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: Autor. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2016). *Nota Técnica nº 02/2016 – GT/CFP, de 13 de abril de 2016: orienta psicólogos, editoras e laboratórios responsáveis pela utilização e comercialização de*

*serviços, recursos e produtos psicológicos em ambiente virtual, em plataformas informatizadas.* Brasília: Autor. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Nota-T%C3%A9cnica-n%C2%BA-02-2016-Plataformas-Informatizadas-de-Testes-psicol%C3%B3gicos-2.pdf>

Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Nota Técnica nº 01/2017 – CFP, de 05 de maio de 2017: altera a Nota Técnica nº 02/2016, que orienta psicólogos, editoras e laboratórios responsáveis pela utilização e comercialização de serviços, recursos e produtos psicológicos em ambiente virtual, em plataformas informatizadas.* Brasília: Autor. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Nota-T%C3%A9cnica-n%C2%BA-01-2017-Plataformas-Informatizadas-de-Testes-psicol%C3%B3gicos.pdf>

Conselho Federal de Psicologia. (2018a). *Resolução no 09, de 25 de abril de 2018: estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI e revoga as Resoluções nº 002/2003, no 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e 02/2017.* Brasília: Autor. Recuperado de: <https://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolução-CFP-nº-09-2018-com-anexo.pdf>

Conselho Federal de Psicologia. (2018b). *Resolução nº 11, de 11 de maio de 2018: regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP no 11/2012.* Brasília: Autor. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/resolu%C3%87%C3%83o-n%C2%ba-11-de-11-de-maio-de-2018.pdf>

Conselho Federal de Psicologia (2019a). *Nota Técnica nº 05/2019 - GTEC/CG: orienta psicólogas(os) sobre a utilização de testes psicológicos em serviços realizados por meio de tecnologias de informação e da comunicação.* Brasília: Autor. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/04/NOTA-T%C3%89CNICA-05-2019.pdf>

Conselho Federal de Psicologia. (2019b). *Nota Técnica nº 07/2019: substitui a Nota Técnica nº 5/2019 e orienta psicólogas(os) sobre*

*a utilização de testes psicológicos em serviços realizados por meio de tecnologias de informação e da comunicação.* Brasília: Autor. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/10/nota-técnica-cfp-07.2019.pdf>

Conselho Federal de Psicologia. (2020a). *Cartilha de boas práticas para avaliação psicológica em contextos de pandemia.* Brasília: Autor. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Cartilha-Boas-Práticas-na-pandemia.pdf>

Conselho Federal de Psicologia. (2020b). *Nota orientativa sobre ensino da Avaliação Psicológica em modalidade remota no contexto da pandemia de Covid-19.* Brasília: Autor. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Nota-Orientativa-sobre-ensino-da-Avalia%C3%A7%C3%A3o-Psicol%C3%B3gica-em-modalidade-remota-no-contexto-da-pandemia-de-Covid.pdf>

Conselho Federal de Psicologia. (2020c). *Nota orientativa sobre o uso de testes psicológicos informatizados/computadorizados e/ou de aplicação remota/online.* Brasília: Autor. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Nota-orientativa-sobre-o-uso-de-testes-psicol%C3%B3gicos-informatizados.pdf>

Conselho Federal de Psicologia. (2020d). *Resolução nº 04, de 26 de março de 2020: dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19.* Brasília: Autor. Recuperado de: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-4-de-26-de-marco-de-2020-250189333>

Conselho Federal de Psicologia. (2020e). *Resolução nº 09, de 15 de julho de 2020: dispõe sobre alterações administrativas temporárias na Resolução CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, e na Resolução CFP nº 9, de 25 de abril de 2018, em razão das medidas sanitárias impostas pela Pandemia da COVID-19.* Brasília: Autor. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-9-de-15-de-julho-de-2020-267508062>

- Conselho Regional de Psicologia 8ª Região. (2016). *Caderno de avaliação psicológica: dimensões, campos de atuação e atenção*. Curitiba, PR: Autor. Recuperado de: [https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/AF\\_CRP\\_Caderno\\_AvaliacaoPsicologica.pdf](https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/AF_CRP_Caderno_AvaliacaoPsicologica.pdf)
- Cunha, M. S., Januário, Y. R. & Botelho, E. H. L. (2020). Desafios da avaliação psicológica de modo remoto/online. *Repositório digital UNIVAG*. Várzea Grande, MT: Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG. Recuperado de: <http://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/viewFile/1450/1385>
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Marasca, A. R., Yates, D. B., Schineider, A. M. A., Feijó & Bandeira, D. R. (2020). Avaliação psicológica online: considerações a partir da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) para a prática e o ensino no contexto a distância. *Estudos de Psicologia*, 37. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200085>
- Miguel, F. K. (2017). Instrumentos informatizados e testagem adaptativa computadorizada. In B. F. Damásio, B. F., & J. C. Borsa (Eds.), *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos* (pp. 195-214). São Paulo, SP: Vetor.
- Miguel, F. K. (2019). Testes informatizados. In M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Eds.), *Compêndio de avaliação psicológica* (pp. 89-97). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Miguel, F. K. (2020). Avaliação psicológica on-line. In A. K. C. Nascimento & M. B. Sei (orgs.), *Intervenções psicológicas on-line: reflexões e retrato de ações*. (pp. 67-79). Londrina, PR: Clínica Psicológica da UEL. Recuperado de: <http://www.uel.br/clinicapsicologica/pages/arquivos/Livro%20-%20Intervencoes%20psicologicas%20on-line%20-%20reflexoes%20e%20retrato%20de%20acoes%20on-line.pdf>
- Nunes, C. H. S. S., & Primi, R. (2009). Teoria de resposta ao item: conceitos e aplicações na Psicologia e na Educação. In C. S.



Hutz (Org.), *Avanços e polêmicas em avaliação psicológica* (pp. 25-69). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Primi R. (2010). Avaliação Psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 25-35. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500003>

Scorsolini-Comin, F. (2014). Psicologia da educação e as tecnologias digitais de informação e comunicação. *Psicologia Escolar e Educação*, 18(3). <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183766>

# Considerações sobre a medicalização de adolescentes a partir da clínica psicanalítica

---

Tayná Idalgo de Lima  
Nathany Ferreira Lourenço da Silva  
Maíra Bonafé Sei

## Introdução

Este relato de experiência advém da prática clínica psicanalítica, cujo objeto de estudo emergiu a partir das reflexões e inquietações acerca da medicalização do mal-estar (Freud, 1930/2011) e sua associação com o sofrimento psíquico de adolescentes e jovens adultos. Trata-se de um estudo teórico-clínico com o objetivo de discutir as reverberações do uso de medicamentos na subjetividade do sujeito que se encontra no momento de travessia entre a infância e a vida adulta.

A adolescência é uma fase de transição, marcada por transformações biológicas e psíquicas, portanto, oscilações de humor e sentimentos como angústia, frustração, raiva e tristeza são recorrentes. Diante da dificuldade de lidar com esses sentimentos, alguns adolescentes recorrem aos medicamentos no intuito de apartar o mal-estar, como será retratado e problematizado por meio de vinhetas clínicas. Se por um lado, o efeito do medicamento é abrandar o sofrimento, por outro, encontra-se a ameaça de uma morte subjetiva, ocasionada por uma incapacidade de falar sobre si e sobre o que lhe afeta, vislumbrada por um amortecimento que dificulta possíveis intervenções, o que a torna um obstáculo ao acesso às possíveis conexões acerca do desencadeamento do sofrimento psíquico (Salvador & Cordeiro, 2020).

Machado e Ferreira (2014) argumentam que os medicamentos são substâncias capazes de anestesiarem e aliviar rapidamente estados de dor e tensão, além de oferecer possíveis estados de completude, muitas vezes em detrimento do apagamento do sujeito. A medicalização de pessoas que estão em tratamento psicanalítico coloca em pauta duas questões para a clínica, qual seja: Como pensar a direção da cura e do manejo de um tratamento que privilegia a escuta e a compreensão do sofrimento psíquico, enquanto a intervenção médica é, usualmente,

estabelecida por meio de prescrições de medicamentos que podem proporcionar uma atenuação deste sofrimento? E quais são as implicações da medicalização na subjetividade e no discurso do adolescente?

Freud, ao longo do desenvolvimento de suas teorias, traça um caminho oposto ao da medicina ao propor uma forma de tratamento voltada para subjetividade dos pacientes por meio do discurso, o que subverte a lógica científica acerca do corpo e do sintoma. Sendo assim, aquilo que o sujeito tem a dizer sobre o seu sintoma passa a ser levado em consideração, pois para a psicanálise não basta a objetividade da medicina fundamentada em investigações puramente biológicas (Peres, 2002).

### **O tratamento médico e o tratamento psicanalítico**

A medicina é composta por um saber biológico e hegemônico do funcionamento do corpo humano, com descrições fenomenológicas a respeito da dor física, tendo como método de investigação o cérebro e a genética, e como método de tratamento a prescrição de medicamentos (Queiroz, Castro, Queiroz & Pimenta, 2021). Segundo Foucault (1963/2015), inicialmente, com o método anatomoclínico, a clínica médica acabou dirigindo o seu olhar ao corpo morto, para poder compreender as causas das doenças e estabelecer um apanhado teórico e técnico que fundamentasse a experiência clínica. Na medicina, os profissionais são convocados a seguir protocolos rigorosos para que possam atuar de forma pontual, com rapidez e eficácia, para o restabelecimento do quadro de saúde dos pacientes (Cordeiro & Miranda, 2020). Neste sentido, não é de costume considerar os aspectos de envolvimento subjetivo na constituição do sintoma, haja vista que para a medicina o corpo biológico é aquilo que interessa.

Para a clínica psiquiátrica, por exemplo, a análise do sintoma incide sob uma ótica dos processos bioquímicos das patologias. Desta forma, com tal biologização, o sofrimento psíquico e os aspectos simbólicos desse sofrimento, acabam ficando de fora dos atributos terapêuticos de tratamento (Lima & Daltro, 2017). Porém, tem-se também que durante a formação médica, os profissionais não são estimulados a realizarem os seus trabalhos sem a separação cartesiana

entre mente e corpo e por esse motivo não se sentem seguros para abordar o âmbito subjetivo do sofrimento (Barros, 2002). Sendo assim, a psiquiatria acaba ficando submetida à racionalidade científica a qual volta seu investimento a vigor dos avanços da neurociência, embora desde o século XIX a psicanálise já trazia à tona a necessidade de compreensão do “corpo representado e afetado pelo inconsciente na formação do sintoma” (Lima & Daltro, 2017, p. 246). Então, em contrapartida ao modelo médico, tem-se a perspectiva psicanalítica, a qual aborda justamente o que a medicina acaba deixando de lado por suas limitações científicas na comprovação dos sintomas.

Freud (1895/2016), primeiramente como médico, por meio das suas observações clínicas, apontou as limitações no manejo da medicina na compreensão e explicação de sintomas que acometiam o sujeito e ultrapassavam o corpo biológico. Com as investigações dos quadros de histeria, o autor desenha novas articulações teóricas que salientam a existência de um corpo imbricado à ordem do psíquico, denominado de corpo pulsional, que diz respeito aos aspectos libidinais e inconscientes, percebido por ele como importante na compreensão do mal-estar e do desencadeamento do sintoma físico por ser palco de inscrições das experiências subjetivas, material de investimento psicanalítico. Em outras palavras, é a partir das históricas que Freud passa a refletir acerca de corpo para psicanálise, articulado como corpo pulsional – evidenciado pela sexualidade, atravessado pela linguagem e marcado pelo desejo inconsciente – que difere e se contrapõe ao corpo biológico da medicina, não comportando suas definições conceituais e metodológicas.

Ao se deparar com tal fator, Freud estabelece um rompimento com a área médica na tentativa de subverter a lógica científicista da época, oferecendo escuta ao que as históricas tinham a dizer sobre seus corpos e o mal-estar que as acometiam (Lazzarini & Viana, 2006). Destarte, a psicanálise se pauta na “talking cure”, como denominou Anna O., paciente de Breuer, e o primeiro caso dos Estudos sobre a Histeria (1895).

A partir da ruptura de Freud com a medicina, é traçada uma linha de raciocínio que vai dando contornos à constituição de um novo manejo técnico e teórico que funda e fundamenta a psicanálise, dando luz a um procedimento próprio de investigação dos processos inconscientes para a compreensão do sofrimento. Tal fato

descentraliza a ideia de patologia e concebe o sintoma como uma defesa frente à angústia e ao mal-estar (Lima & Daltro, 2017).

Com isso, a psicanálise volta seu interesse para a compreensão do ser humano a partir da subjetividade e dos aspectos simbólicos que o compõem, onde o manejo do tratamento se centraliza na escuta do sujeito, na investigação inconsciente e na identificação do desejo. O método psicanalítico privilegia a escuta do sofrimento psíquico e investiga de que forma o psiquismo do sujeito atua no processo de adoecimento e sofrimento, para que haja possibilidades de dar tratamento ao mal-estar que o acomete (Queiroz et al., 2021).

Após a presente contextualização teórica sobre as diferenças de tratamento entre a medicina e a psicanálise, é possível pensar a respeito do conceito de angústia como um estado afetivo que pode estar presente no desencadeamento de alguns sintomas físicos. Tem-se, assim, a possibilidade de a posteriori analisar e diferenciar estados normais de estados patológicos, que requerem, ou não, a intervenção medicamentosa, sem perder de vista o viés crítico acerca do uso inapropriado dessas substâncias na adolescência e suas possíveis consequências.

## **A angústia e o mal-estar para a psicanálise**

O conceito de angústia sofreu modificações ao longo do desenvolvimento da teoria psicanalítica. Freud (1915/2010) considera a angústia como afeto derivado do recalque, que alcança a consciência e produz uma sensação, ou seja, ela pertence ao campo do sentir. Neste período de sua obra, o autor desconsidera a possibilidade de afetos serem oriundos do inconsciente devido ao seu caráter perceptivo, desta forma, a contradição se presentifica e impulsiona as construções posteriores. No texto *Inibição, sintoma e angústia* (1926/2014), Freud postula que a angústia produz a repressão e não ao contrário, acrescenta que é o estado de angústia que provém do ego que coloca em funcionamento a repressão.

Freud (1926/2014) denomina a angústia como um estado afetivo e acredita que sua base está localizada no aumento de excitação, porém, provocando uma sensação desprazerosa, das quais as vias de descargas são específicas - órgãos respiratórios e coração.

Na tentativa de conceituá-la e diferenciá-la de outros afetos, também desagradáveis, o autor elenca traços particulares: “1) um caráter desprazeroso específico; 2) reações de descarga; 3) percepções destas” (p. 72). Ele cita o trauma do nascimento como a angústia inaugural e conclui que a angústia automática aparece quando situações trazem à tona elementos deste trauma. Contudo, Freud acrescenta que existe angústia que não remonta ao evento do nascimento, trata-se de uma “reação a um estado de perigo” (p. 74) que o ego organiza para lidar com determinada situação que já foi experimentada como trauma anteriormente.

Portanto, com Freud (1926/2014) percebe-se que a angústia que atravessa o sujeito pode ser conceitualizada como um atributo que se remete a algo real ou a algo advindo das exigências pulsionais. É como um sinalizador frente ao mal-estar que invade a singularidade do sujeito e liga-se a algo de difícil simbolização, que pode ser desencadeador de sintomas. Nesse sentido, a possibilidade de escuta traz oportunidades para que haja a realização de um tratamento para ressignificação do que anteriormente não havia encontrado vazão pela via da linguagem. Este conceito de angústia nos serve para fundamentar a prática clínica, visto que os sintomas procedem deste estado afetivo.

De acordo com Freud (1926/2014), os sintomas são formados com o objetivo de proteger o Eu das situações consideradas perigosas, reveladas por meio do estado de angústia. Sendo assim, se o clínico operar de modo a impedir, ou até mesmo com o intuito de eliminar o sintoma, o efeito poderá ser catastrófico, pois “produz-se aquela situação análoga ao nascimento, em que o Eu se encontra desamparado ante as exigências instintuais cada vez maiores” (p. 88). A angústia e o mal-estar acometido pelo sujeito faz submergir uma noção, segundo a psicanálise, diretamente concedida aos conflitos psíquicos e às continências pulsionais impostas à ordem civilizatória, ocasionando uma modificação econômica da libido e no exercício das funções estruturais da subjetividade, agregando nela atributos importantes para a socialização e a capacidade desejante do sujeito (Lima & Daltro, 2017).

De acordo com Freud (1930/2021) é na satisfação imediata das necessidades que se encontra a essência da felicidade, cuja possibilidade de alcance é ocasional e resulta em um tépido bem-estar.

A felicidade é limitada por fatores próprios da constituição, o que nos torna mais suscetíveis a experimentar a infelicidade. O autor indica três fontes de sofrimento pelas quais somos ameaçados: o próprio corpo; o mundo externo; e as relações entre pessoas. O que Freud nos apresenta no artigo *O mal-estar na civilização* (1930) é que os instintos agressivos e hostis são partes constituintes do ser humano. Estes são frutos da repressão das necessidades do indivíduo em prol da vida coletiva.

Para estar inserido numa cultura, o sujeito consente em abrir mão de parte de sua satisfação, visto que não é possível a realização irrestrita dos próprios desejos, regidos pelo princípio de prazer. Abdicar de parte da vida pulsional implica em internalizar regras e limites, é a condição para que seja possível a vida em coletividade, trata-se de uma exigência para o funcionamento e o desenvolvimento da mesma (Tavares, 2009).

Com isso, Freud (1930) conclui, que não há uma generalização quando o assunto é felicidade, este é um arranjo singular do sujeito. Contudo, sobre os meios de evitar o sofrimento, ele acrescenta que “o método mais cru, mas também mais eficaz de exercer tal influência é o químico, a intoxicação” (p. 32), pois são capazes de alterar o estado de sofrimento, já que este pertence ao campo da sensação, onde o sentir está submetido à estrutura do organismo. Tal colocação se mostra pertinente até hoje, já que o que se observa é uma massificação medicalizante da vida cotidiana para conter as mais diversas emoções desencadeadoras de mal-estar presentes no dia-a-dia, pois algumas substâncias químicas quando presentes no organismo produzem “sensações imediatas de prazer” (p. 33) e ao mesmo tempo alteram a sensibilidade ao ponto de dificultar o recebimento de impulsos desprazerosos pelo organismo. Nesse contexto, o medicamento passa a ser visto como uma saída contemporânea utilizada pelo sujeito para lidar com o seu mal-estar.

### **A medicalização do sofrimento**

Para Azevedo e Féres-Carneiro (2019), a relação estreita entre o medicamento e a vida cotidiana produz efeitos na relação do indivíduo com o seu meio, com seu corpo e seus sentimentos. O viver tornou-se atravessado pelo discurso médico que supõe deter os

melhores recursos científicos e medicamentosos para a regulação do mal-estar, e em consequência disso, o sujeito vem cada vez mais sendo destituído do seu “lugar de fala”. Em outras palavras, segundo Cunha (2021), com o surgimento da psiquiatria pôde-se ter um domínio poderoso acerca do mal-estar individual e social. Com o processo da medicalização para a redução do mal-estar, ocorreu um prejudicial enfraquecimento na simbolização do sofrimento do sujeito. Por essa perspectiva, a tristeza, por exemplo, passa a ser experienciada como um indicativo de depressão. Segundo Bauman (1998), a depressão virou um atributo de nomeação do sujeito pós-moderno para designar a sua existência e o seu modo de subjetivação perante a vida.

Visto isso, o que se observa na atualidade é que os medicamentos, especificamente os psicofármacos, metaforicamente, tornaram-se “blockbusters” (Camargo, 2010, p. 39), por sua grande disseminação social tracionada pelos avanços e desenvolvimento da indústria farmacêutica. Compostos por substâncias químicas que atuam no sistema nervoso central e afetam o organismo ocasionando mudanças no processamento mental. Esses medicamentos são responsáveis por produzir modificações de humor e alteração na percepção das emoções (Boni, Rezende, Mazzetto, Tonhom & Rezende, 2021).

A partir das revisões na literatura científica, percebe-se que já na década de 80 com a comercialização desses medicamentos o que se fazia presente eram as promessas que asseguravam uma grande rapidez e eficácia acerca do alívio de sintomas e redução de tensão, por meio de um jogo de marketing que oferecia “felicidade em pílulas”, como por exemplo na comercialização do Cloridrato de Fluoxetina, mais conhecido como Prozac (Cunha, 2021).

Além disso, há dados que revelam a existência de um interesse que sobrepõe a cura, que se refere à esfera econômica, e envolve a fabricação e venda desses medicamentos. De acordo com Machado e Ferreira (2014), no bojo categórico dos psicofármacos “os antidepressivos detêm o terceiro lugar entre os medicamentos mais vendidos no mundo” (p. 136). Tal informação pode ser comprovada e quantificada a partir dos dados coletados pelo Conselho Federal de Farmácias, onde consta que ao longo do ano de 2020 houve um aumento de 17% em relação ao ano anterior referente às vendas de antidepressivos e estabilizadores de humor, evidenciando também um



número aproximado de 100 milhões de caixas de medicamentos controlados sendo vendidos num período de 12 meses, somente no Brasil.

Sendo assim, com o grande avanço nas vendas dos antidepressivos, levanta-se algumas hipóteses acerca do que pode estar contribuindo para esse fator. Segundo Oliveira, Varallo, Jirón, Ferreira, Siani-Morello, Lopes e Pereira (2021), por um lado o consumo pode ligar-se ao volume expansivo de diagnósticos de transtornos psiquiátricos, aos lançamentos de novos medicamentos e às novas recomendações terapêuticas para o uso de psicofármacos já existentes, o que nos dá a possibilidade de reflexão acerca das vinhetas clínicas derivadas do acompanhamento psicológico de adolescentes e jovens adultos que fazem uso de medicações psiquiátricas.

## **Adolescência e juventude**

A adolescência é um período de mudanças multifatoriais na vida do sujeito, marcada pela dimensão social, na medida em que se amplia o contato extrafamiliar. Simultaneamente devido às peculiaridades desse momento associadas às transformações que ocorrem no corpo, em consequência do advento da puberdade, o adolescente realiza um movimento psíquico de subjetivação bastante intenso (Jucá & Vorcaro, 2018). Trata-se de um reposicionamento e da apropriação de uma identidade articulada à morte do corpo infantil e dos ideais construídos na infância, do fracasso da imagem dos pais e de um reencontro com a castração, agora sob novo enquadramento (Moreira & Coutinho, 2018). Todas as transformações derivadas deste período acontecem independente da vontade do sujeito, movidas pelos processos de maturação biológica, mas também pulsional. Por se tratar de algo que o adolescente não pode controlar, é comum que vivencie este processo como invasivo, proveniente do exterior e tenha a sensação do próprio corpo como “estrangeiro, habitado por novos e violentos aspectos pulsionais” (Savietto & Cardoso, 2006, p. 5).

Freud (1905/2016) enfatiza as mudanças ocorridas no período da puberdade e suas implicações psíquicas, descreve um percurso do autoerotismo à sexualidade genital madura, considerando a urgência do luto pelo corpo infantil. Para ele, a puberdade é percebida como um tempo de conclusão do desenvolvimento das pulsões parciais da

infância, sustentada pela genitalidade, fase final do desenvolvimento psicosssexual que resulta na organização sexual. É importante sinalizar que para Freud a infância é como “uma espécie de organização frouxa” (p. 331) a ser definida posteriormente, na adolescência.

O corpo que antes era de criança encontra-se genitalizado e com uma pulsionalidade ainda não experimentada pelo sujeito, marcando o psíquico e evidenciando conflitos edípicos que estavam suspensos devido à fase de latência. Este reposicionamento subjetivo imposto pela adolescência resultará numa nova maneira de se relacionar consigo mesmo, com seu corpo e com as outras pessoas. Para Silva (2019), uma das conquistas mais importantes e dolorosas da adolescência no âmbito psíquico é a apropriação de um lugar de sujeito de desejo e não mais um objeto de desejo, isto implica em desligar-se dos pais ou de seus substitutos.

As mudanças ocorridas com o adolescente não se limitam às percepções próprias, são notadas pelas pessoas que estão em torno dele nesta travessia. Desta maneira, modifica-se também o olhar que lhe é dirigido, pois perde-se o caráter inocente e de proteção que eram endereçadas a ele quando criança. Esta transformação no modo como o adolescente é visto pode ser considerada como um fator desencadeador de angústia e desamparo (Savietto & Cardoso, 2006). De acordo com Calligaris (2000) o adolescente “não é mais nada, nem criança amada, nem adulto reconhecido” (p. 24), este período traz a marca da insegurança, da fragilidade da autoestima, da depressão e da possibilidade de um encontro com a morte real pela via do suicídio.

Em decorrência de tais mudanças e dos possíveis desajustes emocionais vivenciados, segundo Ferrari (1996), é comum o desencadeamento de sintomas como a única saída psíquica possível para o enfrentamento das questões emergentes desta fase, inclusive seus conflitos e modos de subjetivação podem repercutir e estender-se ao longo de um grande período da vida. De acordo com Assis (2018), é possível pensar a adolescência e a juventude como configurações, as quais também vão compondo o modo de ser e estar do sujeito no mundo e por esse motivo não há uma precisão temporal para demarcar a finalização de tal passagem.

Segundo Outeiral (1997/2001), pode-se compreender a adolescência a partir de três momentos: sua entrada se dá por volta

dos 10 aos 14 anos, denominada como adolescência inicial, onde tem-se a ocorrência de modificações do corpo e alterações psíquicas; dos 14 aos 17 anos, há a caracterização da adolescência média, permeada pelo surgimento das questões envolvendo a sexualidade e as escolhas sexuais; e o período final, que ocorre dos 17 aos 25 anos, marcada pelas mudanças no vínculo parental, por questões de aceitação do corpo já modificado, e das novas formas de performar perante o mundo adulto. No entanto, para alguns autores há certa dificuldade em enquadrar temporalmente o término desse período. Calligaris (2000), por exemplo, considera a adolescência como um “tempo de transição, cuja duração é misteriosa” (p. 18), sendo que Kehl (2006) também compreende essa fase por um viés mais elástico, articulando-a como “um estado de espírito” sem tempo definido (p. 89).

Neste momento, compreender a adolescência e os desafios acarretados no desenvolvimento do sujeito, também nos dá atributos para compreender alguns possíveis desdobramentos psíquicos que estão em jogo, como por exemplo no intermédio de estados depressivos, os quais podem ilustrar uma resposta normal, em decorrência as mudanças vivenciadas nesta fase, ou assumir estados patológicos que requerem intervenções medicamentosas. Por isso é necessário analisar caso a caso para que seja estabelecido um manejo responsável e adequado, tanto através do atendimento médico quanto do atendimento psicanalítico.

As vinhetas clínicas ilustram de forma breve algumas inquietações que surgiram a partir da prática clínica. Estas elucidam temas como o excesso de medicalização e o apagamento do sujeito; a atribuição do medicamento para contornar o mal-estar; e o medicamento como amuleto cuja função é oferecer segurança ao sujeito. A partir das ilustrações, é possível refletir a respeito do limiar entre um estado de angústia esperado, frente a tamanhas transformações específicas da adolescência e início da vida adulta.

### **Vinhetas clínicas**

Trata-se de um estudo teórico-clínico, empreendido por meio da experiência clínica das autoras. Como tal, corresponde ao que é proposto pela Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (§1, item VII), que prevê a não submissão a Comitês de Ética em Pesquisa

de estudos cuja finalidade seja o aprofundamento teórico de situações que emergem de maneira espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não seja revelada as informações que possam identificar o sujeito. Desta forma, passa-se a apresentar e discutir vinhetas clínicas de adolescentes e jovens que concomitante ao atendimento psicanalítico fazem uso de medicação psiquiátrica.

### **O excesso de medicação na adolescência e o apagamento do sujeito**

Emily, 17 anos, chegou para o atendimento psicanalítico por demanda dos pais aos 14 anos e fazia uso de antidepressivo prescrito pelo psiquiatra que a acompanhava naquele período. Durante os três anos de atendimento, a adolescente passou por trocas de médicos e de medicamentos e, após a última consulta com o psiquiatra, a paciente inicia a sessão com o relato de sua experiência no consultório do médico. Expõe as mudanças nos medicamentos dos quais já fazia uso e fala sobre a prescrição de novas drogas. Os princípios ativos que compõem o atual quadro de medicamentos de Emily são: escitalopram, lamotrigina, cloridrato de bupiriona e hemitartrato de zolpidem.

Quando interrogada sobre sua percepção acerca das alterações dos medicamentos e das respectivas dosagens, a jovem denomina-se “morta-viva” e acrescenta que não fica feliz com acontecimentos bons e nem triste com os acontecimentos desagradáveis. Ela indica preferir este estado de mortificação ao invés do mal-estar que lhe acometia antes. Se por um lado, o medicamento foi capaz de subtrair o sofrimento, por outro parece ter custado parte da experiência humana de viver, cuja condição do sujeito vivo é de se afetar frente às adversidades e outras situações da vida.

No último ano do ensino médio, a pandemia de COVID-19 promoveu uma atmosfera de medo e morte, antecipou o distanciamento dos colegas, da escola e dos professores. Emily perdeu sua rotina e teve sua atividade social bastante reduzida. Assim como muitos outros jovens, ela perdeu alguns rituais importantes, que marcam o término e o início de uma nova fase, como a formatura, por exemplo. O cenário pandêmico trouxe prejuízos para a jovem que se encontra no momento de maior investimento no âmbito social, visto que a mesma passou a maior parte dos dias em casa ao lado da mãe. A

saída foi se isolar, como medida de proteção, e se dedicar aos estudos. Para Dunker (2020), diante de uma situação inédita como a pandemia, todos são principiantes ao lidar com os impactos deste contexto, sendo assim, há a necessidade de se buscar maneiras singulares de enfrentamento. Apesar de “morta-viva”, Emily elegeu os estudos como forma de enfrentar a “morte”, ligando-se à ideia de entrar na universidade e na possibilidade de novos laços. Mesmo “se matando” de estudar, a adolescente encontra no seu fazer intelectual uma aposta de vida.

Quantas coisas morrem durante a travessia da adolescência? Verifica-se como fundamental considerar os conflitos que surgem a partir dos lutos da infância que configuram esta fase, sem perder de vista o contexto do qual o adolescente faz parte. Desconsiderar o que Emily está experimentando na sua travessia da adolescência e medicar o seu mal-estar a coloca em risco ao promover um estado de não afetação que dificulta o processo de dar vazão ao seu estado de angústia pela via da palavra. Onde a palavra não circula, entende-se que a ação poderá se tornar a via de expressão prevaiente, e neste caso, o risco de morte pode não se restringir ao campo da subjetividade e estender-se à possibilidade da morte do corpo.

Cabe o questionamento sob seu atual estado de “morta-viva”: seria encantamento, ao considerar a promoção do apaziguamento de seu mal-estar, ou maldição, visto que o efeito colateral promoveu uma possível mortificação de sua subjetividade? De acordo com o dicionário Oxford Languages (2021), a palavra morto-vivo significa “pessoa que está prestes a morrer; indivíduo inerte, desprovido de vivacidade, ação”. Contudo as palavras sobrepujam o significado quando uma adolescente usa o termo “morta-viva” na tentativa de comunicar por meio da fala o que lhe afeta. Acredita-se que é o seu posicionamento enquanto sujeito que está em cena, e de suas palavras surge a possibilidade de refletirmos sobre o apagamento do sujeito frente à medicalização do viver.

## **O medicamento como amuleto**

Regina, 24 anos, buscou atendimento psicanalítico por recomendação do médico psiquiatra. Ela já havia sido medicada com Sertralina e Bromazepam, de acordo com o diagnóstico médico de

depressão e transtorno de ansiedade. O período inicial foi marcado pelo relato dos sintomas físicos, quando discorria sobre a falta de ar, a dor no peito, os tremores, a dificuldade para dormir e para se alimentar. Ela relatava que o pensamento de tirar a própria vida era recorrente, concomitantemente, a ansiedade apresentava-se por meio de uma experiência de perder o controle de tudo, acompanhada da sensação de morte.

Diante da intensificação dos sintomas, a paciente recorreu ao médico novamente, tendo havido um aumento da dosagem dos medicamentos que ela fazia uso. Contudo, as sessões de psicoterapia permaneceram uma vez na semana, exceto em períodos específicos em que Regina solicitava mais uma sessão. Entende-se que em situações como esta, cujo sofrimento se aproximava do insuportável, o trabalho psicanalítico semanal pode ser considerado insuficiente, de maneira que o medicamento acaba oferecendo contornos importantes para que o sujeito consiga sustentar o tratamento e se pôr a falar sobre o sintoma.

Regina passou a fazer associações entre o início dos sintomas e a própria história de vida, retornando às vivências infantis e aos desdobramentos de sua adolescência. A jovem dizia que parecia não ter vivido sua adolescência e considerava estar prestes a começar a fase de exploração do mundo e de construção da própria identidade.

Sempre consciente sobre os medicamentos que usava e sem perder de vista a sua experiência de adoecimento, Regina recorreu ao psiquiatra em outros momentos, como quando decidiu ir diminuindo a dosagem das medicações. Apesar de se sentir insegura e relatar ter medo de retornar ao estado em que estava no início das sessões, ela optou por tentar e aos poucos foi conseguindo reduzir consideravelmente a sua medicação ao mesmo tempo em que se lançava a novas experiências. Com bom humor, reconhecia sua melhora, mas relatava não conseguir tirar o ansiolítico da bolsa, como se o objeto fosse capaz de prevenir uma crise e promover segurança pelo simples fato de estar ao alcance dela.

## **Medicamento como atributo para contornar o mal-estar**

Lorena era uma jovem de 20 anos, acompanhada na clínica particular por meio de atendimento psicanalítico. Foi encaminhada por sua antiga psicóloga, em decorrência da necessidade de um atendimento presencial não mais ofertado pela profissional que se mudara de cidade a partir da pandemia de COVID-19. Lorena fazia tratamento psicológico e psiquiátrico desde os 15 anos, tendo feito uso de uma série de antidepressivos e ansiolíticos ao longo de sua vida. Após quase um ano de acompanhamento psicológico, fazia uso de Cloridrato de Bupropiona 150 mg e Cloridrato de Sertralina 100 mg.

Como queixa, trazia uma série de problemas intrafamiliares os quais colocavam em evidência o relacionamento fracassado dos pais, as mudanças ocorridas depois do nascimento do irmão mais novo e um sentimento de rejeição. Definia o pai como um adulto infantil, imaturo, e a mãe como alguém que vivia sobrecarregada, a qual precisava dar conta de tudo e projetava todas suas angústias nela. A mãe também fazia uso de psicotrópicos e, assim como ela, foi diagnosticada com depressão.

Acerca do convívio com a mãe, Lorena conseguia enxergar alguns efeitos colaterais negativos dos medicamentos. De acordo com o seu relato, a mãe ingeria tantos remédios que “até ficava zen”, sem conseguir fazer nada. Porém, este era justamente o mesmo movimento que, muitas vezes, Lorena reproduzia em sua vida, tornando-se um fator preocupante. Segundo Moreira e Coutinho (2018), enquanto o uso de medicamento age como bloqueador, aplacando qualquer tipo de afeto, também pode acabar ocasionando uma desresponsabilização do sujeito e de toda rede de apoio, como a família, a escola e a comunidade, grupos fundamentais para a organização do discurso próprio do adolescente.

Num determinado momento do acompanhamento, surgiu uma situação de efeito curioso: Lorena precisava viver um luto ocasionado pelo rompimento de sua relação amorosa. Por meio desse relacionamento, se sentia cuidada e tinha acesso a um modelo familiar diferente do dela, que gerava uma sensação de acolhimento e pertencimento.

Em decorrência dessa situação, a paciente passa a ser atravessada por uma série de sentimentos, os quais, naquele momento,

pensava que não iria suportar. Então, Lorena entra em contato para solicitar um encaixe e adiantar sua sessão, com a justificativa de que precisava falar sobre o que estava acontecendo, em seguida também agenda uma consulta com a psiquiatra. No entanto, a consulta com a médica acaba acontecendo antes da sessão de psicoterapia.

No dia do atendimento, a paciente chega à clínica e relata se sentir melhor, porém bastante sonolenta, tonta e um pouco confusa, o que a faz pedir para encerrar a sessão mais cedo. Havia sido aumentado a dose dos medicamentos que compunham o seu tratamento, além disso também havia sido inserido uma medicação extra para casos de emergência. A este respeito, percebe-se que os efeitos da medicalização em consonância com os diagnósticos médicos, em alguns casos, retiram o indivíduo do seu lugar de fala e desapropriam o discurso do sujeito sobre o seu próprio mal-estar. Tal situação chama atenção, pois traz luz a um enigma onde no mesmo momento em que a paciente faz um movimento de querer falar e dar sentido ao seu sofrimento, aumenta-se a dose dos medicamentos para aliviar o mal-estar daquilo que a afetava, interrompendo a experiência de fala e compreensão do que estava sendo sentido.

Com a prática clínica percebe-se que para muitos, parece de grande valor as promessas da medicalização do sofrimento para apartar o estado de angústia, mesmo que os meios desse percurso custem parte da subjetividade humana. Quando se pensa acerca do uso indiscriminado de medicamentos, o que se observa são os efeitos na dificuldade do sujeito de falar sobre o seu sofrimento, tornando-se um fator que muitas vezes acaba atrapalhando a intervenção psicanalítica. Infelizmente, o que se propaga pela cultura e se sustenta por meio da hegemonia do saber médico, é que a angústia e o mal-estar ocupam um lugar de menos valia, de fracasso, ou incapacidade individual e por esse motivo devem ser eliminados, pois não são considerados como parte constituinte do sujeito, dando origem a um apelo de uma imagem vislumbrada por um ideal, associada a um prazer contínuo e ao alcance de todos (Maia & Albuquerque, 2000). Para Ribeiro e Marcos (2017), não há razão para a eliminação da angústia e do mal-estar, pois é a partir da simbolização dos conflitos vividos que o sujeito vai se constituindo e criando a sua própria identidade, portanto, é indispensável a compreensão de como a psicanálise entende esses



conceitos e de que forma tais fatores tornam-se fundamentais na constituição psíquica do sujeito.

## **Considerações finais**

Apesar da psicanálise e da medicina moderna apresentarem um percurso imbricado e acontecerem de forma concomitante na história, seu fundamento, modo operante e análise acerca do corpo, do sintoma e manejo do tratamento alude uma grande dicotomia. Embora a psicanálise tenha seu marco inicial a partir da medicina, seu campo do saber acabou tomando contornos que subvertem a lógica estritamente racional, empírica e científica para uma conversão à linguagem e à subjetividade do sofrimento humano, o que ocasiona o afastamento entre as duas áreas do saber (Lima & Daltro, 2017).

Ao refletirmos acerca da experiência na clínica psicanalítica, observamos a incidência de adolescentes e jovens adultos medicalizados. Segundo Cunha (2021), observa-se “um processo de intensa medicalização da vida cotidiana, em que as mais banais emoções são passíveis de uma intervenção medicamentosa” (p. 1-2). Compreende-se que os impasses que esse quadro ocasiona ressoa no sujeito e na sua capacidade de simbolização do sofrimento, sendo vigente que haja a construção de um olhar minucioso e crítico acerca do uso dos medicamentos na adolescência.

As vinhetas clínicas ilustraram as percepções das jovens sobre os efeitos dos medicamentos e as ressonâncias na própria subjetividade. Destacou-se a impossibilidade de generalização inclusive acerca da intervenção medicamentosa, visto que cada uma das pacientes atribuiu-se funções diferentes aos medicamentos. É neste sentido particular que se inclina o trabalho psicanalítico, na contramão do que a medicina vislumbra, por meio da aposta no saber do sujeito sobre seu próprio sofrimento, colocando-o como vivo e autor de sua própria história, ainda que seja necessário o uso de medicação.

Na adolescência, independente da idade cronológica do sujeito, o uso de medicamentos de maneira indiscriminada e massiva é fator de preocupação, pois este é um período caracterizado por transformações multifatoriais que exigem do sujeito um intenso

trabalho psíquico, do qual a angústia e o mal-estar podem ser estruturantes. Portanto, promover um espaço de fala para o adolescente também é oferecer a possibilidade de dar contornos ao seu estado de angústia, pois verifica-se que é pela via da palavra que o sujeito poderá construir um modo de viver mais subjetivado, tendo em vista que a direção da cura para a psicanálise não se caracteriza como uma promessa de felicidade universal e nem como um dispositivo de eliminação do mal-estar.

## Referências

- Assis, M. F. (2018). Figurações da adolescência e juventude na atualidade: metáforas da cultura. *Cadernos de Psicanálise (CPRJ)*, 40(38), 183-206. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v40n38/v40n38a11.pdf>.
- Azevedo, L. J. C. & Féres-Carneiro, T. (2019). A cultura medicalizante e os processos transgeracionais. *Revista CES Psicologia*, 12(2), 141-150. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/cesp/v12n2/2011-3080-cesp-12-02-141.pdf>.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Barros, J. A. C. (2002). Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico?. *Saúde e Sociedade*, 11(1), 67-84. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902002000100008>.
- Boni, B. S., Rezende, K. T. A., Mazzetto, F. M. C., Tonhom, S. F. R. & Rezende, M. (2021). O uso de psicofármacos e/ou psicotrópicos: Uma revisão integrativa. *New Trends in Qualitative Research*, 8, 880-889. <https://doi.org/10.36367/ntqr.8.2021.880-889>.
- Camargo Jr., K. R. (2010). A economia política da produção e difusão do conhecimento biomédico. In S. Caponi (org.), *Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica* (pp. 36-48). Palhoça: Unisul.
- Calligaris, C. (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha.

- Cordeiro, S. N., & Miranda, F. S. (2020) A vida por fio: a escuta clínica entre a urgência subjetiva e a urgência médica. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(3supl), 132-145. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n3suplp132>
- Cunha, M. (2021). A banalidade do mal psicofarmacológico em tempos de performance. *Psicologia USP*, 32, 1-9. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200052>.
- Dunker, C. I. L. (2020). *A arte da quarentena para principiantes*. São Paulo: Boitempo.
- Ferrari, A. B. (1996). *Adolescência: o segundo desafio - considerações psicanalíticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Foucault, M (2015). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1963).
- Freud, S. (2016). *Estudos sobre a histeria*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1893-1895).
- Freud, S. (2010). A repressão. In S. Freud, *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. V. XII. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (2014). Inibições, Sintoma e Angústia. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*.v. XVII. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1926).
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Obras Completas* (S. P. César, Trad.) (vol. 6, pp. 13-172). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (2011). *O mal-estar na civilização* (P. C. D. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1930).
- Jucá, V. S., & Vorcaro, A. M. R. (2018). Adolescência em atos e adolescentes em ato na clínica psicanalítica. *Psicologia USP*, 29(2), 246-252. <https://doi.org/10.1590/0103-656420160157>.
- Kehl, M. R. (2006). *A juventude como sintoma da cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

- Lazzarini, E. R., & Viana, T. C. (2006). O corpo em psicanálise. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 241-249. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200014>.
- Lima, Y. J. S. C., & Daltro, M. R. (2017). O sintoma-equilibrista e o tratamento médico ao mal-estar na atualidade. *Cadernos de Psicanálise (CPRJ)*, 39(36), 243-264. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v39n36/v39n36a13.pdf>.
- Machado, L. V., & Ferreira, R. R. (2014). A indústria farmacêutica e psicanálise diante da “epidemia de depressão”: respostas possíveis. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 135-144. <https://doi.org/10.1590/1413-7372189590013>.
- Maia, M. S., & Albuquerque, A. (2000). Get there now! Cultura contemporânea, imediatismo e desamparo. *Pulsional: revista de psicanálise, ano XIII*(132), 81-88. Recuperado de <https://www.oocities.org/hotsprings/villa/3170/albuquerqueaia.htm>.
- Moreira, A. S., & Coutinho, L. G. (2018). Efeitos da medicalização na travessia adolescente. *Revista de Psicologia*, 9(1), 53-63. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/20509/71574>.
- Oliveira, J. R. F., Varallo, F. R., Jirón, M., Ferreira, I. M. L., Siani-Morello, M. R., Lopes, V. D. & Pereira, L. R. L. (2021). Descrição do consumo de psicofármacos na atenção primária à saúde de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Revista Caderno de Saúde Pública*, 37(1), 1-15. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00060520>.
- Outeiral, J. O. (1997). O trabalho com grupos na escola. In L. C. Ozório e D. E. Zimmerman (Orgs.), *Como trabalhamos com grupos* (pp. 359-372). São Paulo: Artmed.
- Peres, U. T. (2002). A psicanálise e os psicofármacos nas depressões. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 5(1), 99-110. <https://doi.org/10.1590/1415-47142002001007>.
- Queiroz, L. F, Castro, B. N., Queiroz, L. F. & Pimenta, P. R. (2021). Diferenças na abordagem do tratamento da anorexia nervosa

nos campos da psicanálise e da psiquiatria: uma revisão de literatura. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research*, 34(3), 65-68. Recuperado de [https://www.mastereditora.com.br/periodico/20210507\\_07392\\_3.pdf](https://www.mastereditora.com.br/periodico/20210507_07392_3.pdf).

Ribeiro, A. L. & Marcos, C. M. (2017). Considerações psicanalíticas sobre o psicofármaco. *Estudos Contemporâneos da Subjetividades*, 7(1), 37-47. Recuperado de <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1903/1421>.

Salvador, I. N., & Cordeiro, S. N. (2020) A medicalização no referencial psicanalítico: uma revisão sistemática de literatura. *Revista Subjetividades*, 20(2). <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i2.e9572>.

Savietto, B. B., & Cardoso, R. M. (2006). Adolescência: ato e atualidade. *Revista Subjetividades*, 6(1), 15-43. Recuperado de <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/1538/3489>.

Silva, M. R. C. (2019). *Corpos marcados: desamparo e angústia na clínica psicanalítica com adolescentes*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Tavares, L. A. T. (2009). *A depressão como “mal-estar” contemporâneo: medicalização e (ex)-sistência do sujeito depressivo*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

## **COVID-19 e desigualdade: impactos da pandemia nos grupos em vulnerabilidade social**

---

**Eneida Santiago  
Polyana Almeida Pompilho**

A pandemia da COVID-19 afeta todos os indivíduos, não diferenciando raça, gênero, nacionalidade e classe social. Contudo, cada grupo é afetado de forma diferente, pois vivem em culturas, condições e oportunidades distintas uns dos outros. Segundo dados nacionais de saúde (Ministério da Saúde, 2021a), até o fim do ano de 2021, o Brasil já tinha somado mais de 600 mil óbitos desde o início pandêmico, decretado pelo governo brasileiro na data de 27 de março de 2020. O que dizem esses números no que se refere à população? De que forma a pandemia afetou os brasileiros? Quais os impactos para os diferentes grupos sociais?

Entendemos que se tratam de questões sensíveis visto as condições de existência às quais vivem muitos brasileiros. Nesse sentido, a desigualdade e a vulnerabilidade social que atingem uma ampla camada da população brasileira são agravadas no contexto pandêmico. O aumento da pobreza, precariedade de acesso às políticas públicas como outros agravantes sociais, podendo causar sofrimento e diversos riscos, ampliando a suscetibilidade ao vírus da COVID-19 e seus efeitos.

Partindo da perspectiva de que as enfermidades não são apenas fenômenos biológicos, mas também sociais, esse texto tem por objetivo problematizar como alguns determinantes sociais agravam a pandemia nos grupos em situação de vulnerabilidade, considerando a atuação do capitalismo brasileiro perante as políticas sociais. Como sustentação para a discussão, utilizaremos os dados do Mapa da Desigualdade em sua edição 2021. Utilizamos da pesquisa documental como metodologia, fundamentado em mapas, pesquisas institucionais e números oficiais, além de autores que discutem a área.

A pesquisa documental corresponde a um exame de vários materiais que já foram ou não analisados e os que podem ser reanalisados, a fim de se obter novas informações ou complementar às existentes, conseqüentemente, fazendo surgir novos materiais e

documentos. Sendo assim, a maioria dos dados obtidos para esse tipo de pesquisa, provém de registros já existentes, contudo, a nova produção extrairá informações específicas pertinentes ao objeto de estudo em si, para construir, entender e gerar novos fenômenos e conhecimentos (Kripka, Scheller & Bonotto, 2015).

Pode-se adotar como fonte de investigação variados tipos de documentos, como os escritos, estatísticos, numéricos e reproduções de imagens e sons. Enquanto um método de pesquisa, a pesquisa documental pode ser qualitativa ou quantitativa, devendo o pesquisador se adequar a linguagem que lhe couber, fiando-se sempre ao problema de sua investigação. Existe um extenso trabalho a ser realizado com os materiais, que pode ser assimilado em dois momentos distintos e de igual importância, nomeado de coleta de documentos e análise de conteúdo (Silva, Damaceno, Martins, Sobral & Farias, 2009).

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, disseminado principalmente de pessoa a pessoa, sendo que estudos atuais indicam que o vírus responsável chama-se SARS-CoV-2, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Os sintomas variam de leve a grave, dentre os principais estão a febre, cansaço e tosse seca. Alguns infectados podem apresentar ainda dores pelo corpo, perda de paladar ou olfato, dor de cabeça, diarreia e outros sintomas considerados mais leves (Organização Pan-Americana da Saúde [Paho], 2021).

Dentre os infectados com sintomas graves estão pessoas idosas, com problemas respiratórios e outras comorbidades já existentes, contudo qualquer indivíduo infectado pode evoluir para um quadro mais crítico. Segundo dados da Paho (2021), “a maioria das pessoas (cerca de 80%) se recupera da doença sem precisar de tratamento hospitalar. Uma em cada seis pessoas infectadas por COVID-19 fica gravemente doente e desenvolve dificuldade de respirar” (p. 1). Existem também casos de pessoas infectadas assintomáticas, em que não há evidências de sintomas, apesar da infecção ser comprovada via teste laboratorial.

A transmissão da COVID-19 ocorre de forma semelhante a de outros vírus respiratórios, sendo disseminado por meio de contato direto, indireto ou próximo, seja com pessoas, com objetos e superfícies contaminados, via secreções, gotículas respiratórias

expelidas pela tosse, espirro ou fala da pessoa infectada e quem estiver até um metro de distância, corre o risco de ser contaminada por meio do nariz, olhos e boca. Há ainda possibilidade de pequenas gotículas respiratórias do vírus (chamadas aerossóis) permanecerem suspensas no ar por longos períodos e serem carregadas por distâncias maiores que um metro (Paho, 2021).

As primeiras orientações, que continuam em vigor, para prevenção e controle da disseminação não passaram pelo uso de fármacos: distanciamento social, uso de máscaras faciais, limpeza constante das mãos, cobertura do rosto com cotovelos ao tossir e espirrar, desinfecção de ambientes e, confirmado o contágio, manter-se em quarentena. A vacinação da população, principalmente para grupos de risco, se torna estratégia essencial como forma de controlar a transmissão e para retomada gradual das atividades e convívio social (Ministério da Saúde, 2021b).

## **Vulnerabilidade social**

Pensar em adoecimento geralmente nos leva a uma imagem do corpo e nos remete a algum tipo de cura ou tratamento. Esquecemos por vezes que adoecer é mais do que sentir dor física e que alguns tratamentos são tão específicos que dependem exclusivamente da qualidade de vida daquele sujeito. Neste sentido, a questão da vulnerabilidade deve ser tomada como um agravante. Devido à sua complexidade e usos possíveis, a vulnerabilidade é um conceito em construção. Sua ascensão se deu nos anos 1990, a partir do esgotamento da questão da pobreza, antes direcionada somente às questões econômicas. Com o desenvolvimento do tema, ela tornou-se de interesse para aplicações de políticas públicas (Monteiro, 2011).

Segundo Beninca, Hermínio e Camilo (2019), a vulnerabilidade social se caracteriza por um grupo ou indivíduo mais suscetível aos riscos e às contingências em que estão inseridos, tanto de natureza biológica, cultural ou epidemiológica, diferenciando-os dos outros grupos com benefícios e direitos garantidos, havendo maior desigualdade populacional.

Essa condição vulnerável pode ser apontada como uma forma de violação de direitos, pois significa que o Estado não está cumprindo



o seu papel de provedor de seguranças por via de políticas públicas efetivas. Segundo Beninca (et al, 2019), esses direitos, ainda que protegidos constitucionalmente, se materializam por meio de ações políticas, o que garante a longo prazo, capacidade de enfrentamento das adversidades sociais que contribuem para a marginalização e miséria de muitos brasileiros. Para além, dizer da condição de vulnerabilidade inclui implicar o contexto político brasileiro, pois na retirada ou dificuldade de acesso a direitos fundamentais, essa condição passa a abranger quase toda a sociedade, ao invés de apenas alguns grupos específicos.

Considerar a desigualdade e a vulnerabilidade social como parte de ações para conter o avanço desenfreado da COVID-19 é necessário. Conforme pesquisa realizada na Inglaterra e nos EUA, grupos considerados pobres e extremamente pobres sofrem de forma mais severa os efeitos da doença, impactando na incidência de infectados e mortes. Dessa forma, políticas públicas de combate à pandemia devem percorrer transversalmente as questões sociais dos grupos populacionais mais críticos (Ito & Pongeluppe, 2020).

Segundo Cestari e colaboradores (2021), o enfrentamento da COVID-19 requer organização das sociedades contemporâneas e tem repercussão não somente na saúde, como também na economia e na comunidade, principalmente nos países e regiões com maiores desigualdades. Em todo o mundo, regiões periféricas tornam-se as mais afetadas, dentre alguns dos agravantes, está o transporte público coletivo que é o mais utilizado, fragilização do vínculo empregatício e alta densidade de habitantes por moradia, colocando-os em risco.

A disparidade marcada pelo acesso a bens, serviços e riquezas, além de procedimentos de saúde e avanços tecnológicos alimentam indicadores que dizem respeito ao âmbito da saúde, doença e morte. A condição humana, sua interação enquanto sujeito-social é abalada, favorecendo a vulnerabilidade. O acesso desigual aos serviços essenciais impacta diretamente no desfecho clínico da doença, explicitando as pertinentes medidas de controle e ações públicas. Em outros contextos pandêmicos, como no caso da gripe espanhola e da gripe suína (H1N1), foi constatado que fatores de desigualdade também formam determinantes tanto para transmissão quanto para a severidade dessas doenças (Cestari et al., 2021).

Ações de políticas públicas geralmente estão cercada de ambiguidades, permanecendo numa indefinição de responsabilidades, distanciando, impossibilitando ou mesmo impedindo a participação popular, um dos pilares de políticas públicas como o SUS (Sistema Único de Saúde) e SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Este é um elemento importante visto que a atuação em grupo a partir de demandas comunitárias comuns se trata de uma estratégia de enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Somado às limitações impostas pelo próprio momento pandêmico, movimentos de austeridade e negacionismo corroboram com a ampliação do enfraquecimento da produção de coletividade (Soratto & Souza, 2021).

Por essas razões, tratar da pobreza, exclusão social e violência sofrida pela população desprezada em seus direitos pelo Estado, implica em adentrar na relação entre o modo de produção e sua relação com as políticas sociais de modo a integrar as dimensões micro e macroeconômicas (Cruz Neto & Moreira, 1999). Na mesma direção, Monteiro (2011) é categórica ao problematizar a exclusão da ordem capitalista da vulnerabilidade social, a qual circunscreve os indivíduos na lógica do domínio do mercado e do lucro em detrimento de sua humanidade. É a partir desse ponto que avançamos na próxima seção.

## **Capitalismo brasileiro e desigualdade**

Sob influência da revolução francesa e passando pela revolução industrial, o capitalismo ganha força transformando seu modo de produção. O manufaturado perde espaço para produção em grandes escalas juntamente com o aparecimento das classes operárias. Para tanto, o capitalismo explora a mão de obra operária, expropriando a força de trabalho em prol do enriquecimento e interesses de um determinado grupo social (Rezende, 2006).

Segundo Chaves e Arcoverde (2021), existem fenômenos sociais decorrentes da configuração estrutural capitalista, que se apresentam de formas inter-relacionadas, sendo eles as desigualdades e privações de direitos e questões sociais. Quanto mais as desigualdades existem em suas diversas formas e dimensões na sociabilidade, mais privadas de direitos estarão as populações expropriadas dos meios sociais, fato que se evidencia por meio de expressões históricas: colonização, escravidão, opressão, violência

contra minorias, conflitos identitários e étnico-raciais, políticas sociais excludentes, entre outras. Os esforços para superar os obstáculos datam do século XVIII e chegam em nossa época ainda sem consenso. São problemas estruturais cujo investida política não atinge a base do sistema capitalista e também não consegue equacionar os problemas.

O capitalismo sofreu mudanças, nos dias de hoje, encontra-se amplamente articulado com o mercado financeiro e com crescente desenvolvimento da tecnologia, ampliando seu poder de ação para além do âmbito local, sobrevivendo a crises por ele mesmo criadas e se reproduzindo na maioria das sociedades contemporâneas. Apesar de séculos, o capitalismo esteve sempre fundamentado no lucro e no acúmulo de capital, adjetivos que caracterizam esse sistema econômico. Rezende (2006, p. 209) mostra uma particularidade do cenário brasileiro capitalista:

O capitalismo brasileiro, politicamente orientado, alimenta-se e é alimentado pelo patrimonialismo estatal, que tem como traço principal um modo de agir completamente alheio e indiferente às necessidades da sociedade. Nessas condições, não se formou qualquer projeto de nação, já que os interesses coletivos foram sempre rechaçados em favor dos interesses que possuem condições de se articularem em torno do aparelhamento estatal.

Uma economia direcionada à arrecadação de bens e beneficiária de interesses estatais direcionados a uma parcela mínima de pessoas contribui com o descaso às necessidades sociais da grande população brasileira. Segundo Pochmann (2017), o capitalismo brasileiro, por mais que tenha se estruturado pela onda da globalização a partir dos anos de 1990 – justamente na época de constituição do SUS – sofreu impactos da desindustrialização, onde colocou o crescimento econômico e a dinâmica de acumulação de capital submetido à lógica da financeirização de riqueza. O autor enfatiza que

Diante da reestruturação capitalista em curso com a globalização conduzida pelas grandes corporações transnacionais e sob a crescente dominância financeira, a capacidade de o Estado promover políticas públicas de caráter universal apresentou limites políticos e econômicos de ordem interna (Pochmann, 2017, p. 318).

O adoecimento contemporâneo acompanha o surgimento da sociedade de consumo, onde é permitida a busca pelo prazer a qualquer preço, o acesso a informações e produtos são extremamente fáceis. As relações são passageiras e os objetos de consumo se tornam desatualizados e ultrapassados. As preocupações e motivações passam a ser de âmbito unicamente individual, resultando espaços públicos vazios e a decadência do engajamento político. Envolto a inúmeras opções, o ser humano se encontra cada dia mais solitário, na busca desenfreada de bens de consumo, que são atribuídos ao sucesso, na tentativa de suprir o vazio de representações tanto de si, quanto do outro (Herculano, 2018).

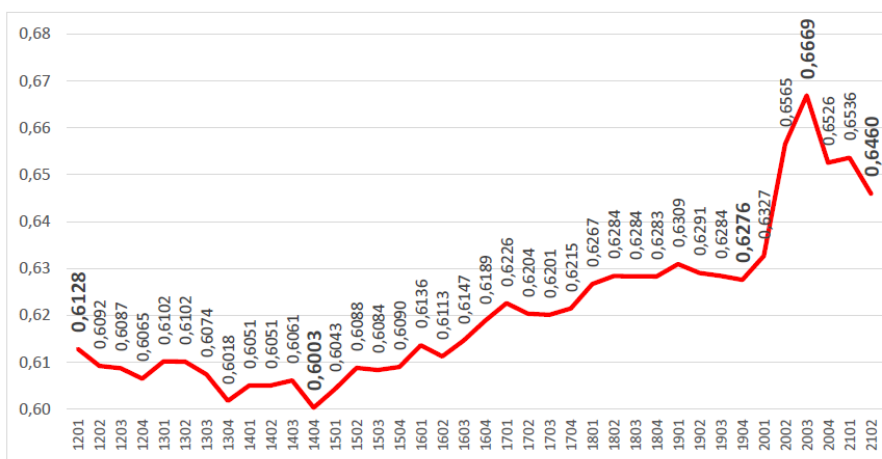
Em meio às transformações de produção, geração de emprego e riqueza do Estado, se encontra o indivíduo e o trabalho como mantenedor de renda e atividade basal, que vão além do mero sustento da vida e da família. Diz respeito à autoestima, à participação de objetivos da sociedade, bem como desperta sentimentos e emoções, que não permanecem no ambiente de trabalho, ao contrário, acompanha o homem, podendo gerar pressão devido ao desempenho (carga horária excessiva, trabalho domiciliar, precarização), sofrimento e adoecimento psíquico. No extremo oposto estão os que se enquadram no desemprego, entre os sentimentos mais comuns se encontram a vergonha, tristeza por perder o emprego, revolta e injustiça. Em decorrência direta desse fator, situa-se o isolamento social, ocasionando possíveis quadros psicopatológicos, onde o alcoolismo aparece entre os mais referidos na literatura (Viapiana, Gomes & Albuquerque, 2018).

No contexto pós-modernidade, a civilização ocidental não se estrutura reconhecendo as instituições, não existe um referencial externo e significado único. Como consequência se têm danos na constituição do psiquismo do sujeito, pois a cultura é um elemento essencial para a saúde mental, visto que ela é construída e articulada dentro dessa realidade de pré-existente. A fragilidade dos símbolos juntamente com a ausência de sentido, acabam por evocar muito sofrimento, como as patologias atuais nos quais se encontram as compulsões, adições e doenças somáticas (Herculano, 2018).

Nota-se, portanto, que a cultura é um fator determinante de saúde, bem como a forma que o Estado atua na distribuição de renda e políticas públicas. Segundo o Mapa da Desigualdade de 2019, o Brasil

é o segundo país que mais concentra renda no mundo gerando assim, um nível enorme de desigualdade (Rede Nossa São Paulo, 2019). Além disso, um estudo publicado pela Fundação Getúlio Vargas, estimou um aumento considerável da desigualdade durante a pandemia. O gráfico abaixo demonstra esse estudo realizado nas residências brasileiras pelo IBGE por meio da PNAD Contínua e o índice Gini, que é o indicador global de desigualdade (Neri, 2021).

**Evolução da Desigualdade - Índice de Gini \***



Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNADC. \* Renda per Capita do Trabalho Habitual

Verticalmente lê-se o indicador de desigualdade - para melhor compreensão, quanto mais próximo ao número um, mais desigual é o país - e horizontalmente localiza-se o ano seguido do trimestre. A realidade é que a desigualdade saltou na pandemia, atingindo um número recorde de toda série histórica pré-pandêmica.

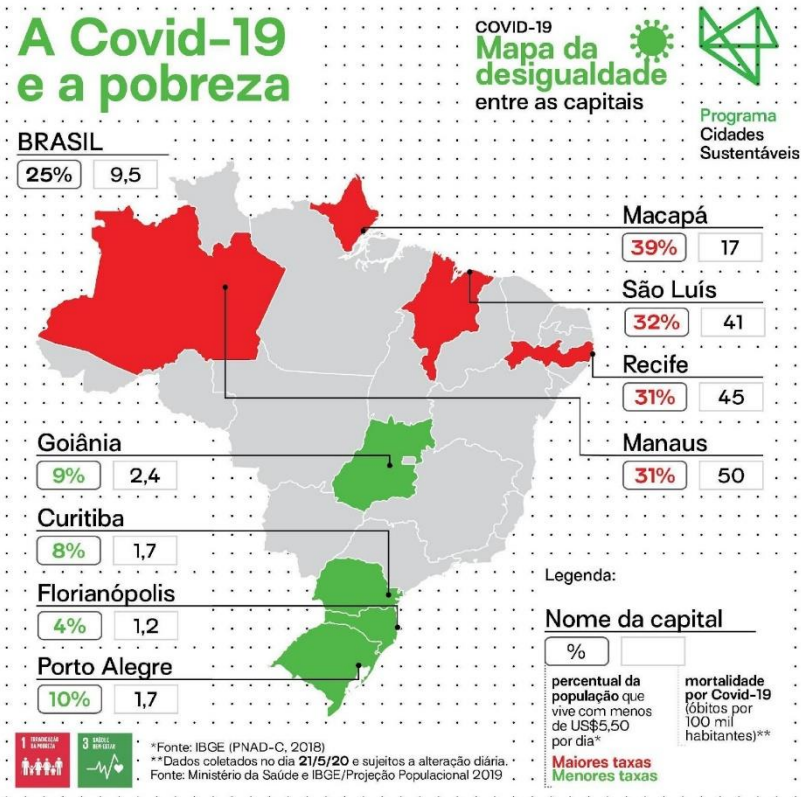
## Números da desigualdade e a relação com a COVID-19

O Mapa da Desigualdade faz parte da ação do Instituto Cidades Sustentáveis que, desde 2007, busca “melhorar a qualidade de vida das pessoas a partir do combate às desigualdades, da promoção dos direitos humanos, da participação social, da transparência e da defesa do meio ambiente” (p. 1). Renomeado em 2019, como Instituto São

Paulo Sustentável, estendeu o projeto para as cidades brasileiras, a fim das propostas de desenvolvimentos justos e sustentáveis acontecerem em âmbito nacional. Atualmente trabalha com duas propostas: em escala local, na Rede Nossa São Paulo e, em âmbito nacional, via Programa Cidades Sustentáveis (Instituto Cidades Sustentáveis, 2021).

O Programa Cidades Sustentáveis ([PCS], 2021), atua desde 2012 com a mobilização e conscientização de órgãos públicos e municipais no âmbito social, ambiental, econômico, político e cultural. Sua ferramenta inclui 12 eixos temáticos e um total de 260 indicadores relacionados a essas áreas, de acesso aberto ao público e a gestores, com o intuito de gerar informações para o combate de cidades menos desiguais e mais justas e sustentáveis. Os indicadores dos mapas variam conforme as edições de cada ano, tratando de dados reais e atuais a fim de apoiar a gestão pública na formulação de políticas mais inclusivas. Um dos novos indicadores do mapa de 2021 é o de COVID-19.

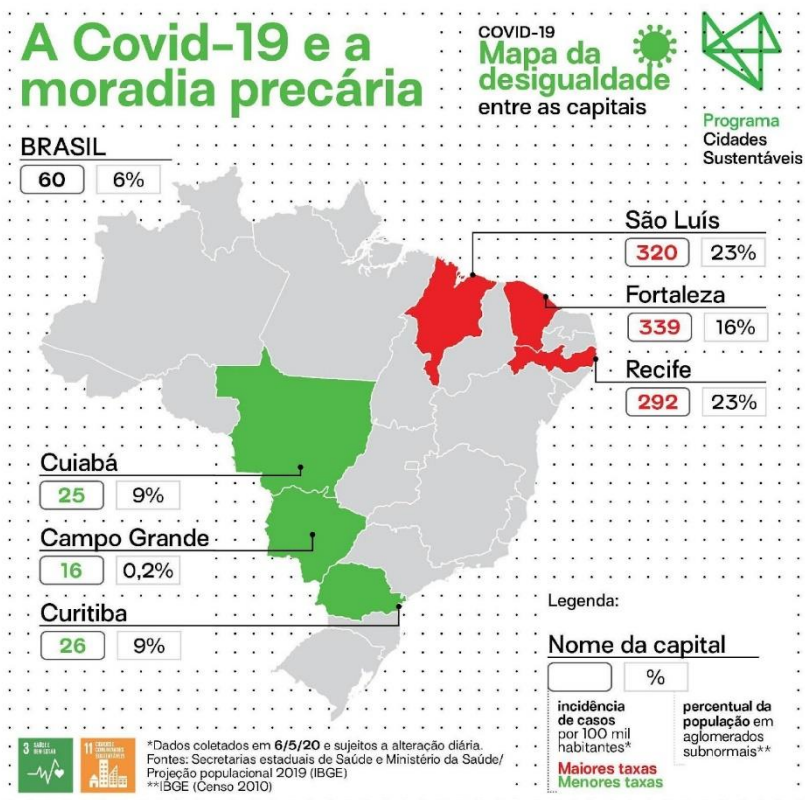
A seguir, trabalharemos alguns dos dados fornecidos pelos programas mencionados, relacionando a desigualdade e vulnerabilidade social com a pandemia da COVID-19. A partir da apresentação dos mapas, será possível visualizar várias informações, o que possibilitará melhor desenvolvimento do trabalho. No que concerne aos números de óbitos, o mapa da desigualdade fornecido pelo PCS (2020), ilustra a relação entre a COVID-19 e a pobreza.



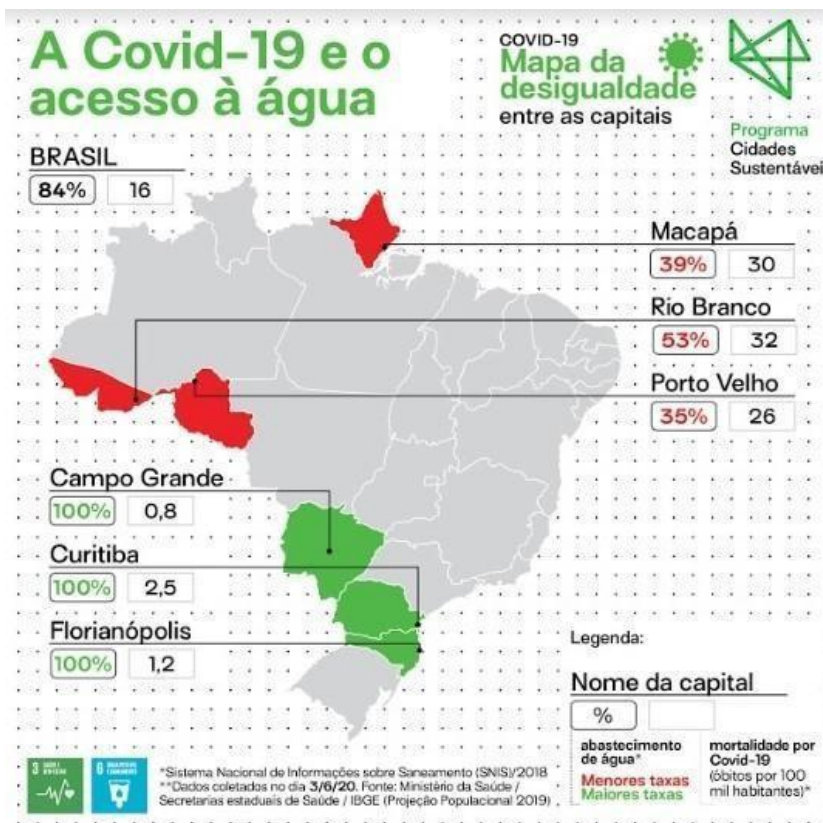
Como demonstrado na figura acima, a pesquisa revela que os números não são vazios, ao contrário. Dizem muito a respeito de uma relação indissociável entre desigualdade social e a COVID-19. Neste caso em específico, separado por estados e capitais, verifica-se que, quanto maior o número de pessoas com rentabilidade domiciliar per capita abaixo do nível da pobreza, conseqüentemente maior o número de óbitos pela COVID-19. Regiões sulistas sofreram menos óbitos, pois o nível de pobreza é menor. Segundo o Banco Mundial, a faixa considerada abaixo da linha da pobreza é de quem vive com menos de US\$ 5,5 por dia (PCS, 2020).

Os mapas das desigualdades apontam todos para a mesma conclusão: quanto maior a condição de vulnerabilidade social sofrida, maior a taxa de incidência e mortalidade por COVID-19. Veremos alguns dados expostos nos dois mapas a seguir, nomeados: “A COVID-

19 e a moradia precária” e “A COVID-19 e o acesso à água”, que retratarão um Brasil de capitais heterogêneas (PCS, 2020).



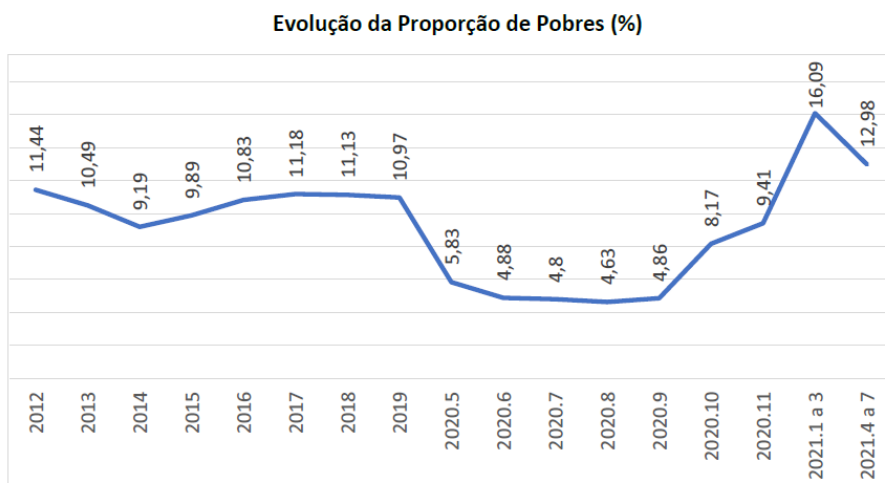




Nas economias em desenvolvimento, grupos populacionais considerados médios no índice distribuição de renda, antes se encontravam em situação de vulnerabilidade e pobreza, ou seja, aumentam as chances de um retorno à condição vulnerável em função de eventualidades familiares, como desemprego, em função da economia, como o caso da recessão ou de doença, citando a COVID-19 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020).

Em relação à evolução da pobreza, antes e pós pandemia, a pesquisa nos aponta a proporção de pessoas com renda abaixo da linha da pobreza de 10,97% no ano de 2019. Em setembro de 2020, é possível ver uma diminuição graças ao programa de Auxílio Emergencial pleno, com o número de 4,63% totalizando um número de 9,8 milhões de brasileiros. Com o programa de auxílio suspenso, a pobreza atinge

16,1% da população e o número alarmante de 34,3 milhões de brasileiros, correspondendo a 25 milhões de novos pobres (Neri, 2021).



Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNADC Covid e PNADC Anual harmonizados incorporando tendências trabalhistas da PNADC. Em 2020 e 2021 especificamos o mês.

Em números totais, 27,7 milhões são os números de pobres piores do que no período pré-pandêmico. Esses dados apenas revelam questões que foram trabalhadas anteriormente no texto, a parcela populacional considerada mais carente é a que mais sofreu e sofre com os efeitos da COVID-19 (Neri, 2021). Percebe-se uma ampliada concepção dos agentes que podem interferir ou promover saúde individual e coletiva, a noção da promoção de saúde não é universal, pois determinantes sociais variam muito da cultura em que o indivíduo está inserido, quais programas sociais o governo disponibiliza e assim por diante.

Em nível nacional, cidadãos abaixo da linha pobreza, mais de 70% se declararam de cor preta ou parda, outra perspectiva de desigualdade, soma-se a um grupo vulnerável de mulheres de cor ou raça preta ou parda que sobressaltam entre os pobres: 28,7% da população, 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres. Em relação ao grupo de trabalho de ambos os sexos e entre os mais pobres, a pesquisa revela que menos de 20% são ocupados por empregados

com carteira assinada, 25,2% sem carteira e a maioria dos pobres, 35,5% são trabalhadores ocupados como conta própria. No outro extremo, militares, funcionários públicos e empregadores participam do grupo superior de rendimento (IBGE, 2020).

Longe do modelo biomédico unicausal, compreende-se que fatores externos contribuem para o adoecimento do sujeito. O meio externo caracteriza-se pela natureza física, cultural, sociopolítica e biológica, enquanto o meio interno é o lugar do campo individual das alterações orgânicas. Num sistema complexo de lógica causal circular, efeitos das atividades em determinado nível dos processos saúde-doença, afetam os demais e vice-versa, fatores biológicos, sociais e culturais se influenciam mutuamente. Trata-se, portanto, do modelo biopsicossocial, uma opção transdisciplinar como forma de viabilizar as interações dinâmicas e os múltiplos determinantes do processo de saúde-doença (Puttini, Pereira Junior, & Oliveira, 2010). Em síntese, os dados demonstram que a saúde não é apenas consequência apenas do bom funcionamento de determinado material genético e como este responde em determinada pessoa, mas as condições que o sujeito enfrenta durante sua vida: julgamentos sociais, preconceitos, vulnerabilidades sociais, fome, miséria e outros (Viapiana et al., 2018).

Entender o ser humano como biopsicossocial é exatamente levar em consideração todos esses fatores. Pensar na saúde envolve uma série de contextos importantes que podem contribuir para uma vida considerada mais saudável ou doente, independente de sexo, idade e raça. Todos sofremos interferências, principalmente do modelo de governo que rege o país, das normas culturais e pela maneira que o social se organiza nas relações interpessoais (Puttini et al., 2010).

## **Considerações finais**

A partir do estudo exposto, foi possível relacionar e problematizar a influência de fatores sociais na condição da saúde dos brasileiros, em específico, quando se trata dos riscos quanto à contaminação e óbitos pelo novo coronavírus. Classe socioeconômica, região em que se vive, saneamento básico, acesso à água potável, moradia precária, gênero, raça e tipo de trabalho são alguns temas que perpassam a desigualdade no país.

Dentre as orientações de prevenção da COVID-19 estão a higienização das mãos, distanciamento social, uso de máscaras e vacinação. No caso dos grupos vulneráveis, sem acesso à água, com moradias lotadas, que fazem uso de transporte público e como já vimos, grande parte sem carteira assinada se encontram em situações de riscos frente à doença. Os dados apresentados no trabalho revelaram ainda que quanto maior a desigualdade da região, mais propensos ficam à contaminação do vírus.

Conseguimos verificar que a falta de serviços básicos de infraestrutura, bem como renda e acesso a bens aumentam muito a vulnerabilidade dos indivíduos aos efeitos da COVID-19. Assim, é necessário pensar em ações efetivas para o combate da pandemia e, para isso, é fundamental analisar as especificidades de cada cidade, considerar aspectos de qualidade de vida e socioeconômicos da população de modo a projetar soluções singulares que respeitem as características e potencialidades de cada comunidade atendida.

Finalmente, é preciso destacar a relação da desigualdade com o capitalismo brasileiro e o papel do Estado de modo a projetar uma análise crítica sobre a questão. Existe inflexão do atual movimento do governo relativo ao conjunto de políticas públicas e nas reformas necessárias, tornando convergentes a adesão dos interesses da menor parcela da sociedade. Ainda que a diminuição do Estado atenda ao deslocamento dos bens públicos em direção à iniciativa privada, o aumento da pobreza e desigualdade, potencializadas pela pandemia, retroalimentam as crises cíclicas do capital.

Trazer à tona essas discussões, poderá deslindar estratégias possíveis e/ou necessárias no campo da saúde pública e da administração pública, motivando transformar a realidade em cidades menos desiguais e a população com oportunidades mais heterogêneas, frente ao modo que atua o capitalismo e seus valores.

## Referências

- Beninca, L. A., Hermínio, S. M., & Camilo, C. H. (2019). Os direitos humanos como elementos de cidadania e de enfrentamento da vulnerabilidade social. *Revista Humanidades e Inovação*, 6(7), 162-171. Recuperado de

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/50>

- Cestari, V. R. F., Florêncio, R. S., Sousa, G. J. B., Garce, T. S., Maranhão, T. A., Castro, R.R., ... Moreira, T. M. M. (2021). Vulnerabilidade social e incidência de COVID-19 em uma metrópole brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(3), 1023-1033. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021263.42372020>
- Chaves, H. L. A., & Arcoverde, A. C. B. (2021). Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, 141, 164-182. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.244>
- Cruz Neto, O., & Moreira, M. R. (1999). A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1), 33-52. <https://doi.org/10.1590/S1413-81231999000100004>
- Herculano, L. F. M. (2018). Narcisismo e sofrimento psíquico na contemporaneidade. *Reverie: revista de psicanálise*, 11(1), 142-155. Recuperado de [http://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/Reverie2018\\_13.pdf](http://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/Reverie2018_13.pdf)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. Estudos e Pesquisas. *Informação Demográfica e Socioeconômica*, 43, 7-110. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>
- Instituto Cidades Sustentáveis. (2021). *Sobre nós*. Recuperado de <https://icidadesustentaveis.org.br/instituto-cidades-sustentaveis/>
- Ito, N. C., & Pongeluppe, L. S. (2020). O surto da COVID-19 e as respostas da administração municipal: munificência de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 782-838. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81885>
- Kripka, R. M. L., Scheller, M., & Bonotto, D. L. (2015). Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e

- caracterização. *Revista de investigaciones*, 14(2), 55-73. Recuperado de <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/issue/view/4>
- Ministério da Saúde. (2021a). *COVID-19 no Brasil casos e óbitos*. Recuperado de [https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)
- Ministério da Saúde. (2021b). *Coronavírus*. Recuperado de <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus>
- Monteiro, S. R. da R. P. (2011). O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, 17(2), 29-40. Recuperado de <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/695>
- Neri, M. C. (2021). Desigualdade de impactos trabalhistas na pandemia. *FGV Social*, 1-11. Recuperado de <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>
- Organização Pan-Americana da Saúde (2021). *Folha informativa sobre COVID-19*. Recuperado de <https://www.paho.org/pt/covid19>
- Pochmann, M. (2017). Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. *Educação e Sociedade*, 38(139), 309-330. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176603>
- Puttini, R. F., Pereira Junior, A., & Oliveira, L. R. (2010). Modelos explicativos em Saúde Coletiva: abordagem biopsicossocial e auto-organização. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 20(2), 753-767. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312010000300004>
- Programa Cidades Sustentáveis (2020). *Mapa da desigualdade entre as capitais brasileiras - COVID-19*. Recuperado de <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/mapa-da-desigualdade-capitais-covid19>
- Programa Cidades Sustentáveis (2021). Recuperado de <https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/pcs>
- Rede Nossa São Paulo. (2019). *Mapa da Desigualdade 2019*. Recuperado de <https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-2019-e-lancao-em-sao-paulo/>

- Rezende, M. J. (2006). O capitalismo brasileiro e as modernizações desvinculadas da modernidade. *Ensaio FEE*, 27(1), 207–232. Recuperado de <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2117/2499>
- Silva, L. R. C., Damaceno, A. D., Martins, M. C. R., Sobral, K. M., & Farias, I. M. S. (2009). Pesquisa documental: alternativa investigativa na atuação docente. In IX Congresso Nacional de Educação - *EDUCERE, III Encontro brasileiro de psicopedagogia Paraná: PUCPR*. (pp. 4554-4566). Recuperado de [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124\\_1712.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf)
- Soratto, J., & Souza, D. F. (2021). Interfaces entre austeridade, necropolítica e o mito da pandemia democrática: provocações à brasileira. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31(3), 1-6. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310310>
- Viapiana, V. N., Gomes, R. M., & Albuquerque, G. S. C. (2018). Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. *Saúde Debate*, 42(4), 175-186. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S414>

# **Atuação em CRAS e CREAS: experiências no contexto da pandemia da COVID-19**

---

**Anyelle Karine de Andrade  
Jacqueline Montilha Leonardi  
Livia Salvioni Capalbo  
Rafael Bianchi Silva**

## **Introdução**

O objetivo deste texto é apresentar e discutir algumas vivências de psicólogas no contexto da pandemia da COVID-19. As exposições e reflexões aqui apresentadas são oriundas da experiência de trabalho na Política de Assistência Social em municípios localizados no Norte do Paraná. Enquanto metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando apresentar produções que discutem o trabalho realizado no contexto da pandemia da COVID-19 no âmbito da política de Assistência Social e outras problemáticas correlacionadas para, a partir disso, fazer uma aproximação destas com as vivências das autoras, psicólogas do SUAS.

A Assistência Social é uma política pública não contributiva que compõem a Seguridade Social prevista na Constituição Federal de 1988, tendo como público-alvo aqueles que dela necessitar. Foi regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 e pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) de 2005, ano em que o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) foi implantado no território brasileiro. Visa garantir a proteção social aos cidadãos e ofertar apoio a indivíduos e famílias no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de risco pessoal e social.

A Política Nacional de Assistência Social, organizada e materializada pelo SUAS, desempenha essencial papel ao promover o atendimento integral às famílias e proteção aos grupos mais vulneráveis, como crianças e adolescentes, evitando sua invisibilidade nesses contextos. Apesar dos esforços, são inúmeros os desafios enfrentados pelos municípios, especialmente no campo da governança e gestão de ofertas. Tais desafios colocam em pauta a importância de iniciativas colaborativas em prol do fortalecimento do papel



desempenhado pelo SUAS nas cidades brasileiras. (UNICEF & CONGEMAS, 2021)

As ações de proteção social são voltadas à garantia de inclusão de todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco na rede de Proteção Social do território, buscando enfrentar as contingências sociais que podem recair sobre famílias e indivíduos. Nesse sentido, a PNAS foi organizada em níveis de proteção: proteção social básica (PSB) e a proteção social especial (PSE) – de média e alta complexidade –, de acordo com as demandas apresentadas. Segundo expresso na política, a Proteção Social Básica tem por finalidade prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como visa o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários:

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (Pires & Silvares, 2020, p. 141).

Os serviços socioassistenciais previstos para esse nível de proteção são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (SPSBD). Sua unidade de referência é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), principal operador do PAIF, serviço que deve ser ofertado obrigatoriamente (Brasil, 2009).

Por sua vez, a Proteção Social Especial – organizada em dois níveis de complexidade (média e alta) – tem como foco famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação de direitos (Pires & Silvares, 2020).

A média complexidade oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS); Serviço de Proteção

Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. A unidade referência desse nível de proteção são os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) (Brasil, 2009).

A proteção social especial de alta complexidade tem por objetivo garantir a proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido – para famílias e indivíduos que estejam em situação de violação de direitos e/ou com vínculos familiares e comunitários rompidos. Os serviços socioassistenciais da proteção social especial de alta complexidade são o Serviço de Acolhimento Institucional (nas modalidades de Abrigo Institucional, Casa Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva); Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (Brasil, 2011).

Como é possível observar, trata-se de uma política social complexa e indispensável, ainda mais considerando as características da sociedade brasileira, permeada pela pobreza, desigualdade e exclusão social. Os desafios de implantação e execução dessa política são enormes, em especial no que diz respeito ao desenvolvimento e oferta dos serviços da Assistência Social de modo ampliado e democrático para toda a população brasileira. Porém, cabe destacar que a referida política pública adquire diferentes contornos e relevância social, a depender das agendas e interesses políticos do momento, bem como das conjunturas sociais postas.

Nesse contexto, emergências e desastres, como as epidemias, pandemias, entre outras situações correlatas, costumam afetar em maior ou menor grau a vida das pessoas, demonstrando a importância das políticas públicas. Recentemente, o mundo foi atingido por uma pandemia, confirmando e evidenciando o papel da Assistência Social no trato com os problemas sociais de nosso país.

Vale lembrar que o contexto pandêmico teve um início oficial em dezembro de 2019, quando houve a identificação na cidade de Wuhan, na China, de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador

da COVID-19. No final de fevereiro de 2020, essa onda de contaminação chegou ao Brasil e, pouco tempo depois, após sua disseminação e transmissão acontecer em termos mundiais, foi declarada a situação de pandemia (Santos et al., 2020).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), uma pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa (Schueler, 2021). Werneck e Carvalho (2020) afirmam que a pandemia da COVID-19 pode ser reconhecida como um dos maiores desafios sanitários deste século, provocando perdas irreparáveis, principalmente em razão de sua alta velocidade de disseminação e da capacidade de provocar mortes, especialmente entre as populações mais vulneráveis. Além disso, a pandemia também tem como efeito a produção de problemas e instabilidades na conjuntura política, econômica e social (Castro, 2020).

No Brasil, seguindo o que ocorreu em outras partes do mundo, inicialmente, as medidas adotadas pelas autoridades sanitárias determinaram o isolamento social e a paralisação de alguns serviços e setores. Porém, devido às características internas do nosso país, como a desigualdade social e as condições precárias nas quais vivem grande parte da população brasileira, os desafios se tornaram ainda mais complexos, dadas as dificuldades para se realizar o isolamento social e adotar as demais medidas sanitárias para conter a disseminação do vírus.

A pandemia provocou, então, um novo cenário de atuação e um aumento da demanda por proteção social e, como outras políticas públicas, a PNAS ganhou destaque, principalmente diante do aumento do desemprego e da pobreza. Nesse contexto, a Assistência Social foi considerada como área essencial para o enfrentamento da pandemia. A partir do Decreto Federal número 10.282 de 20 de março de 2020 foi determinado que os atendimentos ofertados pelos serviços socioassistenciais não poderiam ser interrompidos, exigindo adequação das estratégias e metodologias de trabalho.

No entanto, apesar de ser considerada essencial, ainda se trata de uma política pública que tem seu público-alvo e seus trabalhadores invisibilizados. Vale ressaltar que o SUAS estava, desde sua

implantação em 2005, em processo de estruturação e consolidação. Porém nos últimos anos sofreu significativamente as consequências da política neoliberal que produziu cortes no orçamento e profundas alterações na gestão e execução dos serviços públicos. Segundo Silva e Alexandre (2019), o neoliberalismo reconfigura a relação do Estado com as políticas sociais e é influenciado diretamente pela dinâmica capitalista. Trata-se de um projeto político que visa a mínima intervenção do Estado nas políticas sociais, defendendo como prioritárias as demandas do setor privado além de uma ideologia pautada pela liberdade individual e empreendedorismo.

Nessa direção, Castro (2020) aponta que a radicalização das teses neoliberais dos últimos governos, pós processo de *impeachment*, produziu elementos como “abertura indiscriminada da economia, privatização, concessões, redução do papel social do Estado, desmonte total da proteção aos trabalhadores, desprezo ao meio ambiente, entre outros interesses” (p. 90). O exemplo maior desse projeto neoliberal foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 (EC-95), que estabeleceu um teto para os gastos públicos e redução da presença do Estado. Para o autor, a pandemia da COVID-19 encontrou um país de imensa desigualdade social e em processo de desmonte das políticas públicas.

Apesar desse cenário, a política de Assistência social tem se mostrado de fundamental importância para o enfrentamento da pandemia, tanto no que diz respeito a mitigar os efeitos econômicos, quanto no trabalho com as violações de direitos que se intensificaram com o cenário pandêmico. A partir do olhar para o público desta política, vítimas da desigualdade social e de várias formas de violação de direitos, serão relatadas as experiências de atuação em CRAS e CREAS, unidades que ofertam serviços da Política Nacional de Assistência Social, no contexto da pandemia da COVID-19. Considerando a ausência de uma direção por parte da gestão pública para os serviços da Assistência Social, buscamos ilustrar a forma como algumas unidades de atendimento se organizaram diante deste novo contexto.

## **CRAS e a pandemia da COVID-19**

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ofertam serviços, programas, projetos e benefícios destinados a indivíduos e

famílias em situação de desproteção. Localizado nos territórios “[...] se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (Brasil, 2009).

Enquanto direção de trabalho, as ações devem acontecer na antecipação de ocorrências ou agravamento de situações de vulnerabilidade e risco social que podem dificultar o acesso dos indivíduos e famílias aos seus direitos sociais. O cumprimento da atuação preventiva é um desafio e exige compreensão da realidade das famílias e do território.

A pandemia do novo coronavírus trouxe a necessidade de uma rápida organização do trabalho nos CRAS, principalmente no que diz respeito aos atendimentos, tendo em vista o isolamento social e os cuidados recomendados com relação à prevenção do contágio da doença (higienização das mãos e do ambiente de trabalho, uso de máscara, distanciamento, locais ventilados, entre outros). Considerando a necessidade de continuidade dos serviços, foi necessário criar estratégias e ações imediatas que garantissem a segurança e preservassem a saúde dos usuários e profissionais, abrindo assim um espaço para a construção de “novas” maneiras de atendimento ao público.

Sobre esse ponto, Lima-Silva et al. (2020) apresentam uma pesquisa realizada com trabalhadores de linha de frente, no início da pandemia, chamados de trabalhadores de nível de rua. Há relatos de escassez de recursos, falta de informação e imprevisibilidade, marcado por ambiguidade e incertezas. Pode-se dizer que essa descrição retrata a realidade das unidades de CRAS.

De maneira geral, inicialmente, com o objetivo de evitar a aglomeração, os serviços organizaram a jornada de trabalho dos profissionais, com escala de horários e *home office*. Também foram observados os materiais de higiene e equipamentos de proteção individual (EPI) recomendados pelo Ministério da Saúde e recomendações ao SUAS pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Cidadania, observando as normativas estaduais e municipais. Em um primeiro momento, foram realizados apenas trabalhos internos.

As escalas, trabalho interno e *home office* permaneceram por um período curto, retornando a abertura do serviço ao público, porém

com prioridade para os atendimentos remotos sendo estes realizados por diferentes meios de comunicação: contato telefônico e uso de ferramentas virtuais como *WhatsApp*, vídeo chamadas, reuniões por meio do *Google Meet*, *Zoom*, entre outros. Além dos atendimentos remotos aos usuários, outras atividades também passaram a seguir esse modelo como, por exemplo, os estudos de caso, as reuniões dos Conselhos de Direitos, as supervisões de estágio, entre outras.

Após esse período inicial, apenas alguns grupos de profissionais continuaram afastados e trabalhando em *home office* (aqueles que se enquadraram no grupo de risco, como por exemplo, as gestantes, os idosos e os que apresentavam comorbidades que envolviam um risco maior em relação à doença, como por exemplo, diabetes, doenças cardíacas e respiratórias) enquanto outros seguiram trabalhando de maneira presencial. Apesar desses afastamentos serem necessários, tornou-se dificultoso para os profissionais que seguiram trabalhando de maneira presencial, visto que as equipes já se encontravam reduzidas. Com a chegada da pandemia houve um aumento da procura pelo serviço, sobrecarregando ainda mais os profissionais. Cabe ressaltar que cada município adaptou os serviços de maneiras diferentes com base na realidade do território e entendimento dos profissionais, assim como, em um mesmo município, houve diferentes formas de organização de um mesmo serviço realizado em diferentes territórios.

Com relação aos atendimentos remotos, algumas dificuldades foram encontradas, como a falta de privacidade para falar sobre questões que mereciam sigilo, visto que, na maioria das vezes, os usuários estavam próximos a outros membros da família, por exemplo. Outra dificuldade encontrada foi que alguns usuários residiam em regiões sem acesso a sinal para telefone e internet, dificultando assim a comunicação entre o serviço e público atendido. As atividades desenvolvidas em grupo foram suspensas e as visitas domiciliares foram realizadas apenas em situações emergenciais.

Sabemos que o período de pandemia agravou os problemas e desigualdades sociais. Alguns setores e empresas tiveram suas atividades suspensas, aumentando o desemprego, diminuição ou ausência de renda, produzindo aumento da pobreza. Devido a isso, pelo fato de o CRAS ser a porta de entrada para acesso aos serviços socioassistenciais e direitos básicos e unidade de referência no

território, houve um aumento significativo na procura dos usuários pelos atendimentos ofertados, apresentando a demanda por orientações e por solicitações de benefícios eventuais.

Além disso, os CRAS também são referência para as famílias na busca por informações e orientações em geral. Uma dificuldade presente na rotina do aparelho está relacionada com o atraso e distorções com que as informações oficiais sobre os programas e benefícios chegam aos trabalhadores. No período da pandemia, essa dificuldade se intensificou. Quando as informações chegavam, nem sempre eram claras, gerando impactos nos atendimentos e orientações às famílias. Conforme afirmam Santos et al (2020, p. 6), “especialmente em meio a uma pandemia de grandes proporções, surgem medos, inseguranças e ansiedades que circulam entre os cidadãos que chegam até os serviços em busca de respostas emergenciais para as suas mais variadas angústias e necessidades”.

Apesar da iniciativa do Governo Federal, o processo para recebimento do benefício do Auxílio Emergencial foi complexo e demorado para muitos usuários da política de Assistência Social. Essa situação aumentou expressivamente a procura das famílias pelos CRAS em busca de informação sobre como acessar o benefício. A principal dificuldade identificada é que a Assistência Social não teve gestão alguma sobre o mesmo, o que acarretava ausência de informações oficiais com a urgência necessária para orientação do público.

No nível estadual, relatamos a experiência de operacionalização do Cartão Comida Boa, Programa do Governo do Estado do Paraná instituído pela Lei 20.172 de 7 de abril de 2020, que prevê a concessão de auxílio emergencial à pessoa física economicamente vulnerabilizada em decorrência da emergência de saúde pública causada pela pandemia da COVID-19. O benefício consistiu em vales providos de Código QR, carregados no valor de 50 reais, por três meses consecutivos. (Decreto nº 4570/2020). As unidades de CRAS receberam os cartões e orientações gerais para operacionalização do benefício. Inicialmente, foi realizada a entrega de cartões para as famílias previamente habilitadas (famílias com Cadastro Único, público do Bolsa Família, por exemplo) e, em seguida, ocorreu a concessão a partir de avaliação técnica para as famílias que se enquadravam nos critérios para recebimento. A habilitação dos

cartões era realizada em sistema próprio, on-line, para o qual as equipes não foram previamente capacitadas.

A gestão do Cartão Comida Boa pelas unidades dos CRAS provocou filas nas portas das unidades, causando aglomeração, situação de risco em face à condição pandêmica. Em virtude do problema da gestão de informação, coube às equipes de CRAS orientar sobre os critérios de concessão, buscar informações seguras para oferecer respostas ao público, além de realizar centenas de atendimentos para entrega dos cartões em um curto período (considerando a existência de uma data limite para habilitação dos cartões no referido sistema).

Lima e Breda (2020), ao escreverem sobre a relação entre a pandemia e a desigualdade social, destacam que a parcela da população considerada socialmente vulnerável sente de forma mais específica os efeitos da pandemia. Indicam que a parcela mais pobre da população, além de não possuir acesso às políticas públicas, também sofrem com a precariedade de condições de infraestrutura (como acesso à água tratada e à rede de esgoto), elevando o risco de contaminação por coronavírus.

Sobre essa mesma questão, Moraes et al. (2020, p. 4178) indicam como um dos efeitos pandêmicos o agravamento da desigualdade: “A pandemia expôs e intensificou o contexto de desigualdades econômicas previamente existentes no país, assim como o distanciamento social reduziu o já difícil acesso aos serviços de saúde e de proteção social”.

Um ponto que merece destaque é o agravamento das vulnerabilidades e violações de direitos no contexto da pandemia, o que intensificou as desproteções. O isolamento social afeta as relações pessoais visto que reduz as possibilidades de contatos pessoais e dificulta as ações que possam promover a proteção social. Com isso, em consequência da pandemia, percebe-se que o isolamento social acentuou as múltiplas violências, principalmente a violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças e adolescentes.

Por vezes, equipes do CRAS se deparam com situações de violação de direitos que agravam ainda mais a desproteção das famílias e grupos mais vulneráveis, como crianças e adolescentes. Essas situações demandam intervenções e



respostas imediatas da proteção social especial, do próprio Sistema de Garantia de Direitos, demais sistemas de direitos humanos, sistema de justiça e defesa de direitos, e outros setores (UNICEF Brasil & Congemas, 2021, p. 21).

Essa questão tem importante relação com a próxima seção, onde trataremos sobre os efeitos da pandemia no trabalho das equipes dos CREAS.

## **CREAS e a pandemia da COVID-19**

A principal diferença entre os serviços executados nos CRAS e CREAS está relacionada à violação de direitos. O CREAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) que busca promover apoio, orientação e acompanhamento de famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. O público usuário dos CREAS são famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por qualquer tipo de violência, discriminação, isolamento, abandono, trabalho infantil, entre outras situações (Brasil, 2009).

Situações de calamidade e emergência, como é o caso de uma pandemia, costumam intensificar as condições de vulnerabilidade, risco social e violações de direitos. Por esse motivo, a pandemia da COVID-19 trouxe muitos desafios para o trabalho no CREAS. Assim como nas unidades de CRAS, as equipes dos CREAS tiveram que adotar medidas para continuar com a oferta de trabalho a população, ao mesmo tempo em que efetivaram medidas para prevenção do contágio: organização da escala de trabalho para evitar aglomeração nas unidades, suspensão temporária de oficinas e de outras atividades coletivas, higienização constante dos ambientes de trabalho, priorização dos atendimentos às famílias de forma remota, disponibilização de outros canais de contato entre as famílias e as equipes (a exemplo dos aplicativos de mensagens), entre outras. Com relação às famílias que já estavam em acompanhamento antes da

pandemia pelas equipes das unidades, destacamos a preocupação com o agravamento de situações e reincidência das práticas de violência, diante da necessidade do isolamento social. Naqueles casos identificados como graves ou urgentes, se fez necessário priorizar os atendimentos presenciais, realizados seguindo as recomendações e medidas de segurança (como o uso de EPIs e distanciamento social) e agendamentos prévios. Entre os atendimentos presenciais, além daqueles realizados nas sedes dos serviços, destacam-se os efetivados em visitas domiciliares, principalmente para atender os idosos e pessoas com deficiência, como estratégia para viabilizar a oferta do serviço sem a necessidade de deslocamentos às unidades de atendimento.

Sobre o atendimento remoto, identificamos que foi estratégia comum adotada nos serviços socioassistenciais em diferentes regiões do país. Silva e Nolêto (2020, p. 245), ao relatarem a experiência em CREAS na cidade de Teresina-PI, afirmam que “estratégias como ligações telefônicas de forma anônima ou uso de chip especialmente para atividade remota, são encontradas para contatar e realizar o atendimento aos usuários que se encontram em situação de risco pessoal e social”. Importante destacar que trabalhar com situações de violação de direitos pressupõe o contato e construção de vínculos com as famílias e indivíduos e, portanto, não podemos negar o fato de que esse trabalho fica prejudicado quando ocorre prioritariamente por meio de atendimentos remotos.

Marques et al. (2020) apontam que a repercussão do distanciamento social nos relacionamentos interpessoais trata-se de uma questão pouco discutida. A preocupação está no aumento do número de casos de violência intrafamiliar, ao mesmo tempo em que estas situações podem deixar de alcançar a visibilidade da rede de proteção. Nesse sentido, torna-se importante indicar possíveis efeitos que as estratégias de enfrentamento da pandemia podem trazer para o aumento da violência contra crianças e adolescentes.

No nível social, destacam-se a erosão de suporte social (especialmente o escolar) e questões estruturais relativas à desigualdade de gênero. No nível comunitário, a competição pelos poucos recursos (principalmente na área da saúde), funcionamento parcial de muitos serviços de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, bem como a redução das

redes sociais podem aumentar o risco de violência. No nível relacional, destaca-se a sobrecarga de trabalho, o estresse dos pais devido às múltiplas tarefas e ao momento que estamos vivendo.... No nível individual, identifica-se a importância de doenças mentais preexistentes e sua possibilidade de agravamento, o que pode diminuir a capacidade de lidar com conflitos e reduzir a supervisão parental. (Marques et al., 2020, p. 3)

Ainda com relação às situações de violação de direitos contra crianças e adolescentes, destaca-se o papel das escolas como principais notificadores. Observa-se que o período de distanciamento dos alunos e ensino remoto impactou diretamente no número de notificações recebidas nos CREAS. Este fato é preocupante no sentido que representa o distanciamento da rede de proteção das famílias e não uma diminuição das situações de violência.

Com o isolamento social devido à pandemia, muitas crianças e adolescentes podem estar expostas à violência. Além de um possível aumento das situações de violência, preocupa-se com relação à realização das denúncias e encaminhamentos à rede de proteção considerando que muitos dos casos denunciados tinham como porta de entrada escolas, serviços de saúde, atividades coletivas de contraturno, entre outros, que por ora podem se encontrar suspensos ou com atividades remotas. (Santos et al., 2020, p. 4)

As unidades de CRAS, por meio dos atendimentos da equipe técnica, também são importantes notificadores das violações de direitos dos territórios, não apenas contra crianças e adolescentes, mas também contra idosos, mulheres e pessoas com deficiência. As mudanças necessárias nas condições e metodologias de trabalho nestas unidades também repercutiram no trabalho do CREAS, mais uma vez o distanciamento das famílias prejudica a construção de vínculos, necessária para identificação das desproteções, principalmente tratando-se da violência intrafamiliar.

Pedroso, Duarte Junior e Oliveira (2021) também constataram que a pandemia da COVID-19 impactou no aumento da violência doméstica e familiar. Com relação aos idosos que vivenciam situação de violação de direitos e que também integram o público atendido

pelos CREAS, os autores indicam como os principais tipos de violência perpetradas a intimidação/perturbação e a negligência, conforme dados de uma pesquisa realizada em Manaus. Os autores associam as situações de violência intrafamiliar ao uso de álcool e outras drogas pelos agressores (uso que também teve aumento na pandemia). Outro problema identificado é a subnotificação:

A subnotificação dos casos de violência contra idosos nesse contexto é uma realidade, ao se considerar a limitação dos atendimentos frente aos decretos governamentais de distanciamento social e o fato de que muitos idosos podem nunca ter conseguido atendimento para as violências sofridas (Pedroso et al., 2021, p. 8).

Ainda sobre os idosos, a preocupação com a possibilidade de infecção pelo vírus parece se sobrepôr ao olhar para as violações, agravando situações já instaladas. Moraes et al. (2020) fazem menção à violência estrutural, caracterizada pela falta de políticas públicas específicas voltadas para este público na pandemia, indicando negligência por parte do poder público.

Idosos, enquanto grupo de risco, isolam-se sem famílias para evitar contaminação. Entretanto, quantos idosos já vivenciam essa realidade por conta de negligência e abandono? Analisamos a pandemia como um vetor motriz que traz novidades e um novo estilo de vida, mas também escancara uma realidade que continua rompendo para o lado mais fraco: de pessoas pobres, negras e improdutivas para o capital (Silva & Nolêto, 2020, p. 245).

No plano local, considerando a necessidade de manter os atendimentos à população, bem como o caráter urgente do trabalho dos CREAS, não houve suspensão da oferta, assim como o atendimento presencial foi mantido, em especial nos casos considerados mais graves. Com a disponibilização dos EPIS e, posteriormente, com o início da vacinação e redução das taxas de contaminação, foram sendo ampliados gradativamente os atendimentos presenciais no âmbito do CREAS, bem como foram retomados a realização de oficinas e de outras atividades coletivas, mantendo os protocolos de prevenção contra a contaminação pelo vírus.

Por fim, destacamos o trabalho de Pires e Silveiras (2020), que apresenta uma reflexão sobre a atuação de psicólogos e assistentes sociais em um CREAS do município de Niterói/RJ em tempos de pandemia. Sobre a continuidade dos atendimentos para manutenção do vínculo com as famílias, além de priorizar o atendimento telefônico, relatam a estratégia da parceria com os serviços de saúde, nos casos mais graves, para acessar as famílias. Tal elemento nos indica a importância, dentro das políticas públicas, da formação e atuação em rede. Essa afirmação vai ao encontro do que preconiza as “Orientações Técnicas: CREAS”, publicado em 2011, que ressalta que o enfrentamento das condições de violência não pode ser entendido como uma atribuição apenas da política de Assistência Social, mas “sua complexidade exige a articulação e o desenvolvimento de ações complementares com outras políticas sociais e órgãos de defesa de direitos, para proporcionar proteção integral às famílias e aos indivíduos” (Brasil, 2011, p. 15).

No entanto, essa experiência positiva do trabalho em rede não se aplica à realidade de muitos municípios e redes de proteção. Principalmente porque quando tratamos sobre a violação de direitos, ainda existe a dificuldade dos atores dos demais serviços, para além das equipes de CREAS, se apropriarem da responsabilidade pela notificação das situações. Isso ocorre pelo medo de comunicar uma situação de violência, desconhecimento de fluxos e protocolos, entre outras razões. Trata-se de mais uma situação que já era a realidade do trabalho das políticas públicas e que se agrava na pandemia, quando alguns serviços, como as escolas, estiveram por um período (no início da pandemia) com suas atividades presenciais totalmente suspensas, sem contato com o público atendido.

Portanto, a emergência da pandemia tornou ainda mais complexo o trabalho com situações de violações de direitos, considerando os riscos do aumento das situações de desproteção social e violência doméstica, permeado por um contexto que favorecia a menor visibilidade dessas situações. Tudo isso tornou urgente a adoção de estratégias que viabilizassem a manutenção dos atendimentos do CREAS e a construção de fluxos para permitir a continuidade do trabalho em rede.

## Considerações Finais

A pandemia da COVID-19 ressaltou as desigualdades e desproteções sociais presentes em nossa sociedade e evidenciou ainda mais a importância da atuação dos profissionais que lutam pela garantia de direitos, pois estes conhecem mais profundamente as necessidades da população atendida. Especificamente, aqueles que atuam na Política da Assistência Social foram afetados tendo em conta que faltaram estrutura física adequada e equipamentos de segurança suficientes para um melhor desenvolvimento do trabalho de maneira protegida. Isso fica expresso, por exemplo, no fato de que os profissionais da Assistência Social, mesmo estando em contato direto com a população e, portanto, mais exposto ao vírus e aos riscos de contaminação, não foram considerados como grupo prioritário para receber a vacina, sendo inseridos de maneira tardia nesse processo.

Concordamos com Torres, Lima e Breda (2020) quando concluem que a política de Assistência Social vem sendo mobilizada de maneira estratégica como forma de minimizar os danos causados pela pandemia aos mais pobres. No entanto, sabemos que se trata de uma política pública ainda não valorizada pelas esferas de governo, mesmo sendo declarada essencial no contexto de pandemia, sendo utilizada muitas vezes como objeto de manobra política e manipulação populacional. Mais uma vez, percebemos a desigualdade social escancarada na impossibilidade de a população mais vulnerável seguir as recomendações da OMS, como medidas de higiene e uso de máscaras.

O cenário de retrocesso e perda de direitos da classe trabalhadora e o congelamento dos recursos destinados para a Assistência Social, fatos anteriores à pandemia, tornaram ainda mais grave o atual cenário. Os impactos da pandemia são percebidos enquanto consequências sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas, não apenas na ordem biomédica e epidemiológica, conforme escrevem (Pires & Silves, p. 145): “O advento da pandemia ressaltou as fragilidades da população pobre, evidenciando a vulnerabilidade e precariedade constante que vivem os considerados ‘invisíveis sociais’...”.

Como já mencionado anteriormente, citando Santos et al. (2020), a proteção social básica sofreu alterações em sua forma de

atendimento. Os CRAS, por serem referência nos territórios, perceberam um aumento significativo de demanda, em um curto espaço de tempo. As equipes que já eram mínimas, se viram ainda mais desfalçadas pelo afastamento dos trabalhadores que faziam parte do grupo de risco da COVID-19. Foi necessário encontrar estratégias para absorver os atendimentos em busca de informações para acesso a benefícios eventuais, acesso ao auxílio emergencial e outros direitos.

Um outro ponto que merece destaque é a dificuldade de entendimento e concordância dos usuários em relação aos cuidados necessários diante da pandemia, pois diariamente comparecem ao serviço sem o uso de máscara ou fazendo uso de maneira inadequada. Houve ainda usuários em período de isolamento com suspeita de COVID-19, mas que foram até o serviço. Em alguns momentos, as unidades contavam com máscaras descartáveis que eram fornecidas aos usuários. Essas questões demandam protocolos para atuação das equipes, que precisam acolher as famílias que buscam os serviços socioassistenciais, mas também garantir a proteção dos usuários e profissionais quanto à possibilidade de contágio nas unidades.

Além disso, vimos que apesar de necessário e essencial para a redução da velocidade de transmissão do coronavírus, o isolamento social tem repercussões negativas quando tratamos da questão da violência intrafamiliar. Por essa razão, resgatamos a importância do convívio enquanto ferramenta de proteção social, " que possibilita a troca de experiências, o desenvolvimento da empatia e tornar a pessoa mais crítica com relação a sua realidade, potencializando a efetivação da garantia de direitos" (Santos et al., 2020, p. 4).

Ressaltamos, por fim, que com o advento da pandemia, que expôs ainda mais a população às situações de risco social, a articulação entre os serviços se mostra essencial, de forma a garantir respostas céleres. No entanto, a partir da atuação nas unidades de CRAS e CREAS no período da pandemia, observamos certo distanciamento entre os serviços, que pode ser atribuído ao fato de que todos estavam vivenciando uma situação desconhecida e adaptando metodologias de trabalho. Nesse sentido, o acompanhamento familiar realizado pelo PAIF e PAEFI, a partir de uma articulação efetiva que se concretiza na relação de referência e contrarreferência, mostrou-se prejudicado.

De forma semelhante, ainda que houvesse relatos de ações intersetoriais, a rede de proteção, que envolve as demais políticas públicas, também esteve fragilizada neste período. Conforme foi destacado no decorrer deste capítulo, essa fragilidade repercute no agravamento das situações de violação de direitos.

## Referências

- Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social. (2009). Tipificação nacional de serviços socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, DF.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1. ed. – Brasília.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília, DF.
- Castro, J. A. (2020). Proteção social em tempos de Covid-19. *Saúde em debate*, 44(Edição Especial). <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E405>
- Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. (2020). Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
- Lima, J. R. T., & de Lima Breda, R. (2020). Pandemia e Desigualdade Social: Centro de Referência da Assistência Social e o enfrentamento à Covid-19 em Arapiraca/Alagoas. *P2P e Inovação*. 7(1), 161–183. Recuperado de <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5430>.
- Lima-Silva, F., Sandim, T. L., Magri, G. M., & Lotta, G. (2020). O nível de rua na pandemia: a percepção de profissionais da linha de frente da assistência social sobre a implementação de políticas. *Revista de Administração Pública*, 54, 1458-1471. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200529>
- Loureiro, W. G., & Sá, C. M. (2020). A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cadernos de*



*Saúde Pública*, 36(5). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00068820>

Marques, E. S., Moraes, C. L. D., Hasselmann, M. H., Deslandes, S. F., & Reichenheim, M. E. (2020). A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>

Moraes, C. L. D., Marques, E. S., Ribeiro, A. P., & Souza, E. R. D. (2020). Violência contra idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.27662020>

Pedroso, A. L., Duarte Júnior, S. R., & Oliveira, N. F. D. (2021). Perfil da pessoa idosa vítima de violência intrafamiliar de um centro integrado de proteção e defesa de direitos em tempos de pandemia. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 24(6). <https://doi.org/10.1590/1981-22562020024.210108>

Pires, I. M., Silves, C. L. L. (2021). Os invisíveis sociais: o atendimento aos usuários da política de assistência social em tempos de pandemia. *Serviço Social Em Perspectiva*, 5(1), 138–150. <https://doi.org/10.46551/rssp.202109>

UNICEF Brasil, & Congemas. (2021). Contribuições para a adaptação e o aprimoramento dos serviços de proteção social básica do Suas no contexto de calamidade, emergência e pandemia da Covid-19. Recuperado de: <https://www.unicef.org/brazil/media/12741/file/servicos-do-suas-nas-emergencias-e-pandemia-da-covid-19.pdf>

Silva, R. B., & Alexandre, A. C. S. (2019). Políticas sociais e subjetividade: discussões a partir do contexto neoliberal. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 13(1), 11-11. <http://dx.doi.org/10.24879/2018001200300478>.

Silva, N. D. B., & da Silva Nolêto, V. M. (2020). Novo normal? Pandemia, experiência e a proteção social especial de média complexidade no CREAS. *Dialógos e Vivências com O SUAS em*

*tempos de Covid-19* (pp. 235-252). Teresina: EDUFPI: Cancioneiro.

Santos, A. T. dos, Gonzalez, A. E., Schafer, L. C., Vicentini, M., &Galbes, V. (2020). Psicologia na Assistência Social: as (im)possibilidades de atuação em tempos de pandemia. *Cadernos de PsicologiaS*, 1. Recuperado de <https://cadernosdepsicologias.crppr.org.br/psicologia-na-assistencia-social-as-impossibilidades-de-atuacao-em-tempos-de-pandemia>.

Schueler, P. (2021). O que é uma Pandemia. Recuperado de <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>.

## **Política pública de saúde mental e pandemia: considerações assistenciais para o resgate de um compromisso ético-estético-político**

---

**Tháise Rosseli Moreira Dantas**

Diversos estudos têm pontuado possíveis equívocos do governo federal na condução da pandemia decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-2) no Brasil (Cezar & Maciel, 2021; Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia [EAUFBA], 2021; Ventura, Perrone-Moisés & Martin-Chenut, 2021). Sobre essa temática, Caponi (2020) enfatiza os esforços solitários de governos estaduais, sem um respaldo efetivo e coordenado pelo governo federal, culminando em ações isoladas que dificultaram a adequada gestão da crise sanitária. Diante deste quadro geral, no que tange especificamente à gestão da política pública de saúde mental na pandemia, é possível encontrar um cenário bastante semelhante, agravado pelo fato de se tratar de uma área já historicamente negligenciada, conforme apontado pela Organização Mundial da Saúde através de campanha pelo Dia Mundial de Saúde Mental em 2020. Para corroborar com tal constatação, foi pontuado na ocasião que os países gastam em média apenas 2% de seus orçamentos de saúde em saúde mental (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2020) quando o desejado seria aproximadamente 5% (Guimarães & Rosa, 2019).

Portanto, o que se observou no âmbito da política pública de saúde mental em relação à pandemia foram também algumas poucas movimentações e ações isoladas por iniciativa dos governos estaduais e municipais, bem como de universidades e instituições de pesquisa, sobretudo no que diz respeito à elaboração de cartilhas por estas últimas e de planos de contingência pelos primeiros, os quais versavam, em geral, acerca das restrições relacionadas ao funcionamento dos serviços (Noal, Passos, & Freitas, 2020; Silva, 2020; Weber, Ramos, Gonçalves, Machado, Soares, & Pinheiro, 2021). A partir disso, Lira, Pereira, Ramos e Pachú (2021, p. 177) sinalizam que não se pôde verificar “ações efetivas por parte das autoridades públicas” que agregassem essa dimensão aos eixos centrais de gestão.

Neste contexto, os trabalhadores da política pública de saúde mental, já há algum tempo desamparados e bombardeados pelo subfinanciamento e pela desregulamentação (Amarante & Nunes, 2018), se viram mais uma vez lançados à própria sorte. Contudo, é importante considerar que a saúde mental é um campo de resistência por excelência, haja vista que foram os intensos movimentos sociais, protagonizados por sobreviventes da psiquiatria, familiares e trabalhadores contrários aos abusos praticados em nome da razão, que a transformaram em política pública. Os profissionais de saúde mental constantemente são convidados a enfrentar situações desafiadoras para a efetivação da atenção psicossocial (Yasui & Costa-Rosa, 2008).

Desta forma, o presente trabalho objetiva explorar, em registros da literatura, a maneira pela qual os trabalhadores enfrentaram este novo desafio decorrente da pandemia do novo coronavírus, evidenciando experiências potentes e afirmativas da atenção psicossocial mesmo diante das dificuldades acima elencadas. Para tanto, será inicialmente traçado o percurso das ações relacionadas à política pública de saúde mental empreendidas pelo governo federal durante a pandemia para que, em seguida, seja possível proceder com uma análise das práticas profissionais no cotidiano dos serviços diante deste cenário. Por fim, as discussões serão sintetizadas de modo a proporcionar uma reflexão acerca dos desafios e enfrentamentos possíveis no que se refere à saúde mental e atenção psicossocial na pandemia e para além dela.

### **Desarticulações governamentais para a política pública de saúde mental na pandemia**

Quanto às iniciativas do governo federal na área de saúde mental, houve a divulgação de alguns projetos, mas sem uma interlocução significativa com estados e municípios. Especificamente no que tange à organização e funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) na pandemia, foi lançada em abril de 2020 a Nota Técnica nº 12. Essa nota jamais foi revisada, apesar de recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) para que o fosse. Na

recomendação nº 40/2020<sup>1</sup>, emitida em 18 de maio de 2020, o CNS pontua que o MS desconsiderou aspectos importantes da atenção psicossocial e orienta uma série de ações estratégicas e de gestão das quais o órgão poderia estar à frente para mitigação dos impactos decorrentes da pandemia na área da política pública de saúde mental. A referida nota técnica foi republicada pelo Ministério da Saúde em outubro sob nova numeração, porém, sem alterações em seu texto (Nota Técnica nº 41, 2020).

No que se refere à elaboração de projetos na área, foi lançado, já no início da pandemia, o projeto denominado “Telepsi”<sup>2</sup>, uma parceria entre Ministério da Saúde e Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que dispôs de uma plataforma de teleconsulta psicológica e psiquiátrica para profissionais de saúde. Alguns meses depois, houve o lançamento do programa “Mentalize”<sup>3</sup> do Ministério da Saúde (MS), em parceria com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), o qual, vale ressaltar, foi criticado em “nota de posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia frente aos retrocessos na política nacional de saúde mental”<sup>4</sup> que, em relação ao mesmo, compreendeu a presença de manifestações corporativistas e conservadoras em seu lançamento. Ainda fruto de parceria entre ABP e MS, segundo notícia divulgada no site da própria Associação<sup>5</sup>, é publicada a Portaria nº 2.516/2020 que “dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de custeio aos municípios para a compra de psicotrópicos utilizados no âmbito da saúde mental em virtude dos impactos sociais ocasionados pela pandemia da COVID-19” (Portaria nº 2.516, 2020).

---

<sup>1</sup> <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1181-recomendacao-n-040-de-18-de-maio-de-2020>

<sup>2</sup> <https://telepsi.hcpa.edu.br/>

<sup>3</sup> <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/08/mentalize-programa-lanca-acao-voltada-ao-cuidado-da-saude-mental>

<sup>4</sup> <http://crp23.org.br/contra-os-retrocessos-da-politica-nacional-de-saude-mental/>

<sup>5</sup> <https://www.abp.org.br/post/jph09-rename>

Cabe aqui destacar algumas reflexões sobre como a medicalização da vida se reflete neste contexto específico. Percebe-se a partir do exposto que o Ministério da Saúde, respaldado pela Associação Brasileira de Psiquiatria, dispôs de recursos específicos para a aquisição de psicotrópicos devido aos impactos da pandemia, contudo, tais articulações para direcionamento de ações não foram observadas entre MS e outras categorias profissionais que prestam assistência à saúde mental. Ressalta-se que se trata de um órgão público que está entre os dirigentes do Sistema Único de Saúde (SUS), cujos princípios e diretrizes, desde os primórdios de sua elaboração, são marcados pela integralidade do cuidado (Lei nº 8.080, 1990), a qual segundo Fontoura e Mayer (2006) diz respeito a uma assistência ampliada que não reduza o sujeito aos seus aspectos biológicos ou a uma única esfera de toda a complexidade humana. Contudo, há mais de trinta anos o cuidado integral encontra dificuldades para se reafirmar diante da hegemonia do modelo biomédico, paradigma com o qual se busca romper desde o início do movimento de Reforma Sanitária (Silva, da Silva, Almeida, & Araújo, 2014). O movimento de Reforma Psiquiátrica e luta antimanicomial também encontrou ressonâncias com essa proposta de ruptura paradigmática em sua gênese, de modo que, como pontuado por Amarante (2007, p. 169), “manicomial é todo o paradigma, é o saber psiquiátrico, o saber que autoriza e fundamenta essa apropriação da vida”.

Desta forma, conforme afirmam Nasi, Cardoso, Schneider, Olschowsky e Wetzel (2009), a área da saúde mental está implicada na intenção de ruptura com o paradigma biomédico para que se possibilite a construção do cuidado pautado no modelo psicossocial, passo importante e necessário para a garantia do princípio da integralidade. Neste sentido, é preciso considerar que a Reforma Psiquiátrica brasileira, enquanto processo social complexo, aposte na “invenção de vida” que, segundo Amarante (2007, p. 171), trata-se da ideia de “se perder não na produção de doenças, isto é, na medicalização da vida, e sim na invenção da saúde”.

Pensar que a primeira das poucas Portarias ministeriais publicadas em relação à política pública de saúde mental na pandemia dispõe sobre recursos para aquisição de psicotrópicos é, portanto, pensar em como as investidas de contrarreforma psiquiátrica se materializam e são incorporadas pelo atual governo. Sobretudo se

considerarmos que a literatura internacional aponta que, no que concerne à saúde mental e atenção psicossocial no contexto da pandemia, as expressões do sofrimento podem ser consideradas reações “normais” diante de um cenário “anormal”, de modo que não se deve cronificar, patologizar e medicalizar esse sofrimento (Noal et al., 2020).

Conforme consta na própria portaria em questão, os impactos são sociais, mas a intervenção proposta é medicamentosa, o que evidencia os processos de medicalização social na atualidade. Diante desta constatação, Oliveira e Martins (2020, p. 111) consideram que

apesar da vida precarizada (marcada pelos processos de medicalização, pelas práticas de institucionalização etc.), não há espaço para vitimização. Pelo contrário, os sujeitos existem, resistem e reexistem. Deste modo, se, por um lado, as políticas oficiais buscam a reiteração de uma vontade de saber instrumentalizante e substancializadora, por outro, deparamo-nos, a partir destas experiências fronteiriças, com uma potência do viver (cuidado de si). Tudo isso fala de um lugar de experimentação, afetação, vida que pulsa, de uma política e poética da vida, portanto, de uma potente e subversiva lou-CURA.

São essas afetações, construções políticas e poéticas, que pretendemos ressaltar no presente trabalho. Se por um lado o governo federal anda na contramão da própria legislação de saúde e mais especificamente de saúde mental (Lei 8.080, 1990; Lei 10.216, 2001), os profissionais responsáveis pela execução desta política demonstram com criatividade a possibilidade de criar linhas de fuga, conforme será demonstrado adiante.

### **Linhas de fuga e resistências possíveis: reescrevendo a atenção psicossocial durante a COVID-19**

Indivíduos e sociedade são compostos de linhas de diferentes tipos: segmentárias, flexíveis e de fuga. As linhas segmentárias relacionam-se à ordem molar, ou seja, ao plano macropolítico, vinculado ao que está instituído e estabelece totalizações e hierarquizações em torno de um padrão homogeneizante (Brito &

Dimenstein, 2008; Monteiro & Lira, 2021; Santos, Yonezawa, & Leão, 2019). As linhas flexíveis, por sua vez, produzem flexibilizações a esse padrão, proporcionando pequenos desvios em relação às linhas segmentárias. Tratando-se do instituinte, diz respeito aos devires, implicando em uma maior fluidez enquanto transição. Por fim, as linhas de fuga são traçadas em direção ao imprevisível, relacionam-se à ordem molecular, ou seja, ao plano micropolítico. São linhas que operam no sentido de escapar aos moldes impostos rumo à criação de algo novo e desconhecido, propondo-se a novos encontros. Conforme apontam Santos, Yonezawa e Leão (2019, p. 36), as linhas de fuga são capazes de produzir

furos nas durezas oriundas das primeiras linhas, fazendo vazar resistências a essas organizações totalizantes. As linhas podem, a qualquer momento, desacelerar-se numa molaridade totalizante, ou passar a vibrar numa intensidade que permita ativar sua produtividade molecular, ou seja, sua capacidade de recomposição, criação, desvio, abertura.

De acordo com Foucault (2007), onde há poder há resistência. Desta forma, é possível escapar ao poder que aprisiona por meio de estratégias específicas e em determinadas condições. As linhas de fuga operam, portanto, de modo mais potente e afirmativo, trazendo a possibilidade de resistir e re-existir (Figueiró, Costa Neto, & Sousa, 2012). Uma dessas condições se coloca por meio de uma prática profissional comprometida, pois de acordo com Monteiro e Lira (2021), a prática cotidiana é um local privilegiado de resistência. É também no cotidiano que as relações se estabelecem, permitindo a criação de novos encontros. Neste sentido, Brito e Dimenstein (2008) afirmam que a produção de relações pode se constituir como modos de resistência a um modelo institucional, a qual extrapola a noção de mera reação para implicar em uma vontade ativa, tal como apontado por Oneto (2006, p. 6 como citado em Brito & Dimenstein, 2008, p. 192):

voltar a ser no sentido de estar (o sistere latino) – estar de novo lançado na vida como devir, e nesse sentido também re-existir ou se projetar para fora novamente (re-ek-sistir). A aposta, portanto, não é na oposição a algo senão de maneira derivada, mas sim na ex-posição e na com-posição.



Assim sendo, defende-se aqui que as experiências discutidas a seguir podem ser pensadas para além da característica de novos arranjos para garantir a assistência em saúde mental durante a pandemia, mas se configuram também como uma maneira criativa de escapar à rigidez dos processos de contrarreforma, à dureza do sucateamento dos serviços e à homogeneização do poder psiquiátrico. Neste sentido, os trabalhadores de saúde mental, no plano micropolítico, se mostram capazes de reinvenções voltadas ao resgate e à reafirmação dos fundamentos da luta antimanicomial que hoje se encontram sob ameaça.

Tais ameaças e investidas de contrarreforma podem ser exemplificadas por meio da divulgação, em dezembro de 2020, da intenção de revogação<sup>6</sup> de inúmeras portarias de saúde mental por parte do governo federal, o que gerou manifestações contrárias dos movimentos de luta antimanicomial e muita pressão popular, contexto no qual foi publicada a Portaria nº 3.350 que repassa aos CAPS incentivo financeiro federal de custeio em parcela única para o desenvolvimento de ações no contexto do Enfrentamento da Emergência em Saúde Pública decorrente da COVID-19 (Portaria nº 3.350, 2020). Esse incentivo é algo inédito nos últimos anos, considerando que os serviços se encontram em situações precárias e subfinanciados, tendo o último reajuste de repasses financeiros ocorrido em 2011 (Guimarães & Rosa, 2019).

Desta forma, pode-se observar uma inércia governamental não apenas na condução da pandemia de maneira geral, mas também no que diz respeito à área da saúde mental. As poucas ações isoladas incluíram, em suma, uma nota técnica sobre o funcionamento dos serviços que não foi atualizada para contemplar os diferentes momentos da pandemia, dois projetos desvinculados da atuação de base territorial (Telepsi e Mentalize) e dois repasses financeiros, um deles voltado exclusivamente para a dimensão biológica, buscando mitigar os impactos sociais da COVID-19 pela via da medicalização, e outro que consistiu numa 13<sup>a</sup> parcela do recurso recebido

---

<sup>6</sup> <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/vem-ai-o-golpe-de-morte-na-reforma-psiquiatrica>

mensalmente pelos CAPS durante os meses do ano, recurso este que se encontra há longa data em defasagem. Conforme apontam Lira et al. (2021, p. 177.),

Apesar dessas iniciativas, vê-se a necessidade de ampliação de políticas públicas e projetos no campo de assistência mental. Por conseguinte, reitera-se a limitação de ações por parte de autoridades públicas no âmbito da saúde mental e as implicações negativas para a assistência integral ao público em geral, que demanda cuidado para além da dimensão biológica, necessitando de atenção psicossocial.

Considerando que a atuação de base comunitária encontra-se desvalorizada e ameaçada com ruídos em torno de maiores investimentos públicos em internações psiquiátricas e eletroconvulsoterapia (Rodrigues, Almeida, Ferreira, Goldenzweig, & Amarante, 2020), propõe-se, a partir deste ponto, a tessitura de algumas considerações assistenciais relacionadas à política pública de saúde mental no contexto pandêmico, de modo a promover reflexões acerca das possibilidades de se “manter a oferta de cuidados em saúde mental e ressignificar os processos de trabalho na direção de produzir cuidados territoriais e não meramente ambulatoriais, em face à necessidade de distanciamento social” (Barbosa et al., 2020, p. 13). Defende-se aqui que o cenário caótico que se desenvolveu não funcione como paralisador, mas que seja transformado em um impulsionador de novas possibilidades, que venham a se configurar como resistência ao desmonte, negligência e subfinanciamento do SUS e da política pública de saúde mental. O olhar para a atuação dos serviços públicos de saúde mental neste contexto, pode ser uma alternativa para a criação de novos agenciamentos, vindo a “promover a transformação a partir das vivências e experiênciação, registrando, contando as histórias, realçando a visibilidade do fazer desses serviços (...)” (Rodrigues et al., 2020, p. 12).

Pretende-se, portanto, dar visibilidade aos registros na literatura que relatam novas trajetórias empreendidas pelos serviços territoriais de atenção à saúde mental durante a pandemia, na intenção de que estes registros e relatos possam inspirar reflexões e movimentos em nossas próprias atuações. Tal proposta vai ao encontro da afirmação da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha, segundo a qual, olhar para as experiências construídas

até aqui, verificando seus resultados e adequando-as a novos contextos, permite o aperfeiçoamento das respostas às demandas de saúde mental e atenção psicossocial nas diferentes fases da pandemia, sobretudo quanto à garantia de acesso aos cuidados e mitigação dos impactos (IFRC, 2020). Para além disso, reafirmam um compromisso ético-político permanente pautado pelo modelo da atenção psicossocial, anteriormente citado, que deve se fazer presente no cotidiano dos serviços independente do contexto pandêmico. Para tanto, o enfoque será dado aos serviços da atenção primária à saúde e aos centros de atenção psicossocial, principais dispositivos do SUS que preconizam o cuidado de base territorial (Campos, Bezerra, & Jorge, 2019).

### **Atenção Primária à Saúde: as experiências da UBS de Ceilândia-DF e do NASF de Recife-PE**

A Atenção Primária à Saúde (APS) é composta pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) as quais atuam nos espaços e territórios das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Trata-se de uma estratégia potente de cuidado, uma vez que está próxima à população, inserida no território e em contato com as vulnerabilidades e potencialidades que nele se fazem presentes (Arantes, Shimizu, & Merchán-Haman, 2016). Quanto à sua importância específica para este momento de pandemia, Rodrigues et al. (2020, p. 8) afirmam que

A necessidade de resolutividade, planejamento estratégico, mapeamento do território e ações comunitárias são o mote do processo de enfrentamento do atual estado de urgência, mas também parâmetros que sempre foram o constitutivo das bases da APS, uma vez que esse modelo nasce para reestruturar a política de assistência à saúde até então baseada em um duradouro percurso de práticas higienistas e excludentes.

Neste sentido, se destaca a experiência da UBS de Ceilândia, no Distrito Federal. Oliveira e Caetano (2021) relatam que foi inaugurada uma “central de cuidados afetivos” na referida unidade, com o objetivo de estimular vínculos afetivos e práticas de autocuidado entre usuários e trabalhadores. O trabalho consistiu na construção de um mural no qual mensagem de afeto e cuidado eram compartilhadas entre usuários

e trabalhadores. Além da aposta no vínculo terapêutico, vale ressaltar que se trata de um projeto que vai ao encontro do preconizado pela Política Nacional de Humanização em sua diretriz de valorização da ambiência, com organização de espaços saudáveis e acolhedores de trabalho, de modo que o próprio ambiente também se configure como um instrumento de promoção de saúde (MS, 2010).

Em relação aos NASFs, estes se tratam de dispositivos extremamente relevantes para a potencialização dos cuidados em saúde mental na APS por meio da presença de equipes multiprofissionais atuando junto às equipes da ESF (Mângia & Lancman, 2008). A atuação em NASF é marcada por três dimensões: intervenções sanitárias (corresponde ao levantamento e análise das demandas do território para elaboração de projetos e direcionamento de ações), clínico-assistencial (diz respeito ao suporte direto aos usuários) e técnico-pedagógica (referente ao processo de interlocução, educação permanente e suporte aos profissionais da eSF) (Alves, Bruning, & Kohler, 2019).

Destaca-se que o novo modelo de financiamento da APS, instituído ao final de 2019 (Portaria nº 2.979, 2019), revogou a normatização e custeio da modalidade NASF pouco antes do início da pandemia. Em Nota Técnica sobre essa questão, o Ministério da Saúde afirma que a partir do novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde, programa denominado “Previne Brasil”, não serão credenciadas novas equipes NASF. Porém, as equipes já credenciadas podem permanecer com seu registro no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) se os gestores assim desejarem. A autonomia do gestor também é válida para que componham as equipes multiprofissionais na APS como preferirem (Nota Técnica nº 3, 2020). Sem parâmetros de composição e sem financiamento específico, cabe problematizar as condições de manutenção dessas equipes a longo prazo. Apesar do fato de o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) defenderem que o programa não foi extinto e que as informações que

circularam em redes sociais são “errôneas”<sup>7</sup>, indaga-se quais as possibilidades de efetivação de uma política pública que não dispõe de normativas oficiais e tampouco financiamento. De qualquer forma, as equipes deste formato que ainda existem, resistem. Sendo assim, tais equipes também promoveram adaptações em suas atuações em decorrência da pandemia.

A experiência relatada por Oliveira et al. (2020) acerca da atuação do NASF de Recife-PE é ilustrativa neste sentido. O município de Recife possui 20 equipes NASF, composta por 134 profissionais ao todo. Durante a pandemia, além da manutenção do atendimento individual, com as devidas medidas de biossegurança, daqueles usuários já em acompanhamento, foram criados grupos temáticos referentes a diversos aspectos relacionados à saúde em aplicativo de mensagens para o desenvolvimento de atividades remotas. Foram ainda realizadas lives, definido um técnico de referência para cada UBS, palestras em sala de espera, oferta de escuta qualificada e Práticas Integrativas Complementares aos profissionais de saúde e, por fim, idealizado o “Jornal das Flores”, publicado semanalmente com receitas, dicas de exercícios físicos, sugestões de filmes, informações sobre a comunidade e sobre os profissionais da ESF e uma seção chamada “o que vi de bom”, que conta os acontecimentos positivos presentes na semana da equipe (Oliveira et al., 2020). Acerca dessas ações desenvolvidas, os profissionais envolvidos apontaram para a necessidade de reinvenção que se fez presente, visando garantir de forma criativa e com segurança a assistência à população de maneira otimizada, de modo que “sob a perspectiva do território vivo as ações de saúde de promoção e/ou prevenção em âmbito territorial são pensadas a partir de uma compreensão de sua dinâmica interna e da análise da situação epidemiológica específica” (Oliveira et al., 2020, p. 147).

---

<sup>7</sup> <https://www.conasems.org.br/nucleo-ampliado-de-saude-da-familia-e-atencao-basica-nasf-ab-e-programa-previne-brasil/>

## **Centros de Atenção Psicossocial: as experiências do CAPS Praia de Santos-SP, do CAPS II de Taguatinga-DF e do CAPS UERJ**

Quanto à atuação em CAPS, é possível citar inicialmente a experiência do “CAPS Praia” do município de Santos-SP. Em pesquisa acerca dos acolhimentos iniciais realizados durante a pandemia, observou-se naquele serviço a busca de atendimento por pessoas sem história prévia de tratamento, bem como por pessoas que anteriormente eram acompanhadas pela rede particular de saúde, o que traz uma compreensão das demandas emergentes nestes serviços em decorrência do contexto de pandemia. As principais queixas foram de mulheres em situação de violência doméstica, idosos com sintomas ansiosos e depressivos e preocupados com a contaminação, seguidos de jovens com ideação suicida. Neste sentido, cabe destacar a importância de alguns recortes para populações em maior risco de sofrimento psíquico, de modo a direcionar as ações. Ademais, destaca-se a potência da escuta qualificada, considerando o relato de que, em um primeiro momento, a busca pelo serviço se deu no sentido da procura pelos usuários em erradicar o sofrimento pela via da medicalização, contudo, observou-se que o acolhimento em si pôde suprir a maior parte das demandas inicialmente levantadas, por meio da disponibilização de um espaço seguro para compartilhamento de angústias (Picolli & Carvalho, 2020).

Ainda sobre o trabalho em CAPS, Oliveira e Caetano (2021) discorrem acerca da diversificação de estratégias de assistência colocada em prática no CAPS II de Taguatinga, no Distrito Federal: foram organizados diversos grupos virtuais, com encontros fixos e ocasionais e diferentes propósitos, tais como rodas de conversa, Terapia Comunitária, grupo de mulheres, grupo de relaxamento, grupo de familiares, encontros musicais, contação de casos e histórias, entre outros. Foram ainda criadas contas em redes sociais para estabelecer novos canais de comunicação e interação com os usuários e manter o contato, bem como realizadas lives com temas sugeridos pelos usuários e familiares.

Já na experiência do CAPS UERJ, relatada por Barbosa et al. (2020), partiu-se de uma reorganização do serviço para o contexto de pandemia a partir da discussão de casos em equipe que considerasse a rede de suporte e o estado atual dos usuários para redefinição do Projeto Terapêutico Singular (PTS). Com base nessas discussões,

foram definidos os casos que precisariam manter atendimento presencial intensivo ou semi-intensivo, organizando o serviço para o cumprimento dos protocolos de biossegurança, garantindo que nenhum usuário estivesse desassistido em um momento tão delicado. Por outro lado, elencou-se também os usuários que se beneficiariam do monitoramento contínuo, seja por meio de ferramentas para contato remoto ou de visitas domiciliares, e manteve-se o serviço aberto para atenção às crises, informando aos usuários e familiares o fato de o serviço estar de portas abertas para atendimentos à demanda espontânea. Ainda, procederam com a implementação de atendimentos remotos, contudo, sem a intenção de substituir o espaço físico do CAPS, mas de garantir a presença do serviço de outras formas para os usuários impossibilitados de comparecer presencialmente, visando a manutenção do vínculo. Neste sentido, entendemos que a definição dos técnicos de referência para acompanhamento caso a caso foi fundamental.

Quanto ao uso de tecnologias para atendimento remoto, os autores enfatizam que o termo “tecnologia” foi ressignificado para ir além do conceito de “simples instrumento-aparelho” para que a sua utilização se configurasse enquanto “tecnologia de cuidado relacional”, de modo que as ligações não tiveram por objetivo alcançar alguma resolutividade ou cumprir um protocolo burocrático, mas de preservar a potência das relações terapêuticas e possibilitar o planejamento de outras modalidades de cuidado frente à percepção de algum agravamento.

uma vez que o contato telefônico passou a marcar a força do vínculo, do papel protagonista do usuário no seu cuidado e do poder que as relações têm para a produção de cuidado em saúde mental. Parte-se do pressuposto que a tecnologia leve é relacional e produzida pelos encontros entre usuário e profissional, anunciando o agir entre os sujeitos implicados com a produção de saúde (Barbosa et al., 2020, p. 17).

Além disso, mantiveram-se as reuniões de equipe, ratificando sua importância. Fosse realizadas presencial ou remotamente, por planilhas, recados, mensagens ou contato direto, as trocas frequentes entre os profissionais se mostraram imprescindíveis, seja para gestão dos casos, seja para a revisão dos processos de trabalho e reorganização do serviço nos diferentes momentos da pandemia.

Observou-se, portanto, a construção de um dispositivo que permitiu uma interlocução ativa e pautada na potência das relações.

Desta forma, cuidar na perspectiva da atenção psicossocial, rompendo com a lógica manicomial, exige experimentações de novos modos de cuidar do sujeito, por uma disponibilidade de afetar e ser afetado, que pode estar em qualquer sujeito, espaço e saber, desde que se esteja à disposição para o encontro com o diferente. Deve-se ir mais à frente das redes institucionais construídas e apostar também nas redes vivas que são produzidas no trabalho em acontecimento (Barbosa et al., 2020, p. 17).

Entende-se que a promoção de saúde, independente da pandemia, deve ocorrer nos espaços onde a vida acontece, por meio de estratégias territoriais programadas de acordo com as necessidades dos usuários, cujas potencialidades residem na integração entre diferentes serviços e na atuação de base comunitária (Campos, Bezerra, & Jorge, 2019). Tendo em vista o que foi exposto, evidencia-se a importância do cuidado extramuros e da necessidade de aquecer “as redes de suporte e cuidado no território” produzindo percursos de “sociabilidade e de cuidado para além do que é instituído pelo dispositivo, protagonizando os acontecimentos no seu processo de cuidado e construindo diversas conexões na vida, a partir dos encontros” (Barbosa et al., 2020, p. 18). O cuidado territorial depende da construção dessas redes em conjunto com diversos setores, da ativação dos recursos comunitários e da operacionalização de interlocuções (Campos, Bezerra, & Jorge, 2019). De acordo com Bilkstein (2012), a ausência de uma rede integrada tem como consequência a desassistência através de um cuidado fragmentado e ineficaz.

Destaca-se, em relação à experiência em análise, as articulações com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para atender aos usuários que antes se beneficiavam das refeições ofertadas pelo CAPS. Neste mesmo sentido, foram realizadas visitas e atendimentos domiciliares, inclusive em conjunto com outros serviços como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), além de atendimentos familiares também em domicílio, supervisão e orientação para administração dos medicamentos de uso contínuo,



entre outras ações no território. Os autores e atores dessas ações afirmam que

Apenas relações com vínculos sólidos e estratégias de cuidado consistentes, seguras e corajosas são capazes de conter acontecimentos que indicam uma situação de desordem, de desestruturação e de caos. Reinventar as estratégias em prol da continuidade da radicalização do cuidado territorial e da utilização de tecnologias leves de produção de saúde em situação de crise é promover um intenso investimento humano, ou seja, assumir o lugar de promotor de efetivas mudanças visando o sujeito (Barbosa et al., 2020, p. 18)

Monteiro e Lira (2021) enfatizam a importância dos profissionais de saúde se reconhecerem como protagonistas das políticas públicas para o fortalecimento dos serviços, de modo que o investimento na micropolítica dos afetos possibilita um desvio em relação aos entraves e percalços presentes nas trajetórias de construção do cuidado. Para tanto, faz-se “necessário apostar na capacidade inventiva do trabalhador no processo de cuidar, criando linhas de fuga produtoras de forças instituintes, que não estão burocratizadas nos sistemas de saúde” (Barbosa et al., 2020, p. 17).

O momento é de crise. Há uma crise sanitária em curso decorrente do novo coronavírus, mas há também uma crise que se estende há pelo menos dez anos na organização da política pública de saúde mental. De acordo com Amarante e Nunes (2018, p. 2073), após 2015, “tiveram início mudanças que redefiniram as políticas públicas, não apenas no setor saúde e saúde mental, mas de toda a concepção do estado provedor e de direitos”, ocasionando em retrocessos específicos ao SUS e à Reforma Psiquiátrica. A luta dos serviços de saúde mental para se manterem funcionando de maneira adequada mesmo que capturados pelo instituído se dá pela criação de novas possibilidades (Monteiro & Lira, 2021). Neste sentido, a necessidade de reinvenção decorrente das restrições impostas pela pandemia se encontra sinergicamente conectada à produção dessas linhas de fuga.

## **Considerações assistenciais finais: sobre a ética, a estética e a política (de que compromisso estamos falando?)**

Diante de todas essas experiências, reflexões e movimentações aqui compartilhadas, levanta-se uma última inquietação para informar ao interlocutor de que a principal consideração assistencial aqui proposta para o trabalho enquanto psicólogas e psicólogos em políticas públicas de saúde mental é a constatação de que mais do que nunca é preciso ir além da formação de base ainda essencialmente pautada em modelos privados da clínica individual e apostar no poder das coletividades, dos encontros, dos entre-nós. Segundo Amarante (2007, p. 169):

Nós temos também de saber desconstruir a clínica; temos de saber olhar para o sujeito, olhar para a experiência humana, para além da clínica, como uma outra forma de olhar para a experiência vivida que não se restringe ao olhar do sintoma, da psicopatologia. Se a relação continua a se dar sempre por meio da clínica, mesmo que “ressignificada” ou “ampliada”, a relação será sempre com a doença, e não com os sujeitos.

Desta forma, é imperativo que o profissional de Psicologia possa sair da solidão e conforto de sua torre de marfim e pisar de pés descalços no território vivo onde as relações se estabelecem, construindo convergências com outros seres e saberes numa perspectiva de horizontalidade.

É preciso pensar na clínica enquanto “klinamen”, palavra grega que significa “desvio”, de modo a construir uma clínica com k, termo baremlittiano que implica no encontro das diferenças, na inventividade e na construção coletiva. Construir novos percursos, acolhendo a heterogeneidade da vida, é justamente o que se propõe o paradigma psicossocial (Baremlitt, 2003; Monteiro & Lira, 2021; Neves & Josephson, 2002). É por este caminho que perpassa a superação do modelo medicalizante, termo que remete tanto à centralidade da figura médica quanto à priorização da intervenção medicamentosa para manejar o sofrimento (Yasui & Costa-Rosa, 2008).

Sintetizando as ideias dos autores aqui citados que possibilitaram vislumbrar outros modos de ser, fazer e se refazer, conclui-se que a pandemia do novo coronavírus demonstra, a partir da dinâmica de contágio nas comunidades e territórios e das necessidades

de saúde decorrentes desta, que o modelo biomédico e tecnicista é insuficiente em relação às demandas em saúde coletiva, de modo que o cuidado das coletividades se dá, justamente, na construção dos coletivos, por meio do trabalho em rede, da interdisciplinaridade, do compartilhamento do cuidado e da vinculação entre os envolvidos (Rodrigues et al., 2020; Lira et al., 2021).

Pensar a rede em conjunto é construí-la, dado que a rede de cuidados nunca está pronta e a necessidade de construção intersetorial com a comunidade e políticas públicas é permanente. A COVID-19 também nos ensina isso e nos sinaliza que os sofrimentos estão para além dos transtornos mentais catalogados e surgem nas vivências do dia a dia, nas situações não protocoladas, na produção e na insistente potência do viver (Rodrigues et al., 2020, p. 14-15).

Entende-se que a superação da precarização do SUS, da política pública de saúde mental e da vida de modo geral, decorrente da ofensiva neoliberal e seus mecanismos de austeridade, é atravessada por práticas de resistência desenvolvidas no cotidiano dos serviços (Monteiro & Lira, 2021) que consistem em inventar novos modos de ser, estar e fazer. Trata-se de “criar conexões, buscar brechas e, quando não as encontrar, fazê-las. Não existe receita nem caminho pronto para escapar: escapar é um caminho que acontece sempre no meio” (Sales & Estevinho, 2021, p. 289).

Se considerarmos a concepção proposta por Amarante e Torre (2017) de Reforma Psiquiátrica enquanto processo social complexo, a própria ideia de processo denota um movimento que se realiza continuamente. Desta forma, é preciso inovar na constante construção e reconstrução de uma assistência à saúde mental digna e de qualidade. Isso implica reafirmar os princípios da Reforma que se encontram sob ameaça, implica em escapar por novos caminhos, tomar pequenos desvios para novos devires e escapar rumo ao imprevisível. Trata-se de uma demanda latente para a consolidação da Reforma Psiquiátrica, mas também se configura como uma necessidade decorrente do atual momento pandêmico.

Escapar-resistir nos encontros torna-se necessidade-vital: encontros a distância, afetos compartilhados por telas, solidariedades que abraçam com os olhos, que acolhem com

palavras, que permitem esperar. Encontros geradores de potências, compartilhando sorrisos e lágrimas por distâncias físicas e proximidades afetivas. Escapar pelas máscaras. Cuidar de si e do outro, barreira física que permite proximidades. Ao escapar pelas máscaras, o resistir acontece ao criar sorrisos outros: sorrir pelos olhos, sendo estes órgãos a conexão humana neste momento outro. Chorar, abraçar, sorrir e se acolher pelos olhares (Sales & Estevinho, 2021, p. 290).

Se o cenário macropolítico aponta para um futuro catastrófico e desesperançoso, no plano micropolítico há a possibilidade de conduzir a vida por meio de novos direcionamentos. Esta é uma urgência do momento que remete aos fundamentos da atenção psicossocial e à condição necessária para sua efetivação: a reafirmação de um compromisso ético-estético-político em favor da vida. Uma ruptura paradigmática que aposta na criação de vida a partir dos encontros, com garantia de acesso e cuidado por meio da diversificação de estratégias que enriquecem o cotidiano. É nesta inventividade que consiste o compromisso em questão: ético no sentido de “uma criação processual de valores e critérios para a vida, a partir das experimentações cotidianas” (Santos, Yonezawa, & Leão, 2019, p. 33-34); estético no que se refere a uma produção artística da vida através da expressão criativa; e político pois diz respeito aos processos de subjetivação que permitem escapar ao saber-poder de maneira ativa (Santos, Yonezawa, & Leão, 2019). São essas as práticas de resistências e re-existências possíveis durante a pandemia e para além dela.

## Referências

- Alves, R. B., Bruning, N. D. O., & Kohler, K. C. (2019). “O Equilibrista”: Atuação do Psicólogo no NASF no Vale do Itajaí. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(1). 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003186600>
- Amarante, P. (2007). Medicalização da vida. In: Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ (org.), *Direitos Humanos? O que temos a ver com isso?*. (pp. 169-174). Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia-RJ. Recuperado de

<http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/04/direitoshumanos.pdf>

- Amarante, P., & Nunes, M. D. O. (2018). A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6), 2067-2074. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018>
- Arantes, L. J., Shimizu, H. E., & Merchán-Hamann, E. (2016). Contribuições e desafios da Estratégia Saúde da Família na Atenção Primária à Saúde no Brasil: revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(5), 1499-1510. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015215.19602015>
- Barbosa, A. S., Nascimento, C. V., Dias, L. B. S., do Espírito Santo, T. B., Chaves, R. C. S. & Fernandes, T. C. (2020). Processo de trabalho e cuidado em saúde mental no Centro de Atenção Psicossocial da UERJ na pandemia de COVID-19. *Braz J Health Biomed Sci*, 19(1), 11-19. <https://doi.org/10.12957/bjhbs.2020.53527>
- Baremlitt, G. (2003). *Introdução à Esquizoanálise*. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari.
- Bilkstein, F. (2012). *Destino de crianças: estudo sobre as internações de crianças e adolescentes em Hospital Público Psiquiátrico*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/16993>
- Brito, M. A. M., & Dimenstein, M. (2008). Contornando as grades do manicômio: histórias de resistências esculpidas na instituição total. *Aletheia*, 1(28), 188-203. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942008000200015&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942008000200015&lng=pt&tlng=pt)
- Campos, D. B., Bezerra, I. C., & Jorge, M. S. B. (2019). Produção do cuidado em saúde mental: práticas territoriais na Rede Psicossocial. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18(1), 1-18. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00231>

- Caponi, S. (2020). Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, 34(99), 209-224. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>
- Cezar, L. S., & Maciel, A. J. N. (2021). Infodemia no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil: uma política de contaminação?. *Liinc em Revista*, 17(1). Recuperado de <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5703>
- Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. (2021). *Economia, micro e pequenas empresas e a pandemia da COVID-19: posicionamento e reflexões da Universidade Federal da Bahia e dos professores de sua Escola de Administração (EAUFBA)*. Salvador, Bahia: EAUFBA. Recuperado de <http://www.edgardigital.ufba.br/wp-content/uploads/2021/04/Relato%CC%81rio-UFBA-Final1-2.pdf#page=34>
- Figueiró, R., da Costa Neto, C., & Sousa, R. (2012). Transpondo limites: O Cinema na pesquisa-intervenção e o documentário enquanto estratégia de empoderamento em saúde mental. *QUIPUS*, 1(2), 57-66. Recuperado de <https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/160>
- Fontoura, R. T., & Mayer, C. N. (2006). Uma breve reflexão sobre a integralidade. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 59(4), 532-536. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672006000400011>
- Foucault, M. (2007). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Guimarães, T. D. A. A., & Rosa, L. C. S. (2019). A remanicomialização do cuidado em saúde mental no Brasil no período de 2010-2019: análise de uma conjuntura antirreformista. *O Social em Questão*, 21(44), 111-138. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552264340005>
- International Federation of Red Cross. (2020). *“The greatest need was to be listened to”: the importance of mental health and psychosocial support during COVID-19*. Geneva: IFRC. Recuperado de [https://pscentre.org/wp-content/uploads/2020/10/Covid19\\_Report\\_061020.pdf](https://pscentre.org/wp-content/uploads/2020/10/Covid19_Report_061020.pdf)

- Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. (1990, 20 de setembro). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm)
- Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. (2001, 09 de abril). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm)
- Lira, A. V. A. A., Pereira, N. A., Ramos, L. A. I. A., & Pachú, C. O. (2021). Pandemia do coronavírus e impactos na saúde mental: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Psicologia, Diversidade E Saúde*, 10(1), 168–180. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpdsv10i1.3181>
- Mângia, E. F. & Lancman, S. (2008). Núcleos de Apoio à Saúde da Família: integralidade e trabalho em equipe multiprofissional. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 19(2). <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v19i2pi-i>
- Ministério da Saúde. (2010). *Ambiência* (2ed). Brasília: Editora do Ministério da Saúde. Recuperado de [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ambiencia\\_2ed.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ambiencia_2ed.pdf)
- Monteiro, C. S., & Lira, P. O. (2021). Desafios para pensar a inovação em tempos de crise: uma cartografia no CAPS. *Diaphora*, 10(1), 69-75. <https://doi.org/10.29327/217869.10.1-10>
- Nasi, C., Cardoso, A. S. F., Schneider, J. F., Olschowsky, A., & Wetzel, C. (2009). Conceito de integralidade na atenção em saúde mental no contexto da reforma psiquiátrica. *Revista Mineira de Enfermagem*, 13(1), 147-152. Recuperado de <https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/v13n1a20.pdf>
- Neves, C. A. B., & Josephson, S. C. (2001). *A crítica como clínica*. In *Texturas da Psicologia: subjetividade e política no contemporâneo* (pp. 99-108). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Noal, D. S., Passos, M. F. D. & Freitas, C. M. (2020). *Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19*. Rio de Janeiro: Fiocruz. 342 p. Recuperado de [https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/10/livro\\_saude\\_mental\\_covid19\\_Fiocruz.pdf](https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/10/livro_saude_mental_covid19_Fiocruz.pdf)
- Nota Técnica nº 3/2020-DESF/SAPS/MS. (2020). Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e Programa Previne Brasil. *Ministério da Saúde: Secretaria da Atenção Primária à Saúde*. Recuperado de <https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2020/01/NT-NASF-AB-e-Previne-Brasil-1.pdf>
- Nota Técnica nº 41/2020-CGMAD/DAPES/SAPS/MS. (2020). *Recomendações à rede de atenção psicossocial sobre estratégias de organização no contexto da infecção da covid-19 causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2)*. Ministério da Saúde: Secretaria da Atenção Primária à Saúde. Recuperado de [https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20201008\\_N\\_Saud\\_eMentalNT41\\_6859989190786062917.pdf](https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20201008_N_Saud_eMentalNT41_6859989190786062917.pdf)
- Oliveira, D. S. & Caetano, G. L. N. (2021). Residência multiprofissional em saúde mental do adulto: modos de reinventar as práticas no contexto da pandemia causada pela Covid-19. *Health Residencies Journal-HRJ*, 2(11), 42-61. <https://doi.org/10.51723/hrj.v2i11.135>
- Oliveira, E. A. D. & Martins, C. P. (2020). Sobre práticas de medicalização e "loucura": algumas reflexões (in) disciplinadas. *Revista Psicologia e Saúde*, 12(1), 101-113. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v12i1.747>
- Oliveira, M. A. B. de, Monteiro, L. de S., Oliveira, R. de C., Moreira, T. S., Marques, A. C. F., Silva, U. M. de A., ... Santana, R. M. (2020). A prática do núcleo de apoio à saúde da família do Recife no enfrentamento à pandemia COVID-19. *APS EM REVISTA*, 2(2), 142-150. <https://doi.org/10.14295/aps.v2i2.96>
- Organização Mundial da Saúde. (2020). *Dia Mundial da Saúde Mental: uma oportunidade para dar o pontapé inicial em uma grande escala de investimentos*. Genebra: OMS. Recuperado de



<https://www.paho.org/pt/noticias/27-8-2020-dia-mundial-da-saude-mental-uma-oportunidade-para-dar-pontape-inicial-em-uma>

- Picolli, A. C. G. & Carvalho, M. Y. M. (2021). Reflexões sobre os impactos da pandemia COVID-19 na saúde mental de usuários do CAPS Praia do município de Santos. *Journal of Management & Primary Health Care*, 12(spec), 1–2. <https://doi.org/10.14295/jmphc.v12.1092>
- Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. (2019, 13 de novembro). Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.979-de-12-de-novembro-de-2019-227652180>
- Portaria nº 2.516 de 21 de setembro de 2020. Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de custeio para a aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica utilizados no âmbito da saúde mental em virtude dos impactos sociais ocasionados pela pandemia da COVID-19. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.516-de-21-de-setembro-de-2020-278695720>
- Portaria nº 3.350 de 8 de dezembro de 2020. Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio, para o desenvolvimento de ações no âmbito dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no contexto do Enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF. Recuperado de [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt3350\\_09\\_12\\_2020.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt3350_09_12_2020.html)
- Rodrigues, M. G. A., Almeida, A. A., Ferreira, T. F., Goldenzweig, R. E. & Amarante, P. (2020). Saúde Mental, Articulações Intersetoriais e o Apoio da Universidade em Tempos de

- COVID-19. *DIVERSITATES International Journal*, 12(1), 6-16.  
<https://doi.org/10.53357/GRFD6563>
- Sales, T. A., & Estevinho, L. D. F. D. (2021). Cartografias de vida-e-morte em territórios pandêmicos: marcas-ferida, necro-biológicas e linhas de fuga. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, 6(11), 275-293. <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2021.v6i11.275-293>
- Santos, J. C., Yonezawa, F., & Leão, A. (2019). Loucura e Militância: história de vida resistente na luta antimanicomial. *Revista Polis e Psique*, 9(1), 30-53. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.75938>.
- Silva, C. T. S., da Silva, S. S., Almeida, M. V. G., & Araújo, I. B. (2014). Integralidade e suas interfaces com a produção do cuidado. *Revista Cuidarte*, 5(2), 731-738. <https://doi.org/10.15649/cuidarte.v5i2.85>
- Silva, M. L. R. (2020). *Plano de contingência de saúde mental do município de Russas COVID 19*. Recuperado de <https://russas.ce.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/PLANO-DE-CONTIG%C3%8ANCIA-DE-SA%C3%9ADE-MENTAL.pdf>
- Ventura, D. D. F. L., Perrone-Moisés, C., & Martin-Chenut, K. (2021). Pandemia e crimes contra a humanidade: o “caráter desumano” da gestão da catástrofe sanitária no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, 12(3), 2206-2257. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/61769>
- Weber, B.; Ramos, L.; Gonçalves, M.; Machado, M.; Soares, M. & Pinheiro, V. (2021). Saúde Mental em tempos de pandemia da Covid-19: análise do Plano de contingência da SMS Salvador/BA. *Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS)*. Recuperado de <https://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/documentos/pe nsamentos/saude-mental-em-tempos-de-pandemia-da-covid-19/>
- Yasui, S., & Costa-Rosa, A. (2008). A Estratégia Atenção Psicossocial: desafio na prática dos novos dispositivos de Saúde Mental. *Saúde em debate*, 32(78-79-80), 27-37. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406341773003>

## **O estado, a burguesia dependente e a negação do povo brasileiro em tempos de pandemia**

---

**Yohann Eiji Mori Saracho  
Alexandre Bonetti Lima**

O Brasil foi um dos protagonistas mundiais nas mortes causadas por Covid-19. Segundo o Ministério da Saúde, até o dia 24 de novembro de 2021, foram registradas mais de 610.000 mortes causadas pela doença (Brasil, 2021). Se dividirmos este número pelos meses que o país vem enfrentando a pandemia desde março de 2020, temos mais de 30 mil mortes ao mês. Considerando esses dados, o Brasil pode ser caracterizado como um dos piores países na gestão da pandemia (G1, 2021).

A política envolvida na gestão da pandemia é determinante para a compreensão do tipo de desdobramento que o vírus obteve em cada país durante este período caótico. A título de comparação, a China (Egido, 2020) é um exemplo de país que conseguiu ter uma atuação rápida e centralizada, mesmo tendo sido o primeiro país a ter a proliferação do vírus, foi capaz de exercer uma política de contenção da infecção do vírus quando ele ainda era praticamente desconhecido. Promoveu isolamento social em massa e executou uma política para que esse isolamento fosse cumprido à risca, colocando o bem comunitário acima da vontade individual, testando em massa a população e oferecendo tratamento médico a todos aqueles que estivessem infectados. Tais ações resultaram que um país com mais de 1 bilhão e 400 milhões pessoas registrasse o número de 4.636 mortes por Covid-19 (Reuters, 2021). Caso a pandemia fosse efeito de uma relação meramente biológica e atuasse independentemente das políticas adotadas, o número de mortos na China deveria ser ao menos cinco vezes maior que os números brasileiros.

Deste modo, podemos pensar que a atuação política do governo brasileiro é de fundamental importância para compreendermos os números assustadores que tivemos com a pandemia. Desde o seu início, o presidente Jair Bolsonaro vem praticando um discurso abertamente negacionista, anti-vacina e anti-ciência, fomentando a implementação dos ditos ‘tratamentos precoces’

sem comprovação científica, provocando um falso sentimento de solução ao problema. Durante o início da pandemia, o presidente chegou a chamar a doença de uma ‘gripezinha’, tratando-a com chacota, alegando que o seu ‘histórico de atleta’ o imunizaria da doença (BBC, 2020). A gestão de Bolsonaro também fez com que insumos básicos, de baixa complexidade produtiva, como máscaras, luvas, roupas de proteção e oxigênio estivessem ausentes durante momentos críticos da pandemia (CNN, 2021).

Para nossa análise, é essencial que Bolsonaro não seja considerado como um ator inserido de forma orgânica na política nacional. Isolá-lo como um ente estranho é perder de vista a totalidade da luta de classes. Para a sustentação de um governo, é necessário que haja um determinado nível de continuidade da política adotada pelo governante em consonância com setores da própria máquina pública (altos cargos do executivo, judiciário e burocratas), altos cargos da área militar, consenso da sociedade civil e da burguesia (Sader, 2005). A complexa interação de todos estes atores sociais resulta na sustentação (ou queda) do governante em exercício. Porém, há diferentes níveis de influência para cada setor e a burguesia cumpre um papel central na sustentação do governo. A título de exemplo, o presidente anterior, Michel Temer, cumpriu o seu mandato até o fim, mesmo com uma taxa de aprovação de 3% e a reprovação de 77% da população em geral (Caram, 2017), período que a burguesia operara um golpe de estado e ávida por sustentar um novo projeto político para além do petismo.

A classe dominante no capitalismo tem amplo lastro histórico e econômico para apoiar diversas formas autocráticas. A história brasileira foi palco de diversas atrocidades, genocídios, fome, escravidão, repressão em massa, perseguição política e tortura contra os mais diversos segmentos sociais. Os mais de 600.000 mortos por Covid-19 sob o governo de Jair Bolsonaro não é um raio em céu azul. A própria História brasileira foi forjada a partir de sangue. A burguesia brasileira e o governo Bolsonaro são os principais responsáveis por esta tragédia que assola o país. Portanto, para compreendermos a viabilidade destas mortes temos que colocar uma primeira pergunta: como a classe dominante permite que mais de meio milhão de pessoas morram de uma doença evitável sem que o presidente sofra um processo de impeachment? Para respondermos a esta primeira colocação, temos que estabelecer um lastro histórico e colocar algumas

outras questões: como pensar a atuação do Estado no capitalismo? Há uma íntima conexão entre Estado e burguesia? O Estado pode ser instrumentalizado para operar de acordo com as demandas do povo? Como se constitui a burguesia brasileira? Esta burguesia tem aqui a mesma forma de atuação que a burguesia europeia? Qual o caráter do capitalismo brasileiro? Há um confronto aberto entre a burguesia brasileira e o interesse do capital estrangeiro? Como a pandemia foi encarada pela classe dominante? São sobre essas questões que iremos nos debruçar ao longo desse capítulo.

### **O que é o Estado? a quem o Estado serve?**

Como ponto de partida, entendemos ser importante fazer uma discussão sobre o caráter do Estado capitalista a partir de Marx e Lenin pois, por mais variado que possa ser a variabilidade do Estado ao longo dos diferentes contextos histórico e as diferentes configurações que ele possa ter de acordo com cada região, podemos enxergar um traço em comum a todo Estado. Segundo Lenin (2004, p.183), trata-se de “[...] uma máquina para a opressão de uma classe por outra, uma máquina para manter submetidas a uma só classe outras classes subordinadas. A forma desta máquina pode variar’.

O início do capitalismo data do encerramento do feudalismo e suas formas mais elementares se encontram em construção em alguns países na Europa a partir do século XVI (Dobb, 1974). O surgimento da burguesia enquanto classe no cenário político econômico da Europa e o impulsionamento das empreitadas coloniais mundo afora abre um novo panorama político na Europa e o início de uma integração econômica a nível mundial, com as novas rotas comerciais para o Oriente pela África e as recém invadidas colônias americanas. Já ao final do século XVIII, é consolidada a maior revolução do Ocidente. A burguesia passava por uma longa fase de acumulação econômica, porém, sua liberdade comercial e produtiva era restringida pelo Estado absolutista. É somente com a revolução francesa que a burguesia assimila o seu domínio econômico ao domínio político. Outros países como os EUA, Haiti e a Inglaterra passavam por processos semelhantes, anunciando uma nova reorganização da estrutura do Estado.

O Estado burguês vai assumir uma outra faceta se comparado com as formas antigas, seja ela grega ou romana. Nas formas estatais anteriores a ele, o domínio econômico se confundia com o domínio político, ou seja, aqueles que eram proprietários de escravos na Grécia antiga se confundiam com os detentores do poder político, assim como as próprias contradições dentro do bloco dominante eram muito reduzidas, “o vetor das vontades, com poucas contradições no seio dos blocos de domínio. O controle da vida social é direto e mais simplificado, na medida da unidade entre o econômico e o político” (Mascaro, 2015, p. 10). Nestes modelos políticos, o chefe de Estado, as lideranças e o senado eram compostos exclusivamente por senhores de escravos e figuras destacadas da sociedade grega, tornando o exercício da dominação direto e sem mediadores que poderiam ser encarados como ‘neutros’ mediante a população civil.

A especificidade do Estado burguês consiste, dentre outros fatores, em uma separação entre o domínio econômico e o domínio político. O burguês não entra como agente estatal, pois há a formação de uma classe burocrática e política para a manutenção das funções do Estado. A constituição do poder judiciário atua como uma suposta neutralidade do aparato estatal, porém, as suas prerrogativas sustentam uma legitimação das relações capitalistas, além de endossar o suposto caráter de neutralidade do aparelho estatal (Mascaro, 2015).

Esta dominação do Estado não se materializa somente por meio de decretos e leis. É necessário que haja uma força vigilante e outra coercitiva para que elas sejam cumpridas. A polícia em suas diversas manifestações (civil, militar ou federal) e a integralidade das forças armadas são uma instituição, um braço armado do Estado. Suas premissas e formas de atuação também têm como fundamento a atuação em prol de uma classe, mesmo que camuflada pela ambiguidade de um terceiro imparcial. As instituições armadas e coercitivas do Estado se comportam de acordo com a reprodução do capital. Conforme afirma Lenin (2017, p.33), a classe dominante está ciente da necessidade do poder das armas, pois ela “se esforça por reconstruir os destacamentos especiais de pessoas armadas que a servem, como a classe oprimida se esforça por criar uma nova organização desse gênero, capaz de servir não aos exploradores, mas aos explorados”. Assim, o debate sobre o uso da violência e a

capacidade de repressão de uma classe pela outra é central para pensar o caráter do Estado.

Contudo, devemos pensar o Estado como um instrumento ativo na reprodução do capital e não meramente como um instrumento negativo que somente aparece sob a sua faceta repressiva em momentos de tensão em que o poder político está sendo colocado em xeque por uma força antagônica. Certamente, como bem pontua Mascaró (2015, p.14), “a repressão, que é um momento decisivo da natureza estatal, deve ser compreendida em articulação com o espaço de afirmação que o Estado engendra no bojo da própria dinâmica de reprodução do capitalismo”.

Outra especificidade do Estado burguês se coaduna com a própria concepção da ontologia do capital, ou seja, a sociedade passa a se estruturar por meio da mercadoria, a riqueza é apresentada como uma ‘enorme coleção de mercadorias’ (Marx, 2013, p. 113) e todos os objetos materiais e imateriais passam a ser enquadrados como possíveis mercadorias. Todas as outras formas pré-capitalistas também tinham presentes em sua sociabilidade a mercadoria em algum nível. Porém, com o capitalismo ela passa a ganhar a projeção central, organizando tudo ao seu entorno.

A sociedade capitalista é erigida para produzir e colocar em circulação estas mercadorias. A produção de mercadorias mediante o trabalho assalariado é resultado de um contrato do capitalista sobre a força de trabalho assalariada. Portanto, tudo aquilo que foi produzido no tempo do consumo da força de trabalho do trabalhador é recolhido como uma propriedade não daquele que o produziu, mas por aquele que comprou a força de trabalho alheia. O trabalhador é separado do produto de seu trabalho, processo que torna a sua produção como um agente estranho, tornando o trabalho uma fonte de mal-estar e sofrimento ao invés da realização e satisfação da exteriorização de uma ideia, processo ao qual Marx (2013) denominou alienação. O Estado, por meio da garantia das relações jurídicas, entra como um agente necessário que legitima a propriedade das mercadorias como propriedade do burguês, e não do trabalhador. Nesse aspecto, a instituição jurídica entra como um terceiro neutro que apenas intercede como mediador, fundamentando sua atuação a partir de leis que em aparência são indiferentes às instituições político-ideológicas. Cabe ressaltar, porém, que o direito também se encontra alinhado a

tais premissas pela sua estreita conexão com a reprodução das relações capitalistas (Mascaro, 2015).

A substituição da mão de obra escrava pela força de trabalho assalariada promovida pelo capitalismo representa uma forma superior de exploração da classe dominante. Ao adquirir um escravo, ele tinha o mesmo estatuto de posse de qualquer outro objeto e o senhor tinha plenos direitos sobre sua finalidade, assim como total responsabilidade por sua alimentação, moradia e higiene. A mercadoria era a integralidade do trabalhador, enquanto no modo de produção capitalista, o patrão compra uma outra mercadoria, a única que produz valor, a força de trabalho, chamada por Marx (2013) de mercadoria especial. A partir disso, segundo Marini (2017, p. 335), há uma economia do “tempo de sua existência que pode ser utilizada para a produção, deixando para o mesmo trabalhador o cuidado de responsabilizar-se pelo tempo não produtivo, desde o ponto de vista capitalista”. O burguês se emancipa da própria responsabilidade de prover para aquele que explora.

Nesse contexto, o Estado atua como garantidor da propriedade privada, pois está na consolidação de qualquer Estado burguês o direito à propriedade, mesmo que os produtores tomem de assalto alguma fábrica ou indústria, o braço armado do Estado aparecerá para reprimi-los respaldado pela legalidade institucional. Nesse sentido, o próprio Estado deve ser entendido como uma entidade que se compõe como algo de grande complexidade, e não comandado por uma única pessoa, por maiores que sejam seus poderes executivos. A despeito de qualquer divisão de poderes do Estado, a sua própria unidade constitutiva, seu próprio ordenamento de funcionamento, está inteiramente pautado na reprodução do capital.

A criação de uma entidade apartada do domínio direto da classe dominante, possibilita com que haja uma “dificuldade em se aperceber, à primeira vista, a conexão entre capitalismo e Estado, na medida em que, sendo um aparato, terceiro em relação à exploração, o Estado não é nenhum burguês em específico e nem está em sua função imediata” (Mascaro, 2015, p. 14). Caso o Estado fosse abandonado como recurso do modo de produção capitalista, o domínio do capital sobre o trabalho seria diretamente sobre o trabalhador, o possuindo fisicamente como na escravidão, e não como compra da força de trabalho alheia mediante salário e contrato sancionado pelo Estado.



Em suma, podemos pensar o aparelho estatal como “a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e trabalho” (Mascaro, 2015, p. 13).

Porém, não podemos tomar a dominação do Estado a partir de uma dominação mecânica, em que toda sua ação estará sustentada para o favorecimento único e explícito da classe dominante, pois em momentos de maior organização e poder de reivindicação da classe trabalhadora, o Estado é obrigado adotar políticas que possam entrar em conflito com os interesses da classe dominante. Ou, de outro modo, podemos dizer que a burguesia cede os anéis para não perder os dedos.

Por exemplo, Marx (2013) ao analisar a atuação da burguesia inglesa durante as décadas de 1830 a 1850 observa que as jornadas de trabalho do operariado atingiam facilmente 14 a 16 horas por dia, incluindo mulheres e crianças que eram obrigadas a habitar espaços extremamente insalubres e superlotados. Com a paulatina organização da classe trabalhadora inglesa por meio do movimento cartista, reivindicando jornadas de trabalho de no máximo 10 horas diárias, a burguesia atuava em bloco para que esta demanda não fosse aprovada e, caso tivesse aprovação congressual, não fosse possível de ser efetivamente aplicada. Nos meses que antecederam a entrada da vigência da lei que limitava a jornada de trabalho para 10 horas semanais, diversos industriais promoveram cortes salariais, “onde as circunstâncias o permitiram, houve uma redução salarial de, no mínimo, 25% [...]” (Marx, 2013, p. 356), fazendo com que alguns setores da classe trabalhadora pleiteassem a revogação da lei, fato que foi largamente instrumentalizado pela classe capitalista, que chegou a forçar a assinatura de trabalhadores na petição pelo fim da lei de 10 horas. Para estes últimos, não houve escrúpulos para que a lei tivesse sua aplicabilidade dificultada em todas as dimensões. Porém, o Estado cumprindo com sua função de mantenedor da sociedade capitalista e assegurando a sua reprodução, analisou a existência do risco de uma verdadeira insurgência eclodir e que, portanto, era necessário que se aprovasse e aplicasse a lei naquele momento.

Esta pequena história traça um panorama da atuação do Estado na sociedade capitalista. Ele pode atuar até mesmo de forma contrária à própria burguesia, desde que sua atuação vise a preservação da reprodução do capital. Nas palavras de Mascaro (2015, p. 20), a “forma política estatal é fundamental à reprodução da sociabilidade do

capitalismo, mas, ao se assentar como forma de um poder separado dos próprios agentes econômicos, ela pode até mesmo, eventualmente, ser disfuncional e contrária aos interesses da valorização do valor”.

Certamente, o Estado não pode ser analisado sob uma ótica simplista e a consideração de sua complexidade e envergadura devem ser levados com rigor, caso contrário somos levados a certas considerações mecânicas sobre seu funcionamento, perdendo de vista um pensamento dialético sobre a realidade e a própria natureza do Estado na sociedade capitalista. O próprio Estado é dotado de expressões contraditórias, porém, tais ações não deslegitimam a tese marxista do caráter eminentemente classista que o Estado ocupa nas mais diversas sociedades.

### **Caráter ontológico da burguesia brasileira a partir de seu desenvolvimento de tipo ‘prussiano-colonial’**

Todo este desenvolvimento teórico serve como base para conseguirmos debater com maior qualidade a natureza do Estado brasileiro e a classe dominante brasileira. É somente com o processo de independência que temos o nascimento de um Estado autônomo e brasileiro. Ao contrário do que ocorrera em outros países da América Latina, em que o processo de independência foi áspero e com ampla participação de todas as camadas sociais, o Brasil sempre foi marcado em sua história por uma forma pacífica de fazer política, realizando manobras políticas pelo alto e alijando a população de participação efetiva nos desdobramentos históricos (Sodré, 1970; Mazzeo, 2015).

Este é um ponto fundamental para se pensar as raízes e origens do modo de fazer política da burguesia brasileira. O primeiro fator deve ser considerado a partir da influência portuguesa no Brasil. A história de Portugal é marcada por ocupar um papel de vanguarda por meio do comércio e das grandes navegações, ganhando um certo destaque no cenário europeu do século XIV ao XVI (Mazzeo, 2015). Com o início da industrialização em outros países da Europa como Holanda, Inglaterra e França, culminaram em um capitalismo de tipo industrial, rebaixando os países que adotavam uma postura com foco no capital comercial, especulando com o preço de compra e venda, que paulatinamente perderam seu papel de protagonismo, tornando-se submissos a estes países que tinham como foco a produção. Houve

uma marcante subordinação do capital comercial ao capital produtivo. Portugal fomentou uma lógica mercantil que, com o passar do tempo e o desenvolvimento das forças produtivas, passou a perder seu papel de destaque e gradualmente foi se tornando um tutelado pela Inglaterra, relação que fica escancarada com o tratado de Methuen, assinado no início do século XVIII.

Portanto, a burguesia portuguesa foi forjada em uma cultura tipicamente comercial, que não tem como foco a inovação e a produção de mercadorias que exijam maior nível tecnológico ou desenvolver os meios para aumentar a capacidade produtiva, tornando-se um país débil em relação às perspectivas de desenvolvimento capitalistas. Esse modo de ser da burguesia portuguesa pode ser considerada como um dos determinantes da ontologia da burguesia brasileira pois a docilidade e submissão fez carreira na colônia, formando uma burguesia que trazia em seu horizonte uma condição subalternizada e despida daquele horizonte revolucionário que a burguesia dos países industrializados tiveram durante o final do século XVIII e início do XIX, promovendo confrontos abertos a ordem feudal e absolutista, com ampla mobilização popular e que tiveram um confronto direto com o ancién regime, fatos que deixam marcas na cultura política do país (Mazzeo, 2015)

A própria ideia de se mobilizar as massas no Brasil tinha um outro peso. Por exemplo, segundo Moura (1994), a notícia da revolução haitiana chegou ao Brasil com assombro pelos senhores de escravos, visto que a população durante a primeira metade do século XIX, compunha mais de um terço da totalidade da população brasileira. Mobilizar as camadas médias possibilitaria uma maior abertura para a mobilização de setores escravizados e a ideia de uma revolução comandada por negros escravizados que assassinaram seus senhores soou aterrorizante pelos latifundiários que chegavam a acumular centenas de escravos concentrados em uma única propriedade.

O autor sinaliza que a organização e resistência dos escravos brasileiros é fundamental para se compreender a formação histórica do Brasil, destacando como os escravos nunca estiveram passivos diante de sua condição histórica, mas durante todo o período escravista estiveram continuamente mobilizando quilombos, fugas, assassinatos dos senhores e combatendo em conjunto com outros

setores durante a repressão estatal. Portanto, contá-los como aliados táticos para qualquer manobra política poderia resultar em um erro grotesco que poderia promover a derrocada da própria classe dominante.

A partir destas colocações, podemos pensar em duas vias revolucionárias do desenvolvimento do capitalismo. Mazzeo (2015) aponta que cada formação social capitalista se consolida por meio de uma particularidade histórica, que condiciona qual será o modo de entificação do capitalismo diante de determinado contexto histórico. A “via clássica” é entendida como o modo de consolidação do poder político burguês estabelecido a partir do confronto direto com a ordem feudal, provocando a derrocada da ordem feudal e a consolidação da burguesia no poder. Tanto a França como a Inglaterra podem ser enquadrados nesta via, a primeira por meio da revolução de 1789 e a segunda com a revolução de 1640. É notório que em ambos os países houveram amplas mobilizações populares durante os períodos de efervescência e que os dois países tiveram como ênfase o desenvolvimento das forças produtivas e com foco na produção de mercadorias, não somente em sua circulação. A burguesia ocupa um papel de vanguarda no enfrentamento à ordem dominante durante alguns séculos, período que sofre com os entraves feudais e é somente por meio da consolidação do poder que elimina as políticas feudais. Ao se consolidar no poder ao longo do século XIX, a burguesia se enquanto vanguarda revolucionária e inicia um papel de aberto conservadorismo e perpetuação da ordem burguesa. (Marx, 2011)

A segunda via de entificação do capitalismo é desenvolvida por Lenin (2002) como a ‘via prussiana’, caracterizada principalmente pela Alemanha, no qual não houve um confronto aberto com a ordem feudal, mas um pacto pelo alto da burguesia em conjunto com a aristocracia para uma lenta e paulatina mudança pelo alto da sociedade. Um processo que procura se consolidar por meio da conciliação entre as diversas frações da classe dominante não necessita de mobilização popular, mas o oposto: quanto menor o nível de organização das massas, menor o seu poder de demanda e inserção na política. A ‘via prussiana’ é o

contrário do ocorrido nas formações sociais de ‘via clássica’, temos uma burguesia que abandonou a trilha histórica da ruptura revolucionária com o feudalismo. Nessa forma social

de desenvolvimento temos uma situação em que a fazenda feudal do proprietário de terras se transforma lentamente em uma fazenda burguesa, junker, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação. Vemos, assim, que na Alemanha a passagem do feudalismo ao capitalismo se dá de forma lenta, sem rupturas de caráter revolucionário. (...) Nesse sentido, o novo paga um grande e pesado tributo ao velho, que se materializa no pacto conciliador que a burguesia fixa com a nobreza terratenente.” (Mazzeo, 2015, p.97)

A conformação ideológica que se coloca entre os dois grupos de países é absolutamente distinta. A própria noção de povo entra como um agente essencial no projeto político para a derrubada do feudalismo, desenvolvendo maior proximidade das massas com o cenário político e fortalecendo a noção de organização popular. Claramente não se trata de defender a ideia de que as burguesias de países como França e Inglaterra tenham um caráter acolhedor e que desenvolvam a política como uma ferramenta de favorecimento às massas, o antagonismo de classe se mantém independente da via de entificação do capitalismo. Porém, é notório que na Alemanha o processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo por meio da ‘via prussiana’ se colocou como um agente determinante para o estabelecimento de um Estado autocrático que elimina a possibilidade de uma comoção das classes trabalhadoras e alija a perspectiva de uma revolução democrático-burguesa, construindo uma cultura política que exclui a participação popular. A burguesia alemã, portanto, renuncia a hegemonia no Estado prussiano e o divide com a nobreza, fomentando a proliferação de elementos conservadores e autocráticos na cultura política prussiana.

O mesmo não ocorre no Brasil e na América Latina. Dentre todas as transições de um modo de produção a outro, alguns países latino-americanos tiveram processos mais radicalizados e com maior inserção de massa, mas seu resultado final não promoveu um rompimento com a sua posição subalterna na geopolítica mundial. No Brasil, é notório que houveram diversas manifestações e reivindicações populares, tanto por setores escravizados como pelas massas em geral. Alguns contextos históricos oferecem maior riqueza de conflitos explícitos e organizados, enquanto que outros a luta

popular se encontra mais desmobilizada e com menores níveis de enfrentamento. Contudo, nenhum destes conflitos foi levado com êxito até a tomada do poder, promovendo de uma autêntica revolução. O confronto iniciado terminava por pactuar com as elites dominantes, se desgastava com o decorrer do tempo ou eram massacrados pelo Estado.

A consolidação histórica da burguesia brasileira é pautada por uma lógica submissa e subalterna aos interesses do capital, constituindo-se estreitamente alinhada aos interesses da metrópole e dos países dominantes. A formação de uma autêntica burguesia nacional, com interesses nacionalistas e disposta a enfrentar a sua condição de dependência, está ausente da formação histórica do Brasil. Em terras tupiniquins, a burguesia se constitui em conjunto com os interesses do grande capital e sua posição política é de reprodução dessa mesma dependência, e não construir um projeto político que promova uma ruptura com o imperialismo.

Esta condição quebra com a lógica de uma fase de maturação do capitalismo, na qual os países ‘subdesenvolvidos’ estão paulatinamente caminhando para o pleno desenvolvimento dos países centrais. A condição de subdesenvolvimento ao ser ampliada e intensificada, só gera mais subdesenvolvimento. É o que André Gunder Frank (1968) sintetizou como o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, ou seja, países subdesenvolvidos possuem instituições e um modelo econômico que, caso desenvolvido sem uma ruptura e reorganização do sistema produtivo, gera-se apenas maiores níveis de subdesenvolvimento do país. A intensificação do desenvolvimento econômico e político do país subdesenvolvido gera maiores níveis de dependência. O próprio desenvolvimento da burguesia brasileira é um modelo de desenvolvimento que aprofunda os níveis de subordinação do Brasil ao capital estrangeiro.

Já no início do século XIX é difícil não olharmos o mundo de forma totalizante e com uma economia amplamente integrada. A divisão internacional do trabalho organiza a reprodução do capital de tal forma que alguns países ficam a cargo de fornecer insumos primários, produtos que exigem baixo nível de complexidade tecnológica e são vendidos em sua forma mais bruta, sem trabalho investido para seu aprimoramento. A história econômica brasileira foi pautada por esse modelo de inserção no mercado mundial, primeiro o

pau-brasil, depois vieram o açúcar, o algodão, o boi e o café (Júnior, 1983). Até o final do século XIX, os produtos eram basicamente exportados sem refinamento e em sua forma mais bruta.

Com uma brecha na primeira metade do século XX causada tanto pela primeira como a segunda guerra mundial, os diversos conflitos anticoloniais, o surgimento de um campo socialista e a crise de 1929, proporcionaram uma debilidade do laço entre os países dependentes e os países centrais, abrindo uma certa margem de autonomia para a industrialização dos países periféricos, partilhamos da hipótese de Frank (1968, p. 6) que os países dependentes “sofrem seu maior desenvolvimento industrial capitalista clássico quando e ali onde seus laçaios com a metrópole são débeis”. A qualidade desta industrialização é questionável pois, como aponta Marini (2017), a indústria não surge para atender as demandas e necessidades do mercado interno ou promover acumulação de capital para disputar algum setor estratégico na economia mundial, mas nasce para suprir as exigências dos mercados externos. A própria industrialização brasileira, mesmo nascida sob o pretexto de um afrouxamento dos laços de dependência, é feita sob os modelos dependentes e aqui são realizadas apenas as etapas inferiores da produção industrial. Desse modo, o Brasil pode desenvolver polos industriais, desde que o maquinário seja obsoleto e de pouca valia nos centros do capitalismo. Tais países também são responsáveis pelo desenvolvimento da alta tecnologia, gerando uma lógica industrial que sustenta o ciclo da dependência.

Em relação a industrialização, podemos concluir que o desenvolvimento industrial brasileiro não teve como produto o surgimento concomitante de uma burguesia nacional e com ímpeto revolucionário, tal como nos países da via clássica, mas uma industrialização débil e limitada que pariu uma burguesia industrial que possui suas divergências pontuais com o latifúndio, mas permanece e sustenta a lógica de reprodução do subdesenvolvimento e do atraso de forma igualitária.

A ausência de um alto nível de desenvolvimento tecnológico brasileiro acaba tendo como uma de suas consequências socioeconômicas, a compensação de mais-valia, pois a burguesia brasileira incapaz de competir com a competição externa, tenta compensá-la no plano produtivo interno, gerando o que Marini (2017)

conceitualiza como superexploração do trabalho. O trabalhador na América Latina seria o responsável por suprir esta debilidade produtiva da burguesia através de 3 mecanismos básicos que compõem esta superexploração: “a intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação do trabalho necessário do trabalhador para repor sua força de trabalho” (Marini, 2017, p. 334). Estes três fatores não operam autonomamente, mas um corrobora com a continuidade do outro, apagando as fronteiras de qual se inicia e qual encerra o ciclo, mas uma complexa relação de mútua existência entre todos. O primeiro fator seria relativo ao aumento da produtividade sem este aumento ser revertido na forma de salário para o trabalhador, favorecendo com que haja uma maior quantidade de produção e um aumento da mais-valia. Prolongar a jornada de trabalho é relativo a maior quantidade de horas trabalhadas que, alinhada com a intensificação do trabalho, faz com que o capitalista tenha uma capacidade produtiva maior durante um maior período de tempo, chegando a jornadas de trabalho extenuantes. Já o último seria o corte salarial que a burguesia realiza no salário de subsistência do trabalhador, tornando esse salário enxuto e insuficiente para suprir as demandas básicas de todo indivíduo.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) publica um estudo mensal confrontando o salário real e o salário necessário para comida, moradia digna, transporte, cultura, lazer, vestuário, higiene e previdência. O dado mais recente é relativo ao mês de Outubro de 2021, no qual o salário real é de R\$ 1100,00 e o necessário para a garantia de direitos constitucionais, R\$ 5886,00 (DIEESE, 2021). O salário brasileiro não tem como prerrogativa o acesso do trabalhador aos meios essenciais para reprodução da vida, sendo que essa fatia é expropriada pela burguesia como mecanismo de compensação aos seus lucros.

O mercado interno brasileiro fica absolutamente deficiente, pois a maior parte da classe trabalhadora brasileira está impossibilitada de participar do consumo das mercadorias. Nos países de capitalismo desenvolvido, Marx (2013) destaca como o trabalhador entra com uma dupla função na reprodução do capital, tanto como aquele que transforma a matéria-prima em mercadoria, como consumidor último das mercadorias produzidas. Ou seja, o próprio salário e o mercado interno entram como peças chaves no processo de



reprodução capitalista. O mesmo não acontece na América Latina, pois o trabalhador entra com a premissa contrária à dos países centrais, na reprodução do capitalismo dependente, o consumo do trabalhador deve ser vetado, e não concretizado. O mercado interno tem pouca valia para a burguesia brasileira pois a produção é majoritariamente voltada para o mercado externo, podendo prescindir da criação de um sólido mercado interno. A burguesia brasileira não necessita do trabalhador enquanto consumidor, somente enquanto produtor de mercadorias, isso a desconecta economicamente de qualquer laço com a população em geral, tornando-a descartável.

Em síntese, podemos fazer um breve apanhado dos pontos elencados até o momento. 1) A burguesia brasileira sofreu influências da debilidade da burguesia comercial portuguesa, pouco afeita ao ramo produtivo e ao desenvolvimento da indústria; 2) A história política brasileira é marcadamente uma história pouco afeita a alianças entre a burguesia e as massas, pois os primeiros sempre procuraram alijar a classe trabalhadora do cenário político, promovendo acordos e consensos pelo alto; 3) Ausência de uma autêntica revolução que derrubasse uma ordem anterior para a instauração de uma nova, mas um alijamento das massas da política; 4) Uma grande preocupação com o movimento de massas, principalmente depois da revolução haitiana que mostrou aos senhores o perigo de uma revolução autenticamente popular; 5) A burguesia brasileira foi forjada a partir da demanda do mercado externo, exercendo uma forma de atuação que a reproduzia a submissão e os laços de dependência; 6) O aprofundamento das relações capitalistas no Brasil não irá culminar em um desenvolvimento capitalista tal como nos países de capitalismo maduro, mas na intensificação dos laços de dependência; 7) O baixo nível tecnológico e a debilidade das relações capitalistas no Brasil promovem a articulação da burguesia para que seu atraso seja compensado pelas taxas de lucro por meio da superexploração do trabalho e, por fim, 8) Ampla desvalorização do mercado interno, tornando o trabalhador impotente para realizar o consumo das mercadorias e tornando-o supérfluo para a reprodução do capitalismo dependente.

Pela totalidade destas características, podemos afirmar que o processo de consolidação do capitalismo brasileiro não se enquadra a partir da via clássica, mas de uma via prussiana que tem como

premissa a consolidação efetiva de um modo de produção capitalista de tipo desenvolvido e com altos níveis de industrialização e capacidade tecnológica na Europa, fato que não ocorre no Brasil, fomentando o desenvolvimento de um capitalismo de tipo dependente subordinado às potências capitalistas mundiais. Por essa razão, Mazzeo (2015, p.107) propõe para o caso brasileiro o que chama de “via prussiano-colonial”, indicando que há uma “subsunção de sua burguesia aos pólos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma como subsidiária à grande produção industrial, enquanto elo débil do modo de produção capitalista em seu conjunto anatômico”.

A própria burguesia brasileira se constitui a partir de um modo de fazer política que não conta e nunca contou com as massas para concretizar algum projeto político, mas o contrário, as instituições e ações da classe dominante trazem à cena uma forma de fazer política que se efetiva a partir da premissa da não participação das massas no processo político. A conciliação do novo com o arcaico, produz um novo que não necessariamente se coloca como ruptura em relação ao passado, mas o sustenta de uma nova forma, fazendo com que tudo fique diferente para que nada mude. A história brasileira fica marcada por este modelo que tem a continuidade das relações de dominação que consegue incorporar novos elementos e novos jogadores, mas não muda as regras fundamentais do jogo, promovendo uma certa linha contínua entre o antigo e o novo, sem que o novo apareça como forma de romper com o antigo.

## **Pandemia e sua ligação com a ontologia da burguesia brasileira**

Como apontado acima, a abordagem de Marx não permite que a análise seja determinada unicamente por questões econômicas, mas incorpore no seio de sua análise elementos culturais, jurídicos, históricos e políticos. A perspectiva de totalidade do método marxista reside na apreensão dos fenômenos a partir de seus múltiplos determinantes, um conjunto de complexos que se materializam na realidade concreta. Portanto, o campo da economia não se encontra ilhado e apartado das outras áreas do saber, mas intimamente conectado com o todo. Mesmo que a economia ocupe um papel central na análise marxista, ela ainda está comprometida com os outros

determinantes que operam no plano material. Como bem pontuou Lukács (2018, p. 190), “a economia marxiana (...) parte sempre da totalidade do ser social e volta a desembocar nessa totalidade”.

A via prussiano-colonial e a reprodução do capitalismo dependente deixam a burguesia brasileira fisiologicamente ligada ao capital internacional forjando um campo superestrutural que legitime estas relações econômicas. A ideologia da classe dominante é construída em consonância com as relações econômicas que ela mantém para a sua consolidação e manutenção no poder, portanto, deve-se considerar os aspectos históricos e políticos que foram apresentadas ao longo do artigo e que reforçam a reprodução econômica do capital, de forma que um retroalimente o outro, dando continuidade mútua às suas existências. A caracterização da ideologia que deriva do tipo de desenvolvimento prussiano-colonial é um dos determinantes para elucidar a atuação da classe dominante em relação às massas durante toda a história brasileira, negando-a o direito de existência e só a tomando como portadora de algum valor enquanto produz mais-valor, e não como consumidora dos bens em circulação para a reprodução do capital, característica sumamente dispensável para o capitalismo dependente.

Portanto, a identidade da burguesia brasileira não está conectada com a população, mas completamente apartada da realidade social das massas e de suas necessidades, promovendo uma política de morte para com seu povo. Há um histórico divórcio da esfera produtiva em relação às demandas populares. Guimarães (1968) aponta como no período colonial o plantio de insumos necessários para a alimentação da população local era negligenciado em detrimento de culturas exportadoras, como o algodão e a cana. A mesma lógica não deixa de se reproduzir, pois o capitalismo brasileiro não passou por nenhuma mudança estrutural que rompesse com a lógica de priorização do capital estrangeiro. Atualmente a economia brasileira não se sustenta no poder de compra da população, como ocorre em alguns países centrais, mas mantém no nível mais baixo a sobrevivência da classe trabalhadora, fornecendo-lhe somente os subsídios mínimos para a reprodução da vida.

A identidade burguesa, seu modo de ser e pensar a política não se encontra ancorada em solo brasileiro. A sua terra natal encontra-se apenas como campo para as suas operações, que em nada tem a ver

com o seu povo, sua cultura e seu modo de ser. A burguesia dependente encontra-se muito mais vinculada com os bens europeus que com os de sua terra. Um fato ilustrativo é o incêndio da Catedral de Notre-Dame, que recebeu mais de 80 milhões de reais de uma única doadora brasileira ligada ao banco Safra, enquanto as doações totais do Museu Nacional não chegaram nem a R\$ 1,5 milhão (Araújo, 2019).

A proliferação da COVID-19 também está intimamente ligada a esta caracterização, pois é neste ponto que a ontologia da burguesia brasileira mostra a sua verdadeira faceta. As consequências desta política são desastrosas, alinhadas com o desmonte dos serviços públicos, taxas altíssimas de desemprego, emprego precarizado, metade das famílias brasileiras em situação de insegurança alimentar ou passando fome, aumento da inflação e dos combustíveis. Praticamente todas estas mortes poderiam ter sido evitadas com a efetivação das políticas de isolamento social, porém, isso geraria um conflito com a burguesia. A classe trabalhadora deveria ter ficado em casa, abaixando os níveis de produção, mas sem deixar de receber os dias ausentes. Neste enquadramento ideal da situação, a produção seria atenuada por alguns dias ou semanas, resultando em menores quantias de lucro. Porém, adotou-se uma aberta política de morte e descaso com a classe trabalhadora, obrigando-a a ir aos espaços de trabalho para que as taxas de lucro não sofressem abalo, mesmo que morressem alguns. O trabalhador brasileiro mal importa enquanto consumidor de mercadorias, sua vida é dispensável aos olhos do capital brasileiro. A negação da vida enquanto política é uma ação que combina a própria burguesia brasileira e a atuação do seu instrumento político maior, o Estado. Para o capitalista, o trabalhador não passa de mercadoria, a chamada 'mercadoria especial' por Marx (2013), pois é somente por meio da compra da força de trabalho que é possível produzir mais-valia. Aos detentores dos meios de produção, o surgimento de um vírus que tem a capacidade de matar milhares de brasileiros, não configura como motivo plausível para interromper este ciclo produtivo. O capital é erigido de forma que a prioridade seja a produção, circulação e consumo das mercadorias, e não as pessoas.

Para que houvesse uma paralisação massiva e o cumprimento rigoroso das medidas sanitárias, era necessária uma séria política de auxílio emergencial para que as pessoas pudessem ter condições reais de ficarem em casa, crédito com baixas taxas de juros para o pequeno

e médio empresário, controle e fiscalização rigorosa em relação ao cumprimento do isolamento e aumento dos leitos hospitalares. Sem o subsídio material para o cumprimento efetivo de quarentena, não há de se esperar que ela seja realizada. A ausência de uma campanha massiva pela segurança sanitária dos trabalhadores e a garantia da quarentena com remuneração para todos é gritante, pois quando a classe dominante se posicionava, eram discursos abertamente contrários às medidas sanitárias, pautando pela abertura das empresas e normalidade da vida (Gaglioni, 2021; Bertoni, 2021; Nexo 2021; UOL, 2020).

As mais de 600 mil mortes não aparecem de forma linear e homoganeamente distribuídas pela sociedade, mas como a sociedade de classes estrutura o universal, não há uma manifestação pura de um fenômeno, pois este vai passar por um crivo de classe, raça e gênero muito bem demarcado. As materializações destas mortes também vão aparecer de acordo com estas divisões sociais. As profissões que mantinham contato com diversas pessoas ao longo do dia como caixas, frentistas e motoristas de ônibus tiveram um aumento no contágio de 60% durante os períodos mais críticos da pandemia (Soares, 2021), assim como as mortes pelo vírus tem um crivo racial muito bem estabelecido, matando majoritariamente pessoas negras durante o período de pandemia (Nisida, 2020). As causas para estas mortes se dão majoritariamente pela dificuldade em acessar o serviço público, exposição rotineira ao vírus dentro dos ônibus e locais de trabalho, menor acesso tanto à informação como saneamento básico e maior concentração de pessoas no ambiente familiar.

Um último ponto a ser elencado é que o Brasil possui lastro histórico para operar um novo genocídio com o vírus. Desde a constituição do país temos o assassinato ou escravização em massa dos povos originários, seguidos de uma ampla diáspora africana que promoveu séculos de escravização, brutalização, violência e discriminação aberta contra a população negra. Com o início da industrialização no Brasil na segunda metade do século XIX, temos o emprego de crianças e mulheres em jornadas de trabalho de 12 a 14 horas com a completa ausência de qualquer legislação trabalhista. No século XX temos a implementação de duas ditaduras que conduziram mortes e torturas contra diversos setores da classe trabalhadora, assim como o assassinato descarado de jornalistas, soldados, líderes sindicais

e de movimentos sociais que lutavam por uma sociedade mais justa e igualitária. O século XXI se inicia com esse capítulo de completa barbárie provocada pelo Estado brasileiro na condução do COVID-19.

Podemos concluir que a classe dominante brasileira desenvolve um amplo terreno histórico que forjou sua identidade de atuação política, tornando-a um agente ativo na instrumentalização do Estado para que suas taxas de lucro não sofram quedas. Este modo de ser não foi forjado em curto prazo, mas construído através de um amplo lastro histórico e econômico. Lembremos que as taxas de lucro da burguesia não sofreram quedas, mas aumentaram suas fortunas durante a pandemia (Rocha, 2021). A luta de classes se apresenta sob a sua forma mais crua e transparente, colocando em evidência, mais uma vez, a completa negação e indiferença que a burguesia tem com o povo de seu próprio país. Os donos do poder, pelas razões expostas ao longo do trabalho, estão organicamente ligados à perpetuação de Bolsonaro no poder, mantendo uma política autocrática e de extermínio contra a população brasileira. Durante todos estes períodos históricos de convulsão social, as classes dominantes brasileiras perpetuavam a barbárie, saindo ilesas e com ampla imunidade quando se encerravam estes ciclos. Nenhuma punição foi aplicada àqueles que eram donos de escravos, não há responsáveis pelo genocídio indígena, a concentração de terra nunca sofreu um grande abalo, as indústrias que exploraram mão de obra infantil são as mesmas que obrigam ao trabalho em meio a uma pandemia, os torturadores intactos e os assassinos de camponeses e lideranças sindicais são os mesmos que assassinam nas favelas, sem que isso seja sistematicamente reprimido e penalizado. Todos estes passaram imunes pelas barbáries que cometeram, será que toleraremos o esquecimento e conciliação pelo alto dos mais de 600.000? Tudo muda para que tudo continue igual.

## Referências

Araújo, L. P. (2019, 17 de abril). Brasileira bilionária doa R\$ 88 milhões para Catedral de Notre-Dame. *Jornal Opção*. Recuperado de <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/brasileira-bilionaria-doa-r-88-milhoes-para-catedral-de-notre-dame-178639/>

- BBC (2020, 27 de novembro). 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de ‘gripezinha’, o que agora nega. *BBC News*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>
- Bertoni, E. (2021, 29 de setembro). O papel de Luciano Hang na difusão de remédios ineficazes. *Jornal Nexo*. Recuperado de <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/09/29/O-papel-de-Luciano-Hang-na-difus%C3%A3o-de-rem%C3%A9dios-ineficazes>
- Bonilla, J. M. H. (2021, 16 de fevereiro). Diretora de meio ambiente da OMS: “70% dos últimos surtos epidêmicos começaram com o desmatamento”. *El país*. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-06/70-dos-ultimos-surtos-epidemicos-comecaram-com-o-desmatamento.html>
- Brasil (2021, 25 de novembro). *Painel Coronavírus*. Recuperado de <https://covid.saude.gov.br/>
- Caram, B. (2020, 28 de setembro). Governo Temer é aprovado por 3% e reprovado por 77%, diz Ibope. *Portal de notícias G1*. Recuperado de <https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-e-aprovado-por-3-e-reprovado-por-77-diz-ibope.ghtml>
- (2021, 21 de maio). Documento mostra alerta sobre falta de oxigênio em Manaus no dia 8 de janeiro. *CNN Brasil*. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/documento-mostra-alerta-sobre-falta-de-oxigenio-em-manaus-no-dia-8-de-janeiro/>
- Conselho Nacional de Secretaria de Saúde. (2021). *600 mil óbitos por causa da Covid-19*. Recuperado de <https://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2021/10/CONASS-600-mil-o%CC%81bitos-por-causa-da-Covid-19-1.pdf>
- Departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos. (2021). *Salário mínimo nominal e necessário*. Recuperado em 07/11/2021, de <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

- Dobb, M. (1974). *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Egido, J. (2020). O partido comunista da China oferece vários ensinamentos na luta contra a pandemia. *Revista Opera*. Recuperado de <https://revistaopera.com.br/2020/03/18/o-partido-comunista-da-china-oferece-varios-ensinamentos-na-luta-contra-a-pandemia/>
- Frank, A. G. (1968). *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. São Paulo: Sinal.
- G1 (2021, 01 de Janeiro). Brasil é o pior país do mundo na gestão da epidemia de Covid-19, aponta estudo australiano. *Portal de notícias G1*. Recuperado de <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/28/brasil-e-pior-pais-do-mundo-na-gestao-da-epidemia-de-covid-19-aponta-estudo-australiano.ghtml>
- Gaglioni, C. (2021, 14 de junho). A propaganda do SBT que mistura religião e governismo. *Jornal Nexo*. Recuperado de <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/06/14/A-propaganda-do-SBT-que-mistura-religi%C3%A3o-e-governismo>
- Guimarães, A. P. (1968). *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Editora Fulgor.
- Júnior, C. P. (1983) *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lenin, V.I. (2002) *O programa agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907*. Goiânia: Editora Alternativa.
- Lenin, V.I. (2004) *Sobre o Estado - conferência na universidade de Sverdlov*. São Paulo: Editora Alfa Ômega.
- Lenin, V.I. (2017). *O estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Lukács, G. (2018). *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Editora Boitempo.



- Mascaro, A. L. (2015) *Estado e forma política*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Marx, K. (2008) *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2011). *O 18 de brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Mazzeo, A. C. (2015).. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Marini, R. M. (2017). Dialética da dependência. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 9(3), 325-356. <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.24648>
- Moura, C. (1994) *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita Ltda.
- Nexo (2021, 30 de Setembro). Empresário bolsonarista defende negacionismo na CPI. *Jornal Nexo*. <https://www.nexojournal.com.br/extra/2021/09/30/Empres%C3%A1rio-bolsonarista-defende-negacionismo-na-CPI>
- Nisida, V. (2020, Julho). Raça e classe no município de São Paulo. *Instituto Pólis*. Recuperado de <https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>
- Reuters (2021, 27 de Novembro). Covid-19 Tracker. *Reuters*. Recuperado de <https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/countries-and-territories/china/>
- Rocha, L. (2021, 06 de Abril). Enquanto fome avança, número de bilionários cresce no Brasil, e seu patrimônio dobra. *Brasil de Fato*. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/06/enquanto-fome-avanca-numero-de-bilionarios-cresce-no-brasil-e-seu-patrimonio-dobra>
- Sader, E. (2005). *Gramsci – poder, política e partido*. São Paulo: Expressão Popular.

- Soares, M. (2021, 05 de Abril). Mortes entre caixas, frentistas e motoristas de ônibus aumentaram 60% no Brasil no auge da pandemia. *El País*. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-05/caixas-frentistas-e-motoristas-de-onibus-registram-60-a-mais-de-mortes-no-brasil-em-meio-ao-auge-da-pandemia.html>
- Sodré, N. W. (1970). *Formação História do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- UOL (2021, 24 de Março). Madero, Havan e Giraffas: empresários criticam medidas de combate à pandemia. *Uol*. Recuperado de <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/24/empresarios-coronavirus-o-que-dizem-criticas.htm>

**Temas contemporâneos de pesquisa em  
Psicologia**

# **A Atuação em Psicologia Organizacional e do Trabalho nas Instituições de Ensino Superior: O Caso da UTFPR Apucarana**

---

**Sandra Regina Galvão  
Rafael Bianchi Silva**

## **Introdução**

Nas últimas décadas, a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) no Brasil vem ampliando seu campo de atuação para além dos contextos tradicionais, ocupando organizações não governamentais, instituições públicas entre outros espaços, sendo que no presente trabalho, destacamos as Instituições de Ensino Superior (IES).

A relação entre Psicologia e Educação tem sido majoritariamente pesquisada dentro das especificidades da Psicologia Escolar e Educacional de modo que são escassas as produções voltadas para a interface com outras áreas da Psicologia, como por exemplo, a Psicologia Organizacional e do Trabalho, especialmente no contexto das IES. Há neste campo pesquisas voltadas ao clima organizacional, a avaliação de desempenho e a qualidade de vida no trabalho, não se identificando, porém, investigações direcionadas especificamente as práticas de trabalho do psicólogo organizacional em IES.

Alguns trabalhos – como, por exemplo, os de Marinho-Araújo e Bisinoto (2011) e Santos (1997) - indicam que no Brasil a inserção do psicólogo enquanto profissional no contexto do ensino superior teve início entre o final do século XX e o início do século XXI, sendo suas práticas direcionadas à atuação em Psicologia Escolar e Educacional, ainda que se identifiquem nessa atuação nas IES algumas ações tradicionalmente reconhecidas na área organizacional. De qualquer modo, a Psicologia passou a ocupar mais fortemente esse espaço no mesmo período em que observou-se uma importante expansão das instituições públicas de ensino superior e a ampliação de instituições particulares, especialmente com oferta na modalidade EaD (Ensino a Distância).

Além disso, foram implantadas políticas de acesso ao ensino superior como, por exemplo, o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) voltados às instituições particulares. No caso das universidades públicas, a expansão significativa ocorreu a partir de 2007 com o Programa REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), cujo objetivo era ampliar tanto o acesso e a permanência no ensino superior quanto expandir os recursos físicos, acadêmicos e pedagógicos (Decreto 6.096/2007). A partir disso, também foi necessária a expansão dos recursos humanos nas universidades e institutos federais de ensino superior sendo abertos diversos concursos públicos para contratação de servidores docentes e técnico-administrativos, incluindo o psicólogo.

Assim, buscaremos descrever e analisar o trabalho em Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) realizado no campus Apucarana da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Considerando a escassez de pesquisas relacionadas ao trabalho em Psicologia Organizacional e do Trabalho nas IES, a discussão realizada busca compreender como vem se delineando o trabalho desse profissional ao longo da história, rumando novos caminhos voltados às práticas coletivas e politicamente mais comprometidas, identificadas aqui como práticas emergentes.

Nessa perspectiva, chamamos aqui de tradicionais as práticas mais reconhecidas histórica e socialmente em POT e que têm como foco de intervenção o trabalhador, o considerando como único responsável pelos níveis de produção e pelo nível de satisfação do processo de trabalho. Nesse viés, importantes aspectos laborais são desconsiderados, como por exemplo, a organização e as condições de trabalho às quais está submetido o trabalhador. As ações mais emergentes se apresentam, então, como uma possibilidade de superação das práticas tradicionais, seja pela reconstrução destas, seja pela construção de novos fazeres.

## **Metodologia**

Como caminho metodológico, a pesquisa realizada foi do tipo qualitativo. Foram utilizados os documentos institucionais da UTFPR e da UTFPR Apucarana, os registros de atividades psicológicas

desenvolvidas no campus, além do relato de experiência de trabalho da própria pesquisadora enquanto psicóloga técnica-administrativa atuante na UTFPR Apucarana desde o ano de 2013.

A estratégia de pesquisa aqui utilizada foi o estudo de caso. Este tipo de estratégia de pesquisa se apresentou aqui como um caminho viável por possibilitar que a partir do estudo de um caso específico, bem delimitado, seja analisado não somente “o caso em si, mas o que ele representa dentro do todo e a partir daí” (Ventura, 2007, p.386).

Em termos de estrutura textual, inicialmente, parte-se da história da Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil, de modo a identificar e contextualizar as práticas que vêm sendo construídas desde o seu início e apontar quais são os novos desafios que se apresentam ao psicólogo na contemporaneidade frente às intensas transformações no mundo do trabalho. Em seguida, é apresentada a UTFPR Apucarana, enquanto campo de investigação, partindo de sua história, estrutura e organização, chegando aos espaços nela existentes para a atuação do psicólogo. Por fim, são descritas e analisadas as práticas em Psicologia Organizacional e do Trabalho desenvolvidas no campus Apucarana da UTFPR, identificando e problematizando as ações consideradas mais tradicionais, apontando as ações com moldes mais emergentes, e indicando novas possibilidades de trabalho frente à realidade do campus na atualidade.

## **As práticas em Psicologia Organizacional e do trabalho no Brasil**

O modo como a Psicologia aplicada ao trabalho se construiu em seu início no Brasil está muito relacionado à realidade do período, em que o país passava por um forte movimento de industrialização, havendo uma demanda de racionalização do trabalho e de uma base científica no processo de controle da produção (Zanelli & Bastos, 2004). Na década de 1920, a Psicologia emerge enquanto ciência e profissão, contribuindo significativamente na potencialização da produção industrial, principalmente através de teorias de adaptação do trabalhador ao ritmo de produção e de práticas que visavam o exame, a classificação e a seleção de trabalhadores. (Leão, 2012).

Nos espaços de trabalho, a Teoria da Administração Científica - através da análise do trabalho e do estudo de tempos e movimentos, fundamentado no cálculo do tempo médio do qual o trabalhador dispõe para executar determinada atividade - fundamenta métodos e técnicas gerenciais que pretendiam maior controle dos recursos materiais, econômicos e humanos. Para tanto, divide o trabalho em frações, de modo que cada funcionário se torne especialista em uma pequena parcela do processo de produção, formando uma estrutura de cargos que implica a existência de seleção dos trabalhadores mais aptos. Paralelo a isso, busca-se uma forte padronização do processo produtivo para minimizar o desperdício de tempo e de materiais (Chiavenato, 2000).

Diante desse contexto, a Psicologia foi convocada a responder a questões relacionadas a aptidões consideradas como essenciais ao trabalhador, treinamento de habilidades, disciplina, esquemas de recompensa e punição. Para respondê-las, o psicólogo analisava as características do trabalhador, “participando de pesquisas de tempos e movimentos”, avaliando “os indivíduos para escolher os melhores e mais adequados à execução de cada operação”, treinando habilidades e planejando “sistemas de recompensas” aos trabalhadores (Borges, Oliveira, & Morais, 2005, p. 107).

As organizações de trabalho neste período são marcadas por uma forte relação hierárquica com um rígido controle do comportamento dos trabalhadores. Para que o processo disciplinar ocorresse de forma efetiva, era necessário que a subjetividade dos funcionários também fosse controlada (Heloani, 2005). Assim, “o taylorismo elaborou a primeira tentativa de administrar a percepção dos trabalhadores”. Pressupondo “a cooperação recíproca entre capital e trabalho”, tinha o projeto de manipulação da subjetividade do trabalhador. (Macedo & Malvezzi, 2020, p. 16.751).

A disseminação da ideia de obediência, submissão e passividade como características importantes e valorizadas no mundo do trabalho facilitou a internalização da disciplina formando corpos dóceis. (Mansano & Silva, 2017). Desse modo, a POT contribuía no sentido de “disciplinar e normatizar corpos dos trabalhadores frente ao contexto político-econômico em que os discursos sobre o desenvolvimento brasileiro deram contornos específicos para sua emergência” (Leão, 2012, p. 295-296).

A partir da segunda metade do século XX, diante da globalização e do avanço dos meios de comunicação e de informação e intensificação da competitividade entre empresas, exigiu-se modelos de gestão mais flexíveis, capazes de acompanhar um mundo marcado por constantes transformações.

Nesse contexto, o toyotismo, advindo das empresas japonesas se destaca mundialmente. Nele, é o consumo que define a produção, ou seja, os produtos são pensados e produzidos a partir da demanda que possui íntima relação com os tipos e diversidade de ofertas. A flexibilidade atinge as relações e a organização de trabalho, incorporando o “banco de horas, o conceito de trabalhadores multifuncionais e os salários flexíveis, vinculados à avaliação periódica individual”. (Bernardo, 2009, p. 96).

Importante apontar que a ruptura de modelo de gestão é apenas aparente, pois, de modo mais refinado, com um discurso mais humanizado, o toyotismo se traduz em metodologias de controle dos trabalhadores (Gurgel & Marinho, 2019). Assim, o modo de controle no sistema toyotista se configura como mais perverso que os sistemas anteriores visto que para seu funcionamento é necessário capturar a subjetividade “com o objetivo de dar coerência às fragmentações e instabilidades que passam a ser submetidos a partir de então”. (Zanon, 2017, p.196).

Devido também à instabilidade da permanência do trabalhador, as empresas passaram a investir em políticas que visavam a permanência e a satisfação de seus funcionários. Neste lugar, a Psicologia é convocada a contribuir com teorias e práticas capazes de reter, motivar e satisfazer o trabalhador, o que produz os estudos direcionados a temas como motivação no trabalho, relacionamento interpessoal, estilos de liderança, gestão e comunicação. (Borges, Oliveira, & Morais, 2005).

É possível verificar até aqui que a Psicologia, de modo hegemônico, tem se caracterizado por intervenções cujo foco está na figura do trabalhador. Mesmo as práticas que buscam a motivação e a participação dos trabalhadores, com uma aparente tentativa de amenizar a rigidez da organização do trabalho, colocam nestes a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso de seu desempenho.



Portanto, até a década de 1980, assim como apontado por Zanelli (1992), o trabalho do psicólogo organizacional é fundamentalmente tecnicista e extremamente receptível aos modismos de gestão, estando ele assim como os demais trabalhadores, sujeito a um trabalho fragmentado. A partir do fim dessa década que se fortalece um importante movimento de crítica às práticas mais tradicionais e ao trabalho do psicólogo nesse campo, fomentando a construção de novos modos de se pensar e fazer Psicologia.

Desse modo, é importante que a crítica realizada se concretize em práticas possíveis, considerando tanto as demandas organizacionais quanto àquelas referentes ao trabalhador. Nesse viés de práticas emergentes, Bastos, Yamamoto e Rodrigues (2013) identificam quatro importantes vetores de transformações em Psicologia Organizacional e do Trabalho ao longo do tempo.

O primeiro vetor relaciona-se as práticas tradicionais que foram reconstruídas, como, por exemplo, os processos de seleção de pessoal que passam a considerar o modo como um determinado cargo influencia o nível de satisfação do trabalhador e impacta em sua saúde. Nos casos das ações de avaliação de desempenho, a forma tradicional em que o trabalhador é avaliado unicamente por sua chefia é revista e propõe-se que ele seja também avaliado por seus pares e por ele mesmo, assim como avaliar a sua chefia. (Zanelli & Bastos, 2004).

No segundo vetor de transformação estão as práticas que avançam para além das tradicionais e se traduzem em intervenções que objetivam melhor qualidade de vida no trabalho, desenvolvimento de equipes e ergonomia, de modo que o foco não está mais unicamente voltado para o indivíduo, mas para a organização como um todo (Bastos, Yamamoto & Rodrigues, 2013).

O terceiro vetor de transformação direciona-se, segundo Bastos, Yamamoto e Rodrigues (2013), para duas importantes mudanças no trabalho em POT: na primeira, trata-se de uma expansão da atuação que, além da função técnica, passa a ocupar lugares mais políticos e estratégicos; já a segunda mudança, aponta para novos espaços de atuação, saindo das organizações industriais e chegando às organizações públicas, cooperativas e organizações não-governamentais (ONGs).

Por fim, o quarto vetor indica que o trabalho do psicólogo organizacional “extrapola os muros das organizações e se ocupa de trabalhadores ou categorias mais amplas de trabalhadores” (Bastos, Yamamoto & Rodrigues, 2013, p.37-38), incluindo a massa de trabalhadores excluídos. Nesse eixo, a Psicologia poderia participar, por exemplo, de ações de formação e preparação para o trabalho.

Desse modo, defendemos uma perspectiva que visa a superação da velha Psicologia das indústrias com seus moldes tradicionais de culpabilização do trabalhador. Ao invés disso, propõem-se outra concepção voltada para ações mais coletivas objetivando melhores condições de trabalho a partir de intervenções no cotidiano que buscam a ampliação do conhecimento por parte dos trabalhadores acerca dos processos relativos ao universo de seu trabalho.

Considerando os objetivos indicados, apontamos o contexto das IES como um espaço emergente e potente para o trabalho do psicólogo organizacional e do trabalho. Por se tratar de um espaço recente de atuação, não existem muitas referências na área que possam embasar seu trabalho. Por isso, aqui buscaremos compreender como se dão as práticas psicológicas organizacionais na UTFPR Apucarana.

## **A UTFPR Apucarana**

A UTFPR é uma instituição centenária. Porém, enquanto universidade existe desde o ano de 2005, a partir da Lei nº 11.184 que transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) em UTFPR. Antes disso, a instituição se apresentou como escola de aprendizes, escola técnica e centro técnico, cujo objetivo era a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, tendo como público principal meninos em situação de vulnerabilidade e risco social.

De acordo com a Lei da Criação da UTFPR (2005), enquanto universidade tem como objetivos: ministrar cursos de graduação e pós-graduação na área de tecnologia, cursos de licenciatura e formação pedagógica, cursos técnicos integrados ao Ensino Médio que estejam alinhados à demanda local, cursos de formação continuada nas áreas de educação tecnológica em todos os níveis de ensino;

realizar pesquisa e extensão de forma a contribuir com a comunidade, “promovendo desenvolvimento tecnológico, social, econômico, cultural, político, ambiental” (Brasil, 2005).

A UTFPR tem sede e foro na cidade de Curitiba e, ao longo dos anos, expandiu seus campi por 13 cidades no estado do Paraná incluindo o campus Apucarana em 2006 quando a Portaria nº 1862 de 29 de novembro autorizou o seu funcionamento nas instalações do Centro Moda – um centro técnico que ofertava cursos voltados ao mercado de vestuário da região. Esse processo de implantação ocorreu através de uma importante expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (rede composta por diversas instituições de ensino que tinham como objetivo a profissionalização técnica voltada ao mercado industrial) em que houve a federalização de escolas até então administradas por entidades ou pelo governo estadual.

Os cursos inicialmente ofertados na UTFPR Apucarana foram “Técnico de Industrialização do Vestuário”, “Tecnologia em Design de Moda” e de “Processos Químicos”. A partir do programa REUNI, o campus Apucarana ampliou seu portfólio, sendo que atualmente possui os cursos de graduação em “Engenharia Têxtil” “Licenciatura em Química”, Engenharia Química, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia da Computação. O curso técnico integrado ao Ensino Médio foi totalmente extinto em 2019. A UTFPR Apucarana dispõe também de 02 cursos de pós-graduação lato sensu e 03 cursos stricto sensu.

O processo de seleção de estudantes para os cursos de graduação na UTFPR se dá por meio do SISUS (Sistema de Seleção Unificada). Segundo os dados dos Relatórios Analíticos de Gestão da UTFPR, atualmente o campus Apucarana possui 1723 estudantes. O quadro de servidores é formado por 149 docentes e 65 técnicos administrativos, totalizando 214 servidores ativos em 2020.

Ainda que UTFPR Apucarana possua características específicas relacionadas as especificidades geográficas, culturais e políticas da região, organiza-se de acordo com os parâmetros da reitoria, órgão executivo máximo responsável pela administração universitária. Dentro dessa organização, identificam-se dois setores administrativos em que a Psicologia pode ser localizada: o Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil

(NUAPE), cujo trabalho psicológico está vinculado à área escolar e educacional, e a Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos (COGERH) em que a Psicologia Organizacional se encontra.

### **As práticas em Psicologia Organizacional no campus Apucarana da UTFPR**

No campus Apucarana da UTFPR a inserção de um psicólogo organizacional aconteceu em 2006, desde o início das atividades, período em que os ambientes organizacionais ainda não estavam bem definidos e com um quadro de servidores restrito. Nesse contexto, era comum que o psicólogo se envolvesse com outras funções que não estavam diretamente relacionadas ao seu cargo.

Com a abertura dos cursos técnicos, de tecnologia e graduação, a universidade convocava o psicólogo organizacional para o atendimento psicológico de estudantes. A partir de tal demanda, o profissional foi lotado no Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e de Assistência Estudantil (NUAPE) desenvolvendo seu trabalho prioritariamente no campo escolar.

Em 2013, um psicólogo foi contratado para atuação na COGERH, cujo foco é a gestão de pessoas e ações voltadas aos servidores. Não havendo uma descrição específica na instituição das atividades a serem desenvolvidas pelo psicólogo organizacional, o trabalho foi se construindo com o tempo, sendo algumas atividades solicitadas pela própria universidade e outras forjadas pelo próprio profissional a partir de suas experiências de trabalho e do contato com psicólogos atuantes nos demais campus da UTFPR e em outras instituições.

Dentre as atividades psicológicas desenvolvidas no campus, a entrevista admissional tem sido certamente uma das mais reconhecidas e solicitadas pela instituição. Tal fato não é uma realidade que se restrinja a UTFPR Apucarana, mas diz de uma característica mais ampla que está relacionada à própria história da Psicologia Organizacional no Brasil. Com moldes semelhantes aos processos de seleção que ocorriam nas indústrias nas primeiras décadas do século XX, ainda hoje identifica-se facilmente o trabalho de recrutamento e seleção do melhor perfil para os cargos disponíveis,

em que são analisadas as características, as habilidades, informações da vida pessoal e profissional.

No caso da UTFPR, enquanto instituição pública, o principal processo de seleção de pessoal é o concurso público. Quando aprovado nas etapas de prova, o candidato obrigatoriamente passa por avaliações de aptidão física e mental que antes incluía a entrevista psicológica admissional e parecer psicológico do profissional da própria instituição. No entanto, este processo relativo ao trabalho do psicólogo nunca consistiu em peso relevante no processo seletivo, pois não definia a aprovação ou reprovação do candidato, além de não existir um formato previsto nos editais.

Esse modelo de avaliação psicológica admissional foi questionado pelos psicólogos da UTFPR a partir de 2013 quando em uma reunião presencial na reitoria se iniciou uma série de discussões a respeito da necessidade de se alterar os editais de concurso de modo que ficasse mais claro em que consistia a avaliação psicológica admissional. As discussões foram retomadas no ano de 2015, com o foco sobre a permanência da atividade. Parte dos profissionais concordava com sua extinção compreendendo que a avaliação da saúde mental do candidato poderia ser realizada pelo médico psiquiatra cujo parecer era obrigatório e que possuía um peso importante no processo. A sugestão feita pelos psicólogos foi a de inserir no edital de concurso público a informação de que no decorrer do processo admissional ou após este, a critério da instituição, o candidato poderá passar por avaliação psicológica com o objetivo de embasar ações de alocação e desenvolvimento dos servidores, o que foi acatado pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DIRGEP). (UTFPR, 2015).

Em todo o processo de debate não houve consenso entre os psicólogos, visto que parte afirmava que a retirada da obrigatoriedade da avaliação psicológica admissional significava a perda de um espaço importante de atuação que poderia ser aperfeiçoada ao longo do tempo sendo diferencial em relação à avaliação psiquiátrica prevista em edital.

De qualquer forma, após essas mudanças, a COGERH Apucarana decidiu que os candidatos aprovados em concurso público seriam convidados a passar pela entrevista admissional. As entrevistas

ocorriam partindo do levantamento de informações relacionadas à vida pessoal e profissional dos candidatos e da apresentação breve do campus, se assemelhando aos modos mais tradicionais de entrevista psicológica.

No ano de 2017, na ausência de profissional da Psicologia no campus Apucarana alguns candidatos não passaram pela entrevista, ficando essa atividade inconstante até ser definitivamente extinta ao final do mesmo ano, dado o remanejamento da psicóloga para o NUAPE. Aqui vale destacar que tal ação psicológica, deixando de estar formalizada, perdeu gradativamente seu espaço na instituição, o que corrobora com a tese da importância da necessidade de aproveitar lugares instituídos à Psicologia para que a partir deles se construam novos modos de se fazer.

Outra ação em POT realizada no campus Apucarana da UTFPR dizia respeito a participação nos processos de remanejamento de pessoas na universidade, relacionados a uma divisão da COGERH - a DIMOP (Divisão de Recrutamento e Movimentação de Pessoas) – que possui entre suas competências a intermediação e acompanhamento das movimentações, remanejamentos e remoções de servidores. Uma das funções do psicólogo dentro dessa divisão era a participação no levantamento e mapeamento das vagas de técnicos administrativos do campus, juntamente com os servidores da categoria, que resultou na construção de um quadro que dispõe tanto as vagas e funções existentes quanto as vagas e cargos necessários para a melhoria do trabalho nos diversos setores e na universidade como um todo. Bastos, Yamamoto e Rodrigues (2013) apontam que a atividade de movimentação de pessoas consiste em uma prática emergente em Psicologia Organizacional.

Esse trabalho se iniciou em 2014, durante um movimento grevista da categoria. Através de entrevistas individuais realizadas pelas duas psicólogas do campus com todos os servidores técnico-administrativos e docentes em função administrativa foi possível a descrição de todas as funções existentes na UTFPR Apucarana e a identificação das lacunas existentes em cada ambiente organizacional. Também foram apresentadas sugestões de vagas com especificidade de nível e cargo, assim como quais habilidades e conhecimentos relevantes para a execução das atividades.

Esse quadro de vagas foi apresentado à direção do campus e utilizado em alguns momentos para a definição de novas vagas de concurso público e também para auxiliar nos processos de remanejamento interno de servidores. No caso da UTFPR Apucarana, a ação de mapeamento de vagas viabilizou a participação dos servidores nos processos decisórios institucionais.

Além disso, cabe aqui destacarmos que os movimentos de greve de trabalhadores se apresentam como um campo fértil para a Psicologia Organizacional e do Trabalho, pois trata-se de espaços de encontro em que se pode discutir e refletir não somente as condições da própria organização, mas das políticas de trabalho a um nível mais amplo compreendendo como as mesmas afetam o cotidiano de trabalho. Segundo Bernardo, Sousa, Pinzón e Souza (2015), é raro que cotidianamente em seu trabalho o psicólogo encontre condições para promover discussões a respeito da desigualdade e da violência que caracterizam o sistema capitalista. Nestes espaços a Psicologia tem condições de atuar menos condicionada à rigidez das exigências e burocracias da instituição.

Ainda dentro das atribuições da DIMOP, no campus Apucarana, desde 2014, o psicólogo esteve responsável pelas entrevistas de desligamento quando em uma reunião entre os setores de Recursos Humanos dos campi da UTFPR, decidiu-se implantar tal ação nas COGERHs, compreendendo que as informações coletadas a partir dela poderiam fornecer dados importantes para o diagnóstico institucional. Durante a entrevista de desligamento um questionário padrão era preenchido pelo servidor em desligamento e um espaço de fala era ofertado para que pudesse relatar sua experiência na instituição, assim como suas perspectivas fora dela. O questionário abrange questões relacionadas ao motivo do desligamento, ao seu relacionamento interpessoal no trabalho, sua satisfação com o salário e o seu nível de interesse em retornar à UTFPR. As informações levantadas são registradas, arquivadas no setor de Recursos Humanos, e utilizadas na construção do diagnóstico institucional, embasando algumas ações de qualidade de vida no trabalho.

Assim como apontado por Vidotto, Moura, Neres e Bastos (2013, p.53), as entrevistas de desligamento auxiliam no levantamento de “informações relevantes para a compreensão do ambiente de trabalho, clima e cultura organizacional, e seus aspectos positivos e

negativos”. Especificamente na UTFPR Apucarana os relatos apresentados nas entrevistas apontaram diversas situações para a saída do trabalhador como, por exemplo, remoção para outra cidade no intuito de estar mais próximo da família, relações insatisfatórias com a chefia e aprovação em outros concursos públicos.

Uma observação a ser feita em relação a essa modalidade de entrevista no campus Apucarana é o fato de que os servidores desligados por interesse da instituição não passam por elas. Assim, não há um espaço em que estes trabalhadores possam relatar suas experiências, impressões e perspectivas o que certamente interfere e empobrece o trabalho de diagnóstico institucional.

Uma outra ação que passou a ser desenvolvida na UTFPR Apucarana, sob gerência da COGERH e tendo o psicólogo como responsável foi o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) que teve início no ano de 2016. As ações em QVT são desenvolvidas em diversas organizações de trabalho e tem como objetivo mensurar e elevar o nível de satisfação dos trabalhadores com o próprio trabalho e com o ambiente onde atuam. Para tanto, é importante que as atividades respeitem a realidade institucional. É a partir da leitura da instituição, da percepção dos trabalhadores em relação à qualidade de vida e aos fatores promotores de bem-estar que as ações devem ser construídas e executadas.

Ainda que na realidade da UTFPR Apucarana as ações em QVT estivessem sob responsabilidade do psicólogo, este propôs a direção do campus a construção de um grupo de trabalho que incluísse profissionais de outras especialidades como técnico de enfermagem, assistente social, docentes e assistentes em administração, visando discussões e práticas mais abrangentes. A partir de portaria específica, formalizou-se a criação da Comissão do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho que tem como função estudar as condições de trabalho no campus (incluindo a ergonomia, as relações de trabalho e a saúde do trabalhador), encaminhar à gestão as demandas identificadas e organizar e executar as atividades relacionadas.

Inicialmente, a equipe de trabalho do Programa de QVT respondeu a algumas demandas apresentadas pela gestão, relacionadas principalmente a organização de eventos de integração dos trabalhadores. Os encontros realizados entre os membros da



comissão buscaram produzir uma discussão sobre o conceito de qualidade de vida no trabalho para superar a ideia de que ações pontuais seriam suficientes para melhoria da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. Assim, foi possível expandir a compreensão sobre como as condições e a organização do trabalho afetam o trabalhador.

Cabe ressaltar que, assim como discutido por Heloani (2005), quando as empresas pensam em programas de qualidade de vida no trabalho não há de fato por parte delas uma preocupação legítima com o bem-estar dos seus funcionários, mas com o aumento da produtividade e eficiência. Ainda assim, as atividades de QVT podem promover espaços de encontro e diálogo, viabilizando que os trabalhadores ampliem sua compreensão sobre o próprio trabalho.

As atividades relacionadas à avaliação de desempenho dos servidores da UTFPR são desenvolvidas pelo psicólogo desde o seu ingresso no campus em 2013. De modo geral, a avaliação de desempenho tem sido utilizada nas organizações de trabalho como um método que objetiva avaliar o desempenho dos trabalhadores a partir da comparação entre o que se espera o que se concretiza de fato (Marras, 2012). Diferentemente do que ocorre nas organizações privadas de trabalho, nas organizações públicas não há uma preocupação competitiva entre os trabalhadores, mas uma necessidade de ofertar um serviço público eficiente e de qualidade. (Freire, 2016).

Na UTFPR, todos os servidores são avaliados individual e coletivamente. Os técnicos administrativos são avaliados individualmente por sua chefia imediata e sua nota de avaliação coletiva corresponde a nota do setor, avaliado pelo público externo. Os docentes também são avaliados de modo individual por suas chefias e os discentes são responsáveis por sua avaliação coletiva. Já os servidores em função de chefia são individualmente avaliados por seus chefes e a equipe à eles subordinada fará sua avaliação coletiva. A soma das avaliações individual e coletiva irá compor a nota final, e esta permitirá ou não que o servidor tenha uma progressão funcional por mérito que resulta no aumento do seu vencimento básico no salário.

De acordo com Zanelli e Bastos (2004), esse formato de avaliação em que o trabalhador é avaliado não somente pela chefia, mas também por seus pares representa um importante avanço nos

processos de avaliação de desempenho. Por outro lado, essa prática, mesmo que aperfeiçoada, ainda apresenta elementos de controle. Com um discurso e uma organização aparentemente mais democrática, a avaliação é agora feita por todos os membros de uma equipe, materializando o lema “somos todos chefes”, discurso comum no sistema de acumulação flexível (Alves, 2010).

De acordo com o Manual do Programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores da UTFPR, este programa contribui para que

...o servidor identifique se sua conduta está condizente com o que é esperado dele e, assim, busque, em conjunto com gestores e equipes, possíveis caminhos para aliar necessidades pessoais e institucionais, almejando-se como resultado final a geração de valor social por meio da prestação de serviço público de qualidade. (UTFPR, 2017, p. 03).

Cabe destacar que de modo geral os processos avaliativos tendem a exigir comportamentos, habilidades e conhecimentos por parte do trabalhador, ao mesmo tempo em que nem sempre há a disponibilização dos recursos necessários para o desempenho considerado adequado pela organização. Assim, ao mesmo tempo em que se exige mais do trabalhador, as condições de trabalho não acompanham tais exigências, contribuindo nos processos de sofrimento e mal-estar no trabalho (Prado, 2006).

Em 2017, ocorreu na UTFPR Apucarana, a partir de uma parceria entre a subcomissão de Avaliação de Desempenho do campus e a Comissão Própria de Avaliação (CPA), uma ação de capacitação voltada aos servidores em função de chefia intitulada como “Feedback nos processos avaliativos” com o intuito de aperfeiçoar o programa de avaliação de desempenho. Essa atividade foi planejada com base em uma pesquisa realizada pela CPA em 2016 em que os servidores puderam avaliar os processos de avaliação do campus.

O resultado apontou que os servidores estavam insatisfeitos com o modo como as chefias realizavam a avaliação, pois compreendiam que esta seria uma boa oportunidade para o planejamento de ações e estabelecimento de metas junto às equipes. Essa atividade possibilitou que as chefias conhecessem cada etapa do processo de avaliação de desempenho da instituição e discutissem

formas de aproveitar cada uma delas para o desenvolvimento de suas equipes.

Desde a inserção de um psicólogo na Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos em 2013 houve um aumento significativo de solicitações de atendimento psicológico individual. Diante da demanda, o serviço de Psicologia passou a ofertar um espaço de fala para o trabalhador que geralmente relatava situações de sofrimento no trabalho e solicitava orientações. Não era incomum que demandas de psicoterapia chegassem por parte dos servidores (inclusive da gestão), o que exigiu que ocorresse um gradativo esclarecimento sobre as atribuições de um psicólogo organizacional.

Esse espaço individualizado de fala possui características muito semelhantes ao modelo clínico tradicional em Psicologia em que as experiências relatadas pelo indivíduo são consideradas e analisadas em si, deslocadas dos diversos contextos onde ele se insere. Por outro lado, espaço possibilita que o trabalhador fale sobre como se sente em relação ao seu trabalho.

Nos atendimentos têm sido comuns relatos relacionados às situações de sofrimento no trabalho (por problemas de afinidade com a função, por conflitos com os pares), ao adoecimento ou agravamento de doenças pelo trabalho e, eventualmente às questões familiares. As queixas estão quase sempre vinculadas à organização do trabalho e às relações interpessoais na instituição, o que coloca a necessidade de realizar uma operação de transformação de uma fala individual em demanda coletiva.

Em um exemplo de uma dessas situações, vários técnicos de laboratório buscaram individualmente atendimento psicológico para relatar algumas dificuldades de executar suas atribuições. A queixa principal referia-se à lotação desses servidores que não estava centralizada em um setor organizacional específico, mas se distribuía nas diversas coordenações de curso. Assim, técnicos com as mesmas funções estavam lotados em coordenações de curso diferentes. Além disso, como o trabalho realizado por eles consiste na preparação de equipamentos e materiais de laboratório para as aulas práticas ministradas por docentes dos mais diversos cursos, eles acabavam respondendo administrativamente a diversos coordenadores de curso, o que dificultava o fluxo de trabalho. A partir dessa demanda comum,

o psicólogo propôs uma discussão coletiva com os técnicos de laboratório que resultou na elaboração de uma proposta de reestruturação da organização do trabalho. Baseado no modelo existente no campus de Francisco Beltrão da UTFPR, o grupo solicitou a formalização de um novo setor organizacional em que todos os técnicos de laboratório fossem lotados sendo um deles o chefe. Com algumas resistências, após meses a direção geral do campus autorizou a criação de Coordenação de Estação Experimental (COEXP) e houve uma nova organização no fluxo de trabalho.

Esse espaço coletivo de fala para o trabalhador remete a noção de clínica do trabalho que vem emergindo nas últimas décadas como uma alternativa de intervenção psicológica nas organizações. Como afirmam Bendassoli e Soboll (2011, p. 60),

...não sendo uma clínica exclusivamente do sujeito intrapsíquico, incorpora em seus questionamentos, a produção social do sofrimento no trabalho, bem como a produção de circunstâncias pelas quais o trabalho é construído pela ação coletiva e individual. Quer dizer, não é uma clínica do sofrimento, atenta, exclusivamente, aos aspectos deletérios e nocivos do trabalho; trata-se de uma clínica que, apesar de partir ou pressupor o sofrimento, vai além dele e enfatiza os aspectos criativos e construtivos do sujeito em sua experiência no trabalho.

Todas as práticas psicológicas desenvolvidas na UTFPR Apucarana que foram citadas sofreram mudanças importantes a partir do remanejamento do psicólogo da COGERH para o NUAPE ao final de 2017. A inexistência de uma referência na área de Psicologia no setor de Recursos Humanos resultou numa queda considerável no número de atendimento de servidores e na oferta de ações de desenvolvimento, principalmente as relacionadas à saúde mental.

A ausência de um psicólogo atuante no setor de Recursos Humanos pode resultar no fortalecimento de um trabalho marcado pela burocracia que administra os trabalhadores como partes de uma grande máquina organizacional. Essas atividades burocráticas tendem a ser bastante valorizadas e consideradas essenciais nas organizações. A POT, por outro lado, pode ser vista como desestabilizadora justamente por questionar a rigidez do trabalho, o que a coloca em

risco de ser dispensada ou substituída por outras especialidades (como a Administração, por exemplo).

Apesar de haver comumente nos setores de Recursos Humanos uma demanda por adaptação dos sujeitos às necessidades organizacionais, a ocupação nesse campo pela POT é uma potência de transformação organizacional, não por ser em si detentora desse poder de mudança, mas por possibilitar que os demais sujeitos questionem o modo como o trabalho se organiza na atualidade, auxiliando na construção de novos conhecimentos e na reelaboração de novas formas de trabalhar.

### **Considerações Finais**

Ao longo desse escrito, construímos uma discussão sobre a atuação em Psicologia Organizacional e do Trabalho nas IES brasileiras partindo do caso da UTFPR Apucarana. Há uma lacuna importante no que diz respeito às pesquisas voltadas ao trabalho do psicólogo organizacional no contexto do ensino superior. Assim, com poucas referências, infere-se que as práticas psicológicas nas IES reproduzem o que vem sendo realizado em outras organizações de trabalho.

Tais práticas visam classificar, selecionar e adaptar os trabalhadores de acordo com as demandas organizacionais. Contudo, por outro lado, existem ações emergentes acontecendo nas organizações de trabalho que buscam reconfigurar as práticas de modo a abranger os aspectos sociais, institucionais e políticos na compreensão do trabalho problematizando como os valores presentes no sistema capitalista vigente repercutem no cotidiano das organizações.

Ainda que se compreenda que o mundo do trabalho na atualidade perpetua e reforça as relações de desigualdade e violência, é importante que esse campo seja ocupado, pois, recusar-se assumir estes lugares é impossibilitar o trabalho em POT. É a partir desses lugares que o psicólogo terá condições de identificar espaços possíveis para uma atuação emergente.

## Referências

- Alves, G. (2010). Toyotismo e subjetividade: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. *Organizações e Democracia*, 7(1/2), 89-108. <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2006.v7n1/2.394>
- Bastos, A. V. B., Yamamoto, O. H., Rodrigues, A. D. A., Borges, L. O. & Mourão, L. (2013). Compromisso social e ético: desafios para a atuação em psicologia organizacional e do trabalho. In L. O. Borges, & L. Mourão (Org.), *O trabalho e as organizações: atuações a partir da Psicologia* (pp. 25-52). Porto Alegre: Artmed.
- Bendassolli, P. F. & Soboll, L. A. P. (2011). Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14(1), 59-72. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v14n1/v14n1a06.pdf>.
- Bernardo, M. H. (2009). *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores*. Editora Expressão Popular.
- Bernardo, M. H., Sousa, C. C., Garrido-Pinzón, J. & Souza, H. A. (2015). A práxis da Psicologia Social do Trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. In M. C. Coutinho, O. Furtado, T. R. Raitz (orgs.), *Psicologia Social e Trabalho: perspectivas críticas* (pp. 16-39). Florianópolis: ABRAPSO Editora/Edições do Bosque CFH/UFSC.
- Bisinoto, C. & Marinho-Araújo, C. M. (2011). Psicologia escolar na educação superior: atuação no Distrito Federal. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 111-122. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pe/a/frF3kLngpgngmdYjJpGBztn/?lang=pt>.
- Borges, L. O., Oliveira, A. C. F., & Morais, T. W. A. (2005). O exercício do papel profissional na Psicologia Organizacional e do Trabalho. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 5(2), 101-139. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572005000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572005000200005&lng=pt&tlng=pt).

- Chiavenato, I. (2000). *Introdução a teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Ed. Campus Ltda.
- Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. (2007). Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)
- Freire, D. D. A. C. (2016). *Avaliação de desempenho dos técnico-administrativos: uma análise comparativa entre os modelos adotados por duas instituições federais de ensino*. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Gurgel, C. R. M., & Marinho, M. O. (2019). Escravidão Contemporânea e Toyotismo. *Organizações & Sociedade*, 26(89), 317-337. Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/21763/18013>.
- Heloani, J. R. M. (2005). Psicologia do trabalho ou do capital? Eis a questão. *Revista Psicologia Política*, 5(10), 297-312.
- Leão, L. H. C. (2012). Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. *ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(2), 291-305. Recuperado de <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1008/722>.
- Lei 11.184, de 7 de outubro de 2005. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. Recuperado de <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/leis-e-decretos/lei-no-11.184-de-outubro-de-2005/view>
- Macêdo, K. B., & Malvezzi, S. (2020). Da adaptação taylorista à emancipação dejouriana: os desafios da gestão do trabalho/From taylorist adaptation to dejourian emancipation: the challenges of work management. *Brazilian Journal of Development*, 6(4), 16742-16759. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n4-007>

- Mansano, S. R. V., & Silva, R. B. (2017). Considerações sobre Psicologia, trabalho e cotidiano. *Revista Espaço Acadêmico*, 17(198), 61-69. Recuperado de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/39473>
- Marras, J. P., & Tose, M. (2013). *Avaliação de desempenho humano*. Elsevier Brasil.
- Prado, D. I. D. (2006). “O foco é no cidadão e o atendente como fica?": contexto de atendimento presencial, custo humano da atividade e qualidade de vida no trabalho. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Ventura, M. M. (2007). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista SoCERJ*, 20(5), 383-386. Recuperado de [http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007\\_05/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf).
- Vidotto, J. D. F., de Moura Speroni, R., Neres, W. A. & Bastos, R. C. (2013). Entrevista de desligamento como ferramenta de gestão do conhecimento. *Navus-Revista de Gestão e Tecnologia*, 3(2), 52-58. <https://doi.org/10.22279/navus.2013.v3n2.p52-58.140>
- Zanelli, J. C. & Bastos, A. V. B. (2004). Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In J. C. Zanelli, A. V. B. Bastos, & J. E. Borges-Andrade (Orgs.), *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (pp. 466-491). Porto Alegre: Artmed.
- Zanon, B. V. B. (2017). “Faça o que você ama”: uma reflexão teórica sobre o desejo e o trabalho no pós-fordismo. *Revista Café com Sociologia*, 6(2), 191-210. Recuperado de <http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/719/pdf>.



# **Masculinidade e dança: uma breve reflexão crítica sobre o homem brasileiro e a dança clássica na contemporaneidade**

---

**Raphael Edson Dutra  
Maíra Bonafé Sei**

## **Introdução**

Dançar, desde o tempo remoto da humanidade, teve lugar expressivo na vida cotidiana dos povos. Estava presente na comunicação, nas artes e nos rituais espiritualizados destinados aos deuses naturais e, posteriormente, às entidades personificadas. Por fim, elevou-se ao entretenimento das cortes (Ossona, 1988). Mas, essa apresentação sucinta não faz jus ao tentar resumir o modo com que a dança se desenvolveu e foi impactada pelos desdobramentos históricos. Até sua ascensão, a dança sofreu ataques diretos da igreja, mas também do império como, por exemplo, na concepção imperial do século IV, especificamente na figura do imperador Cícero, na qual “ninguém dança, a não ser que esteja bêbado ou mentalmente desequilibrado” (Mendes, 1985, p. 15). Sabe-se que foi apenas na passagem da Idade Média para a Idade Moderna que a dança retornou aos círculos sociais. Por volta do século XVI, a dança se encontrava em “forma desordenada, mais próxima da comédia que do balé mesmo. Os cortesãos continuavam a ser seus participantes e organizadores” (Mendes, 1985, p. 27).

Em especial, no século XVII, a apreciação do imperador francês Luís XIV pela dança contribuiu para o crescimento e ampliação da arte (Mendes, 1985). Neste século, o investimento na arte da “dança nobre” impulsionou a aprendizagem da dança já que todos os nobres precisavam dançar, pois fazia “parte de um ritual de etiqueta na construção da imagem pública do rei e da nobreza” (Rafael & Toledo, 2012, p. 05).

Como vimos, a dança, após ser excluída, retornou aos grupos sociais, mas não se manteve na forma popular e religiosa com a qual era conhecida, pois precisou “se adequar” à “nova” demanda da elite e realeza europeia. Assim, considerada como o estilo de dança “mais elevado” daquele momento histórico, o movimento foi submetido ao

estudo da anatomia e das linhas corporais. *En dehors* e grandes saltos tentavam colocar à prova as leis da gravidade e sistematizaram o movimento do corpo, atendendo também ao gosto estético da aristocracia (Ossona, 1988; Bourcier, 1987; Caminada, 1999). A dança levada aos palcos e ao entretenimento contou com a produção e criação, em sua maioria, de figuras masculinas como Tettoni Bernardo e Baltasar Beaujoyeux, Charles Louis Beauchamp, Jean-Baptiste Lully entre outros que, desde o século XVII, construíram as bases para o ballet e os enredos que estilizaram a arte da dança clássica.

Anterior ao século XVII, no palco, o masculino era figura dominante, pois a participação das mulheres não era permitida sequer no âmbito da montagem, na aprendizagem e na interpretação dos enredos, naquele ponto histórico, que estava mais próximo do cômico. Lembramos que, nos primórdios das apresentações cênicas, os papéis femininos eram protagonizados pelos próprios homens que se vestiam com roupas do vestuário feminino (Assis & Saraiva, 2013). A partir do século XVII até os dias atuais, o ballet clássico caminhou rumo à educação da arte tanto para homens como mulheres e, diferentemente do contexto do passado, notoriamente hoje a figura feminina é presença majoritária nas classes (Silva, 2012). Historicamente, a primeira inclusão pública de mulheres no ballet deu-se apenas em 1681 com a bailarina Mademoiselle Lafontaine (Ramos, 2012).

A partir do romantismo, entre o século XVIII e XIX, a mulher tornou-se “estrela” maior das apresentações de ballet, pois o culto à figura feminina, a leveza marcada pelo caminhar nas sapatilhas de ponta e a ilusão de “flutuar” pelo pelo palco *in pointe* simbolizavam a imagem considerada “apropriada” para o ballet do período romântico. Ou seja, “o caráter feminino da dança” (Mendes, 1985, p. 43). Vemos que, a partir de então, a figura masculina em cena sofreu seu declínio, perdeu sua importância. Os enredos históricos deste período marcavam a supremacia da bailarina em suas sapatilhas de ponta como em *Coppélia*, *Giselle*, *La Sylphide* entre outros. O protagonismo era feminino, o masculino apenas servia-lhe como um acompanhante. Nos dizeres de Leitão e Sousa (1995, p. 253), os homens no ballet do século XIX “tornaram-se bibelôs do palco, elevando as bailarinas as quais tornavam-se as estrelas”.

O masculino, então, perde forças para a leveza e graciosidade do feminino. Antes dono do palco, a força e virilidade usada para a

encenação nos palcos dos mitos e enredos de heróis foi substituído por força física de sustentação, já que naquela época acreditava-se que a imagem de um homem desgastado pelo esforço em saltos e piruetas não era esteticamente agradável, como relatou o escritor Théophile Gautier (Mendes, 1985).

O ballet se desenvolveu, o romantismo sofreu sua derrocada e outros momentos históricos marcaram a arte da dança. Além disso, o ballet também sofreu influência nas regiões nas quais nasceu, seja na França, Itália e Rússia. Nos dias atuais, o ballet é ensinado em escolas e academias de dança tanto para homens como para mulheres. Alguns dos alunos almejam lugares nas grandes companhias e escolas de ballet como a Royal Ballet, escola Bolshoi, Ópera de Paris, American Ballet, Joffrey Ballet dentre outros. Algumas dessas escolas têm sua fundação no período histórico mencionado acima.

O ballet tornou-se arte e técnica, espelhou o tempo histórico que foi criado e ainda, na atualidade, pode sofrer sua influência. No ballet de repertório, por exemplo, enredos clássicos criados pelos compositores da arte são encenados e repetem o contexto com o qual foram escritos, ou seja, principalmente no requisito masculino e feminino no qual cada um possui seu lugar e movimentação específica. Assim, força e virilidade, sequências de piruetas e saltos são para os homens, e sapatilhas de pontas, elevação e sustentação de pernas, agilidade de pés, delicadeza e suavidade são para as mulheres. Já no ballet livre ou de neoclássico, pode-se observar uma variante considerável desta regra, de maneira que tudo irá depender da concepção e formação crítica do coreógrafo e/ou coreógrafa.

Nosso levantamento histórico, até aqui, não tem o intuito de trazer ao leitor uma profunda e rica exposição dos detalhes ocorridos no percurso da dança e os elementos que a envolveram até a atualidade, haja vista que seria necessária a construção de um trabalho apenas com esse objetivo. Por outro lado, o breve percurso histórico do qual nos utilizamos se mostra com o intuito de introduzir e nos auxiliar na delimitação temática que nos propusemos para este trabalho. Na História, destacamos não apenas a constituição social da dança, mas também a divisão entre o masculino e feminino implicado no ballet. Já dissemos que a mulher, após longo período de “exílio”, tornou-se figura primordial e principal dos enredos clássicos. Assim, nosso interesse central recai sobre a figura do homem e a

masculinidade em meio ao ballet clássico. Notou-se que, no início, o homem era figura central atuando, inclusive, em papéis femininos. No romantismo, como já mencionado, sofreu sua “queda” e tornou-se aporte de sustentação da bailarina, mantendo a exposição viril e pouco delicada do estilo de movimentação tida como masculina. Será que, nos dias atuais, bailarinos ainda são submetidos ao estereótipo de “macho com H”? Ainda hoje, pode-se dizer que homens na dança clássica são “só” “fortes e viris” ou já se pode reconhecer as variações das masculinidades, no plural? E quais seriam os desdobramentos na subjetividade do homem atual frente às concepções de masculino propostas pelo ballet? Para refletir sobre os questionamentos aqui proposto, utilizamos o recorte de uma pesquisa maior por nós realizada (ver Dutra, 2019) junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Passamos, nesse momento, aos fundamentos que subsidiam nossa discussão e a posterior apresentação dos dados. Em primeiro momento, tentaremos compreender as características do homem que dança a partir de trabalhos já publicados, em seguida discutiremos os aspectos sociais e psicológicos da concepção de masculino para que, por último, possamos apresentar e refletir sobre dados levantados em nossa pesquisa.

### **O homem que dança hoje é...**

Já apresentamos que a partir da participação das mulheres na dança clássica o papel do masculino foi diferenciado em suas características para não se assemelhar com a movimentação da bailarina. Assim, grandes saltos, demonstração de força e sustentação de outro corpo sobre os braços e ombros, *double tours* e incontáveis piruetas no eixo contornaram a forma com que o homem deveria (ou ainda deve?) atuar e interpretar sua dança e seus personagens no palco.

Assim, mesmo carregando o estereótipo de masculinidade que envolva força física, virilidade e agilidade, o homem que dança, em especial no ballet clássico, nos tempos atuais, pode sofrer com a discriminação, desqualificação e preconceito em sua participação nessa arte. Leitão e Sousa (1995), ao entrevistar bailarinos e dançarinos masculinos, denunciaram a presença de episódios vexatórios e

discriminatórios em todos os entrevistados. Além disso, as autoras observaram que, segundo o estigma social, o homem que deseja se desenvolver profissionalmente e se expressar artisticamente por meio da dança pode “não se enquadrar” no conceito de masculinidade vigente neste âmbito comum, já que nele a dança pode não ser considerada como uma atividade viril do mesmo modo que, por exemplo, o futebol e outros esportes. Mas, afinal, existe apenas um tipo de masculinidade? A resposta é: Não! Como bem nos mostrou o estudo teórico de Botton (2007), trata-se de masculinidades, no plural. Assim, para nós, mesmo com o dito popular contrário, no ballet ou dentro de qualquer outro espaço, é possível coexistir várias formas de ser masculino, cada qual à sua própria maneira. Sabemos que esse pressuposto ainda pode estar distante dos dados reais, como nos apresentou o trabalho de Leitão e Sousa (1995), mas apenas nos mostra e reforça a necessidade de discussões como a que propomos tanto em âmbito acadêmico quanto fora. Ainda há muito a se desconstruir!

Dados apresentados por Pereira e Volski (2013) levam-nos também para a reflexão de que talvez o preconceito em relação ao masculino na dança esteja não apenas no homem que dança, mas se encontra desde a escolha dos pais de meninos por atividades extracurriculares. Destarte, a negativa dos pais para a dança, em hipótese, se dá pelo possível temor frente aos estereótipos e preconceitos em relação à atividade, pois nos dizeres do jargão popular: “Dança é coisa de mulher!”. Além disso, há a crença ilusória sobre a influência da dança em relação ao desenvolvimento da sexualidade dos meninos. Ou seja, na dança os meninos poderiam se tornar “menos homens”, “mais afeminados” ou mesmo “homossexuais”. Compreende-se esta como uma noção retrógrada e nada fundamentada que também pode ser atrelada ao retrato da homofobia presente no país (ver Brasil, 2018, sobre os dados de homofobia no país). Afinal, gays também não são homens? Obviamente que sim!

Por outro lado, na ciência, sabemos que a infundada concepção do senso comum não se sustenta, afinal, investigações psicanalíticas nos mostram que a sexualidade se dá por complexas conexões psíquicas inconsciente que estão para além da simples “influência” de algo externo, como por exemplo a dança. Assim, no ballet e na dança em geral, há homens que são gays, héteros, bissexuais, etc.

Voltando às pesquisas já realizadas, o trabalho de Nascimento, Nascimento e Oehlschlaeger (2011) pode confluir com nossa análise em relação ao medo dos estereótipos em relação ao masculino na dança. Em seu artigo, os autores compararam a aderência à dança em um grupo de meninos estudantes da rede pública de ensino do município de Pelotas-RS. Neste ensaio, notou-se que a escolha da atividade da dança teve como critério o estilo que não “comprometesse” a imagem de sua sexualidade, ou seja, os meninos optaram por dançar estilos que são socialmente aceitos e valorizados como práticas ligadas à heterossexualidade. Neste estudo, que contou com a participação de 229 meninos, a maioria dos participantes se interessou pelas danças gaúchas (dança valorizada na região), enquanto apenas menos de 10% dos participantes se interessaram pelo ballet.

Como vimos, atualmente, a masculinidade na dança, principalmente no ballet clássico, pode ser alvo de ataques preconceituosos e discriminatórios, o que pode reverberar de forma significativa no escasso interesse de outros homens, e por pais de meninos, pelo estudo do ballet clássico. O machismo marcado que, infelizmente, impera em nossa cultura brasileira pode impedir que grandes talentos da dança nacional possam surgir, já que o estudo do ballet começa aos cinco anos de idade e termina por volta dos 17 anos. Felizmente, temos exceções que, a alto custo, representam as masculinidades na dança clássica no cenário nacional

### **Se nasce homem, ou “tornar-se homem”? Aspectos sociais**

Parafrazeando, talvez, a famosa frase que inaugura a obra de Simone de Beauvoir (1967, p. 9) “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, Maciel-Junior (2006) defende a tese de que “não se nasce homem, mas é algo construído ao longo de toda a vida” (p. 143), em outros termos, “não se nasce homem, torna-se homem”. A masculinidade, portanto, como a constituição do feminino defendida pelas teorias feministas, também se construiria ao longo do desenvolvimento cultural, social e individual. Maciel-Junior (2006) afirma que, diferentemente das investigações da condição da mulher ocorridas por volta da década de 1980, o masculino se torna objeto de investigações científicas apenas em anos posteriores. Por outro lado,

se entende que as reflexões feministas também deram visibilidade ao masculino, pois “a revelação da dinâmica das relações de gênero por teóricas feministas também tornou o masculino visível e possibilitou o questionamento da posição dos homens” (Maciel-Junior, 2006, p. 32).

Nesta perspectiva, o desvelar das relações de poder patriarcal denunciaram a inserção social da figura masculina como uma condição superior à da mulher, supervalorizando a masculinidade. No entendimento do patriarcado, qualquer alteração do masculino é passível de ser rechaçada e submetida aos critérios dominadores do ideal do “macho”. É notável que aqui não temos a pluralidade de masculinidades, mas apenas uma única e predominante, via de regra em sua forma violenta e autoritária. Mas, em qual momento esse masculino assume, ou é colocado, neste lugar privilegiado? Quais seriam os dispositivos culturais e individuais que seriam manejados em favorecimento deste tipo de masculinidade?

Oliveira (2004) afirma que um ideal moderno de masculino se deu a partir da instalação do Estado e a fundação de diversas outras instituições disciplinadoras, como o exército, e os valores burgueses. “Esses fatores, ao lado de outros, se imbricam e se influenciam reciprocamente, sendo decisivos, de acordo com a argumentação aqui assumida, para a modelação do moderno ideal masculino” (Oliveira, 2004, p. 19).

A brutalidade e o enaltecimento dos atributos físicos e violentos sujeitados ao processo de militarização auxiliaram no processo de disciplinação do “ser homem”, representado pela demonstração de força. Neste ínterim, para Nolasco (2003), em termos sociais, o homem é comumente validado e colocado à prova em seu desempenho de “verdadeiro homem”, seja pelos méritos obtidos ou pela ocupação e desempenho em um mundo repleto de desafios, sem os quais não lhe é concebido o título de homem de verdade (Nolasco, 2003).

A sociedade e a tradição ofereceram subsídios para que os homens, sejamos sinceros, em sua via excessiva e abusiva, pudessem construir também identidades que se delinearam pela virilidade, pela conquista e manutenção de seu lugar privilegiado no mundo, pois “isso acontecia por intermédio de sucessivas incorporações de papéis sociais pelos quais se percebiam como pessoas de ação e valor” (Nolasco, 2003,

p. 30). Com o iluminismo, a brutalidade e a agressividade do masculino sucessivamente converteu-se em palavras, símbolos mais refinados e polidos, mas que também mantiveram a sensação do homem de autodomação e de dominar (Nolasco, 2003). Assim, com a militarização e a intelectualização da agressividade, da atividade e da virilidade, desenvolveu-se um enquadre social normativo de reconhecimento sobre a estética do homem, ou melhor, uma forma dominante de ser o “homem de verdade” com H (maiúsculo).

Articulando a ideia nesta seção exposta com pressupostos anteriores, é possível notar que a noção de masculinidade militarizada, como nos mostrou Nolasco (2003) e Oliveira (2004), construiu-se com o intuito de normatizar as subjetividades masculinas, unificando-as em um único parâmetro: a do macho dominador. Se o infortúnio crivo que ordena modos de vivenciar a subjetividade do homem se impôs nos mais diversos ramos da sociedade e em suas práticas, com a dança e a arte não seria diferente. O passado do ballet nos mostrou que, em sua gênese, também se encontram imagens que podem fazer referência ao estilo de masculinidade predominante, aquele que superestima a forte, a virilidade, dominação e ação desbravadora tal qual como as figuras dos heróis dos mitos de guerras, dos valentes e guerreiros e príncipes da realiza, etc. Curioso! Pois, mesmo sofrendo influência deste ideal de “homem social”, na atualidade, o ballet no contexto brasileiro, como nos mostraram os estudos empíricos citados, pode também não suportar o crivo desta única forma de ser homem, já que a maioria dos meninos desconsidera a possibilidade de participação na arte e aos que praticam é necessário lidar com estereótipos e episódios discriminatório. A questão é: Por que é preciso privar a masculinidade, também na dança, de suas formações variadas? Afinal, mesmo os homens, também são plurais.

### **Grifos sobre a masculinidade na psicanálise: Freud e Winnicott**

Embora destaquemos, por um lado, o aspecto *cultural* da constituição da masculinidade, por outro a tradição iluminista também corroborou para compreensão do conceito ao desenvolver as teses sobre a diferenciação dos sexos, apoiada na *biologia* e na *sexualidade*. Assim, “enquanto uma consequência biológica da formação humana, ou seja, foi vista como sendo puramente sexual-biológica, delimitada



pela posse ou não de um objeto físico, a saber, o pênis” (Botton, 2007, p. 110).

A partir do século XIX, as concepções de masculino encontram-se atreladas à diferenciação entre os sexos, a função sexual e a reprodução. Neste sentido, a noção de masculino e feminino institucionalizou-se nos meios acadêmicos e sociais pelo discurso técnico-científico que delimitou suas ações “por sua aparelhagem física, e que a diferença [...] era fruto de uma estrutura natural *inquestionável*” (Botton, 2007, p. 110, itálico nosso). É neste cenário que a psicanálise nasce e propõe um método de investigação para o psiquismo. Por influência, talvez, do modelo médico-positivista da época, a psicanálise em um primeiro momento, pode ter reforçado a visão falocêntrica biológica entre a diferenciação dos sexos assentando os caminhos da libido sobre a anatomia e inferindo teses que se centraram nas genitais. Mas, em seu curso, Freud superou a própria biologia e formulou uma concepção do funcionamento inconsciente que também demonstrou o caráter bissexual da pulsão e a impossibilidade da existência de uma límpida masculinidade sem qualquer viés do feminino, e vice e versa (Freud, 1905/2016; 1925/2011).

Desenvolvendo sua teoria a partir do desenrolar do Complexo de Édipo, em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905/2016) afirma que a intensificação dos elementos masculinos e femininos se dá efetivamente com a puberdade, embora uma predisposição para um ou outro se encontre desde a infância. Calcando o conceito de libido (energia sexual) como uma atividade “masculina”, Freud (1905/2016) compreende a divisão dos sexos em três direções possíveis, sendo elas: Atividade e Passividade, Biológico e Sociológico. No que se refere à biologia, Freud (1905/2016) sustenta a hipótese de que a divisão fisiológica dos sexos assenta-se a serviço da reprodução (espermatozóide e óvulo), como também no desenvolvimento e fortalecimento da musculatura e da agressividade, no caso do masculino, apesar de afirmar que em algumas espécies de animais os atributos citados são encontrados também na fêmea. No sentido sociológico, dá-se “a partir da observação dos indivíduos masculinos e femininos em sua existência efetiva. Tal observação mostra que no caso do ser humano, nem no sentido psicológico nem no biológico se acha uma pura masculinidade ou feminilidade” (Freud, 1905/2016, p.

139). Neste contexto, em cada indivíduo encontram-se os dois elementos constituintes, uma bissexualidade constitucional (Freud, 1905/2016).

De um ponto de vista semelhante, em partes, em *A Criatividade e suas origens*, Winnicott (1975) afirma que em homens e mulheres encontram uma predisposição à bissexualidade. Pois, nos explica Safra (2009, p. 81), “cada ser humano, independentemente do gênero, tem na constituição de seu psiquismo uma composição singular dos elementos masculinos e femininos decorrentes do modo como sua corporeidade aconteceu”. Dados clínicos da atuação de Winnicott (1975) sustentam suas hipóteses ao analisar um de seus pacientes homem. Na situação em questão, o autor confrontou-se com uma dissociação na personalidade do analisando que revelou aspectos característicos do funcionamento do Complexo de Édipo feminino, como a inveja do pênis. Embora tenha desenvolvido uma relação heterossexual e não tenha manifestado o desejo de efetivamente se tornar uma mulher, o lado feminino de sua personalidade ansiava por ser reconhecido. Esta parte do *Self* (Si mesmo), “inclui especialmente a inveja [do pênis] que sente de você [paciente] como indivíduo do sexo masculino” (Winnicott, 1975, p. 109). A desagregação e a dissociação, mediadas pela defesa do paciente, levou Winnicott (1975) a refletir sobre a tese da bissexualidade constituinte no *Self*, que denominou-a de elemento feminino e masculino puro. No caso de seu paciente, apresentava-se o elemento feminino puro expelido (*split-off*), uma parte do *Self* do outro sexo expelida (projetada) da personalidade.

Os elementos masculino e feminino puros estabelecem uma ligação com o objeto, interligando-se com a noção de *Ser e Ter* (Winnicott, 1975). No caso do elemento feminino puro, o vínculo se constitui na relação bebê e seio/mãe “*no sentido de que o objeto é o sujeito*” (Winnicott, 1975, p. 113). No elemento masculino puro, por sua vez, se estabelece uma relação, ativa ou passiva, transitória com o objeto, apoiado na pulsão. Neste sentido, no elemento masculino puro, há uma predisposição tanto para uma atitude ativa em relação à pulsão quanto feminina, ou seja, separação e união, de *fazer e ser*, do eu e não-eu. Nesta perspectiva, o pênis “pode ser um elemento feminino excitante, a gerar *atividade* de elemento masculino na menina” (Winnicott, 1975, p. 118, *italico nosso*).

Em suma, longe de esgotar a tentativa de conceituação da masculinidade na psicanálise de Freud e Winnicott, pois somos capazes de reconhecer a rede de ligações inconscientes e conscientes, geracionais e sociais que engendram a dinâmica da constituição do masculino, podemos inferir que o homem pode ser visto como um profundo arranjo psíquico que se desdobra entre as vicissitudes do inconsciente e a experiência do *Self* com os objetos. Neste ínterim, em Freud ou em Winnicott, uma constituição bissexual abre caminho para a manifestação da masculinidade no indivíduo, seja pela atividade, pelas identificações e pelo desenrolar do drama edipiano, ou mesmo por uma predisposição de elementos rudimentares estabelecidos em momentos pré-edipianos (elemento masculino puro).

A complexa relação com o masculino centra-se, por um lado, na visão falocêntrica e no temor à castração, por outro pode ser entendida como uma atitude instintual de criação do objeto seio/mãe em meio à necessidade. Embora os autores possam percorrer caminhos diversos, um ponto em específico se faz em comum, no qual masculino/atividade - feminino/passividade e/ou elemento masculino e feminino puro estão presentes na constituição de tanto de homens como de mulheres.

## **Método**

A presente investigação se configura como um estudo de natureza qualitativa e de caráter exploratório com tratamento dos dados a partir dos constructos da Psicanálise. A investigação qualitativa preocupa-se com os fenômenos concernentes ao âmbito das relações humanas e dos significados (Minayo, 2002). Já no caráter exploratório é possível explicitar e construir hipóteses sobre uma problemática e torná-la, em certa forma, familiar (Gil, 2008; Gerhardt & Silveira, 2009). Ao tratar os dados a partir da ótica da Psicanálise, pesquisa e prática clínica misturam-se em ensaios metapsicológicos, inferindo e interpretando o material coletado como possíveis manifestações do modo de funcionamento psíquico e das produções do inconsciente (Freud, 1923/2011; Silva, 2013).

## **Participantes**

Participaram do estudo dezesseis professores de ballet clássico com atuação localizada na região Sul do país. Adotou-se como critério de inclusão a formação do profissional em dança clássica como afirmou Monte (2003), nas modalidades formal, informal ou mista, e que dispunham de experiência como professores e dançarinos de companhias profissionais, ou amadoras, no período de no mínimo um ano. Foram excluídos os participantes menores de 18 anos (dezoito), bailarinas e bailarinos com algum tipo de transtorno mental e que tivessem como foco de trabalho apenas a atuação de intérprete.

## **Procedimentos de coleta de dados**

A coleta de dados deu-se a partir da entrevista psicológica semidirigida (Turato, 2003). O instrumento contou com três questões disparadoras que versavam sobre a relação do entrevistado com a dança.

## **Procedimento de análise de dados e amostragem**

Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo como descrita por L. Bardin (1977). O material foi separado em categorias a posteriori. O fechamento da amostra populacional deu-se a partir da saturação teórica (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008; Fontanella et al., 2011; Fontanella & Magdaleno Júnior, 2012). Aqui, discutiremos os dados relacionados à temática “homem na dança clássica”. Os dados apresentados neste trabalho não constituíram conjunto categórico de interesse para a pesquisa maior (Dutra, 2019), mas, pela relevância do conteúdo, preferimos agrupá-los nesta produção separada.

## **Aspectos éticos**

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Londrina, CAAE 81117817.8.0000.5231 sob o parecer nº 2.469.315. Os dados de identificação foram ocultados e o material foi

coletado mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

## **Resultados e discussões**

A partir do relato da experiência na dança de professores de ballet clássico, é possível inferir que o homem do ballet precisa diferenciar-se em seu modo de se expressar na dança clássica em relação à mulher. Neste sentido, os dados da pesquisa demonstraram uma sequência de discursos que podem também se relacionar ao preconceito do masculino à prática, igualmente se pode observar a referência à diferenciação entre os sexos e os papéis dados ao masculino. Portanto, a partir do exposto, visa-se discutir aqui a categoria “*O homem ele é... aquela figura forte*”, dividindo-a em três subcategorias; 1) Homem/Masculino na dança clássica; 2) Homem/Masculino da docência em ballet; 3) Aspectos sociais do homem no ballet: O preconceito vivenciado.

### **Homem/Masculino na dança clássica**

A concepção de masculinidade presente na construção do ballet clássico infere um homem com qualidade viril e que favorece a demonstração de força física. Neste sentido, nos dias atuais, pode-se perceber, por meio do relato de P13, que estes aspectos ainda perduram como forma de expressão valorada e esperada aos homens na dança. Herdeiros do cavalheirismo romântico das grandes cortes, a masculinidade posta no ballet reflete a clássica distinção anatômica entre o masculino e feminino, atividade e passividade, encontradas na organização da sexualidade, como também na variação dos papéis desempenhados por cada sexo.

P13: [...] porque o modo de expressar do homem, dentro da dança clássica é totalmente, completamente, diferente da mulher né! O homem, ele é forte, a mulher ela é delicada, né. E como o ballet clássico ele se trata de algo que não foi criado hoje, ele traz ainda aquele espelho do passado né, das grandes cortes, enfim. Então, o homem ele é viril né, o homem ele é... aquela figura forte em cena [...].

Espelhar o passado, como nos afirmou P13, leva-nos não apenas a rememorar a imagem das grandes cortes imperiais, as mascaradas e o estilo aristocrata europeu, mas também o descobrimento infantil das diferenças sexuais. Para Freud (1923/2011), o processo de desenvolvimento da sexualidade perpassa a apreensão da distinção anatômica entre os sexos, bases para a construção das atitudes sexuais, seja para o coito em si ou mesmo para a relação que se estabelece perante as demandas da realidade interna e externa (Freud, 1925/2011; Freud, 1924/2011). Neste sentido, o bailarino homem, supostamente, seria detentor do falo (pênis) que simbolicamente lhe compele uma suposta “força” e “virilidade” (*atividade*), ao contrário do feminino/bailarina que seria um ser castrado (passivo). Assim, ao se expressar na dança, o homem do ballet precisa demonstrar características de vigor, de enaltecimento aos aspectos de sua natureza física, mas também a sustentação, eixo para os saltos e desafios à gravidade. Afinal, como discorre a teoria clássica da seleção sexual, apenas os machos que se destacam pela força e algum tipo de instrumento especial poderiam seduzir a fêmea e garantir a hereditariedade, ganhando vantagem sobre os outros machos (Darwin, 1859/2017).

Detentor do falo, seja simbólico e/ou real, o bailarino precisa reproduzir em sua dança a força e agressividade da *atividade* esperada para sua condição de homem, sendo este um retrato histórico de um período específico, ou seja, o lorde europeu membro da alta classe burguesa. Neste contexto, como já mencionamos na introdução, o conceito aceito de masculino está sob o viés do macho dominador. Ao supervalorizar o aspecto ativo da masculinidade, retratado na virilidade, a estética do ballet visa adequar os corpos para um ideal referente à organização do masculino de modo a afastá-lo da feminilidade, quase como se fosse uma tentativa de construir um masculino “puro”. Como vimos em Freud e Winnicott, a noção de masculinidade unitária e indissociada do elemento feminino é contraditória, já que por base nossa constituição psíquica permite a coexistência de ambos os aspectos.

A dinâmica subjacente à construção do estereótipo da masculinidade do bailarino (“*forte em cena*” - P13) apresenta-se semelhantemente à concepção da divisão anatômica entre os sexos. Ao ser exigido do homem a masculinidade forte em cena, o repertório do

ballet recorre a uma concepção temporal do constructo masculino, ou seja, uma visão historiográfica do arsenal de símbolos e elementos que, em tese, se referem à visão de masculinidade, tomam-na com o intuito de reproduzi-la, noutro tempo. Entretanto, a dança, em nossa perspectiva, não é uma arte estagnada no tempo, ou seja, sua forma de expressão não perpassa as eras sem sofrer qualquer tipo de influência e mutação, de outro jeito não se enquadraria nos objetivos sociais e inconscientes do fazer artístico, quais sejam, ser recurso expressivo para ampliação de perspectivas e estabelecer vínculos com as subjetividades.

Assim, ainda que os ballets de repertório (livretos tradicionais da técnica do ballet), possam entoar uma forma única de expressão ao masculino com a força, virilidade, heroísmo romântico, príncipe, guerreiro, membro da corte ou deus olímpiano, é preciso considerar, em nosso tempo atual, outras formas de concepção de masculinidade, de manifestação do verdadeiro *self* do homem. Pois, como vimos, somos constituídos de uma bissexualidade constitucional e/ou de ambas as parcelas de elemento masculino e feminino puro. Neste sentido, pensar a masculinidade do homem no ballet no contexto brasileiro como uma reprodução dos moldes europeus é, em hipótese, desconsiderar a pluralidade do masculino presente não só no território nacional, mas na própria forma do Ser dos homens. Mesmo a teoria clássica psicanalítica que, via de regra, apoia-se no biológico para postular suas teses, como a teoria da masculinidade e do falo (pênis), Freud (1925/2011) reconhece que boa parte dos homens encontra-se longe do ideal masculino vigente, seja pela bissexualidade constitucional ou pela herança.

Nosso intuito, aqui, aproxima-se mais de provocações do que de processos puramente analíticos. Neste sentido, não se trata da ideia de exclusão do modo vigente de masculino, mas sim da remissão de seus excessos, ampliando o conceito a fim de abarcar diversos outros masculinos que sempre existiram, seja na arte ou em qualquer outro espaço. A arte da dança clássica em si precisa abrir possibilidades para que o homem, neste caso, possa se colocar em sua liberdade criativa e utilizar ambos dos aspectos de sua subjetividade (masculino e feminino), vivenciando e interpretando personagens masculinos que, de algum modo, dialogam com o seu estilo subjetivo de ser homem. Pois, é possível separar o artista (pessoa) de sua arte (dança)?

## **Homem/Masculino da docência em ballet**

Dos palcos para a sala de aula, a rigidez e agressividade podem se manifestar também em excesso. A força exigida do homem no ballet pode dar lugar à violência e brutalidade, em alguns casos, na sala de aula. O trecho a seguir foi relatado por uma entrevista que teve um professor homem em sua educação no ballet, que denuncia a ausência de sensibilidade.

P12: Eu lembro, lógico tudo é um processo né, quando nos meus primeiros anos de ballet, assim, nos quatro primeiros, era muito tranquilo, tipo xingar, “sua feia, múmia, toda torta” (ênfase), muito sim, era comum qualquer professor falar isso, lógico, tinha uma outra professora um pouco mais sensível que não falava, mas era comum, porque lá a gente tinha dois professores homens muito fortes [...] ótimas pessoas, mas enfim eles vinham com um pouco mais de brutalidade, digamos assim, não tinha tanta sensibilidade.

O olhar de P12 sobre seu professor homem de ballet clássico pode nos levar a refletir sobre a perspectiva da masculinidade imposta ao ballet. Nela, masculinidade e brutalidade/violência misturam-se e uma indissociada expressão extremista do elemento masculino. No relato da entrevistada, nota-se que ao descrever o abuso verbal sofrido em sala de aula, o masculino é vinculado à expressão violenta da figura do docente, enquanto a sensibilidade fica a cargo de uma professora (feminino). Homem forte e mulher sensível, dicotomia semelhante à expressão de repertórios nos palcos. Winnicott (1960/2007) já nos mostrou que, ao encobrir quase por completo o verdadeiro *self*, o falso *self* falha na tentativa de se impor à personalidade, tornando o sujeito percebido como “alguém cindido”, separado. P12 nos exemplifica ao afirmar que “a gente tinha dois professores homens muito fortes [...] ótimas pessoas, mas enfim eles vinham com um pouco mais de brutalidade, digamos assim, não tinha tanta sensibilidade”. Ao se impor em um grau considerável para a ocultação da verdadeira forma subjetiva de ser homem desse professor, o falso *self* falha e é percebido como pouco integrado. Pois, os professores, na visão da entrevista, são *ótimas pessoas*, mas professores nada sensíveis, parece-nos duas



pessoas diferentes, uma tentativa falha da *falsa* versão de si mesmo em relação ao seu modo próprio de ser masculino.

Em sua forma saudável, mesmo que o ballet apresente um ideal de masculinidade aos homens no qual, em hipótese, são suprimidas as características ditas femininas, em termos de dinâmica psíquica e aspectos sociais, é possível que o professor possa cambiar os elementos masculinos e femininos de modo a articulá-los em sua docência e não suplantá-los, como aponta P15.

P15: [...] eu sou um rapaz, mas a maioria dos meus alunos são.....são meninas é.....eu vou usar é....movimentos fortes, mas também tem que ter delicados [...].

Para P15, é possível que o homem, consciente de sua condição masculina, lide com as parcelas constituintes de sua personalidade (verdadeiro e falso self, bissexualidade constitucional, ativo e passivo) e as tornam representadas no ballet pela força e delicadeza. Como nos mostra P15, não se trata de supervalorizar um ou outro aspecto, mas sim integrá-los. Em sua teorização, Freud (1925/2011) e Winnicott (1975) nos mostraram que o par de opostos se configuram como funcionamentos complementares, ou seja, os opostos e não se excluem, mas coexistem. Em outros termos, como nos mostra P15, o homem é ativo, mas também passivo, o homem se movimenta com virilidade e força, mas também com sensibilidade e feminilidade em uma integração saudável e criativa.

Por fim, um último requisito se faz necessário ser exposto em nossa investigação, embora não tenhamos a pretensão de esgotar as possíveis discussões que o material analisado nos possibilitaria, notamos que os lugares ocupados (o ambiente) pelos participantes da pesquisa, seja como bailarino (profissional) ou professor de ballet, de fato podem exercer pressão interna e externa para a manutenção e expressão tanto dos aspectos saudáveis do masculino e feminino quanto de seus extremos. Em hipótese, acreditamos que na condição de professor de dança clássica, diferentemente do bailarino de companhia, pode-se encontrar uma abertura mais significativa no que concerne à utilização dessas forças. Ao lecionar para uma classe com a primazia de alunos do sexo feminino, por exemplo, como afirmou P15, o professor se sente em um ambiente suficientemente bom capaz de favorecer a emergência tanto sua masculinidade quanto feminilidade.

Como no brincar, em termos winnicottianos, masculino e feminino dialogam em um espaço potencial que facilita a criação de um viés da masculinidade do professor não submetida à brutalidade e ao excesso pulsional ativo.

### **Aspectos sociais do homem no ballet: O preconceito vivenciado**

Como apresentamos em seções anteriores, na visão do imperador romano Cícero (século VI) “*Nemo fere saltta sobrius* – ou seja, o homem sóbrio não dança” (Bertoni, 1992, p. 47). A história da dança nos mostrou que, desde a era clássica, ao homem era vedada a prática da dança, pois afinal só dançaria aqueles que não estivessem em poder de sua completa consciência. Embora a afirmativa sobre o homem da dança date do século VI, encontramos, por meio do relato de P15, uma relação de preconceito parecida nos dias atuais. Mesmo que, atualmente, os homens que dançam não sejam considerados embriagados ou algo semelhante, sua presença na dança clássica ainda é alvo de estigmas, ofensas e afrontas contra sua sexualidade e masculinidade. Com isso, embora o homem do ballet se apresente com virilidade e aspectos ativos de sua masculinidade, sua participação nesta arte ainda é escassa e carrega consigo o preconceito social.

P15: Então, assim, a gente formando indivíduos que possam ser críticos na sociedade, que possam lutar contra o preconceito, por exemplo, que ainda existe, hoje nós temos muitos outros rapazes, mas ainda existe preconceito. Então, a construção desse ser humano mais fortalecido pra isso, para enfrentar na escola que “Sim! eu faço ballet ué, por que não?”.

Corroborando, em certo sentido, com os trabalhos de Leitão e Sousa (1995), Nascimento e Oehlschlaeger (2011) e Pereira e Volski (2013), os dados coletados na pesquisa demonstram a baixa procura dos homens e meninos pela dança clássica. Para Nascimento e Oehlschlaeger (2011), os homens procuram práticas artísticas em dança que não comprometam socialmente a estética de sua sexualidade heterossexual como, por exemplo, *hip hop* e *street dance*, mas também, talvez, além do desejo, pela facilidade de contornar algum tipo de preconceito em relação a sua presença na dança.

Diferentemente, no ballet clássico, evidencia-se, como nos mostra a P15, uma discriminação e preconceito, em âmbito social. Pressupostos sociais que visam desqualificar e menosprezar a expressão do masculino no ballet, colocando em questão sua sexualidade de modo pejorativo ou insuficiente. O dado relatado por P15 parte de sua própria história individual, mas de certo modo pode também estender-se para a experiência de outros homens na dança. É necessária a construção de uma pesquisa maior sobre a temática para se chegar a resultados que sejam possíveis de serem generalizados, mas estamos cientes que a necessidade não desqualifica o material aqui exposto.

O preconceito vivenciado pelo bailarino, em nossa perspectiva, relaciona-se com a visão de homem e masculinidade vigente. Em termos sociais, como nos mostrou o trabalho de Maciel-Junior (2006), tornar-se homem não é uma condição que repousa puramente em uma construção biológica, mas sim na elaboração de símbolos sociais e, acrescentamos, de aspectos inconscientes. Portanto, a conceituação de masculinidade está sujeita a uma complexa rede que abre caminhos para diversas condições de ser homem, diferentemente do ideal masculino que repousa em uma concepção puramente abstrata e, como todo o processo de idealização, pode se afastar significativamente da realidade vivenciada por cada sujeito.

O ideal de homem disseminado e identificado pela coletividade impõe-se como uma regra normatizadora das subjetividades masculinas. Neste sentido, embora o bailarino possa se apresentar de forma ativa, demonstrando força e virilidade, sua forma de masculino pode não ser concebida e aceita pelo estilo de homem vigente. Em tese, na noção de “masculinidade” proposta pela regra social, a força e virilidade evidenciam-se, via de regra, em lugares que expressam aspectos primitivos e pouco sublimados da sexualidade e agressividade (Nolasco, 2003). Portanto, a masculinidade do bailarino e do professor de ballet não estariam de acordo com as demandas reconhecidas para essa condição de homem sendo, portanto, rebaixadas a um estado intermediário entre o masculino e feminino, ou seja, pouco masculino e/ou afeminado, já que nesta perspectiva a condição de feminino também é insuficiente e deve se submeter ao masculino.

Por fim, em termos intrapsíquicos, Freud (1925/2011) nos mostrou que a maioria dos homens encontra-se muito distante do ideal de masculinidade, portanto como seria possível conceber uma masculinidade pura, única e sob o posto de ideal? Uma masculinidade pura que desconsidere a relação com o elemento feminino não passaria de um conceito abstrato, ideal inalcançável e fomentador de mal estar.

## **Considerações finais**

No ballet, como uma manifestação cultural artística da humanidade, sua construção está imersa em uma época contornada de costumes e valores que lhe eram significativos naquele período. A noção de masculino, nesse sentido, deu-se por meio dos conceitos culturais impostos no momento histórico, influenciando diretamente os papéis desempenhados por cada sexo nos palcos. Entretanto, a História avançou e se faz necessária uma abertura de perspectiva do ballet que leve em consideração as diversas formas de manifestação do masculino na atualidade e, com isso, as variadas formas de expressão da virilidade e da sensibilidade.

Embora tenhamos um ideal socialmente construído de masculino, somos perpassados por diversos elementos subjetivos e externos que dão contornos diversos para o ser homem. Ser homem, talvez, implique em uma possibilidade de expressão dentro das diversas masculinidades, na identificação sadia de suas várias faces, seja dentro ou fora da técnica clássica. Como qualquer processo de idealização, a masculinidade ideal pode se afastar da real condição dos masculinos produzindo, de modo a levar aqueles que dela não se aproximam, e que não possuam uma relevante ressignificação de sua própria masculinidade, a um processo de adoecimento emocional.

No que se refere ao ballet, embora a técnica clássica tenha sido produzida em um tempo específico, é necessário importá-la para a contemporaneidade. Neste movimento, procura-se atender a um perfil artístico mais próximo do contexto atual em que o ballet está sendo praticado. A técnica, por si só, refere-se a um conjunto de exercícios clássicos que dão face à estética da arte. As construções posteriores que se sucedem, como a elaboração dos personagens e papéis sociais, são influenciados pela era e cultura em que o ballet é dançado. Neste sentido, na atualidade, não encontramos apenas homens fortes, mas

homens e mulheres fortes, ou mesmo só mulheres delicadas, mas homens e mulheres sensíveis e delicados. Afinal, como nos mostrou a psicanálise, masculino e feminino se fazem presentes desde a gênese do desenvolvimento humano. O masculino pode se expressar na atualidade via virilidade e força, mas também por meio da suavidade e leveza das sapatilhas de pontas, por exemplo, por que não? Quem diria se, nos enredos atuais, o homem fosse salvo por uma mulher e não apenas ao contrário. Como o próprio processo de humanidade, o ballet não precisa ser estático. A bela arte clássica ainda tem muito a criar, a dançar, a experimentar.

Por fim, sabemos que os dados e as inferências que expomos estão sujeitos a certos limitadores como, por exemplo, a dificuldade de generalizações quanto às descobertas do fenômeno masculinidade no âmbito do ballet clássico brasileiro. Estamos cientes de que partimos de experiências individuais que foram reunidas para a produção deste ensaio. Portanto, para ampliação da discussão é preciso a construção de uma pesquisa maior com o enfoque específico na temática. Nossa intenção, aqui, ao utilizar os dados secundários de nosso estudo, se configura a partir do caráter puramente provocativo. A regionalização é outro elemento limitante, pois pesquisas feitas em outras partes do país podem expor dados diferentes ou mesmo semelhantes.

## Referências

- Assis, M. D. P., & Saraiva, M. C. (2013). O Feminino e o Masculino da dança: Das origens do balé à contemporaneidade. *Revista Movimento*, 19(2), 303-323. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.29077>.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Portugal: EDIÇÕES 70.
- Bertoni, I. G. (1992). *Dança e a evolução: O Ballet e seu contexto teórico – Programação didática*. 1.ed. São Paulo: Tanz do Brasil.
- Beauvoir, S. (1967). *O Segundo Sexo: A experiência vivida*. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Botton, F. B. (2007). As masculinidades em questão: Uma perspectiva de construção teórica. *Revista Vernáculo*, 19(20), 109-120. <http://dx.doi.org/10.5380/rv.v1i19/20.20548>.

- Bourcier, P. (1987). *História da Dança no ocidente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brasil (2018). Ministério dos direitos humanos. *Violência LGBTQFóbicas no Brasil: dados da violência*. Brasília, DF, Brasil. Recuperado de [https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/MDH\\_violencia\\_2018.pdf](https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/MDH_violencia_2018.pdf).
- Caminada, E. (1999). *História da Dança: Evolução Cultural*. Rio de Janeiro: Sprint.
- Darwin, C. (2017). *A Origem das espécies: por meio da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida*. São Paulo: Lafonte. (Original publicado em 1859).
- Dutra, R. E. (2019). *Dança e psicanálise : um estudo sobre a criatividade em professores de ballet clássico* (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17–27. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>.
- Fontanella, B. J. B., Luchesi, B. M., Saidel, M. G. B., Turato, E. R., & Melo, D. G. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(2), 388-394. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2011000200020>.
- Fontanella, B. J. B. & Magdaleno Júnior, R. (2012). Saturação teórica em pesquisas qualitativas: Contribuições psicanalíticas. *Psicologia em Estudo*, 17(1), 3-71. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000100008>.
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Três Ensaios Sobre a teoria da Sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O Caso Dora”) e outros textos* (Vol. 6, pp. 121-142). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto Originalmente Publicado em 1905).
- Freud, S. (2016). A Organização genital infantil. In S. Freud, *O Eu e o ID, “Autobiografia” e Outros textos* (Vol. 16, pp. 168-175). São

- Paulo: Companhia das Letras. (Texto Originalmente Publicado em 1923).
- Freud, S. (2016). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In S. Freud, (Vol. 16, pp. 283-299). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto Originalmente Publicado em 1925).
- Freud, S. (2016). A dissolução do Complexo de Édipo . In S. Freud, *O Eu e o Id, "Autobiografia" e Outros textos* (Vol. 16, pp. 203-213). São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 203-213. (Texto Originalmente Publicado em 1924).
- Freud, S. (2011). "Psicanálise" e "Teoria da Libido" [Dois Verbetes para um dicionário de Sexologia]. In S. Freud, *Psicologia das Massas e análise do eu e outros textos* (Vol. 15, pp. 273-308). São Paulo: Companhia das Letras. (Texto Originalmente Publicado em 1923).
- Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). *Método de pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Gil, A. C. (2008). *Método e Técnicas de Pesquisa Social* (6.ed). São Paulo: Editora Atlas.
- Leitão, F. C. do V. & Sousa, I. S. (1995). O Homem que dança. *Revista Motrivivência*, 20, 250-259, Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/issue/view/175/showToc>.
- Maciel-Junior, P. A. (2006). *Tornar-se Homem: O projeto masculino na perspectiva do gênero* (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Mendes, M. G. (1985). *A Dança* (1.ed). São Paulo: Ática.
- Minayo, M. C. de S. (2002). Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa Social. In S. F. Deslandes, O. Cruz Neto, R. Gomes & M. C. de S. Minayo (Orgs.), *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade* (21.ed, pp. 9-30). Petrópolis: Vozes.
- Nascimento, D. E., Nascimento, F. M. & Oehlschlaeger, M. H. K. (2011). O homem na dança: um estudo comparativo do sexo masculino

nos meios formais e não formais de ensino na cidade de Pelotas, RS. *Revista EFDeportes (Buenos Aires)*, 155(16), 1-10. Recuperado de <http://www.efdeportes.com/efd155/o-homem-na-danca-um-estudo-comparativo.htm>.

Nolasco, S. (2003). Marc Lépine: Violência e Masculinidade no contemporâneo. *Revista Interfaces Brasil/Canadá*. 1(3), 29-43. <http://Dx.Doi.Org/10.15210/Interfaces.V3i1.6392>.

Oliveira, P. P. (2004). *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Ossona, P. (1988) *A educação pela dança*. São Paulo: Summus.

Pereira, N. D. S., Volski, V. (2013). O preconceito e o Homem que Dança: Uma reflexão nas aulas de Educação Física. In. Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). *Caderno PDE: Os Desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor de PDE*. Curitiba: SEED/PR. Recuperado de [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_unicentro\\_edfis\\_artigo\\_nelza\\_dal\\_santo.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unicentro_edfis_artigo_nelza_dal_santo.pdf).

Rafael, M. C., Toledo, C. A. A. (2012). A dança na sociedade de corte: Contribuições de Norbert Elias. *Anais do XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores: Civilidade, Fronteira e Diversidade*, Dourados, MS, Brasil. Recuperado de [http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao Oral/Trabalhos Completos/Mara Rafael e Cezar Alencar.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao%20Oral/Trabalhos%20Completos/Mara_Rafael_e_Cezar_Alencar.pdf)

Ramos, E. (2012). Coreografia, figurino, técnica a relação necessária para o sucesso na dança. *Anais do VII Congresso da ABRACE*, 13(1), Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abraces/article/view/2514>.

Safra, G. (2009). Os Registros do masculino e do feminino na constituição do *Self*. *Jornal de Psicanálise*. 42(76), 77-89. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352009000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352009000100006).



- Silva, D. Q. (2013). A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico. *Estudos de Psicanálise*, 39, 37-46. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n39/n39a04.pdf>.
- Silva, T. M. T. (2012). Dança, Gênero e Educação: professores bailarinos. *Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas*. Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de <http://www.anpuh-sc.org.br/encontro2012/uploads/simposio-06-trabalho-19.pdf>.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado de metodologia da pesquisa Clínico-Qualitativa: Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes.
- Winnicott, D. W. (1975). A criatividade e suas origens. In D. W. Winnicott, *O Brincar e a Realidade* (pp. 79-94). Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Winnicott, D. W. (2007). Distorções do ego em termos de falso e verdadeiro “self”. In: D.W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre o desenvolvimento da teoria emocional* (pp. 128-139). Porto Alegre: Artmed. (Texto originalmente publicado em 1960).

# Contribuições da teoria da autodeterminação para a motivação no contexto educacional

---

Fabiana Nunes do Amarante Grigio  
Katya Luciane de Oliveira  
José Aloyseo Bzuneck

## Introdução

As teorias da motivação têm como perspectiva explicar o que impulsiona e direciona o comportamento humano. Ao longo da história, as teorias sobre a motivação tentaram prever o aprendizado, o desempenho e a mudança de comportamento estudando o conceito de motivação em termos de quantidade, desempenho ou força. Os estudos do comportamento estavam focados em entender como os fatores externos podiam controlar os comportamentos das pessoas. Mais tarde, com o advento das teorias cognitivas, o foco do estudo da motivação nos contextos educativos se volta particularmente aos processos cognitivos (Ryan & Deci, 2017, 2019).

Entre as diversas teorias da motivação já desenvolvidas para esses contextos (ver, por ex., Wigfield; Koenka, 2020) a Teoria da Autodeterminação (TAD) ou *Self-Determination Theory* (SDT) tem-se mostrado bastante eficaz na explicação dos fenômenos motivacionais relacionados à educação. A TAD aborda o estudo da motivação e da personalidade e considera os recursos pessoais e o meio social importantes para o desenvolvimento da personalidade e para a promoção da autorregulação do comportamento (Beluce, Oliveira, & Bzuneck, 2019).

Considerando a importância da motivação para a aprendizagem, desempenho e bem-estar do estudante, faz-se necessário realizar uma incursão na teoria da autodeterminação. Dessa forma, neste texto buscou-se apresentar as contribuições dessa teoria para o contexto da educação. Nas próximas sessões são expostos brevemente os pressupostos dessa teoria, suas contribuições para o contexto da educação e, por fim, ações que a serem desenvolvidas para promover ou facilitar a motivação autodeterminada e, conseqüentemente, melhorar a aprendizagem, desempenho e bem-estar psicológico do estudante.

## **Teoria da Autodeterminação**

A TAD é uma macro teoria de abordagem dialética entre o organismo ativo e o contexto social (Ryan & Deci, 2017; 2019). Seus autores partiram da distinção clássica entre motivação intrínseca e extrínseca. A motivação intrínseca é entendida como um tipo de motivação presente no indivíduo quando este executa uma atividade porque lhe interessa e proporciona prazer, sem influência de incentivos externos. Em outras palavras, a ação é exercida como um fim em si mesma. Por exemplo, uma pessoa que frequenta uma sauna pelo prazer de estar nela está intrinsecamente motivada. Já com motivação extrínseca, uma atividade é exercida por um motivo separado da própria atividade, como para receber uma recompensa ou evitar uma punição (Deci & Ryan, 1985; Ryan & Deci, 2000). Todavia, Ryan e Deci foram além dessa simples polarização de tipos motivacionais. Sob influência de autores como deCharms sobre causação pessoal e White sobre a necessidade inata de agir com competência, entre outros, Ryan e Deci elaboraram sua teoria mais ampla da motivação humana, do desenvolvimento da personalidade e do bem-estar.

Atualmente, devido a ampla participação de pesquisadores em todo o mundo, a TDA é reconhecida como uma teoria geral da motivação, da personalidade, do desenvolvimento e do bem-estar, com estudos desenvolvidos em várias áreas da psicologia, que vão da neurociência à psicologia social; é amplamente aplicada em vários contextos, tais como o de saúde, familiares, organizacionais, esportivos e educacionais. Centenas de estudos têm dado apoio à teoria, comprovando reiteradamente seu valor prático (Ryan & Deci, 2019).

A TAD considera que as pessoas são curiosas, ativas e sociais e, portanto, organismos vivos com tendências para o crescimento. Essas tendências requerem sustentação contínua do contexto social (Ryan & Deci, 2017). Além disso, como contribuição única, nessa teoria seus autores defendem que os seres humanos possuem necessidades psicológicas básicas de autonomia, competência e relacionamento, cuja satisfação por parte do ambiente proporcionará motivação e bem-estar (Ryan & Deci, 2017). Essa contribuição será melhor desenvolvida

na sessão das miniteorias. Por fim, como última característica, a TAD preocupa-se, também, com a identificação de fatores que promovem ou comprometem os potenciais humanos positivos, a motivação e o bem-estar. Esses mesmos fatores contribuem não apenas para o conhecimento formal das causas do comportamento dos seres humanos, mas também para o arranjo de ambientes sociais que otimizem o desenvolvimento, desempenho e bem-estar das pessoas (Ryan & Deci, 2000; Rufini, Bzuneck, & Oliveira, 2012).

Os estudos realizados ao longo de quatro décadas, a partir dos pressupostos básicos da TAD, levaram seus autores a desenvolverem seis miniteorias que se complementam e que correspondem a diferentes aspectos da motivação e integração psicológica. São elas: Teoria da Avaliação Cognitiva, Teoria da Integração Organísmica, Teoria das Orientações de Causalidade, Teoria das Necessidades Básicas, Teoria do Conteúdo de Metas Motivacionais e Teoria da Motivação nos Relacionamentos. Juntas, as seis miniteorias compõem as proposições formais da macroteoria da autodeterminação (Ryan & Deci, 2017, 2019). A seguir, essas miniteorias serão apresentadas brevemente, na mesma ordem seguida pelos próprios autores (Ryan & Deci, 2017).

### **As Seis Miniteorias da Teoria da Autodeterminação**

Partindo inicialmente da exploração empírica do conhecimento sobre a motivação intrínseca, Deci e Ryan (1980) criaram a primeira miniteoria, chamada de Teoria da avaliação cognitiva (*Cognitive evaluation theory* - CET). Essa miniteoria se concentra em revelar os processos pelos quais o ambiente social pode facilitar ou dificultar a motivação intrínseca, de forma a melhorar ou prejudicar a qualidade do desempenho e do bem-estar. De acordo com a CET, as contribuições sociais que apoiam a autonomia e competência percebidas, podem contribuir para aumentar a motivação intrínseca. Dar *feedbacks* positivos ou buscar entender o ponto de vista da pessoa são exemplos de apoio a autonomia. Por outro lado, recompensas tangíveis, assim como ameaças, pressões quanto a prazos e avaliações, metas impostas e diretrizes a serem seguidas, diminuem a motivação intrínseca (Ryan & Deci, 2000, 2017, 2019).

Na busca pela compreensão da motivação para comportamentos que não são motivados intrinsecamente, os autores desenvolveram a Teoria de integração organísmica (*Organismic integration theory* - OIT), na qual é revelado um amplo espectro de modalidades motivacionais, além da motivação intrínseca e da extrínseca, e que se distribuem num continuum. Aí, por primeiro, é considerado o caso de desmotivação, que se caracteriza por total falta de intenção de agir e de autodeterminação. Em seguida, no mesmo continuum aparecem quatro formas de motivação extrínseca e aí reside uma nova perspectiva sobre ela. Na primeira forma de motivação extrínseca, por regulação externa, a pessoa age para atender a demandas externas, como para obter uma recompensa, ou evitar punições. Por exemplo, quando uma criança estuda só para obter boas notas. O segundo tipo é por regulação introjetada, em que o indivíduo age por pressões internas, por exemplo, com o objetivo de agradar a alguém ou para evitar a culpa ou ansiedade. Essas duas primeiras formas de motivação extrínseca, por regulação externa ou introjetada, formam a motivação controlada (Ryan & Deci, 2000), um conceito amplamente usado em pesquisas.

A terceira modalidade de motivação extrínseca é por regulação identificada, que consiste numa forma mais autônoma ou autodeterminada da motivação extrínseca, por envolver uma valorização consciente das exigências externas, ou seja, a pessoa terá internalizado valores sociais associados à ação e se identifica com eles. Neste caso, um aluno se dedica aos estudos porque valoriza internamente essa atividade. O quarto tipo de motivação extrínseca é por regulação integrada, que ocorre quando o valor do comportamento já é parte dos valores do próprio indivíduo, de seu self. Por fim, no extremo do continuum da autorregulação situa-se a motivação intrínseca, em que a pessoa age com total autonomia, por interesse pessoal, por prazer, e a atividade é vista como um fim em si mesmo. Ryan e Deci (2017) denominaram motivação autônoma a combinação de motivação intrínseca com as duas formas mais autodeterminadas de motivação extrínseca – a identificada e a integrada. Um aluno (ou, no caso, um professor) terá motivação de alta qualidade com a motivação autônoma, isto é, associada a níveis ótimos de funcionamento, pelas regulações intrínsecas, integradas e identificadas. Por outro lado, com motivação controlada, sua

motivação será de qualidade pobre, por estar associada com índices negativos de funcionamento e baseada em regulações externas e introjetadas.

A terceira miniteoria é chamada de Teoria da orientação de causalidade (*Causality orientations theory* – COT), a qual descreve o padrão de motivação e comportamento de um indivíduo. De acordo com essa miniteoria, são distinguidos diferentes tipos de orientações motivacionais ou orientações causais na motivação extrínseca, as quais se referem às maneiras pelas quais as pessoas explicam seu próprio comportamento em termos de causalidade. Os autores dessa teoria propuseram três orientações causais, que são: orientação autônoma, orientação de controle e orientação impessoal. Cada orientação corresponde a um locus de causalidade, o qual se refere à origem percebida do comportamento e se relaciona às razões pelas quais uma pessoa se comporta de determinada maneira. A orientação para a autonomia implica em maior intencionalidade na iniciação e regulação do próprio comportamento e está associada a um locus interno de causalidade e mais próximo à motivação intrínseca. Na orientação controlada o comportamento é organizado em torno de controles presentes no ambiente, portanto está relacionada a um locus externo de causalidade e motivação extrínseca. A orientação impessoal está associada à falta de controle sobre a causalidade, o que leva à falta de motivação (Ryan & Deci, 2017).

A quarta miniteoria é a Teoria das necessidades básicas (*Basic psychological needs theory* - BPNT) que diz respeito à natureza do bem-estar humano. O ponto central dessa miniteoria é a proposta de que existem três necessidades psicológicas fundamentais, que são: de autonomia, de competência e de pertencimento. A satisfação dessas necessidades promove a motivação autônoma, a saúde e bem-estar psicológico. Ao contrário, quando são frustradas levam à desmotivação, ao sofrimento e psicopatologias. Além de proporcionar saúde e aumentar o bem-estar, a satisfação dessas necessidades também afeta os resultados de desempenho do estudante, promovendo o desenvolvimento em uma série de indicadores cognitivos, pessoais e sociais (Ryan & Deci, 2020).

Autonomia refere-se à necessidade de sentir que está realizando uma tarefa por escolha própria, sem ser forçado ou coagido de alguma forma. Quando satisfeita essa necessidade, o indivíduo

experimenta um senso de integridade e eleva sua motivação para realizar determinado comportamento, quando frustrada, o indivíduo experimenta uma sensação de pressão e conflito, como a sensação de ser empurrado em uma direção indesejada (Ryan & Deci, 2017; Vansteenkiste et al., 2020).

A necessidade de competência refere-se à experiência da pessoa sentir que é capaz de aprender ou realizar uma determinada tarefa ou atividade. Essa necessidade é satisfeita quando o indivíduo se engaja em atividades e experimenta oportunidades para usar e ampliar suas habilidades e conhecimentos. Quando essa necessidade é frustrada, o indivíduo experimenta uma sensação indesejada de ineficácia ou mesmo de fracasso e/ou desamparo (Ryan & Deci, 2017; Vansteenkiste et al., 2020).

O pertencimento ou necessidade de relacionamento refere-se à necessidade de sentir uma conexão ou um sentimento de pertencimento. Essa necessidade é satisfeita quando o indivíduo se conecta e se sente importante para outras pessoas em um determinado grupo. A frustração dessa necessidade vem com uma sensação de alienação social, exclusão e solidão (Ryan & Deci, 2017; Vansteenkiste et al., 2020).

A quinta miniteoria é a Teoria do conteúdo de metas motivacionais (*Goal content theory* - GCT), na qual os autores consideram o conteúdo dos objetivos de vida das pessoas. As metas motivacionais dizem respeito aos objetivos e aspirações que afetam a vida das pessoas e às relações desses objetivos e aspirações com as necessidades básicas de satisfação, motivação e bem-estar (Ryan & Deci, 2017).

Por fim, a sexta e última miniteoria é a Teoria da motivação nos relacionamentos (*Relationships Motivation Theory* - RMT). Essa teoria sugere que relacionamentos de qualidade na idade adulta envolvem autonomia recíproca e que a satisfação da necessidade de autonomia é tão importante quanto a satisfação do próprio relacionamento (Ryan & Deci, 2017).

Ao longo das últimas quatro décadas foram desenvolvidos estudos que forneceram evidências e contribuições da teoria da autodeterminação para diversas áreas, tais como de saúde, empresarial e educacional. No tópico a seguir, será apresentada uma amostra de

estudos inspirados na teoria da autodeterminação para o contexto da educação. Face ao exposto no arcabouço teórico apresentado é necessário enfatizar que a TAD está particularmente focada nos fatores que facilitam tanto o aprendizado quanto o desenvolvimento psicológico e bem-estar dos alunos, contribuindo dessa forma para o seu desempenho acadêmico (Ryan & Deci, 2017).

### **Estudos à luz da teoria da autodeterminação para a motivação no contexto da educação**

Hardre e Reeve (2003), num estudo com alunos do ensino médio em uma escola rural nos Estados Unidos, descobriram que a prestação de apoios à autonomia dos alunos na escola teve valor de predição para a sua motivação autorregulada e para autopercepções de competência. Essa modalidade motivacional, por sua vez, teve valor de predição sobre a intenção dos estudantes de continuar na escola, não evadir, e isso de modo independente de seus desempenhos.

Ratelle et al. (2007) avaliaram a motivação acadêmica em duas grandes amostras de estudantes do último ano do ensino médio no Canadá. Além de outras medidas, foi utilizada uma escala que compreendia as categorias do *continuum* da autorregulação, desde desmotivação até motivação intrínseca. Para as análises, porém, foram consideradas as categorias abrangentes de motivação autônoma e controlada. Nos dois estudos de Ratelle et al., com diferentes amostras, usando a abordagem centrada na pessoa, os autores identificaram três grupos distintos de alunos com seus perfis motivacionais: (a) de alunos com altos escores em motivação controlada e desmotivação junto com baixos níveis de motivação autônoma, (b) com altos níveis de motivação autônoma e controlada, porém baixos em desmotivação, revelado por cerca de um terço de cada uma das amostras; e (c) com níveis moderados de motivação autônoma e controlada, junto com baixos níveis de desmotivação. Não foi encontrado um perfil de alunos com altos escores apenas em motivação autônoma. O principal resultado foi que os alunos com altos níveis de motivação autônoma e controlada revelaram também índices mais elevados de ajustamento acadêmico, que compreende maior satisfação na escola, probabilidade mais alta de continuar os estudos, menor distração e mais baixa ansiedade. Para os autores da pesquisa, os dados sugerem que alunos



com altos escores em motivação autônoma têm a melhor qualidade motivacional tal que chega a diminuir o impacto de fatores controladores como competição e recompensas externas que estejam em jogo.

Em uma série de quatro estudos sistematizados, realizados por Taylor et al. (2014) foi possível verificar as contribuições da teoria da autodeterminação para o entendimento das relações entre motivação e desempenho acadêmico geral. O primeiro estudo consistiu em uma meta-análise de pesquisas anteriores, cujos resultados apontaram para o importante papel da motivação intrínseca na previsão do desempenho escolar. Os outros três estudos empíricos foram realizados com estudantes do ensino médio e universitário do Canadá e Suécia. Os resultados mostraram que a motivação intrínseca foi o único tipo de motivação consistente e positivamente associado ao desempenho acadêmico, durante o período de um ano. Além disso, em dois desses estudos empíricos, os autores encontraram associação significativa entre a desmotivação e menor desempenho acadêmico.

Em seu estudo com uma amostra de alunos ingleses do 5º e 6º anos do ensino fundamental, Malmberg et al., (2015), com o referencial da Teoria da Integração Organísmica de Ryan e Deci (2000), examinaram relações entre motivação autônoma e controlada no cumprimento de tarefas e em disciplinas diferentes. Um primeiro dado revelado na pesquisa foi que motivação autônoma e controlada se relacionam positivamente e podem coexistir num mesmo aluno. Os autores avaliaram a motivação controlada dos alunos não em função de recompensas ou punições, mas apenas pelas percepções dos alunos de que seus professores cobravam o cumprimento das tarefas, mas também davam apoio. Eles também buscaram verificar se os alunos mudam de um tipo para outro de motivação em função do professor da disciplina ou do tipo de tarefa. O resultado foi que a motivação autônoma variou entre os alunos em função da classe e do professor. Por exemplo, em classes mais numerosas, os professores tendiam a dar menos apoio à autonomia do que em classes menos numerosas, o que era percebido pelos alunos, influenciando sua qualidade motivacional. Surgiram diferenças na motivação em função do desempenho anterior do aluno, que teve reflexos na interpretação do clima de classe como mais ou menos controlador e nas ações dos professores. Nesse sentido, alunos de baixo rendimento revelaram diferenças no tipo de

motivação em comparação com os de alto rendimento. Entre os de baixo rendimento, a motivação para agradar o professor ou por outras razões extrínsecas teve efeito facilitador para a satisfação nas tarefas, que é indicadora de motivação intrínseca. Já para os alunos de alto rendimento, os motivadores extrínsecos não fizeram diferença para a satisfação e autodeterminação. Os alunos de melhor rendimento já teriam interiorizado as expectativas e valores relativos à aprendizagem escolar. Em consequência, engajam-se nas tarefas, mesmo que não sintam satisfação. A motivação controlada não contribuiu para alimentar a motivação autônoma.

Em estudo com adolescentes da Áustria, com idades variando de 11 a 16 anos, Gnamb e Hanfstingl (2016) examinaram como a falta de satisfação das três necessidades psicológicas básicas tiveram influência da motivação intrínseca ao longo de um ano letivo. Como principal resultado, corroborando com outros estudos citados pelos autores, na presente amostra a motivação intrínseca realmente declinou ao longo daquele ano. Esse declínio foi relacionado com a falta de satisfação das três necessidades psicológicas preconizadas pela TAD. O tratamento estatístico demonstrou que, quando eram satisfeitas as necessidades psicológicas, não ocorreu tal declínio da motivação intrínseca, que se manteve estável, nem se elevou. Já entre as outras categorias motivacionais constantes no continuum da autorregulação, também avaliadas na amostra de adolescentes, a motivação extrínseca permaneceu estável ao longo do tempo, enquanto a motivação identificada e a introjetada tiveram pequenas quedas. Todavia, essas últimas mudanças não estavam associadas a mudanças na satisfação das necessidades. Os autores concluíram que, com base nos resultados com aquela amostra, a satisfação das necessidades é crucial para a motivação intrínseca, não para as formas menos autodeterminadas de motivação. Esses resultados reforçam a importância do comportamento dos professores na escola. Se conseguirem atender adequadamente às necessidades de competência, autonomia e vínculo dos alunos, a motivação intrínseca poderá ser mantida adequadamente durante toda a carreira escolar dos alunos. Na mesma linha, Bartholomew et al. (2017), em seu estudo de acompanhamento de estudantes do ensino médio na Grécia ao longo de um ano inteiro, relataram que a variação de semestre a semestre na frustração das três necessidades básicas esteve positivamente

associada a níveis de desmotivação e de motivação controlada entre os estudantes, ao mesmo tempo em que se relacionou negativamente com motivação autônoma.

Em pesquisa realizada com estudantes universitários na Itália, Manganeli et al. (2019) concluíram que a motivação autônoma teve impacto indireto sobre o desempenho acadêmico, com a mediação da estratégia de pensamento crítico. Já a motivação controlada afetou negativamente e de modo direto o desempenho.

No âmbito nacional, temos os estudos de Clement, Custódio e Alves Filho (2013) e Barbosa et al. (2019). Clement, Custódio e Alves Filho (2013) aplicaram a Escala de Motivação: Atividades Didáticas de Física (EMADF), elaborada com base na teoria da autodeterminação em uma amostra de estudantes catarinenses do ensino médio. Foram realizadas análises comparativas entre os tipos de motivação e as variáveis: gênero, séries e localidade e constataram que a motivação autônoma das meninas é maior que a dos meninos que, por sua vez, apresentaram maiores médias nos tipos de motivação controlada e na desmotivação. Evidenciou-se uma pequena redução em todos os tipos de motivação ao longo das três séries. No Rio Grande do Sul, Barbosa et al. (2019) realizaram estudo com adolescentes de escolas públicas e privadas e examinaram a relação entre a satisfação das necessidades psicológicas básicas com tipos de motivação autodeterminada em relação às práticas esportivas. Ao aplicarem a análise de sendas, os autores descobriram que, naquela amostra, a percepção de atendimento das necessidades psicológicas básicas tinha valor de explicação dos níveis mais autônomos de autodeterminação – motivação intrínseca e motivação identificada. E, por outro lado, pela mesma análise, explicava negativamente a regulação externa e a desmotivação. É um dado que corrobora os pressupostos da Teoria da Integração Organísmica de Ryan e Deci (2017). Além disso, os níveis de autodeterminação foram capazes de prever uma consequência avaliada, que era a intenção de manutenção da atividade esportiva.

Com base nesses resultados de estudos inspirados na teoria da autodeterminação para a aprendizagem, pode-se concluir que existem tipos motivacionais diferentes, em termos de razões que explicam o envolvimento também diferenciado de estudantes nas aprendizagens. Além disso, ficou bem documentado que o apoio às necessidades psicológicas básicas tem papel crucial no desenvolvimento da

motivação autodeterminada. A conclusão é de que, nos ambientes educacionais, determinadas ações docentes sejam colocadas em prática com esse objetivo. No tópico a seguir, serão apresentadas algumas linhas de ações docentes a serem aplicadas com a finalidade de promover a motivação autodeterminada dos estudantes.

### **Ações a serem executadas para a promoção da motivação autônoma**

Os estados motivacionais podem ser promovidos ou dificultados por pessoas significativas nos ambientes, pais e educadores, no caso das crianças, adolescentes e jovens. É previsível que crianças que recebem menos apoio às necessidades psicológicas básicas de autonomia, competência e relacionamento tanto em casa como na escola exibam mais tarde, menos motivação intrínseca e menor internalização autônoma dos valores dos pais, além de apresentarem maior distanciamento dos pais e mais atitudes e comportamentos antissociais (Ryan & Deci, 2017).

Além disso, assim como o apoio às necessidades psicológicas básicas oferecidas pelos pais afetam a motivação e desenvolvimento dos filhos, a TAD defende que o apoio às necessidades psicológicas nas escolas, especificamente nas salas de aula, afeta os resultados de desempenho e bem-estar dos estudantes. Tanto a autoconfiança quanto a autoestima e a saúde mental dos estudantes são profundamente afetadas pelo apoio ou frustração das necessidades psicológicas básicas em ambientes escolares (Ryan & Deci, 2020). Quando os professores e administradores escolares apoiam as necessidades de competência e autonomia dos alunos, os alunos revelam maior motivação autônoma e maior competência percebida para realizar as atividades escolares. Essas experiências motivacionais proporcionam ao estudante mais engajamento, melhor compreensão conceitual, melhor desempenho efetivo e maior bem-estar psicológico (Hardre & Reeve, 2003; Ryan & Deci, 2017).

Sob uma ótica prática, o apoio às necessidades psicológicas básicas dos alunos pode ser realizado de forma simples em sala de aula. O professor apoiador proporciona um clima psicológico que apoia a autonomia dos alunos (Bzuneck, 2004; Hardre & Reeve, 2003). Entre as ações que um professor apoiador pode realizar, podem ser lembradas

por exemplo a de compreender e relacionar-se com os alunos a partir das perspectivas do aluno; oferecer oportunidade para tomarem iniciativas em relação à própria aprendizagem; buscar informações relevantes para os interesses e atribuições dos alunos; oferecer escolha e opções, incentivando os alunos a assumirem a responsabilidade de conduzir os processos de sua aprendizagem; pode ainda fornecer aos alunos informações e justificativas em relação as suas solicitações e exigências. O contrário disso seria o posicionamento do professor controlador, o qual se relaciona a partir apenas de sua própria perspectiva, e não da perspectiva do aluno (Ryan & Deci, 2017, 2020).

Reeve e Jang (2006) identificaram oito comportamentos de professores que são apoiadores da autonomia e seis comportamentos de professores que são controladores. Os comportamentos apoiadores foram positivamente correlacionados com a motivação autônoma dos alunos e são: a) ouvir os alunos; b) organizar o tempo para o trabalho independente dos alunos; c) dar aos alunos a oportunidade de falar; d) reconhecer sinais de melhoria e domínio no aluno; e) incentivar o esforço dos alunos; f) oferecer dicas de progresso quando os alunos estiverem travados; g) responder aos comentários e perguntas dos alunos; h) reconhecer as experiências e perspectivas dos alunos. Por outro lado, os comportamentos controladores foram negativamente correlacionados com a motivação autônoma dos alunos e são: a) monopolizar os materiais de aprendizagem; b) fornecer soluções para problemas antes que os alunos tivessem tempo para trabalhar de forma independente; c) dizer aos alunos respostas sem dar-lhes a oportunidade de formulá-las; d) fazer diretivas; e) usar palavras de controle como "deveria" e "tenha que"; f) usar perguntas direcionadas como forma de controlar o fluxo da conversa.

No entanto, para que o professor tenha a postura de um professor apoiador é necessário que outra ação seja implementada: o apoio, pela instituição de ensino, às necessidades psicológicas básicas do próprio professor, principalmente a necessidade de autonomia e competência. Professores competentes e autônomos têm mais probabilidade de promover positivamente a motivação autônoma dos alunos e conseqüentemente a aprendizagem (Hardre & Reeve, 2003).

Quando o professor tem sua autonomia e competência apoiadas pela gestão, tende a desenvolver um clima psicológico mais favorável para os alunos em sala de aula. Por outro lado, se sofrer

pressão por desempenho ou falta de apoio administrativo, sua motivação tende a diminuir, afetando novamente o clima em sala de aula e prejudicando a motivação e aprendizagem dos alunos (Ryan & Deci, 2017). Com base em evidências obtidas, com estudantes do ensino médio nos Estados Unidos, Hardre e Reeve (2003) mostraram que a provisão de apoio à autonomia dentro das salas de aula predizia a motivação autodeterminada e a competência percebida dos alunos e, por sua vez, esses recursos motivacionais prediziam o desempenho acadêmico dos alunos e a intenção de persistir ao invés de abandonar os estudos.

A falta de apoio à autonomia dos professores prejudica a atuação destes em sala de aula, fazendo com que se comportem de forma mais controladora com os alunos (Ryan & Deci, 2017). Reeve e Tseng (2011) realizaram estudo comparando três grupos de alunos do ensino superior. Os autores descobriram que o grupo de alunos expostos a professores controladores apresentava níveis de cortisol mais altos quando comparados com o grupo de alunos em condição neutra. Por outro lado, alunos expostos a professores que apoiavam a autonomia tinham níveis de cortisol mais baixos quando comparados ao grupo de alunos em condição neutra. Ou seja, os alunos mostravam um nível de estresse mais alto quando estavam com professores controladores, ao passo que esse estresse diminuía quando estavam com professores apoiadores.

O conjunto de evidências apresentados anteriormente confirmam a eficácia do apoio às necessidades psicológicas básicas, tanto de alunos quanto de professores, para o desenvolvimento da motivação autodeterminada em ambientes de escolares. No primeiro caso, pais, educadores e instituição de ensino têm um importante papel a desenvolver junto aos filhos e alunos. No segundo caso, cabe às instituições de ensino, representadas por suas administrações, o apoio às necessidades psicológicas básicas dos professores. De acordo com a teoria da autodeterminação (Ryan & Deci, 2017), ter professores experimentando a satisfação das necessidades e motivados de forma autônoma para ensinar, e alunos experimentando a satisfação das necessidades e motivados de forma autônoma para aprender é a situação ideal nas salas de aula.

## Considerações finais

Ao longo de quatro décadas, a teoria da autodeterminação (TAD) tem-se desenvolvido e contribuído para uma melhor compreensão dos estados motivacionais em vários contextos em que foi aplicada. No presente texto buscou-se demonstrar as contribuições da TAD no contexto da educação. A aplicação dos princípios da TAD à educação tem como principal foco apoiar a satisfação das necessidades psicológicas básicas de professores e alunos, de forma a promover a motivação autônoma, a qual é responsável por uma série de benefícios. As principais contribuições da teoria da autodeterminação no contexto da educação tem sido o crescimento psicológico e bem-estar de estudantes, além da promoção da aprendizagem autodeterminada e melhor desempenho geral.

Em síntese, a teoria se destaca como um arcabouço teórico robusto capaz de trazer possibilidades reflexivas e potencialidades interventivas no contexto da aprendizagem. O presente capítulo pretendeu apresentar aspectos teóricos da TAD, bem como demonstrar algumas consequências para a prática. Caberia ainda explorar as possibilidades de intervenções junto a aluno de risco motivacional. Uma vez que a TAD contém amplas indicações para a compreensão e promoção da motivação para aprender.

## Referências

- Barbosa, M. L. L., Balbinotti, M. A. A., Saldanha, R. P., P. Diehl, A. B. R., Balbinotti, C.A.A. (2019). Validade do Modelo Hierárquico da Motivação Intrínseca e Extrínseca no Esporte Escolar. *Psico-USF, Bragança Paulista*, 24(3), 529–540. <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240310>
- Bartholomew, K. J., Ntoumanis, N., Mouratidis, A., Katartzi, E., Thogersen-Ntoumani, C., & Vlachopoulos, S. (2017). Beware of your teaching style: A school-yearlong investigation of controlling teaching and student motivational experiences. *Learning and Instruction*, 53, 50–63. <https://doi.org/10.1016/j.learninstruc.2017.07.006>
- Beluce, A. C., Oliveira, K. L. de, & Bzuneck, J. A. (2019). Tecnologias digitais e motivação para aprender: contribuições da teoria da

autodeterminação. *Psicologia para América Latina*, (31), 53-63. Recuperado em 11 de março de 2022, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2019000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2019000100006&lng=pt&tlng=pt).

Bzuneck, J. A. (2004). *A motivação do aluno: aspectos introdutórios*. In: E. Boruchovitch & J. Bzuneck. (Org.). *A motivação do aluno: contribuições da Psicologia contemporânea* (pp. 9-36). Petrópolis: Vozes.

Clement, L.; Custódio, J. F.; Filho, J. P. A. A. (2013). Qualidade da Motivação em Estudantes de Física do Ensino Médio. *Revista electrónica de Investigación en Educación en Ciencias*, 9(1), 84-95. <https://doi.org/10.1016/j.learninstruc.2017.07.006>

Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1980). The empirical exploration of intrinsic motivational processes. *Advances in Experimental Social Psychology*, 13(C), 39-80. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60130-6](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60130-6)

Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1985). Intrinsic Motivation and Self-Determination in Human Behavior. In *Intrinsic Motivation and Self-Determination in Human Behavior*. Springer US. <https://doi.org/10.1007/978-1-4899-2271-7>

Gnambs, T., & Hanfstingl, B. (2016). The decline of academic motivation during adolescence: An accelerated longitudinal cohort analysis on the effect of psychological need satisfaction. *Educational Psychology*, 36(9), 1691-1705. <https://doi.org/10.1080/01443410.2015.1113236>

Hardre, P. L., & Reeve, J. (2003). A motivational model of rural students' intentions to persist in, versus drop out of, high school. *Journal of Educational Psychology*, 95(2), 347-356. <https://doi.org/10.1037/0022-0663.95.2.347>

Malmberg, L. E., Pakarinen, E., Vasalampi, K., & Nurmi, J. E. (2015). Students' school performance, task-focus, and situation-specific motivation. *Learning and Instruction*, 39, 158-167. <http://dx.doi.org/10.1016/j.learninstruc.2015.05.005>

Manganelli, S., Cavicchiolo, E., Mallia, L., Biasi, V., Lucidi, F., & Alivernini, F. (2019). The interplay between self-determined



- motivation, self-regulated cognitive strategies, and prior achievement in predicting academic performance. *Educational Psychology*, 39(4), 470–488.  
<https://doi.org/10.1080/01443410.2019.1572104>
- Ratelle, C. F., Guay, F., Vallerand, R. J., Larose, S., Senécal, C. (2007). Autonomous, Controlled, and Amotivated Types of Academic Motivation: A Person-Oriented Analysis. *Journal of Educational Psychology*, 99(4), 734–746.  
<https://doi.org/10.1037/0022-0663.99.4.734>
- Reeve, J., & Jang, H. (2006). What teachers say and do to support students' autonomy during a learning activity. *Journal of Educational Psychology*, 98(1), 209–218.  
<https://doi.org/10.1037/0022-0663.98.1.209>
- Reeve, J., & Tseng, C. M. (2011). Cortisol reactivity to a teacher's motivating style: The biology of being controlled versus supporting autonomy. *Motivation and Emotion*, 35(1), 63–74.  
<https://doi.org/10.1007/S11031-011-9204-2>
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2000). Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. *American Psychologist*, 55(1), 68–78.  
<https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.1.68>
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2017). *Self-Determination Theory: Basic Psychological Needs in Motivation, Development, and Wellness*. Guilford Press. <https://doi.org/10.1521/978.14625/28806>
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2019). Brick by Brick: The Origins, Development, and Future of Self-Determination Theory. In A. J. Elliot (Ed.), *Advances in Motivation Science* (Vol. 6, pp. 111–156). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/bs.adms.2019.01.001>
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2020). Intrinsic and extrinsic motivation from a self-determination theory perspective: Definitions, theory, practices, and future directions. *Contemporary Educational Psychology*, 61, 101860.  
<https://doi.org/10.1016/j.cedpsych.2020.101860>
- Rufini, S. É., Bzuneck, J. A., & Oliveira, K. L. (2012). A qualidade da motivação em estudantes do ensino fundamental. *Paidéia*,

22(51), 53-62. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000100007>

Taylor, G., Jungert, T., Mageau, G. A., Schattke, K., Dedic, H., Rosenfield, S., & Koestner, R. (2014). A self-determination theory approach to predicting school achievement over time: the unique role of intrinsic motivation. *Contemporary Educational Psychology*, 39(4), 342–358. <https://doi.org/10.1016/j.cedpsych.2014.08.002>

Vansteenkiste, M., Ryan, R. M., & Soenens, B. (2020). Basic psychological need theory: Advancements, critical themes, and future directions. In *Motivation and Emotion* (Vol. 44, Issue 1, pp. 1–31). Springer. <https://doi.org/10.1007/s11031-019-09818-1>

Wigfield, A., & Koenka, A. C. Where do we go from here in academic motivation theory and research? Some reflections and recommendations for future work. *Contemporary Educational Psychology*, v. 61, April 2020. <https://doi.org/10.1016/j.cedpsych.2020.101872>

## **Dinâmica familiar e transmissão psíquica em homens ofensores sexuais**

---

**Maria Gabriela Montresol Sanches  
Maria Lúcia Mantovanelli Ortolan  
Sandra Aparecida Serra Zanetti  
Maíra Bonafé Sei**

Na contemporaneidade é crescente o número de denúncias de “crimes contra os costumes” – na verdade, intitulado desde 2009, após consolidação da Lei nº 12.015/2009, de “crimes contra a dignidade sexual” - que são os crimes contra a liberdade sexual (estupro, violação sexual mediante fraude, assédio sexual e atualmente inserido pela Lei nº 13.718/2018, o crime de importunação sexual) e os crimes sexuais contra vulneráveis (estupro de vulnerável, corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável e inserido em 2018 o crime de divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia).

O crime de estupro de vulnerável é cometido por todo aquele que tem conjunção carnal ou pratica outro ato libidinoso com um indivíduo menor de 14 anos (Bitencourt, 2012). Importante ressaltar que, tendo em vista que o Código Penal Brasileiro entende que os menores de 14 anos são vulneráveis por não terem o discernimento necessário para a prática de atos sexuais, a questão do consentimento da criança ou adolescente à prática do ato sexual e/ou libidinoso não é levado em consideração (Greco, 2016).

As consequências prejudiciais do estupro no desenvolvimento infantil já são sabidas (Gomes & Faria, 2018). Todavia, encontra-se, ainda, uma lacuna nos estudos a respeito dos significados de tais atos delituosos para os transgressores (Quintino & Beluco, 2016), pois a maioria dos estudos buscou ou os valores estatísticos relacionados aos crimes (Pincolini & Hutz, 2014), ou as representações sociais acerca dos ofensores (Pereira, 2017), persistindo, assim, uma lacuna científica sobre o fenômeno do abuso sexual infantil.

## **Funções Parentais e Transmissão Psíquica**

Sabe-se que os cuidados parentais são essencialmente importantes no desenvolvimento psíquico e mental do indivíduo. Aching (2013) afirma que, quando um bebê nasce, a mãe volta os cuidados exclusivamente para as necessidades do bebê, havendo aumento da sensibilidade e preocupação excessiva. O auxílio ao ego proporcionado pelo cuidado materno possibilita ao lactente seu desenvolvimento e inserção no mundo social, já que ele não é capaz de controlar o que ocorre no ambiente, por nascer dependente de sua mãe. O bebê recém-nascido e sua mãe juntos formam uma unidade, que aos poucos se separa e se diferencia. O cuidado materno “suficientemente bom” da criança em crescimento proporciona a integração do ego e o seu desenvolvimento. No desenvolvimento saudável, o id se torna aliado a serviço do ego, assim, o ego controla o id e as manifestações do id fortalecem o ego (Winnicott, 1960/1983).

O ego materno auxilia o ego do lactente neste processo, tornando-o forte e estável. O ego do bebê deve passar por uma separação mental da mãe para que haja diferenciação de self. No desenvolvimento normal, o bebê pode experimentar estados de não integração, porém, com a continuidade do cuidado materno, o bebê chega ao estado unitário, com individualidade própria (Winnicott, 1960/1983).

De acordo com Bastos (2016), pode-se observar que as experiências com as figuras familiares resultam para o sujeito concepções de dominação, poder e autoritarismo, podendo, também, desencadear relações futuras disfuncionais, apontamentos que fazem refletir acerca do desenvolvimento infantil dos ofensores sexuais. Em estudos na literatura internacional com ofensores sexuais, há a indicação de que estes também foram vítimas de violência sexual na infância (Esber, 2009). Finkelhor (1984) conceitua quatro pré-condições que estariam presentes na vida do sujeito que comete uma ofensa sexual infantil: motivação, superação das barreiras internas e externas e a possível resistência da vítima. Em relação à pré-condição de motivação, o autor interpreta o desejo de manter relações sexuais com uma criança como advindo, possivelmente, de uma reativação inconsciente de um trauma sexual infantil. Autores como Quintino e Beluco (2016) e Debona e Zampieri (2011), seguindo esta mesma indicação em suas pesquisas, referem-se a um círculo vicioso de

ofensor-ofensor, caracterizado como a possibilidade de uma vítima de ofensa sexual tornar-se também ela um ofensor sexual.

Ressalta-se aqui de que indicações do ciclo ofensor-ofensor não se refere a um determinismo social (Marra, 2016), ou seja, não se trata em afirmar que todas as pessoas que vivenciaram a violência sexual na infância são incapazes de formar relações de outras naturezas e, compulsoriamente, se tornarão ofensores sexuais. Sabe-se que uma ofensa sexual sofrida na infância e/ou na adolescência pode gerar uma baixa autoestima, interferindo no desenvolvimento das aptidões sociais e, por consequência, prejudicando o estabelecimento de relações saudáveis na vida adulta (Durrant & White (1993). Todavia, uma vez que o sujeito que vivenciou a violência sexual obtiver a oportunidade de elaborar este trauma, de maneira a não o manter sem transformação, considerando o material recalado e inconsciente, possibilitar-se-ia a sua recuperação frente à marca sexual traumática, não culminando, então, nos acting-outs (Werner, 2007).

O modo como a violência intrafamiliar tende a se repetir já foi amplamente estudado pela teoria psicanalítica acerca dos vínculos familiares, relacionando-se ao processo de transmissão de material psíquico de uma geração a outra, denominado de transmissão psíquica geracional. Para Kaës (2011), os processos de transmissão psíquica podem ocorrer de duas maneiras: com transformação, denominada de intergeracional, na qual o material psíquico transmitido à próxima geração pôde ser elaborado, trabalhado na fantasia, pela geração precedente; e sem transformação, denominada de transgeracional, quando o conteúdo transmitido atravessa as gerações de maneira inconsciente, sem deixar espaço para a transformação. Trata-se de material psíquico que não foi aceito, ou acolhido pelas gerações precedentes, como verdades escondidas, proibidas de serem ditas, episódios de violência, vergonha, humilhação, que se transformam em “não-ditos” e que precisam ser esquecidos.

A partir destes pressupostos, foi desenvolvida esta pesquisa, por meio de estudo de casos múltiplos, visando compreender a dinâmica familiar de sujeitos homens que cometeram violência sexual contra crianças. Buscou-se investigar, de forma exploratória, possíveis relações entre as experiências familiares e o crime cometido.

## **Metodologia**

A pesquisa pautou-se no método de estudo de casos múltiplos, a partir de uma abordagem psicanalítica (Guimarães & Bento, 2008). A escolha metodológica pelo estudo de caso, por meio das entrevistas semidirigidas, deu-se pelo fato de esta contempla a experiência de vida e a singularidade do sujeito entrevistado, tendo em vista a história escrita pelo pesquisador (Silva, 2013). Stake (1994) ressalta que a escrita da entrevista, pelo pesquisador, em forma de caso é o produto de uma tentativa deste de apresentar ao leitores os fragmentos e cenas escutadas e observadas a fim de que este possa conhecer a história do sujeito e que também possa senti-la como se as tivesse vivenciado.

## **Participantes**

Participaram dois sujeitos apenas que cometeram violência sexual contra crianças e adolescentes, escolhidos intencionalmente. Por se tratar de uma população restrita, tomou-se o cuidado de selecionar intencionalmente a amostra de participantes que já tivessem uma relação previamente construída com a pesquisadora, decorrente de um trabalho de extensão prévio, vínculo esse considerado necessário para a exposição das informações solicitadas pelo roteiro de entrevista. Entende-se que o que há de mais “significativo nas amostras intencionais ou propositais não se encontra na quantidade final de seus elementos (...), mas na maneira como se concebe a representatividade desses elementos e na qualidade das informações obtidas deles” (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008, p. 20).

## **Instrumentos Utilizados**

Foi utilizado um roteiro semidirigido de entrevista, que consiste num campo definido de perguntas abertas, no qual o entrevistado pode transitar, sem necessariamente ter que se prender em perguntas e respostas fechadas. O roteiro foi composto por três partes: a primeira visava à coleta de dados gerais do participante; a segunda, investigar o modo como a construção subjetiva se relaciona com sua herança psíquica geracional; e, a terceira parte, compreender

a história de vida do participante, principalmente no que se refere à relação com pais e parentes na infância.

Este tipo de entrevista está baseado em teóricos como Aberastury (1987), Mannoni (1986) e Bleger (1980) que entendem a entrevista semidirigida como um instrumento de investigação clínica que permite o acesso a informações conscientes e inconscientes por meio do estabelecimento da transferência; e ainda no estudo de Zanetti (2012), cujo roteiro de entrevista propunha a compreensão, dentre outros elementos, do tipo de relação que o participante estabelecia com o legado familiar.

### **Procedimentos de coleta e análise de dados**

Posteriormente ao contato e concordância de uma instituição carcerária, os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa. Assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido após elucidação dos objetivos da pesquisa e aceite do convite.

As entrevistas, realizadas individualmente com cada um dos participantes, aconteceram em dois encontros de no máximo duas horas, em um espaço reservado da instituição utilizado para atendimento dos advogados. Objetivava-se inicialmente gravar as entrevistas, contudo não houve permissão da instituição carcerária para gravá-las de maneira que os dados foram transcritos ao longo da própria entrevista, mediante autorização dos participantes. Foi utilizada a análise temática (Bardin, 2011) para trabalhar com o material coletado, sendo criado, a posteriori, as seguintes unidades temáticas: Violência intrafamiliar e seus atravessamentos na construção da masculinidade; O contato com a rua; Abuso de álcool e outras drogas; e Abuso sexual por membros da família. O referencial teórico utilizado na discussão dos dados foi empreendido a partir dos aportes da Psicanálise de Casal e Família e ênfase nos aspectos concernentes à transmissão psíquica geracional.

### **Procedimentos Éticos**

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com CAAE 44568215.8.0000.5231 e parecer número 1.227.751. Cuidou-se

para que a entrevista não tivesse um caráter invasivo ou de julgamento, atentando-se para a compreensão do participante acerca do fato da pesquisa não possuir qualquer ligação com a instituição carcerária ou com a Justiça, ressaltando o caráter voluntário da participação.

## **Resultados e Discussão**

Foram entrevistados dois apenados denominados, de forma fictícia, por Édson e César, ambos cumprindo pena em regime fechado por serem acusados de cometerem o delito previsto no artigo 217 – “ter conjunção carnal ou praticar ato libidinoso com menor de 14 anos”, conforme o código penal brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, 1940). À época Édson contava com 39 anos, recebeu pena de 27 anos e seis meses de prisão, e César com 43 anos, recebeu pena de 15 anos de prisão. Édson era analfabeto, casado, com filhos, ativo em sua profissão de serviços gerais. César cursava ensino superior na época em que foi preso, era casado, com filhos e trabalhava como servidor público.

### **Violência intrafamiliar e seus atravessamentos na construção da masculinidade**

A partir dos relatos dos detentos, percebe-se o modelo de repetição de violência nas gerações familiares dos entrevistados. César relatou lembranças do pai alcoolizado, seja caído no chão ou sendo agressivo com os outros, principalmente com os filhos do primeiro casamento de sua mãe, sendo que ela sempre os defendia. Ao relatar estas lembranças, menciona o avô materno, que era um trabalhador rural e sabia dela por meio das histórias de sua mãe, nas quais este era apresentado como um homem bravo, um pai duro e carrasco e que obrigava os filhos a trabalhar. Sua mãe contava que o avô batia muito nela, às vezes usando uma rede.

Já Édson relatou o quanto seu pai batia nele quando criança, seja de vara, mangueira ou correia de sofá, relatando, inclusive, uma cena na qual, por não querer trabalhar, fora amarrado em um saco de algodão, enquanto seus irmãos brincavam na rua. O apenado contou que não era só o pai que era violento com ele. Lembrou-se de um



episódio no qual a mãe destroncou seu braço quando ele, brincando de bolinha de gude, quebra a janela de uma vizinha.

A violência física, verbal e psíquica foi algo muito presente na vida dos sujeitos entrevistados. Na história de vida de ambos persistiu a naturalização da violência dentro da dinâmica familiar, com abuso entre seus membros. A criança, ao estar em um ambiente violento, vê o desmantelamento do ambiente seguro o qual o seio familiar deveria ser (Rosa, 2017). Há, então, um processo de perda de confiança e de desilusão traumática, um desapossamento, a destituição de um lugar (Winnicott, 1956/1999). Um sujeito que cresceu em um ambiente familiar permeado por situações de violência pode ter, no futuro, dificuldades no cumprimento de leis e regras sociais, na medida em que estes desapossados – que então se tornam transgressores – estariam brigando para ter de volta exatamente esses dois lugares psíquicos que não foram dados a ele: um lugar no colo da mãe e nos ombros do pai (Winnicott, 1956/1999).

A violência em forma de abusos físicos e psíquicos instaurada no lugar da segurança e confiança é compreendida, assim, como principal elemento articulador da história do sujeito (Neves, Gomes, & Vidal, 2014). Sabe-se, pelo crivo psicanalítico, que a violência exerce uma importante função na fundamentação da cultura e da sociedade, em termos de processo civilizatório (Freud, 1996/1913). Na tentativa de afirmar uma singularidade, Marin (2001) conclui que é por um ato violento (forças pulsionais intensas) que o sujeito opera, eliminando o outro que lhe é fonte de sofrimento. Existe outra faceta possível da violência: a criatividade (Piva, Severo, & Dariano, 2007), que poderia levar o sujeito a fazer laço com o outro de uma maneira mais satisfatória. Todavia, em núcleos familiares em que as relações são permeadas majoritariamente pelas relações de poder e autoritarismo, ao tentar escapar disto, o sujeito se lançaria ao desamparo, restando-lhe infringir violência ao outro como única forma de laço social (Neves, Gomes, & Vidal, 2014).

Os grupos familiares, assim, assumem-se como territórios vivências de projeções, introjeções e identificações entre seus componentes, havendo a transmissão entre gerações dos traumas, mitos, ideais, desejos e fantasias (Käes, 2005). Observou-se, nas histórias colhidas, que os dois sujeitos fizeram parte de grupos familiares com significativas falhas narcísicas e de acentuadas

simbioses entre seus membros, fazendo com que a transmissão geracional ocorresse por meio de um processo esvaziado de significação. Desta forma, as repetições de determinados comportamentos e ideais não se dão no âmbito individual, elas transitam por meio das redes vinculares, ao longo da cadeia geracional, e são destituídas de sentidos e desligadas de afetos (Kopittke, 2005). A transmissão de um segredo ou vivência de uma geração a outra ocorre quando não há representação psíquica para o sujeito. Assim, membros de famílias marcadas pelo abuso de força física tendem a repetir este padrão nas gerações posteriores de forma inconsciente pela não elaboração destas vivências (Rehbein & Chatelard, 2013).

Endossando a reflexão em relação à violência intrafamiliar presente no desenvolvimento infantil dos ofensores sexuais, na medida em que mais de 90% dos ofensores sexuais são do sexo masculino (Marafiga & Falcke, 2020), faz-se necessário também o entendimento da construção da masculinidade em relação à violência intrafamiliar nesta identidade. Em uma análise da construção da masculinidade a partir do discurso biológico, Silva e Gastaldi (2020) se atentam, especificamente, ao discurso científico-corpo biológico-identidade quando pontuam, por exemplo, a expectativa em torno do filho menino, “entendido como herdeiro e responsável pela perpetuação e continuidade da família a partir do sexo masculino” (p. 213), simbolizando, assim, a descendência e a origem do núcleo familiar.

Não só o discurso biológico atravessa a identidade masculina, mas também o discurso do cristianismo. Gastaldi e Silva (2018) ressaltam a íntima relação da religião na representação social da masculinidade, na medida em que “a própria ideia de Deus é marcada pelos atributos físicos e subjetivos da masculinidade: força, autoridade, barba, cabelos grisalhos, potência, coragem etc” (p. 37). Uma vez que Deus cria o homem em sua imagem e semelhança, também o faz análogo no modo de se portar ao outro. A utilização da violência na punição dos seres mortais está presente, principalmente, no Deus do Antigo Testamento, que se dota de imposições, castigos, ira e ódio (Gastaldi & Silva, 2018).

Há também uma conjuntura social, como pontua Borges e Costa (2020), que valoriza o exercício da masculinidade enquanto

dominação, moldando uma expressão violenta desta identidade. Além de, frente a uma realidade de desproteção social de alguns grupos, a violência estrutural, reproduzida principalmente por homens, ser condição de sobrevivência, considerando a pobreza, a falta de acesso às políticas públicas de saúde e escolaridade, e a instabilidade financeira (APA, 2015).

### **O contato com a rua**

Nota-se, a partir dos relatos dos entrevistados, a busca pelas ruas como possibilidade de fuga dos conflitos familiares e, também, como possibilidade de existência subjetiva, na medida que se encontra um ambiente social de escoamento da agressividade. Édson narrou a época que morava na rua e trabalhava como cuidador de carros e catador de papel, sendo que parte de seu dinheiro ele levava para a mãe. Indagado sobre a escolha de morar na rua, o entrevistado relata que era por conta de seu pai, queria “*refrescar a cabeça*” (sic), pois o pai sempre queria ter razão, não conversava com ninguém da casa e sempre estava bravo e xingando. Foi na época que Édson morou na rua que ele começou a usar drogas, com 13 anos. Trabalhava de madrugada e de dia, e o uso de drogas era a única forma, segundo ele, de se manter acordado para conseguir trabalhar.

O pai de César começou a beber quando este tinha seis anos de idade e relatou que, a partir disso, ficou conhecido no bairro e na escola como “*o filho do bêbado*” (sic). Aos nove anos, seu pai faleceu, o que fez com que, segundo ele, ele ficasse rebelde, começando a fazer uso de álcool e outras drogas a partir do encontro com “*pessoas erradas*” (sic). César relatou que uma dessas pessoas era seu irmão mais velho, por parte de mãe. O entrevistado indicou que se espelhava nesse irmão, que queria ser adulto e fazer tudo o que adultos pudessem fazer. Enfatizou em seu discurso como queria “*fazer parte da turma*” (sic), e isso requereu que ele tivesse atitudes de vandalismo e realizasse pequenos furtos. Neste momento do relato de César, narra que quando tinha 12 anos seu sonho era crescer para ser bandido e fazer tatuagem. Toda vez que assistia a um filme, não torcia para os mocinhos, e sim para os bandidos.

O primeiro contato dos indivíduos após seu nascimento é com seu grupo familiar e com as estruturas sociais próximas de suas

famílias, e tal contato aumenta na medida em que há as necessidades socialmente impostas, como o ambiente escolar, amigos do bairro, dentre outros (Zamora & Maia, 2009, p. 141). A inserção do sujeito em um grupo e o estabelecimento de laços efetivos, instituindo, assim, uma coesão, ocorre a partir da identificação narcísica entre seus membros (Fernandes, Fernandes, & Robert, 2016). As particularidades do indivíduo dão lugar à homogeneidade grupal. As funções inconscientes pelas quais se identificaram, que são semelhantes em todos, são expostas em um grupo pelo jeito de se vestir, falar e até mesmo pelas ações. É possível, ademais, que novas características e comportamentos emergem, manifestando desejos que estariam reprimidos caso o sujeito não estivesse vinculado a um grupo. Isto ocorre, pois, o sujeito pertencente ao grupo atinge uma sensação de invencibilidade, na medida em que se sente protegido sob aquela vinculação grupal (Freud, 1921/1996).

Outros fenômenos são observados na medida em que o sujeito se vincula a um grupo: é a questão da sugestionabilidade (Freud, 1921/1996), um movimento no qual o sujeito em grupo é despido de suas vontades pessoais, havendo predominância da personalidade inconsciente. Tudo o que o indivíduo tem vontade ele faz, não há a atuação da repressão, o sujeito se mostra diferente do que era anteriormente (Freud, 1921/1996).

Estar nas ruas, entre outro grupo social que não a família, pode ser interpretada como tentativa de contenção da agressividade, esta que no núcleo familiar não encontrou anteparo. Faz parte do desenvolvimento normal de uma criança demonstrar agressividade em seu lar e até mesmo na escola que frequenta. Quando a criança faz parte de um lar no qual seus cuidadores suportam as tentativas de desorganização, destrutividade e os testes impostos por ela, ela pode tentar reparar o mal que imagina ter causado ao seu objeto de amor, conquistando a capacidade de sentir culpa e responsabilização pelo outro, sentimentos importantes no desenvolvimento emocional (Winnicott, 1990). No entanto, se a criança não tiver em seu lar um ambiente que suporte seus investimentos agressivos, não haverá um espaço preservado para tal constituição psíquica. Instaura-se a desconfiança, há perda da segurança, e falhas neste aprendizado infantil de ser crédulo (Zamora & Maia, 2009).

É neste momento em que a criança fica difícil, “ampliando esse incômodo para além da família, para além da porta de casa. Incomodará a escola, a vizinhança, a rua, a sociedade [...]” (Zamora & Maia, 2009, p. 142). A tentativa é de encontrar externamente a estabilidade que não encontrou em sua casa, na escola e até mesmo em sua família extensa. Assim, por trás do comportamento antissocial, há a necessidade de buscar uma determinada contenção na sociedade (Winnicott, 1999/1956).

A necessidade de contenção, ou mesmo por um espaço em que há significação da subjetividade, leva o sujeito a encontrar em novos grupos e nas ruas seus referenciais de identidade. Apesar de perder algumas relações de seu entorno familiar, o sujeito se apropria deste novo território e das novas relações de modo a suprir as necessidades de afetos e possivelmente de privação emocional estabelecendo relações substitutivas. Em algumas situações, o indivíduo busca as ruas para fugir de situações de violência e conflitos e encontra, em meio aos novos grupos, possibilidades de existência, no entanto, se depararam com a inconstância desses espaços (Monteiro, 2009).

### **Abuso de álcool e outras drogas**

Ambos entrevistados relataram o abuso de álcool por suas figuras parentais. Édson contou que seu pai faleceu de cirrose, por conta do abuso de álcool. O pai bebia antes mesmo de conhecer a sua mãe, a qual também já fazia uso de álcool, sendo que este aumentou com o casamento. Ele lembrou que os dois bebiam por volta de um litro de cachaça por dia, e relata que, no dia do nascimento de seu irmão mais novo, sua mãe estava “*bebinha*” (sic). Já César relatou que seu pai teve duas fases, a de um pai carinhoso e protetor, que sempre lhe dava de tudo, até mais ou menos os seus seis anos de idade. Depois dessa fase, aponta que começou a ver um pai fracassado, bêbado e que estava sempre caído no chão.

Sabe-se que a presença do alcoolismo na família de origem predispõe à construção de novas famílias alcoolistas, não pela patologia parental por si só, mas por outras variáveis no ambiente familiar como relações conflituosas, falta de suporte familiar, comportamento agressivo dos pais, dificuldades financeiras, além de crianças poderem ser vítimas de abusos (Reinaldo & Pillon, 2008).

Algumas situações, como a adicção dos pais, podem interferir na capacidade e nas funções parentais de metabolizar as ansiedades primitivas do bebê, dentre elas situações que não podem ser transformadas, simbolizadas e historicizadas (Pinheiro, 2017). Neste sentido, a incidência de alcoolismo nos pais, considerado como trauma, pode inaugurar as condições para transmissão transgeracional, na passagem dessas formações psíquicas traumáticas de um sujeito a outro e mesmo de uma geração a outra, sem possibilidades de se preservar espaços subjetivos ou mesmo intersubjetivos (Trachtenberg, 2005).

Em ambas as famílias, se nota a ocorrência de abuso de álcool pela figura paterna. As dificuldades na função do sistema familiar resultam em uma complexa dimensão transgeracional como rituais repetidos na família, identificação do sistema filial com o membro alcoolista, eleição comprometida de figura de referência, contribuindo, assim, para a transmissão do alcoolismo, como causa multifatorial (Tondowski, Feijó, Silva, Gebara, Sanchez, & Noto, 2014).

O uso abusivo de álcool e outras drogas não foi identificado apenas nas figuras parentais dos entrevistados. Ambos também discorrem sobre suas relações com a adicção. Nos relatos, os entrevistados falaram sobre o uso de drogas em diferentes momentos da vida. César narrou que se casou com 27 anos, um tempo depois de ter passado em um concurso público e, três anos depois, voltou a usar drogas. Sua recaída se deu em uma noite que estava trabalhando em uma unidade de saúde e avistou um morador do bairro fumando maconha. Ele esperou o garoto jogar a bituca e ir embora, e, então, fora até lá e reacendeu. Foi aos 35 anos que começou a usar crack, fumava com bastante frequência e, às vezes, passava o dia todo usando.

No caso de Édson, ele relatou que seu último uso de drogas foi o crack e a cocaína, enfatizando que apenas uma vez na vida usou heroína. Ainda indicou que se entendeu como viciado em maconha e crack até o momento em que levou uma facada. Este episódio ocorreu quando tinha 18 anos. Ele havia se casado recentemente e sua esposa, segundo ele, havia inventado uma história de que havia um outro homem interessado nela e ele fora acusado de ter roubado drogas desse rapaz, o que fez com que ele fosse esfaqueado. Apontou que ficou oito dias internado em estado grave e, após essa internação,

abandonou as drogas e começou seu uso abusivo de álcool por quatro anos. Ainda casado, lembrou que sempre chegava bêbado em casa, gastava o dinheiro de comprar o leite das crianças em bebida e prostitutas. Ao narrar estas cenas, Édson entendeu que “*estou pagando pelo que fiz com ela [esposa]*” (sic).

A busca pelo consumo de drogas não se dá apenas no intuito de alcançar o máximo de prazer, mas também tem como objetivo atenuar as angústias, procurando um refúgio da dor e servindo de anestésico contra as sensações desprazerosas (Almeida, 2017). Neste sentido, é possível pensar no abuso de substâncias psicoativas como uma prevalência da pulsão de morte, cujo objetivo é manter as excitações tão baixas quanto possível como um retorno à quiescência do mundo inorgânico (Freud, 1920/1996). Brecha, Lopez e Postigo (2012) abordam que na compulsão à repetição percebe-se esse caráter absoluto de passividade, também guiado pela busca do princípio do prazer, sendo predominante a pulsão de morte. Ou seja, o uso abusivo de álcool e outras drogas pode se relacionar com esta passividade do sujeito, advindo de um tempo primitivo, na busca do objeto pré-genital, relacionado à oralidade e este é buscado repetitivamente (Gurfinkel, 2007).

Neste sentido, o objeto de adicção tem a função de preencher a falha materna, como tentativa de introjeção da própria função materna. Assim, é possível encontrar também uma mãe que provavelmente falhou em sua função estruturante e de contenção onde a própria promove excesso pulsional. Há falhas na capacidade de simbolização por parte do sujeito, logo, ele busca a materialização de um objeto, já que a internalização não foi possível. Ante ao fracasso como continente e com a insuficiência dos cuidados maternos encontra-se os fundamentos para a necessidade de construir um objeto adictivo para lidar com o trauma (Brecha, Lopez, & Postigo, 2012).

Percebe-se que ambos entrevistados tiveram o primeiro contato com as drogas na infância. A busca pelo hedonismo se manteve constante durante as diferentes fases da vida dos sujeitos. Houve momentos de contenção por outros tipos de objetos, no entanto, a recaída tornou-se corriqueira. Pensa-se ser provável que tenham experienciado falhas da função materna, por dificuldades traumáticas transgeracionais não elaboradas, sendo necessária a construção de um objeto adictivo já que não houve a internalização de

objetos primários. A relação com as drogas revela a procura pelo alívio das tensões psíquicas, como possibilidade de manobra para lidarem com ausência e desamparo.

### **Abuso sexual por membros da família**

Ambos entrevistados sofreram violência sexual na infância. Édson chegou a compartilhar com a família, pois segundo ele, deu uma facada no abusador. Quando ele tinha 11 anos, um primo mais velho tentou abusá-lo sexualmente. Começou a passar a mão nele e, neste momento, Édson deu uma facada nele. Indicou que o primo foi para o hospital e afirmou que “*a única besteira que fiz foi não ter matado ele*” (sic). O entrevistado deixou enfatizado em seu relato que esta cena o marcou bastante e até então ele e este primo não se falavam mais.

Já César manteve o episódio de abuso sexual que sofreu em segredo e disse que nunca revelou isso para ninguém. Contou que tinha uma vaga recordação de quando era pequeno e um rapaz colocou a mão de César no órgão genital dele. Este não foi o único episódio que César relata. Disse também que, quando era pequeno, sua irmã de 13 anos o molestou. Ele nunca entrou nesse assunto com ninguém, muito menos com a irmã. Disse que não sente raiva e que acha não valer a pena trazer esse assunto de volta.

Ressalta-se aqui o fato de Édson dizer que o único arrependimento que teve na vida foi de não ter matado o seu ofensor, contudo, ao final da entrevista faz novamente um relato sobre o assunto, porém contradizendo o que havia dito, relatando que marcou muito ele o fato de ter esfaqueado seu primo, e que hoje se arrepende, mas na hora do acontecimento subiu-lhe um furor tão grande que o levou a “*furar ele [ofensor]*” (sic). Ao relatar o trauma na entrevista, percebeu-se muita raiva e ambivalência no entrevistado com relação ao fato, o que indica que não houve representação simbólica. O trauma foi apenas reeditado por Édson quando este supostamente abusou de seu enteado de 13 anos, motivo da sua prisão.

Atualmente o abuso sexual ainda causa horror e quando ocorre dentro da família, seja ela nuclear ou extensa, o repúdio ainda é maior, além das implicações e marcas inscritas no psiquismo da vítima. Almeida-Prado e Féres-Carneiro (2005) argumentam que há, na vítima



de abuso sexual infantil, o trauma ativo, que permanece no psiquismo do sujeito e se expressa como violência, hostilidade, depressão, atuações, promiscuidade, adicções, quadros psicopáticos e também nos tipos de relacionamentos interpessoais. Ou seja, o trauma torna-se cumulativo, fixando-se por toda a vida do sujeito e se reedita através das gerações. Os efeitos do abuso sexual na vida do sujeito dependem de sua constituição subjetiva, de sua história, de como as pessoas reagiram e ainda a possibilidade de simbolização do trauma (Almeida-Prado & Féres-Carneiro, 2005). As consequências do abuso sexual incestuoso são discutidas por Ferreira (2015), principalmente no âmbito da traição de confiança que ocorre, tendo em vista que a criança deposita nos adultos conhecidos/familiares, frente sua vulnerabilidade infantil, uma confiança naquele que, aparentemente então, detém um conhecimento e capacidades maiores e melhores que sua própria.

A fim de compreender o trauma do abuso sexual que se reedita, Inada e Neto (2018) perpassam pelas teorizações de Freud, Ferenczi e Winnicott. O trauma, segundo os autores, aponta para “uma vivência, cuja brutalidade extrapolou em demasia os recursos” (Inada & Neto, 2018, p. 4) para processar tal vivido. Assim, o trauma parte da ideia de uma tensão não descarregada e também não vinculada a outras representações (Freud, 1920/1996). Dado isto, o traumático, sem possibilidade de escoamento e nem de representação, tem a necessidade de “retornar da mesma forma que foi produzida, ou seja, no real” (Inada & Neto, 2018, p. 5).

Tendo em vista a entrevista com Édson e as conceituações teóricas produzidas a respeito do trauma do abuso sexual, é possível a compreensão do crime de estupro como o retorno no real da experiência traumática vivida. É importante ressaltar que esta compreensão não se trata de estabelecer uma relação causal direta entre o abuso sofrido e o abuso cometido, e sim de poder dar a estes crimes uma escuta psicanalítica, a fim de levantar hipóteses de compreensão sobre o fenômeno.

Já o segundo entrevistado, César, também teve dificuldades na elaboração do ocorrido e mantém o trauma vivo. Durante a entrevista, ele não mencionou o crime pelo qual está cumprindo pena, mas foi identificado em seu discurso o retorno no real da experiência traumática vivida na questão de como viveu e vive a sua sexualidade.

Ele relatou ter iniciado a sua vida sexual muito cedo, quando ainda “*não tinha a mente formada*” (sic) e não sentia que fazia uma escolha deliberada sobre os parceiros e parceiras com quem se relacionava. Ao final da entrevista perguntou se uma pessoa homossexual tinha como deixar de ser homossexual e se uma pessoa que ainda tem “*uns pensamentos estranhos*” (sic) poderia deixar de tê-los, se era possível a mudança, demonstrando um interesse por continuar a ser ouvido e uma busca por ajuda.

Cabe aqui, então, ressaltar a importância de um trabalho psicanalítico poderia ter frente a estas reatualizações traumáticas, tão problemáticas na medida em que pode explodir em um novo crime de abuso, por exemplo. Dotando-se do referencial utilizado, tanto “Ferenczi quanto Winnicott nos ensinam que sem uma regressão terapêutica propiciada pela transferência analítica nenhuma experiência passada pode ser reparada no presente” (Inada & Neto, 2018, p. 10).

## **Considerações Finais**

Considerando o objetivo deste estudo vinculado à compreensão da dinâmica familiar de sujeitos homens que cometeram violência sexual contra crianças, investigando exploratoriamente a possível relação entre as experiências familiares e o crime cometido, pode-se considerar que os não-ditos nas gerações familiares tendem a continuar sem representação em uma segunda e terceira geração. A revivência de traumas, fantasmas e histórias repetidas que perpassam as gerações denunciam as falhas na elaboração de conteúdos familiares. O processo de transmissão transgeracional de traumas, segredos e violência tendem a interferir na capacidade das funções parentais. A mãe, que precisava ser suficientemente boa (Winnicott, 1960/1983) para uma saudável constituição subjetiva do bebê, provavelmente sofreu dificuldades para exercer a função de sustentação das ansiedades psíquicas do mesmo. Dessa forma, provavelmente na história de vida desses participantes muitos traumas não elaborados invadiram o psiquismo deles de forma direta, transmitidos, sem transformação, de uma geração a outra. Isso se comprova pelos relatos de repetições das histórias familiares nas diferentes gerações.

A investigação das histórias familiares de dois apenados em regime fechado acusados de abuso sexual de menores indicou a repetição entre as diferentes gerações do uso abusivo de álcool, bem como do padrão de violência intrafamiliar, incluindo o abuso sexual. Essas vivências traumáticas não foram ligadas a representações pensáveis, ao contrário disso, transitaram entre as gerações. Ou seja, em nenhum psiquismo houve a possibilidade de elaboração dos traumas vividos. A vida dos entrevistados foi invadida pela busca de álcool e outras drogas, além da vivência de situações violentas repetidamente, confirmando os resultados de pesquisas anteriores (Bastos, 2016; Pincolini, & Hutz, 2014; Debona, & Zampieri, 2011). Ambos tiveram ainda na adolescência uma relação peculiar com o mundo, buscando na sociedade a contenção que não pôde ser suprida pelas figuras parentais por não terem vivido em um ambiente “suficientemente bom”. Da mesma forma que ocorreu com seus antepassados, verificou-se que o sofrimento causado pelo abuso sexual da infância dos entrevistados não encontrou representabilidade por meio de palavras ou pensamentos, gerando patologias e a repetição do ato como autores do abuso.

Considera-se importante ressaltar algumas limitações da pesquisa aqui realizada, como a questão do vínculo entre os participantes e a entrevistadora: entende-se que seria necessário um tempo prévio entre participante e entrevistadora para que fosse criada uma intimidade maior, possibilitando que assuntos mais difíceis pudessem emergir. Ainda como variáveis limitantes do estudo: não foi autorizada a gravação das entrevistas, o que pôde ser prejudicial para a coleta de dados; a eleição dos entrevistados por conveniência, sem aplicações pré-definidas de critérios de inclusão e exclusão; a impossibilidade da escolha metodológica por um estudo longitudinal, tendo em vista o tempo de vínculo da entrevistadora com a instituição prisional. Uma vez que a metodologia escolhida foi o estudo de casos múltiplos, ressalta-se a não intenção de estabelecer relações causais, pois se trata de estudo transversal, com dados retrospectivos, alcançando apenas sinalizações de conclusões inferenciais.

Diante dos resultados e frente às limitações do estudo, pode-se considerar que a constituição psíquica de ofensores sexuais de menores entrevistados ocorreu em meio à falha das funções parentais, bem como em função da perpetuação de sofrimentos que não foram

metabolizados em gerações anteriores e acabaram por serem repetidos. Destarte, sugere-se a realização de novas pesquisas que investiguem outras variáveis motivadoras da ofensa sexual, principalmente em casos nos quais não se encontra, na história do ofensor, vitimização sexual na infância. Neste sentido, a pesquisa aponta para a necessidade de entendimento do universo das dinâmicas familiares no entorno de um ato criminoso como o abuso sexual de menores para que, quando em processo terapêutico, o infrator possa ser mais profundamente compreendido, bem como a importância do trabalho terapêutico familiar, quando possível, a fim de que se possa trabalhar com a origem dos traumas e dos fantasmas perpetuados ao longo das gerações, buscando dessa forma a cessação da hereditariedade dos traumas psíquicos.

## Referências

- Aberastury, A. (1987). *Psicanálise da Criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Aching, M. C. (2013) *A mãe suficientemente boa: imaginário de mães em situação de vulnerabilidade social*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC), Campinas. Recuperado em 16 de abril de 2017, de <http://tede.bibliotecadigital.puccampinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/316/1/MICHELE%0CARMONA%20ACHING.pdf>.
- Almeida, D. T. de. (2017). *Adolescência e toxicomania: uma visão psicanalítica*. (Monografia de Especialização). Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília. Recuperado em 11 de dezembro de 2019, de <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12057/1/51600245.pdf>.
- Almeida-Prado, M. C. C., & Féres-Carneiro, T. (2005). Abuso sexual e traumatismo psíquico. *Interações*, 10(20), 11-34. Recuperado em 11 de dezembro de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v10n20/v10n20a02.pdf>.

- American Psychology Association - APA. (2015). *Violence e socioeconomic status*. Washington, DC: APA. Recuperado em 13 de março de 2022, de <http://www.apa.org/pi/preventviolence/>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. 1 ed. São Paulo: Edições 70.
- Bastos, M. I. F. (2016). *O Prazer de não sentir: Experiência vivida pelos agressores sexuais*. (Dissertação de mestrado). Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa. Recuperado em 20 de fevereiro de 2017, de <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5110/1/21026.pdf>.
- Bitencourt, C. R. (2012). *Tratado de Direito Penal: Parte especial 4: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública*. 6ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva.
- Bleger, J. (1980). *Temas de psicologia: entrevista e grupo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Borges, M. M.; & Costa, L. F. (2020). Adolescentes ofensores sexuais atendidos em uma instituição de saúde do Centro-Oeste do Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(1), 140-158. <https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2020v72i2p.140-158>
- Brecha, M. G. S., Lopez, N. P., & Postigo, V. M. C. (2012). Voracidade e sofrimento psíquico na adicção: considerações sobre compulsão, hedonismo e imediatismo no contemporâneo. In: *Anais do V Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e XI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental*. Recuperado em 22 de março, de 2016, de [http://en.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/v co ngresso/p 69 - marilia gabriela da silva brecha, nilcea p. lopes e vanuz a m. c. postigo.pdf](http://en.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/v%20congresso/p%2069%20marilia%20gabriela%20da%20silva%20brecha,%20nilcea%20p.%20lopes%20e%20vanuz%20a%20m.%20c.%20postigo.pdf).
- Debona, T. L., & Zampieri A. M. F. (2011). Narrativas reflexivas de ofensores sexuais intrafamiliares em detenção: Uma visão psicodramática sistêmica. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, 3(1), 54-65. Recuperado em 19 de maio de 2016, de <http://www.abratef.org.br/2016/Revistavol3/RevistaAbratef2011-V3-pags-54-65.pdf>.

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. (1940). Recuperado em 19 de outubro de 2016, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm).*
- Durrant, M.; & White C. (1993). *Terapia del abuso sexual*. 1. Ed. Espanha: Gedisa.
- Esber, K. M. (2009). *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. 1 ed. Goiânia: Cânone Editorial.
- Fernandes, E. B.; Fernandes, M. I. A.; & Robert, P. (2016). O desenlace da ilusão grupal em um grupo de adolescentes. *Vínculo - Revista do NESME*, 13(2), 24-36. Recuperado em 11 de dezembro de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v13n2/v13n2a04.pdf>.
- Ferreira, M. Z. (2015). *Sedução, Trauma e Tradução nas Vivências de Abuso Sexual Incestuoso: psicanálise e literatura de testemunho*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá. Recuperado em 9 de dezembro de 2019, de [http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/3081/1/00022\\_0954.pdf](http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/3081/1/00022_0954.pdf)
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse: New theory and research*. 1 ed. New York: Free Press.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Caderno de saúde pública*, 24(1), 17-27. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>.
- Freud, S. (1996). Além do princípio de prazer. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (pp. 123-198) Rio de Janeiro: Imago v. II (Original publicado em 1920).
- Freud, S. (1996). Psicologia das massas e análise do ego. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (pp. 89-179). Rio de Janeiro: Imago v. XVIII. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (1996) Totem e tabu. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (pp.17-162). Rio de Janeiro: Imago v. XIII (Original publicado em 1913).

- Gastaldi, R. M. R.; & Silva, R. S. (2018). De Adão à Eva: a construção da masculinidade a partir do discurso do cristianismo. *Revista Mundi Sociais e Humanidades*, 3(2), 37-61. <http://dx.doi.org/10.21575/25254774rmsh2018vol3n2607>.
- Gomes, J. L.; & Faria, G. S. S. (2017). Abuso sexual infantil e intervenções psicológicas. *Anais do EVINCI – UniBrasil, Curitiba*, 3(2), 917-932. Recuperado em 11 de dezembro de 2019, de <http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/3382/3050>.
- Greco, R. (2016). *Curso de Direito Penal: parte especial, volume III*. 13ª ed. Niterói: Impetus.
- Guimarães, R. M.; & Bento, V. E. S. (2008). O método do “estudo de caso” em psicanálise. *Psico*, 39(1), 91-99. Recuperado em 13 de março de 2022, de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1484>
- Gurfinkel, D. (2007). Adições: da perversão da pulsão à patologia dos objetos transicionais. *Psychê*, 11(20), 13-28. Recuperado em 11 de dezembro de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psyche/v11n20/v11n20a02.pdf>.
- Inada, J. F.; & Neto, A. N. (2018). Trauma infantil e crime sexual: uma análise de caso. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(4), 1-11. Recuperado em 11 de dezembro de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n4/06.pdf>.
- Kaës, R. (2005). *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: Transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2011). *Um singular plural: A psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Edições Loyola.
- Kopittke, C. C. (2005). Transgeracionalidade, violência e trauma: um desafio à psicanálise contemporânea. In A. R. Trachtenberg et. al. (orgs), *Transgeracionalidade de escravo a herdeiro: um destino entre gerações*. (pp. 131-141). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009*. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e

revoga a Lei no 2.252, de 1o de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato20072010/2009/Lei/L12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato20072010/2009/Lei/L12015.htm).

*Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.* Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ ato20152018/2018/lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato20152018/2018/lei/L13718.htm).

Mannoni, M. (1986). *Primeira Entrevista em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus.

Marafiga, C. V.; & Falcke, D. (2020). Perfil sociodemográfico, judicial e experiências na família de origem de homens que cumprem pena por estupro de vulnerável. *Aletheia*, 53(2), 90-105. <https://dx.doi.org/10.29327/226091.53.2-8>.

Marcelli, D.; & Braconnier, A. (1989). *Manual da Psicopatologia do Adolescente*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Marin, I. S. K. (2001). O sofrimento e a contemporaneidade. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 14(146), 7-14. Recuperado em 13 de março de 2022, em <https://docplayer.com.br/34513045-Artigos-o-sofrimento-e-a-contemporaneidade-isabel-kahn-marin.html>

Marra, M. M. (2016). *Conversas criativas e abuso sexual: uma proposta para o atendimento psicossocial*. 1 ed. São Paulo: Ágora.

Monteiro, L. F. C. (2009). O uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes em situação de rua: uma leitura winnicottiana. In A. Nery Filho, E. MacRae, L. A. Tavares, & M. Rêgo (Orgs.), *Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas* (pp. 141-59). Salvador: EDUFBA.

Neves, A. S., Gomes, L. R. S. & Vidal L. C. (2014). Violência e família: possibilidades vincuativas e formas de subjetivação. *Psicologia Clínica*, 26(1), 33-45. <http://dx.doi.org/10.1590/S010356652014000100004>.

Pereira, C. de A. (2017). *Representações sociais sobre o abuso sexual infante-juvenil: um estudo com juízes e profissionais*



- psicossociais. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Paraíba (UFP), João Pessoa. Recuperado em 9 de dezembro de 2019, em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12163/1/Arquivototal.pdf>.
- Pincolini, A. M. F., & Hutz, C. S. (2014). Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: pesquisa em denúncias e sentenças judiciais. *Temas em Psicologia*, 22(2), 301-312. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-03>.
- Pinheiro, L. R. (2017). A importância da função materna e paterna no desenvolvimento do mundo psíquico. (Dissertação de Mestrado). Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília. Recuperado em 9 de dezembro de 2019, de <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12051/1/51600190.pdf>.
- Piva, Â., Severo, A., & Dariano, J. (2007). Poder e violência - Formas de subjetivação e desubjetivação. *Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade*, 2, 63-77. Recuperado em 11 de dezembro de 2019, de <http://www.revistacontemporanea.org.br/revistacontemporaneaanterior/site/wpcontent/artigos/artigo76.pdf>.
- Quintino, J., & Beluco, A. (2016). O papel do psicólogo no acompanhamento aos agressores sexuais infantis. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research*, 16(3), 97-102. Recuperado e, 11 de dezembro de 2019, de <https://www.mastereditora.com.br/download-1746>.
- Reinaldo, A. M. S.; & Pillon, S. C. (2008). Repercursões do alcoolismo nas relações familiares: estudo de caso. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 16(especial), 1-6. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692008000700005>.
- Rehbein, M. P., & Chatelard, D. S. (2013). Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25(3), 563-584. <http://dx.doi.org/10.1590/S198402922013000300010>.
- Rosa, C. D. (2017). O pai e a tendência antissocial: considerações a partir da psicanálise de Winnicott. *Revista Natureza Humana*,

- 19(2), 178-196. Recuperado em 11 de dezembro de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v19n2/v19n2a11.pdf>.
- Silva, D. Q. (2013). A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico. *Estudos de Psicanálise*, (39), 37-45. Recuperado em 11 de dezembro de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n39/n39a04.pdf>.
- Silva, R. B.; & Gastaldi, R. M. R. (2020). Notas sobre o masculino no discurso da modernidade a partir de duas obras cinematográficas. *Revista de Psicologia (Fortaleza)*, 11(1), 211-224. <http://dx.doi.org/10.36517/revpsiufc.11.1.2020.17>
- Stake, R. E. (1994). *Handbook of qualitative research*. 1 ed. Londres: Sage.
- Tondowski, C. S., Feijo, M. R., Silva, E. A., Gebara, C. F. D. P., Sanchez, Z. M., & Noto, A. R. (2014). Padrões intergeracionais de violência familiar associada ao abuso de bebidas alcoólicas: um estudo baseado em genogramas. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 27(4), 806-814. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201427421>.
- Trachtenberg, A. R. C. (2005). Trauma, transgeracionalidade e intergeracionalidade: uma transformação possível. In A. R. Trachtenberg et al. (orgs.), *Transgeracionalidade de escravo a herdeiro: um destino entre gerações*. (pp. 119-128). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Werner, M. C. M. (2010). *Família e Direito*. 1 ed. Rio de Janeiro: Booklink.
- Winnicott, D. W. (1983). Teoria do desenvolvimento paterno infantil. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 38-53). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D.W. (1999). A tendência anti-social. In *Privação e delinquência* (pp. 135-147). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1956).
- Zamora, M. H. R. N.; & Maia, M. V. M. (2009). Reflexões sobre jovens antissociais e seus atos destrutivos: algumas contribuições da

teoria de Winnicott. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 1(1), 140-156. <http://dx.doi.org/10.17921/2176-5626.n1p%25p>.

Zanetti, S. A S. (2012). *A opção por não se vincular amorosamente de maneira compromissada entre as condições de existências contemporâneas e a herança psíquica geracional*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Recuperado em 19 de maio de 2017, de [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-22052013145239/publico/zanetti do.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-22052013145239/publico/zanetti_do.pdf).

# **Autonomia, participação social e fatalismo na Política Nacional de Assistência Social: reflexões a partir de Paulo Freire e Martín-Baró**

---

**Dandara Peraro de Sousa  
Anyelle Karine de Andrade  
Rafael Bianchi Silva**

## **Introdução**

Práticas ligadas a ações assistenciais no contexto brasileiro são há tempos conhecidas e desenvolvidas, desde o período em que as intervenções eram marcadamente clientelistas e filantrópicas e se caracterizavam por serem pontuais, não sistematizadas e direcionadas a grupos considerados empobrecidos, abandonados ou desamparados. No entanto, como resultado das conquistas no campo das políticas públicas em nosso país, a Assistência Social alcançou o status de dever do Estado e direito do cidadão, tal como previsto na Constituição Federal de 1988. Assim, enquanto integrante do campo da Seguridade Social (que também inclui as políticas de Saúde e Previdência Social) passou a ser considerada política de Proteção Social que, juntamente a outras políticas públicas, busca assegurar o acesso a direitos e o exercício da cidadania (Cordeiro, 2018).

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, inseriu a Assistência Social no campo da universalização de acessos a direitos e responsabilidade estatal, além da necessidade de garantir à população brasileira em situação de vulnerabilidade: segurança de sobrevivência, acolhida, convívio ou vivência familiar, renda e desenvolvimento da autonomia (Brasil, 2012a). Anos depois, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, apontou as responsabilidades no tocante às demandas da sociedade brasileira, visando esclarecer as diretrizes para efetivar a Assistência Social enquanto política pública, bem como organizar, a nível nacional, a prestação dos serviços a serem ofertados (Brasil, 2004).

Após a PNAS ser aprovada, abre-se caminho para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implantado em 2005 e regulamentado pela lei 12.435/2011 que complementa a LOAS. O SUAS prevê a unificação e normatização da

oferta de serviços socioassistenciais em todo o território nacional sem, no entanto, deixar de considerar que as ações devem ser desenvolvidas contemplando as especificidades de cada território.

A partir dos direcionamentos da PNAS, as ações da política foram organizadas em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE). A PSB tem por objetivo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para a prevenção de vulnerabilidades e defesa dos direitos, tendo os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) como a porta de entrada dos serviços ofertados. A PSE, por sua vez, tem nos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) seu equipamento de referência (organização e intervenção), ofertando serviços às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Vale destacar que os dois níveis, mesmo com ênfases diferentes, visam a proteção social de seus usuários. Ainda com muitas conquistas no âmbito político, entendemos que as equipes técnicas dos serviços ofertados pelo SUAS, compreendidas prioritariamente por assistentes sociais e psicólogos, enfrentam grandes desafios para garantir a proteção social visada pela referida política pública.

Assim sendo, entendemos que dentre os desafios com os quais se deparam as equipes do SUAS, está a questão do desenvolvimento da autonomia e da participação social. Para tanto, partimos de uma pesquisa pautada no levantamento bibliográfico e documental, com vistas a articular os temas da autonomia e da participação social (presentes nas diretrizes do SUAS), com o conceito de fatalismo, a partir das discussões realizadas por Paulo Freire e Martin-Baró, autores que pensaram e problematizaram as condições e relações sociais de nosso contexto latino-americano.

### **A autonomia como princípio ético no SUAS**

No campo da Assistência Social, dentre os objetivos comumente apontados nos documentos que fundamentam a política, encontramos o desenvolvimento da autonomia e da participação social dos usuários. Ainda que possa comportar algumas variações quanto a definição, compreendemos o conceito de autonomia como

...o poder de dar a si a própria lei, autós (por si mesmo) e nomos (lei). Não se entende este poder como algo absoluto e ilimitado, também não se entende como sinônimo de autossuficiência. Indica uma esfera particular cuja existência é garantida dentro dos próprios limites que a distinguem do poder dos outros e do poder em geral, mas apesar de ser distinta não é incompatível com as outras leis. Autonomia é oposta a heteronomia, que em termos gerais é toda lei que precede de outro, hetero (outro) e nomos (lei) (Zatti, 2007, p. 12).

A partir dessa definição, a autonomia está relacionada com a capacidade do sujeito de determinar-se, sendo que para isso precisa ter condições para imaginar, conceber e decidir. Outro aspecto relacionado à existência da autonomia é a possibilidade de o sujeito problematizar os elementos que o circundam e criar suas leis, ou seja, capacidade de formular fundamentos de conduta que se encontram intrinsecamente ligada ao fazer.

Importante ressaltar que a autonomia não deve ser confundida com autossuficiência, visto que esta ação ocorre no mundo e, portanto, encontra-se vinculada às leis civis, naturais, convenções sociais, dentre outros aspectos que a condicionam. Ou seja, o sujeito nasce inserido em organizações sociais que precedem sua existência e apresentam normativas econômicas, educacionais e culturais já estabelecidas. É no processo de socialização e convívio comunitário que há a possibilidade de exercício contínuo e em diferentes graus da autonomia (Sant’Ana, 2009).

Consideramos que esta visão corrobora com a concepção de autonomia proposta pelo SUAS (Brasil, 2012a), que entende o conceito baseado em Pereira (2000, p.70): “Por autonomia básica entendemos a capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de pô-los em prática sem opressões. Isso se opõe à noção de autossuficiência do indivíduo perante as instituições coletivas”.

O princípio ético da busca de protagonismo e autonomia dos usuários do SUAS é destacado e expresso sistematicamente em diversos trechos dos documentos normativos da Política Nacional de Assistência Social. Assim, a autonomia figura como uma das seguranças afiançadas pela referida política pública, tal como as

seguranças de acolhida nos serviços, convívio em família e comunidade, renda e sobrevivência a riscos (BRASIL, 2012a). Dessa forma, as ações nos serviços do SUAS devem se dirigir à consolidação dessas seguranças. Como é apontado no volume 1 do documento intitulado “Orientações Técnicas Sobre o PAIF”:

A segurança de desenvolvimento de autonomia, a ser alicerçada pelo PAIF, refere-se ao direito dos indivíduos e famílias a atendimento e/ou acompanhamento que propicie potencializar a capacidade dos indivíduos e famílias de fazer suas próprias escolhas, a partir de seus valores, crenças e necessidades, e da identificação e enfrentamento dos obstáculos que interferem em materializar suas escolhas. O desenvolvimento da autonomia também é possibilitado por meio de ações de incentivo à participação cidadã, de identificação e fortalecimento de potencialidades e habilidades, e por meio da promoção do acesso a direitos, em especial: saúde, educação, documentação civil, geração de trabalho, emprego e renda. Ao assegurar condições e oportunidades de autodeterminação, de protagonismo na construção das decisões sobre seu próprio destino e de recusa à tutela e à subalternidade, o PAIF contribui para alicerçar a segurança de desenvolvimento da autonomia de indivíduos e famílias (Brasil, 2012a, p. 59).

Zatti (2007) discorre que o desenvolvimento do conceito de autonomia está sempre correlacionado com uma heteronomia, ou seja, à sujeição de uma lei alheia ao sujeito. Considerando essa proposição, ao realizar uma análise dos documentos do SUAS, pode-se averiguar que uma das principais heteronomias às quais a política se opõe são as ações de tutela social, como pode ser observado no trecho que segue: “A tutela é filha diletta do assistencialismo, do apadrinhamento, do clientelismo. Caracteriza-se ainda por ser autoritária e compensatória, pois além de não emancipar, submete. Assim sendo, a opção do trabalho social precisa ser a da emancipação” (Brasil, 2012b, p.93).

Desse modo, a proteção social prevista pela PNAS busca se manter afastada de práticas tutelares e assistencialistas, defendendo ações que promovam o protagonismo, o acesso a serviços e que potencializem a função protetiva das famílias (Brasil, 2005). Para tanto, considera o projeto pessoal e social dos sujeitos e famílias, com uma clara ênfase na autonomia dos usuários, sendo que o reconhecimento

dessa autonomia deve estar presente em ambos os níveis da Proteção Social (básica e especial).

Com relação a proteção social básica, diversas ações são apontadas como podendo contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos usuários do SUAS, como a promoção de experiências que estimulem a construção de projetos individuais e coletivos, o desenvolvimento de potencialidades e a ampliação do universo informacional e cultural, o fomento do acesso dos usuários a documentação civil, o encaminhamento a outras políticas públicas e o estímulo da participação dos usuários em espaços em que possam expressar a opinião, avaliar e reivindicar, como fóruns, conselhos e associações da comunidade (Brasil, 2009a).

Do mesmo modo, a autonomia também é destaque entre as competências previstas pela Proteção Social Especial, sendo que o trabalho social deve priorizar o fortalecimento da função protetiva da família, a construção de novos modos de relacionamento familiar e comunitário diversos da prática de violência, a promoção da superação das condições adversas e a prevenção do agravamento das situações violadoras de direitos. Para isso, pressupõe-se que o princípio da autonomia seja considerado, de maneira que os usuários participem ativamente da construção de projetos e das decisões que podem afetar suas histórias, individual e familiar. Além disso, são defendidas ações que promovam a autonomia das famílias e indivíduos, para que possam enfrentar e superar as situações de violações de direitos a que foram expostos (Brasil, 2011).

Outro ponto relevante para o desenvolvimento e exercício da autonomia dos usuários do SUAS é a participação na organização e implementação das ações da PNAS. Denominado controle social, manifesta-se enquanto instrumento de efetivação popular do processo de gestão da política. O controle social foi pensado já na Constituição Federal de 1988, sendo expresso nas normativas e guias técnicos da Política Nacional de Assistência Social e do SUAS, entendido como sistema no qual estão os principais espaços destinados a efetivar essa participação por parte dos usuários (como os conselhos e as conferências municipais, por exemplo). No entanto, na prática, observa-se que as ações das instâncias governamentais e de execução do SUAS direcionam e encaminham a referida política sem que a população tenha a efetiva atuação esperada. Por esse motivo, um dos



impasses para a consolidação da Assistência Social enquanto política pública encontra-se nas dificuldades de garantir espaços de gestão democrática e participativa nos processos de planejamento e execução do SUAS.

Sobre esse assunto, Ansara e Dantas (2010) apresentam que o poder público, por questões institucionais e burocráticas, define a priori os objetivos e programas sociais, isto é, sem a participação da população. Nesse aspecto, o profissional precisa ultrapassar as demarcações impostas para incluir a comunidade nos serviços. É necessária a construção de laços que formem uma identidade social que potencialize o conhecimento das demandas dos usuários no território sem deixar de legitimar os objetivos dos serviços propostos pelo Estado.

Essa forma de gestão, de acordo com Quintal (2016), implica em outro aspecto a ser analisado pelo profissional que trabalha no SUAS: a “pseudoparticipação”. Algumas políticas instituídas pelo Estado podem exercer uma linha assistencialista, mesmo que em seus princípios busquem a autonomia e participação social dos usuários. A adversidade dessa forma de participação reside no fato de que a população passa a atuar unicamente para atingir os requisitos para a obtenção de benefícios e, assim, deixa de investir em ações comunitárias que poderiam aumentar a possibilidade de garantia de direitos, para além dos benefícios estipulados pelos programas sociais.

Nos espaços de ações comunitárias e de participação social, muitas vezes, a população também se posiciona com relutância para agir nas atividades propostas, mesmo que estas sejam pensadas em relação dialógica e horizontal. Observa-se uma espécie de processo de naturalização dos acontecimentos diários, que pode paralisar as possibilidades de ação em comunidade, além da manifestação do sentimento de fatalismo, visto que não há um reconhecimento dos participantes enquanto agentes de transformação e, portanto, há a compreensão de que a participação social não será efetiva (Quintal, 2016).

Como exemplo é possível citar a pesquisa de Alves, Belavenute, Semzezem e Pereira (2012) que investigou a participação dos usuários na política de Assistência Social em 52 municípios das regiões do Norte do Paraná. A pesquisa apontou que ainda que os usuários

participantes das conferências municipais se apresentassem motivados para contribuir com a melhoria das condições das famílias e da comunidade, eles apresentaram dificuldades para exercer o papel de controle social, uma vez que se consideraram pouco preparados para assumir a função, por não conhecerem a legislação, a burocracia e as informações técnicas, o que fez com que se sentissem em uma posição inferior ou em uma relação de tutela por parte dos representantes governamentais.

É importante ressaltar nesse ponto a relevância da atuação dos profissionais do SUAS, que devem priorizar ações que visem a emancipação dos usuários da política pública, em detrimento de atuações tutelares que não potencializem o exercício da autonomia. Como apontam os “Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social” (Brasil, 2007, p.22), o usuário do SUAS “atendido plenamente por um profissional implicado com o seu processo de cidadania, desenvolve, pela própria experiência, a autonomia e o empoderamento, para fazer valer os seus direitos”.

Esse mesmo documento indica que para que os profissionais possam favorecer uma ação autônoma dos usuários dos serviços, é necessário que estes também tenham autonomia em suas práticas de trabalho. Entretanto, pesquisas têm apontado que no cotidiano do trabalho há diversos empecilhos para a realização autônoma das atividades pelos profissionais, tal como mostra o estudo de Souza e Gonçalves (2017), que sinaliza que, de acordo com os trabalhadores do SUAS, as ações executadas devem ser alinhadas com os interesses e posicionamentos dos gestores dos municípios.

Observamos, assim, que a PNAS enfatiza a autonomia dos usuários, com destaque para ações em prol de sua promoção e desenvolvimento, em detrimento de práticas assistencialistas e tuteladoras. Do mesmo modo, salientamos a importância de que os profissionais do SUAS tenham assegurados direitos para autonomia em suas práticas de trabalho.

Acrescentamos que o fenômeno do fatalismo é uma possível consequência de práticas assistencialistas ainda persistentes no SUAS. Por esse motivo, ressaltamos a importância de se realizar uma ação problematizadora como forma de contrapor a percepção fatalista. No segundo volume do documento “Orientações técnicas sobre o PAIF”,

como uma das metodologias indicadas para o enfrentamento dessa questão, é feito um destaque para as contribuições de Paulo Freire. Segundo expresso, a pedagogia freireana, pauta-se pela problematização, entendido como:

...constante ato de desvelamento da realidade, mediado pelo diálogo, que reconhece homens e mulheres como seres históricos e, por isso, capazes de lutar contra a acomodação ao mundo da opressão. É por meio desse entendimento que Paulo Freire questiona e problematiza a percepção fatalista de que “as coisas são assim mesmo”, “não há nada que se possa fazer” ou “o sistema é assim” – insumos para as práticas assistencialistas (Brasil, 2012b, p. 90).

A partir de tal citação, observamos como as práticas assistencialistas prejudicam a efetividade da PNAS, devido a criação e reiteração de condições de preservação da situação estabelecida, sem a possibilidade de conscientização e desenvolvimento do exercício da autonomia. Tendo em vista as dificuldades em desenvolver ações que repercutam em movimentos emancipatórios nos usuários, o estudo e a problematização junto a teóricos que já pensaram e organizaram ideias sobre o tema mostra-se como uma possibilidade de criar estratégias para superar essa fragilidade e fortalecer a política de Assistência Social.

### **O Conceito de Fatalismo a partir de Paulo Freire e Martín-Baró**

O conceito de fatalismo provém do latim *fatum*, possuindo uma tradução na língua portuguesa próxima ao termo “destino”. Se refere ao que é pré-determinado e controlado por uma lei superior em que os acontecimentos são imutáveis e não sofrem influência da ação ou vontade humana (Bacelar-Nicolau, 2018). Abbagnano (2007, p.429) discorre que no tocante ao conceito, não importaria evitar a causa, os efeitos se sucederiam, visto que há uma indispensabilidade absoluta no acontecimento, ademais, “com mais rigor, esse termo pode ser adotado não para designar uma doutrina filosófica, mas a atitude de quem se entrega aos acontecimentos sem procurar alterá-los nem reagir”.

Paulo Freire escreve sobre este conceito no decorrer da sua obra. Em livros como “Pedagogia do Oprimido” (2006), “Pedagogia da Autonomia” (2011) e “Pedagogia da Esperança” (2013), o autor propõe um trabalho pautada na problematização em direção a uma condição de liberdade, em que ações fatalistas podem ser superadas a partir da conscientização das pessoas, o que implica o reconhecimento enquanto sujeitos e não apenas de objetos da história, fruto do processo de opressão.

De acordo com a proposta pedagógica de Freire, a conscientização é entendida como ação do conhecer, aproximar-se criticamente da realidade. Ela “implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (Freire, 1979, p. 15).

A esfera crítica da conscientização é essencial, pois quando se fala na posição fatalista, a criticidade é ausente. Nela, o ato de conhecer a realidade indica uma previsibilidade: não há necessidade de construir um futuro, pois o amanhã já está dado, o que justifica, portanto, a atitude de espera. Assim, é conferido um poder superior e natural (muitas vezes materializado, por exemplo, na figura de Deus) para a manutenção da ordem dos acontecimentos.

Freire se opõe à essa condição por enxergar a vida humana como possibilidade comum do “ser mais”, entendido como uma condição ontológica do ser humano de procurar transformações de forma coletiva, em direção a condições humanizadas, não opressoras e que conduzam às pessoas a se tornarem protagonistas de sua própria história. Essa finalidade inerente ao ser humano deve ser vista como “um desafio e não um freio ao ato de buscar” (Freire, 2006, p.86).

Partindo das ideias expressas por Paulo Freire, o psicólogo social, padre e filósofo espanhol Martín-Baró continuou desenvolvendo o conceito de fatalismo. Para ele, tal fenômeno ocorre em diferentes graus e modalidades, com características específicas. Discursos compartilhados por pessoas ou grupos que compreendem que ações não são capazes de alterar o destino de um fato ou ainda que os movimentos pessoais de aceitação do sofrimento associado ao comportamento passivo de não realizar esforços para alterar a

conjuntura de um cenário vivido, são exemplos de situações em que o fatalismo se expressa.

Acrescenta-se, que para o autor o fatalismo é parte de uma “cultura da pobreza”, caracterizada como uma adaptação frente a uma sociedade individualista, capitalista e estratificada em classes em que pessoas são marginalizadas e precisam criar métodos de sobrevivência. Segundo o autor, “ainda que a cultura da pobreza surja como um mecanismo adaptativo frente às condições de marginalização, uma vez estabelecida, seria mais difícil de eliminar a mesma pobreza e tenderia a perpetuar-se através de gerações familiares”<sup>8</sup> (Martín-Baró, 1998, p. 88). A partir do mesmo referencial, Ansara e Dantas (2010) definem o fatalismo como

um esquema ideológico, que se origina nas estruturas sociopolíticas e se enraíza psiquicamente, garantindo desse modo a reprodução da dominação social e a manutenção da ordem estabelecida. É um valioso instrumento ideológico que favorece as classes dominantes, visto que induz à aceitação da realidade social, gera comportamentos dóceis e estimula a resignação diante das exigências da vida. A concepção fatalista transforma os acontecimentos sociais em fenômenos naturais cuja alteração é improvável. (p. 96)

Nesse aspecto, existe uma funcionalidade política do fatalismo, pois esse representa a impossibilidade de mudança social, a interiorização de dominação social, possuindo um caráter ideológico. Martín-Baró (1998, p.97) afirma que “com o fatalismo as pessoas das classes oprimidas encontram um sentido em sua vida, ele mesmo [o fatalismo] constitui um valioso instrumento ideológico para as classes dominantes. O aceite ideológico do fatalismo supõe uma aceitação prática da ordem social opressiva”.

---

<sup>8</sup> Tradução dos autores. Original: “Aunque la cultura de la pobreza surge como un mecanismo adaptativo frente a las condiciones de marginación, una vez establecida sería más difícil de eliminar que la misma pobreza y tendería a perpetuarse a través de líneas familiares”

Vemos, então, como atitudes e posicionamentos fatalistas podem ser um empecilho para o alcance da promoção da autonomia dos usuários, como defendido pelo SUAS, visto que a ação autônoma exige o desprendimento de um pensamento estático, assistencialista e tutelar, ou seja, compreensões que são desfavoráveis a construção sobre a própria vida.

A partir do que foi expresso até aqui, ao pensarmos acerca do contexto brasileiro, é necessário avaliar quais fatores históricos contribuíram para o processo que Martín-Baró chamou de “ordem social opressiva”. Com relação a isso, Freire (2006, p.55) aponta que “Este fatalismo, às vezes, dá a impressão, em análises superficiais, de docilidade, como caráter nacional, o que é um engano. Este fatalismo, alongado em docilidade, é fruto de uma situação histórica e sociológica e não um traço essencial da forma de ser do povo”.

Em “Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis” (2008), Paulo Freire constrói uma descrição de alguns acontecimentos históricos que favoreceram o fatalismo. O primeiro refere-se a visão distorcida de Deus e a existência de uma ordem social injusta. Tais elementos inferem uma desqualificação das ações humanas, visto que existe uma imagem mais poderosa, capaz de manter a ordem e decidir sobre a vida dos homens. Nesse aspecto, as instituições religiosas apresentam-se como um elemento crucial, pois historicamente elas foram agentes de uma “religião da ordem” - como mencionado por Martín-Baró (1998) - que se posicionava como “mandatária dos leigos e a legitimadora de suas ações” (Dullo, 2014, p. 54).

Entretanto, a postura da instituição religiosa depende da relação criada, em cada contexto, entre igreja e Estado, pois a religião também pode atuar como uma força de identidade social e cultural capaz de se transformar em uma agente de rupturas na legitimada ordem social e, portanto, ser instrumento de movimentos de conscientização e transformação. Martín-Baró (1998) cita o exemplo de uma representante religioso, Las Casas de El Salvador, que “em nome do mesmo Deus que o conquistador justificava a ordem exploradora, Las Casas reivindicava uma ordem social mais respeitosa para com a dignidade dos seres humanos” (p. 205).

A segunda condição em nossa sociedade que serve de base para o fatalismo, segundo Freire (2008), foi decorrente de um passado, caracterizado por uma sociedade colonial e escravista, que deixou um histórico de pobreza, desigualdade, marginalização e desprezo pelo trabalho manual e, conseqüentemente, por aqueles que o faziam. No Brasil, o passado colonial mantinha a presença de um senhor que detinha considerável poder econômico, social e político e impossibilitava a realização de uma democratização política.

Contemporaneamente, mesmo que a postura de muitas instituições religiosas tenha se alterado substancialmente, e que também não seja mais comum a presença de um “senhor” em nossa sociedade, tais elementos ainda se mostram presentes. Paulo Freire discute a questão discorrendo que uma “cultura do silêncio”, se configura “como perpetuadores silenciosos das práticas de dominação imbricadas em seu cotidiano. Nesse sentido, não há indagação quanto aos fatos, pois estes se configuram como a única realidade possível e já anunciada para o povo” (Cidade, Moura Jr., & Ximenes, 2012).

Dessa forma, entendemos que as contribuições dos dois autores podem ser entendidas não apenas como elementos teóricos, mas como ferramentas práticas. Martín-Baró (1998) ressalta que é necessário analisar como o fatalismo, enquanto uma caracterização atribuída à população da América Latina, afeta sua existência. O autor aponta para uma transformação da relação entre a pessoa e seu mundo, assim como uma mudança social, pois “em última instância, a raiz do fatalismo não está na rigidez mental das pessoas, mas na imutabilidade das condições sociais das quais as pessoas e grupos existem e se formam” (Martín-Baró, 1998, p.98).

A implicações do fatalismo na política de Assistência Social e a análise do contexto sócio-histórico nos levam a pensar formas de agir para a superação da posição fatalista, assunto que será discutido no próximo tópico.

## **Ações Frente à Questão do Fatalismo no Contexto do SUAS**

Até o momento foi possível observar que o contexto histórico-cultural, as práticas tutelares, assistencialistas e a dominação exercida por um segmento social são fomentos para a perpetuação de

entendimento e ações fatalistas na nossa sociedade. Compreende-se aqui que tais elementos atuam como obstáculos para a implementação e efetivação do SUAS, que possui como um de seus objetivos a promoção da autonomia como projeto de desenvolvimento humano.

Dessa forma, concordamos e reafirmamos a proposição de que é de extrema importância no trabalho dos profissionais que atuam na política “adotar um referencial teórico-político de defesa e promoção de direitos, com vistas à autonomia e cidadania das famílias” (Brasil, 2012b, p.91). Porém, a partir dos teóricos analisados, consideramos que não se deve buscar a solução apenas de forma individual, visto que o fatalismo é uma posição construída historicamente e que possui diversos atravessamentos e determinantes, sendo que somente a nível coletivo é possível a sua superação. Como apontado por Freire (2006, p. 149):

Uma das características destas formas de ação, quase nunca percebidas por profissionais sérios, mas ingênuos, que se deixam envolver, é a ênfase na visão localista dos problemas e não na visão deles como dimensão de uma totalidade. Quanto mais se pulverize a totalidade de uma área em “comunidades locais”, nos trabalhos de “desenvolvimento de comunidade”, sem que estas comunidades sejam estudadas como totalidades em si, que são parcialidades de outra totalidade (área, região etc.) que, por sua vez, é parcialidade de uma totalidade maior (o país, como parcialidade da totalidade continental), tanto mais se intensifica a alienação. E, quanto mais alienados, mais fácil dividi-los e mantê-los divididos.

A partir disso, entendemos que são necessárias ações em diferentes níveis da estrutura social. Martín-Baró (1998) sistematiza três importantes atitudes para o rompimento do fatalismo, são eles: a superação do presenteísmo, a organização popular das minorias em função de seus próprios interesses e uma prática de classe que busque uma nova identidade social.

Sobre a primeira atitude, explica que é necessário voltar ao passado, pois “somente na medida em que as pessoas e grupos adquirem consciência de suas raízes históricas, sobre todos os feitos e condições que têm configurado sua realidade, poder-se-iam se situar numa perspectiva adequada para avaliar sua própria identidade”



(Martín-Baró, 1998, p.99). Através de um conhecimento da história é possível conhecer a si mesmo.

Essa proposta corrobora com o processo de conscientização apontado por Freire, em que as pessoas ao se apropriarem da sua condição histórica podem agir para transformá-la. Nesse sentido, “a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece” (Freire, 1979, p.15).

Resgatar a história pessoal e familiar (origem, trajetórias, rede de apoio, por exemplo) para valorizar as potencialidades ou para reconstruí-la, são atividades previstas nos documentos que organizam o SUAS e que permeiam a rotina dos profissionais comprometidos com a transformação dos usuários da PNAS, seja para a percepção enquanto protagonistas da própria história ou para o reconhecimento enquanto sujeitos de direitos.

A segunda ação está pautada na superação do individualismo e no entendimento de que as pessoas não precisam enfrentar as situações de vida de maneira isolada. Em outros termos, “existe uma profunda comunhão de interesses entre todos os membros das classes oprimidas, e a imutabilidade de seu mundo é devida, em boa parte, da sua divisão e distanciamento individualista” (Martín-Baró, 1998, p.100). De acordo com Freire (2006), o individualismo ao invés de conduzir à condição de “ser mais” - entendido como a superação das formas de alienação e submissão e o alcance coletivo da atuação crítica sobre a realidade, que conduz a movimentos de transformação dos sujeitos e da coletividade - o impossibilita, pois direciona o homem à condição de “ter mais”, o que implica no egoísmo e na desumanização.

Ainda sobre esse segundo ponto, Martín-Baró (1998) apresenta a prática de classe como ponto indispensável para a ruptura do fatalismo, pois, a partir da consciência histórica, pode ocorrer a mudança de postura e uma nova identidade social que possibilite a organização da população para o acesso a seus direitos e interesses.

Sobre esse aspecto, e retomando o contexto do SUAS, destaca-se as ações dos profissionais voltadas à mobilização da sociedade civil em prol da participação em instâncias deliberativas, para

encaminharem propostas para combater dificuldades que permeiam o contexto social das pessoas, famílias e comunidades. Em acréscimo, enfatiza-se que além de estimular os usuários dos serviços do SUAS, os profissionais também podem se fazer presentes nas instâncias representativas, como fóruns e conselhos, buscando o fortalecimento dessa política e, conseqüentemente, a garantia de direitos à população (Brasil, 2016).

Concluindo a sistematização das três ações frente ao fatalismo o autor sustenta que é necessária uma mudança revolucionária, ou seja “...uma mudança naquelas estruturas políticas e econômicas e psicossociais, onde se dá um ordenamento marginal e passivo que baseia o bem-estar de poucos na exploração opressiva de muitos” (Martín-Baró, 1998, p.100).

Com relação à essa estrutura econômica a qual deve ser buscado realizar o enfrentamento, Paniago (2014) traz importantes esclarecimentos para o fortalecimento de projetos éticos-políticos que levem a mudanças na vida cotidiana das pessoas. De acordo com a autora, o sistema capitalista de produção consolida a divisão das classes, determinada entre aqueles que possuem e os que não possuem os meios de produção, ou seja, há uma nova forma de submissão nas relações sociais, em que dependendo do lugar em que cada indivíduo ocupa na estrutura produtiva capitalista participará em maior ou menor grau da divisão das riquezas socialmente produzida. Configura-se assim, um cenário de forte concentração de riquezas nas mãos de uma minoria que domina os meios de produção, uma grande massa de trabalhadores a quem parece ser negado possibilidades de existência dignas e uma outra parcela que, ao não participar do sistema de produção, são postos ainda mais a margem e subsistem em condições de miséria.

Este ponto é possível articular com a discussão acerca do fatalismo realizada por Martín-Baró (1998) o qual compreende o fenômeno como um mecanismo de adaptação às estruturas da sociedade capitalista, ou seja, uma estratégia de sobrevivência frente a sociedade desigual e desumana. Paniago (2014) nos faz um importante alerta, a enorme riqueza gerada pelo sistema capitalista de produção precisa ser elucidada para que não se caia em armadilhas que levam ao entendimento de que as condições precárias de vida de um trabalhador assalariado ou de um desempregado sejam transformadas

em uma mera fatalidade. Além disso, aponta que a ideologia dominante acaba por responsabilizar os sujeitos que fracassaram no projeto de alcançar a felicidade pelo caminho do capitalismo e, portanto, fazem acreditar que são os únicos responsáveis por suas condições miseráveis de vida. Os efeitos sociais desse cenário representam, então, um grande desafio para aqueles que não naturalizam a desigualdade e a miséria, mas as compreendem como inerentes à sociedade de classes conduzida pelo capital.

Nesse aspecto, é relevante problematizar a forte presença de discursos fatalistas de usuários do SUAS ou de técnicos dos serviços, sobre as situações oriundas da sociedade capitalista. Tais argumentações fatalistas mostram-se como uma importante estratégia para justificar a não ação, com a defesa de que nada poderá ser feito para alterar a realidade.

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. (Freire, p. 11. 2011)

Discute-se aqui o quão ineficiente é a acomodação em discursos como esse, que justifica a adaptação a condições de assujeitamento de uns sobre os outros e uma naturalização da miséria humana. Compreender a sociedade pelo crivo do fatalismo torna-se um empecilho para a transformação social, pois dificulta a compreensão das questões estruturais que levam a desigualdade e miséria humana. Inviabiliza-se, portanto, o movimento que Paniagi (2014, p. 47) descreve como construção de uma “alternativa à ordem do capital”. Ainda que a autora não apresente um caminho único, aponta que tudo dependerá de “como os sujeitos coletivos atuarão diante de situações históricas concretas, movidos por objetivos emancipatórios do trabalho, que levem a uma alternativa radical sustentável ao estado atual de coisas” (p. 47).

Nesse sentido, Freire nos convoca a adotarmos uma postura de libertação desses entendimentos em prol de possibilidades de agir no mundo capazes de gerar transformações na vida dos sujeitos e da sociedade. A partir desse referencial, Streck, Redin & Zitkoski (2010, p. 570) apresentam que

O ato da politicidade requer nossa assunção ao engajamento, de sabendo-nos comprometidos com outro mundo possível, potencializarmos e protagonizarmos cada vez mais que fazeres articulados por meio da participação e da democracia, na direção de uma vida mais bonita para todos e todas, pois é a partir desses pressupostos que romperemos com o fatalismo desesperançoso que pauta a sociedade capitalista e imperialista de nossa época.

Fazendo uma nova aproximação com o SUAS, a concepção do Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social prevê que as ações dos profissionais produzam transformações nas relações internas da família e em suas relações com a sociedade. Para isso, mudanças sociais mais amplas vão exigir um engajamento em processos sociais mais complexos capazes de gerar transformações estruturais, como nas estruturas políticas, econômicas e psicossociais (Brasil, 2016).

Sobre esse ponto, Freire (2003) apresenta que, na sociedade, há uma contínua relação contraditória entre mudança e estabilidade, não sendo possível estudá-las separadamente. A primeira visa a renovação da estrutura social nas instituições culturais, políticas e sociais, numa postura progressista. Já a segunda busca sempre a normalização do estruturado, o parar no tempo. Nesse sentido, “pelo fato que não há estrutura social que não seja humana (e histórica) a estabilidade e a mudança de e em uma estrutura implicam a presença de homens” (Freire, 2003, p.52). Nessa direção, discute ações dos trabalhadores sociais nesses processos de mudança no que tange a dimensão política:

O trabalhador social, como homem, tem que fazer sua opção. Ou adere à mudança que ocorre no sentido da verdadeira humanização do homem, de seu ser mais, ou fica a favor da permanência.... A opção feita pelo trabalhador social irá determinar tanto o seu papel como seus métodos e suas técnicas de ação. É uma ingenuidade pensar num papel

abstrato, num conjunto de métodos e técnicas neutras para uma ação que se dá entre os homens, numa realidade que não é neutra (Freire, 2003, p. 49).

Martín-Baró também coloca em questão o papel dos profissionais. Para o autor, estes devem ser agentes de desalienação a partir de uma postura crítica da realidade. Tal atuação não visaria quebrar com técnicas (que podem ser aplicadas em alguns casos a depender do objetivo do profissional) mas sim, aponta que o profissional se desapegue de suas teorias que prendem o trabalhador a uma intervenção que corrobora com um poder preestabelecido e que coopera para a manutenção do fatalismo.

Nessa direção, os trabalhadores do SUAS são importantes personagens para viabilizar o processo de mudança dos sujeitos, suas famílias e da sociedade mais ampla. Esse aspecto da prática profissional encontra-se presente na quase totalidade dos documentos que organizam o SUAS, uma vez que é reiteradamente pontuado a prioridade de ações profissionais voltadas ao desenvolvimento do protagonismo dos usuários e a conquista de maior grau de dependência para o sujeito e sua família (Brasil, 2005). Salienta-se ainda que a emancipação dos usuários surge como o primeiro princípio ético para os trabalhadores da assistência social, que devem pensar em técnicas e procedimentos que estimulem a construção de projetos pessoais e sociais, bem como o fomento da potencialidade e autonomia (Brasil, 2006).

Por outro lado, práticas fatalistas por parte dos trabalhadores do SUAS, provinda do entendimento de que a desigualdade social é natural, levam a um exercício profissional acomodado na justificativa de que “nada pode ser feito”, tendo em vista a naturalização das problemáticas encontradas nos usuários. Essa concepção fatalista de homem e de sociedade, pode até reconhecer as dificuldades existentes, mas desconhece o caráter histórico e, portanto, as possibilidades de se modificar os cenários presentes.

Vale ressaltar que a escassez de recursos humanos, o excesso de demandas, a burocratização do trabalho e a precária formação para atuação na política se somam ao reconhecimento das práticas como sendo limitadas ao atendimento de necessidades pontuais e

emergenciais, a transferências de responsabilidades por meio dos encaminhamentos e a subordinação aos gestores.

Ainda que a atuação seja complexa, as possibilidades de trabalho alinhados aos objetivos do SUAS existem e devem ser provocadas, com o objetivo de se aproximar das transformações esperadas. Cabe aos profissionais realizarem ações problematizadoras, o estímulo ao pensamento crítico e, assim como nos aponta as normativas “Estabelecer uma relação horizontal/dialógica entre profissionais e usuários do Serviço, baseada no respeito, na problematização e na igualdade de saber.” (Brasil, 2012, p.99).

Concordamos e vemos que, principalmente no campo do SUAS, esse olhar crítico e o desenvolvimento de ações conscientizadoras são indispensáveis a todos os profissionais, independentemente de sua área de formação, para que a política seja direcionada ao rompimento com ações de cunho assistencialistas. Por isso, apresentamos a citação de Martín-Baró e propomos que tais questionamentos se estendam às outras áreas de formação para além da Psicologia:

As perguntas críticas que se deve fazer o psicólogo a respeito do caráter de sua atividade, e por isso, a respeito do papel que está desempenhando na sociedade, não devem, prioritariamente, se centrar no “onde”, mas em desde quem; não em como se está realizando algo, mas em benefício de quem; e por consequência, não no tipo de atividade que se pratica (clínica, escolar industrial, comunitária ou outra), mas em quais são as consequências históricas concretas que esta atividade está produzindo (Martín-Baró, 1998, p. 175).

Ao que se refere às contribuições do campo do SUAS para as ações frente à questão do fatalismo, analisamos que existe uma concordância clara com o que foi discorrido até o momento e o proposto pelo Sistema Único de Assistência social, visto que no documento “Orientações técnicas sobre o PAIF – vol.2” (Brasil, 2012b) a Pedagogia Problematizadora de Paulo Freire é tomada como um referencial que compartilha dos objetivos dos Serviços de Trabalho Social com Famílias (TSF).

Nesse ponto, destaca-se a compreensão do ser humano como um campo de possibilidades, que pode ser estimulado para seu próprio

desenvolvimento e as potencialidades do estabelecimento de uma relação dialógica e horizontal entre os profissionais e os usuários do SUAS, que parte do pressuposto que técnicos e usuários possuem conhecimentos válidos que podem ser compartilhados. Por fim, destaca-se o papel dos profissionais no que tange a incitar problematizações junto aos sujeitos, as famílias e comunidades, para que possam perceber que a situação vivenciada não é algo natural ou produto do destino, mas sim construções sociais e históricas, que podem ser transformadas. Além disso, é crucial a problematização sobre o papel do Estado na garantia de direitos, além da inserção dos usuários nos espaços de participação social.

Verificamos também alguns elementos importantes na Política de Assistência Social que podem ser exercidos em consonância com as práticas anti-fatalistas propostas por Freire e Martín-Baró. Como uma potencialização das possibilidades de organização popular, vemos a valorização do território, a partir do qual podem ser observadas as vulnerabilidades, riscos e potencialidades locais. São nos territórios que:

...se expressam a solidariedade, a extensão das relações familiares para além da consanguinidade, o fortalecimento da cumplicidade de vizinhança e o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade. O conceito de território, então, abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade e entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade (Brasil, 2009b, p. 13).

Também é nesse espaço que podem ocorrer as “ações comunitárias”, previstas nos documentos, que são atividades coletivas que mobilizam pessoas de grupos diferentes com objetivos comuns no território de abrangência. A sua finalidade de acordo com os documentos oficiais é “promover a comunicação comunitária, a mobilização social e o protagonismo da comunidade; fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território, desenvolver a sociabilidade, o sentimento de coletividade e a organização comunitária.” (Brasil, 2012b).

Esperamos, então, que a Psicologia no SUAS, de modo articulado e dialogado com outros profissionais e serviços, contribua para a ampliação da construção coletiva e criativa das pessoas, famílias

e grupos comunitários e para a emancipação e protagonismo social da população. Para isso, mostra-se fundamental a problematização das práticas assistencialistas e tutelares, para fortalecimento da PNAS, para a consolidação dos direitos sociais e a progressiva ampliação da autonomia das famílias.

## **Considerações Finais**

Consideramos que a questão do fatalismo extrapola o contexto do Sistema Único de Assistência Social, mas essa política aposta no protagonismo, na autonomia e na garantia de direitos para uma população em situação de vulnerabilidade social. Por esse motivo, diálogos sobre propostas que rompem com as condições fatalistas são indispensáveis e urgentes, para que estas se afastem de práticas tuteladoras, que submetem pessoas, famílias e comunidades.

Nesse contexto, entendemos que “ainda subsiste uma relativa autonomia, apesar das condições de trabalho hoje impostas aos trabalhadores em serviços no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo” (Brasil, 2016, p. 17). Dessa forma, propomos que sejam nessas brechas de relativa autonomia que os trabalhadores sociais construam metodologias alinhadas à proposição de atuação como agentes de mudança, visto que esta ação “não é trabalho exclusivo de alguns homens, mas dos homens que a escolhem.” (Freire, 2003, p. 52).

Podemos observar, a partir da análise feita sobre a questão do fatalismo, que os documentos valorizam teorias e metodologias coerentes com as análises propostas por Freire e Martin-Baró. Ademais, a partir deste estudo preliminar, vê-se a necessidade de ampliação das pesquisas para uma investigação das práticas diárias dos trabalhadores, para que o teórico encontre a práxis, entendida por Freire como uma ação regida pela reflexão (Freire, 2006).

Salientamos, a importância de que as ações do SUAS se impliquem em realmente assumir posturas que levem à autonomia da população e em sua consequente superação do fatalismo, ao mesmo tempo em que sejam combatidas as práticas que promovam a manutenção da posição de tutela (assim como ações da instituição religiosa e senhores de terra).



## Referências

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Alves, J. M.; Belavenute, P. G.; Semzezem, P.; Pereira, M. S. (2012). A participação dos usuários na política de assistência social nos 52 municípios das regiões da AMEPAR e AMUSEP – Norte do Paraná. *VIII Seminário do Trabalho: Trabalho e Políticas Sociais no Século XXI* (anais). Marília: SP.
- Ansara, S., & Dantas, B. A. (2010). Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 95-103. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100012>.
- Bacelar-Nicolau, H. (2018). Anti-Fatalismo. *Dicionário dos ANTIS: A Cultura Portuguesa em Negativo*, (1), 731-736. Recuperado de [https://www.academia.edu/38065554/Imprensa Nacional-Casa da Moeda](https://www.academia.edu/38065554/Imprensa_Nacional-Casa_da_Moeda)
- Brasil (1988). *Constituição de 1988*. Dispõe sobre a Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da República Federativa da União: Brasília, DF.
- Brasil (1993). *Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)*. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, DF,
- Brasil (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social: Brasília, DF.
- Brasil (2005). *Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social: Brasília, DF.
- Brasil (2006). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social: Brasília, DF.
- Brasil (2007). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social*. Brasília:

- Conselho Federal de Serviço Social; Conselho Federal de Psicologia.
- Brasil (2009a). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social: Brasília, DF.
- Brasil (2009b). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS\SNAS.
- Brasil (2011) *Lei no. 12.435*. Recuperado em 19 de maio de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm)
- Brasil (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, DF.
- Brasil (2012a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas sobre o PAIF* (Volume 01). Brasília: MDS\SNAS.
- Brasil (2012b). *Orientações Técnicas sobre o PAIF* (Volume 02). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS\SNAS, 2012b.
- Brasil (2016). *Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS\SNAS.
- Cidade, E. C., Moura Jr., J. F., & Ximenes, V. M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. *Psicologia Argumento*, 30(68), 87-98. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20087/19367>
- Cordeiro, M. P. (2018). A psicologia no SUAS: uma revisão da literatura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 166-183. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000300012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300012)

- Dullo, E. (2014). Paulo Freire, o testemunho e a pedagogia católica: a ação histórica contra o fatalismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(85), 49-61. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000200004>.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. (Versão e-book). São Paulo: Editora Cortez e Moraes.
- Freire, P. (2003). *Educação e mudança*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (2006). *Pedagogia do Oprimido*. Versão Ebook. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (2008). *Cartas a Cristina: reflexiones sobre my vida y mi trabajo*. México DF: Editora Siglo veintiuno.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (43ª ed). São Paulo, Ed. Paz e Terra.
- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Editorial Trotta.
- Paniago, M. C. S. (2014). A crise estrutural e a centralidade das classes sociais. *Katálisis*, 17(1), 41-49. Recuperado de [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802014000100005&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802014000100005&script=sci_arttext)
- Pereira, P. A. P. (2000). *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez.
- Quintal, M. F. (2016). Desafios atuais e antigas sutilezas na prática da Psicologia social comunitária. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 6(1), 131-163. Recuperado de [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1688-70262016000100007](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-70262016000100007)
- Sant'Ana, R.B. (2009). Autonomia do Sujeito: As Contribuições Teóricas de G. H. Mead. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(4), 467-477. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000400002>.
- Souza, R. F., & Gonçalves, A. L. V. (2017). A mesmice identitária: a (im)possibilidade de emancipação na política de assistência social. *Psicologia & Sociedade*, 29(dossiê), 1- 10. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i171276>.

Streck, D. R., Redin, J. E., Zitkoski, J. (orgs.) (2010). *Dicionário Paulo Freire* (versão e-book) Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Zatti, V. (2007). *Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire*. Porto Alegre: EDPUCRS.

## **Sobre os autores**

## **Sobre os autores**

### **Alexandre Bonetti Lima**

Professor Associado do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: bonetti@uel.br.

### **Anyelle Karine de Andrade**

Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina. Psicóloga do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) da Prefeitura Municipal de Londrina. E-mail: anyelleandrade@gmail.com.

### **Dandara Peraro de Sousa**

Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina. Psicóloga da Secretaria de Saúde do município de Cambé/PR. E-mail: dandaraps@gmail.com.

### **Eneida Santiago**

Psicóloga, Doutora em Saúde Coletiva (Unesp-Assis). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina (UEL) na graduação e no Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Psicologia (PPGPSI-UEL), além de ser Representante na Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Tem desenvolvido pesquisas na área de Saúde Mental e Coletiva. E-mail: esantiago@uel.br.

### **Fabiana Nunes do Amarante Griggio**

Mestranda pelo Programa de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Agente Universitária na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: fabianagriggio@gmail.com.

### **Fabiano Miguel Koich**

Doutorado em Psicologia pela Universidade São Francisco. Atualmente é docente da Universidade Federal de São Carlos, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSCar. E-mail: fabiano@avalpsi.com.br.

### **Jacqueline Montilha Leonardi**

Psicóloga, Especialização em Psicologia: Análise do Comportamento Aplicada pelo Centro Universitário Filadélfia (UniFil) e em Psicomotricidade pela Faculdade Rhema. É Servidora Pública da Prefeitura Municipal de Iporã-Pr, atuando como Psicóloga e Coordenadora no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). E-mail: jacque\_leonardi@yahoo.com.br.

### **José Aloyseo Bzuneck**

Mestre e Doutor em Psicologia Escolar pela Universidade de São Paulo - USP. Professor Sênior na Universidade Estadual de Londrina, no Programa de Pós Graduação em Educação. Desenvolve e orienta pesquisas nas áreas da Motivação no contexto escolar e Construção e validação de instrumentos de medida dos construtos motivacionais. E-mail : bzuneck35@gmail.com.

### **Katya Luciane de Oliveira**

Doutora em Psicologia, Desenvolvimento Humano e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada do Programa de Mestrado em Psicologia e do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: katyauel@gmail.com.

### **Livia Salvioni Capalbo**

Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). É Servidora Pública da Prefeitura Municipal de Londrina-Pr, atuando como Psicóloga no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). E-mail: liviacapalbo@gmail.com.

### **Máira Bonafé Sei**

Psicóloga, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em Psicologia Clínica pelo IP-USP, Professora Associada do Departamento de Psicologia e Psicanálise e Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: mairabonafe@uel.br.

### **Maria Gabriela Montresol Sanches**

Psicóloga, Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: gabsmsanches@gmail.com.

### **Maria Lúcia Mantovanelli Ortolan**

Psicóloga, Especialista em Saúde da Família pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Psicanálise e Contemporaneidade pela Faculdade Pitágoras, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da UEL. Atua como psicóloga clínica em consultório particular. E-mail: ortolan78@gmail.com.

### **Nathany Ferreira Lourenço da Silva**

Pós-graduada em Teoria da Psicanálise, Atua como psicóloga clínica, com experiência no atendimento de bebês, crianças e adolescentes na rede pública de saúde. E-mail: nathanyfo2@gmail.com.

### **Polyana Pompilho**

Psicanalista em Londrina, membro fundadora do Instituto Lalangue, onde conduz com coparticipação um grupo de leitura sobre os textos de Freud. Graduada em psicologia, especialista em Psicoterapia Psicanalítica. Atua com atendimento individual em adolescentes e adultos, presencial e on-line. E-mail: polyanapompilho@hotmail.com.

### **Rafael Bianchi Silva**

Pós-Doutorado em Psicologia (UEM). Doutor em Educação pela Unesp/Marília. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: tibx211@yahoo.com.br.

### **Raphael Edson Dutra**

Psicólogo, Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Metropolitano de Maringá (UNIFAMMA), Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Discente nos programas de Licenciatura em Dança pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Unidade Maringá) e Técnico em Dança pela Escola de Dança Ballet Nara Dutra. E-mail: raphaeledson15@gmail.com.



### **Sandra Aparecida Serra Zanetti**

Psicóloga, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. E-mail: sandra.zanetti@gmail.com.

### **Sandra Regina Galvão**

Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina. Psicóloga da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus Apucarana. E-mail: sandragalvao05@gmail.com.

### **Samanta Soares dos Santos Cóser**

Mestranda em Psicologia (UEL). Atualmente é neuropsicóloga na Clínica N3 - Neurocirurgia, Neurologia Clínica e Neuropediatria. E-mail: samanta\_sss@hotmail.com.

### **Tayná Idalgo de Lima**

Psicóloga, especialista em Clínica Psicanalítica pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Filadélfia (UniFil). E-mail: taynaidalgo@gmail.com.

### **Thaise Rosseli Moreira Dantas**

Pós-graduada em Psicoterapia Psicanalítica Contemporânea (2017) e em Saúde Mental, Psicopatologia e Atenção Psicossocial (2020). Mestranda em Psicologia pelo PPGPSI-UEL (turma 2021). Atua como psicóloga em políticas públicas de saúde, com experiência profissional em Centros de Atenção Psicossocial, Unidades Básicas de Saúde e na área de Gestão em Saúde Mental. Atualmente é Psicóloga na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA-PR). E-mail: thaise.md@gmail.com.

### **Yohann Eiji Mori Saracho**

Graduado em Psicologia pela UEL (2018), pós-graduação em psicoterapia psicanalítica pela UNIFIL (2018) Mestrando no programa de pós graduação em Psicologia (em andamento). Membro do grupo borda lacaniana e Professor da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail: yohasaracho@gmail.com.